

Álvaro Teixeira Soares

Álvaro Teixeira Soares nasceu em 10 de outubro de 1903, no Rio de Janeiro, e formou-se em 1925 em ciências jurídicas pela Universidade do Rio de Janeiro.

Ingressou por concurso no Itamaraty em 1929, tendo servido em Lisboa (1934-36), Washington (1936-39), Montevidéu (1942-48), Nova York (1950-52), La Paz (1954-58), Atenas (1958-59), Bogotá (1960-64) e Tóquio (1964-65). Na Secretaria de Estado, foi oficial de gabinete dos ministros Mello Franco e Oswaldo Aranha, duas vezes chefe da Divisão Política e chefe do Departamento Político e Cultural. Notabilizou-se, na carreira, pelo grande conhecimento sobre as fronteiras brasileiras e sobre relacionamento político do Brasil com os países vizinhos.

Atuou por vários anos na imprensa como colunista do Diário de Notícias, de A Nação e do Jornal do Commercio, onde fundou, em 1939, a seção "Política internacional".

Foi autor de 41 livros, opúsculos e monografias. Destacam-se, além desta obra, Diplomacia do Império no Rio da Prata: até 1865 (1955), O drama da Tríplice Aliança: 1865-1876 (1956), O Marquês de Pombal (1961, 1983), Um grande desafio diplomático no século passado: navegação e limites na Amazônia, missão de Nascentes de Azambuja a Bogotá: 1840-1928 (1971), O Brasil no conflito ideológico global: 1937-1979 (1980), e Organização e administração do Ministério dos Estrangeiros (1984). Faleceu em março de 1988.



A Portaria nº 270 do Ministério das Relações Exteriores, de 22 de março de 2018 (modificada pela Portaria nº 339, de 26 de janeiro de 2021), criou o Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência, incumbido de, entre outras atividades, promover a publicação de obras alusivas ao tema. A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) atua como secretaria de apoio técnico ao grupo.

Foi no contexto de planejamento da importante efeméride que, no âmbito da FUNAG, criou-se a coleção "Bicentenário: Brasil 200 anos – 1822-2022", abrangendo publicações inéditas e versões fac-similares. O objetivo é publicar obras voltadas para recuperar, preservar e tornar acessível a memória diplomática sobre os duzentos anos da história do país, principalmente de volumes que se encontram esgotados ou são de difícil acesso. Com essa iniciativa, busca-se também incentivar a comunidade acadêmica a aprofundar estudos e diversificar as interpretações historiográficas, promovendo o conhecimento da história diplomática junto à sociedade civil.





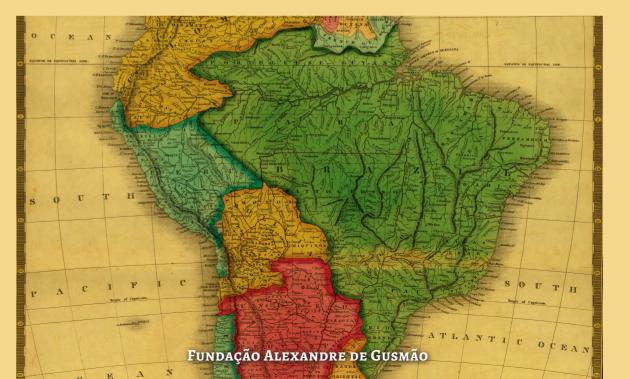


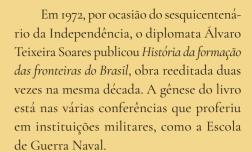


Teixeira Soares

História da formação das fronteiras do **Brasil**

EDIÇÃO FAC-SIMILAR





O livro argumenta que a política externa brasileira resulta, sobretudo, de sua projeção geográfica no mundo. A definição da fronteira, por sua vez, seria um processo concomitante de ocupação humana e de choque político de entidades soberanas. A erudição do texto e o conhecimento da literatura clássica são registros importantes dos debates da nascente área de geopolítica no Brasil, que já contava com autores como Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva.

Do ponto de vista da organização do volume, dez capítulos analisam o arco de fronteira desde o seu ponto mais nordeste até o extremo sul do Brasil. O mais denso é o capítulo sobre a Bolívia, país no qual o autor chefiou a embaixada brasileira por quatro anos.

Por fim, Teixeira Soares apresenta três tópicos transversais. O primeiro é o aproveitamento hidroelétrico dos rios, um tema candente na época de publicação do volume, em decorrência das negociações com o Paraguai e a Argentina sobre a construção de Itaipu. O segundo é sobre o mar territorial e sua exploração, trecho influenciado pela decisão do governo de estabelecer, em 1970, que o mar territorial teria uma faixa de duzentas milhas marítimas. Por fim, Teixeira Soares estuda o que denomina como "fronteira lateral marítima", tema muito ligado às nossas ilhas no Atlântico.





fronteiras do Brasil



Teixeira Soares

História da formação das fronteiras do Brasil

EDIÇÃO FAC-SIMILAR





História da formação das fronteiras do Brasil

Ministério das Relações Exteriores Fundação Alexandre de Gusmão Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais



Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência

Portaria nº 270 do Ministério das Relações Exteriores, de 22 de março de 2018 (modificada pela Portaria nº 339, de 26 de janeiro de 2021)

O grupo de trabalho é coordenado pelo Secretário de Comunicação e Cultura e conta com representantes das seguintes unidades:

Gabinete do Ministro de Estado:

Secretaria-Geral das Relações Exteriores;

Cerimonial: e

Fundação Alexandre de Gusmão.

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília-DF, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.



Teixeira Soares

História da formação das fronteiras do Brasil

Edição fac-similar



Direitos de publicação reservados à Fundação Alexandre de Gusmão Ministério das Relações Exteriores Esplanada dos Ministérios, Bloco H, anexo II, Térreo 70170-900 Brasília–DF

Tel.: (61)2030-9117/9128 Site: www.funag.gov.br E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Acauã Lucas Leotta Denivon Cordeiro de Carvalho Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho Ricardo Padue Rogério de Souza Farias

Projeto Gráfico:

Yanderson Rodrigues

Programação Visual e Diagramação:

Varnei Rodrigues - Propagare Comercial Ltda.

Apoio:

Biblioteca Azeredo da Silveira do Ministério das Relações Exteriores

Capa:

Mapa da América do Sul, publicado por Samuel Augustus Mitchell em 1831 na Filadélfia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S676 Soares, Álvaro Teixeira

História da formação das fronteiras do Brasil / Álvaro Teixeira Soares. – Brasília: FUNAG, 2021.

416 p. - (Bicentenário: Brasil 200 anos - 1822-2022)

Fac-sím. da: História da formação das fronteiras do Brasil 1972

ISBN 978-65-87083-16-2

1. Relações internacionais - fronteiras - Brasil. I. Titulo.

CDD 327.81 CDU 327(81)

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL



CONSELHO FEDERAL DE CULTURA RIO DE JANEIRO 1972

A fixação das fronteiras de um país, obra de seus estadistas-diplomatas, de seus demarcadores e dos homens que realizam a ocupação e promovem a dinâmica da mesma fronteira, é fundamental para a perenidade das pátrias que, dêsse modo, medem sua extensão e mesmo suas possibilidades com a certeza e a segurança essenciais à sua estabilidade e à sua permanência na grande sociedade das nações soberanas.

Na história do Brasil, a formação da base física, como operação humana-política, constitui uma das páginas mais expressivas a nos distinguir no contexto continental. Partindo de uma faixa limitada de terra, que o diploma de Tordesilhas fixara, em 1494, como decorrência da expansão européia, ou antes, ibérica, sobre mares e mundos em descobrimento, aos poucos ampliamos o espaço político sobre que passamos a exercer domínio, para criar as proporções continentais que apresentamos agora e constituem obra admirável de potencialidade, promovida, desde o século XVI, e encerrada com os tratados de limites, boa vizinhança e real entendimento por que realizamos a nossa presença nas Américas.

O que foi êsse esfôrço está nas páginas deste livro, que o Embaixador Teixeira Soares escreveu, com aquela segurança que sempre imprime a seus trabalhos de homem de espírito, com aquela dose do amor ao Brasil que todos

lhe reconhecemos e lhe assegura a condição de um dos mais autênticos intérpretes do processo de formação de nossa Pátria.

O Conselho Federal de Cultura, tomando a iniciativa de editá-lo, como fizera anteriormente com «Um grande desafio diplomático no século passado", cumpre o programa de sua atuação, servindo ao conhecimento do Brasil pela divulgação de seus mais autênticos aspectos.

Rio, 24 de outubro de 1972.

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Para

PEPITA E NANCY

E

Mário Gibson Barboza
Arthur César Ferreira Reis
Vasco Leitão da Cunha
General-de-Exército Humberto de Souza Mello
Jorge de Carvalho e Silva
Raúl de Vincenzi
Ruben Rosa
Arthur Gouvea Portella.

NOTA LIMINAR

Em julho de 1970 pronunciei uma conferência sobre limites do Brasil no Comando da Vila Militar. Em 1.º de outubro de 1971 pronunciei conferência sobre o mesmo assunto na Escola de Guerra Naval. No dia 17 de novembro do mesmo ano, a convite do General-de-Exército Humberto de Souza Mello. Comandante do II Exército. pronunciei extensa conferência sobre limites do Brasil e relações com os países vizinhos, seguida de debates, no Auditório do Comando. Pensei então em transformar em livro a conferência pronunciada em São Paulo na sede do II Exército. No Itamaraty, eu havia sido chefe da Divisão Política e da Divisão de Fronteiras simultaneamente, tanto na administração Neves da Fontoura, como na administração Raul Fernandes. Na administração Vicente Rao, eu fora chefe do Departamento Político e Cultural. Por conseguinte, não me faltavam algum conhecimento e. alguma familiaridade com um assunto empolgante. Em minhas andancas diplomáticas eu conhecera bem o Continente americano. Fui Embaixador em La Paz. Atenas, Bogotá e Tóquio. Ademais, e por dever de oficio, convivi com personalidades como o General Bandeira Coelho, o Almirante Roberval Pizarro Marques, o General José Victorino Corrêa, o Coronel Juvenal Milton Engel, o Coronel Octávio Tosta, o Engenheiro Francisco Loncan, o Engenheiro Luiz Alberto Whately, o Engenheiro Mário Cesar Jordão Freire, o Ministro Arthur Gouvêa Portella. Nossas preocupações foram os Confins do Brasil, para

retomarmos o conceito de Alexandre de Gusmão durante a feitura do Tratado de Madrid.

Como escrever um livro sobre assunto tão alto e tão vasto? Como adequar o imenso material que eu possuía à redação desse trabalho? Pensei então no prefácio do *The Nigger of the "Narcissus"*, de Joseph Conrad. Que me seja lícito repetir conceitos do grande escritor: "A tarefa, empreendida com ternura e com fé, estriba-se em manter resolutamente, sem vacilação e sem temores, na presença de todos e à luz de uma atitude sincera, este fragmento de vida. Consiste em mostrar sua vibração, sua cor e sua forma; e através da sua mobilidade, sua cor e sua forma revelam a substância mesma da verdade; descobrem o segredo evocador, a força e a paixão que se escondem no coração de cada instante persuasivo". Foi a lição que resolvi seguir neste livro.

Os julgamentos emitidos neste livro são da minha exclusiva responsabilidade, não envolvendo a de outrem. É preciso que esta posição fique bem clara para se evitarem quaisquer deturpações.

A HISTÓRIA E A GEOPOLÍTICA, CONSTRUTORAS DE FRONTEIRAS

"O limite é, hoje, o primeiro dever do Estado, e a delimitação é a própria base da paz". (OSWALDO ARANHA)

CHARLES DE VISSCHER, internacionalista belga e um dos mestres do moderno Direito internacional, escreveu: "La stabilité relative des situations territoriales fait de l'Etat un cadre de sécurité, celle qu'éprouvent les peuples à l'abri de frontières reconnues. De là l'interêt qui s'attache, du point de vue de l'ordre et de la paix, à toute consolidation des frontières et, en sens inverse, la gravité de tout incident qui implique leur violation". (1)

Por isso, através da lição da História, a fronteira é, de um modo geral, o condicionamento resultante de uma política externa.

Através da sua evolução histórica, os povos civilizados sensibilizaram sua experiência política na busca de fronteiras definidas e definitivas. Contudo, a experiência histórica está aí para provar que a fronteira, apesar de definida, nem sempre pôde ser definitiva. Atente-se na evolução dos grandes povos europeus. Verificar-se-á sem demora como as fronteiras foram móveis, ou por motivo de conflitos armados ou de posteriores compromissos

^{(1) &}quot;Académie de Droit International/RECUEIL DES COURS/1954", tomo 86, pág. 489.

internacionais. A Paz de Vestfália (1648), sob o ponto de vista político e diplomático, criou uma "Europa nova", com fronteiras novas baseadas em interesses aliancísticos. mas também em interesses religiosos. O imperialismo de grandes potências foi causa primária da mobilidade das fronteiras européias. Por isso, grandes impérios, havidos na conta de duradouros, desmoronaram. Grandes tratados internacionais, como o de Versalhes, fizeram surgir países novos. Na Paz de Versalhes, o princípio da auto-determinação do Presidente Wilson, de um lado; e a política jacobina, de Clemenceau, do outro, acabaram com o Împério austro-húngaro para que dos seus escombros surgissem novos Estados. O problema das minorias étnicas, que tanto perturbou a paz da Europa de 1919 a 1938, e motivou um parecer magistral de Afrânio de Melo Franco como relator do assunto na extinta Liga das Nações, foi uma das causas mediatas ou imediatas da Segunda Guerra Mundial. Dissera um diplomata alemão, que chegara ao posto de Chanceler do Império, o Principe Bernhard von Bülow: "Nas lutas entre nacionalidades, uma nação é o martelo, a outra é o prego; uma é a vencedora, outra é a vencida". Nesse esquematismo. revelador de uma lição de oportunismo político, o Príncipe von Bülow reduziu o problema das fronteiras à sua expressão mais simples; e isto porque, quando um país perde uma guerra, em geral perde território, bem como perde prestígio internacional, que depois poderá recuperar por meio de intenso trabalho diplomático. A lição da História prova que a fronteira tem seu dinamismo. A fronteira avança ou recua; a fronteira pode ser um limite natural, como pode ser um limite artificial. Recuando, a fronteira pode representar no caso a perda de um limite natural, ou arcifínio, como foi em consegüência da Guerra Cisplatina que, devido à mediação inglesa, o Império do

Brasil perdeu o limite natural representado pela riba setentrional do estuário do Prata. Com a fundação de Colônia do Sacramento em 1680, os Portugueses criaram a "ilusão do Prata", para utilizar conceito de Euclydes da Cunha: e essa "ilusão do Prata" foi a força motivadora da presença de Portugal no estuário platino e na campina uruguaia. Em consequência da guerra franco-prussiana de 1870-1871 a França perdeu a Alsácia-Lorena e com isto perdeu o limite natural sobre o Reno. A Paz de Versalhes restituiu-lhe a Alsácia-Lorena, e, por conseguinte, o limite natural sobre o Reno. Em consegüência da Guerra do Pacífico, iniciada em 1879 pelo Chile contra o Peru e a Bolívia, perdeu esta o extenso litoral de 66.170 km2 com os portos de Pisagua, Iquique, Tocopilla, Cobija, Mejillones e Antofagasta, ficando praticamente enclausurada no Altiplano andino e olhando para as bacias amazônica e platina.

A experiência histórica simplifica-se no enunciado de que a fronteira, podendo ser móvel por força de contingências políticas decorrentes de guerras, é sempre uma "isóbara política que fixa o equilíbrio entre duas pressões", consoante a definição de JACQUES ANCEL em sua "Géographie des frontières". A fronteira separa, mas também pode aproximar, quando se trata de países altamente civilizados, como França e Alemanha. A fronteira sensibiliza duas soberanias. A fronteira fixa o espírito próprio de uma nacionalidade. A fronteira é a moldura que enquadra esse caráter específico.

Na Europa as fronteiras foram móveis, foram dinâmicas. Os Habsburgos fizeram um império por via de acréscimos territoriais sucessivos. Os Hohenzollerns irradiaram da Prússia, um Reino-Quartel, a força de aglutinação de territórios novos. Os Romanovs saíram da pequena Moscóvia para a conquista de territórios imensos

com a fronteira sempre a marchar para a frente como um granadeiro. Contudo. Suécia e Noruega separaram-se em boa paz em 1906 e fixaram pelas cristas dos Alpes escandinavos sua fronteira. No contexto da vida internacional européia o caso da Finlândia merece análise, porque é uma lição interessante. É o caso da resistência de uma minoria étnica a dois vizinhos fortes, Suécia e depois a Rússia. Minoria étnica constituída por tribos fino-ugrianas à volta do lago Ladoga em 700 da Era atual, a partir de 1.155 esse povo, possuidor de território próprio, sofre invasões suecas. Mais tarde, o imperialismo moscovita alça-se contra a Suécia, e o pomo de discórdia será a Finlândia. Pedro o Grande iniciou em 1.710 a guerra para arrancar a Finlândia à Suécia e chegar às águas do Báltico. Em 1808. o Czar Alexandre I invadiu a Finlândia. tratado de Fridricksshamn, a Suécia cedeu a Finlândia e as ilhas Aland à Rússia. Mas, a Finlândia não entrou no império moscovita como região conquistada, entrou na categoria de Grão-ducado. A política verdadeiramente autocrática de czares posteriores — "uma lei, uma língua, uma religião", lema de Alexandre III em particular -, acabou em 1910 com os privilégios concedidos à Finlândia no século XIX. O tratado de Brest-Litowsk, de 3 de março de 1918, estabeleceu a independência da Finlândia, a despeito dos planos de sovietização teleguiados pela União Soviética para dentro do território finlandês. Na Segunda Guerra Mundial, a Finlândia foi alvo de uma brutal política de agressão por parte de Moscou. Durante 104 dias os finlandeses resistiram chefiados pelo marechal von Mannerheim, mas capitularam. Pois bem, a despeito de cessões territoriais e do pagamento integral de uma pesada indenização de guerra de 600.000.000 de dólares, a Finlândia com seus 7.000.000 de habitantes coexiste com um vizinho poderoso, que respeita suas fronteiras.

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

Por isso a história das fronteiras dos países europeus é muito mais complicada que a dos países americanos, porque são fronteiras antigas que foram agravadas por particularismos políticos ou pelos efeitos de guerras sucessivas que as fizeram andar de traz para diante ou viceversa num incessante processo de definição.

Atente-se, por exemplo, na linha Oder-Neisse, fronteira derivada de puro oportunismo político. Historiador inglês, Chester Wilmot, em sua obra *The Struggle for Europe*" (Londres, 1952), referindo-se aos compromissos assentes na Conferência de Yalta, disse o seguinte a respeito das fronteiras da Polônia:

"À medida que as discussões a respeito da Polônia prosseguiam, como estavam prosseguindo em cada sessão nos últimos quatro dias, os Russos obtinham êxito sobre quase todos os pontos. Nada mais se ouviu a respeito da sugestão do Presidente (subentenda-se — Roosevelt) de que a Polônia ficasse com a região de Lwow. A Linha Curzon foi aceita e este fato foi devidamente recordado no Protocolo. Com relação à fronteira ocidental da Polônia. Stalin, contudo, não pressionou pelo reconhecimento formal de uma linha específica, porquanto ele imaginou que nem Roosevelt nem Churchill estivessem preparados a ultrapassar o rio Oder. Ele prontamente concordou com a sugestão de que "a delimitação final da fronteira ocidental deveria esperar pela Conferência de Paz", porque nesse entretempo isso o deixava livre para fazer seus próprios arranjos a respeito do território alemão entre o Oder e o Neisse" (ibidem, pág. 655).

Para bom entendimento do que acima se encontra escrito, é preciso explicar que a Linha Curzon, proposta em 11 de julho de 1920 por Lord Curzon, então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, como linha de armistício entre a Polônia e a União Soviética, baseou-se na linha estabelecida em 8 de dezembro de 1919 pelos Aliados sobre território do antigo Império moscovita dentro do qual a Polônia ficaria autorizada a organizar uma administração regular. Contudo, a Linha Curzon originariamente não fora traçada para ser a fronteira oriental da Polônia. No dia 21 de abril de 1945. Osobka-Morawski, chefe do governo polonês de Lublin, assinou um tratado de amizade, assistência mútua e colaboração no após-querra, com Stalin, em Moscou. Em 3 de julho os governos de Washington e de Londres reconheceram o novo governo de Varsóvia (que era o de Lublin) e se desinteressaram do governo polonês do exílio, sediado em Londres. A 16 de agosto de 1945, Molotov e Osobka-Morawski assinaram em Moscou um tratado de demarcação da fronteira soviética-polonesa. Essa nova linha seguiu mais ou menos a Linha Curzon e restaurou para a Polônia a província de Bialystok no Norte e uma pequena área no Sul que incluiu Przemysl, cidade e antiga praça forte que a linha de limites Molotov-Ribbentrop dera à União Soviética. Em 2 de agosto de 1945, em Potsdam, o Presidente Harry S. Truman, o Primeiro Ministro Clement Attlee e o Marechal Stalin assinaram um comunicado estabelecendo uma nova fronteira de facto ocidental para a Polônia ao longo dos rios Oder e Neisse. Assim, fica explicada a linha geográfica Oder-Neisse que tanto aparece na imprensa.

O exemplo da formação das fronteiras dos Estados Unidos da América oferece características próprias, de propulsão nitidamente imperialista, as quais se aprofun-

daram a partir da compra da Luisiana à França de Bonaparte. A expansão norte-americana transformou-se numa aglutinação sucessiva de territórios, impulsada pelo sentido da ligação do Oceano Atlântico com o Pacífico. Logo após a solução da linha de limites no Oregon, que quase provocou uma guerra entre os Estados Unidos e a Inglaterra, surgiu a guerra com o México, no tempo do Presidente Polk, a qual redundou na conquista de dilatados territórios. Em 1867 os Estados Unidos da América compraram o Alaska ao Império moscovita pela importância de 7.000.000 de dólares, — operação financeira muito criticada no seu tempo. Em 1893 os Estados Unidos anexaram o arquipélago de Hawaii e, após a guerra vitoriosa com a Espanha, conquistaram as Filipinas, transformando-se assim numa grande potência de território descontínuo, porque Hawaii e Alaska são hoje Estados da Federação norte-americana. O destino manifesto, tão preconizado pelo Presidente Theodore Roosevelt, cumpriu-se integralmente. Por isso, os Estados Unidos, através de pouco mais de cem anos, se projetaram no mundo como grande potência econômica, militar, naval e aeronáutica

Em contraposição a esse exemplo de expansão planificada existem os de países cujas fronteiras, resultantes de indefinição, recuaram. É o caso do Equador.

Também, neste particular, o publicista chileno Ma-NUEL HORMAZABAL, no seu livro — "Chile, una patria mutilada" —, publicado em Santiago em 1969, sustentou que historicamente (isto é, à luz de velhas cédulas administrativas castelhanas) o Chile deveria ter saído ao Atlântico na linha mediana da Patagônia (atualmente argentina) e que, por conseguinte, a Terra do Fogo, ilha dividida entre a Argentina e o Chile por uma linha reta do cabo Espírito Santo ao Norte e Lapataia ao Sul, seria em sua totalidade chilena.

Se a fronteira é o condicionamento resultante de uma política, então se impõe ter em linha de conta, como imperativo vivencial, a existência de uma "política de fronteiras". Esta política deve ser vigilante, previdente, construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, bem como sensibilizadas demográfica e economicamente. Serão as fronteiras vivas, zonas de alta sensibilidade política. O contrário delas serão as fronteiras mortas, ermas, desprotegidas, esquecidas. As fronteiras vivas serão sempre afirmações de um espírito forte de nacionalidade. Fronteiras mortas darão imagem pouco favorável de um país que não cuida das suas lindes como deveria cuidar, porque fronteiras protegidas e povoadas enaltecem o espírito de previdência e de organização de um povo.

Fronteira é mapa. O mapa não faz apenas o oficial de Estado-Maior. O mapa faz o estadista. No século passado ficou, sem dúvida, clássica a obra do general Paul Bronsart von Schellendorf (1832-1891) sobre a função do Estado-Maior, «Der Dienst des Generalstabe im Friedem und im Kriege». Nela se preconizou a máxima atenção à cartografia. Na mesma ordem de idéias, isto é, do mérito basilar da cartografia, temos o trabalho altamente curioso de Jaime Cortesão, «História do Brasil nos velhos mapas». Por conseguinte, se o mapa faz a fronteira, o mapa faz também o estadista, quando este lida com problemas litigiosos de fronteiras. É o caso clássico do Barão do Rio-Branco.

Geopolítica, Instrumento de uma potencialização dinâmica de interesses vitais — Quando Rudolf Kjellén, parlamentar sueco e professor na Universidade de Upsala, inventou a Geopolítica em 1916, mal poderia ele imaginar que sua criação tivesse de repente tão impressionante

voadura e se transformasse tendenciosamente num instrumento de oportunismo político, como aconteceu. No entanto, Kjellén não criara, a rigor, nada de novo, porque partira das idéias do geógrafo alemão, Friedrich Ratzel, que vivera no século anterior. Se Ratzel vira o Estado como um organismo vivo, Kjellén entendia ser a Geopolítica um instrumento vivo a doutrinar sobre a expansão do Estado, expansão explicada em sentido histórico, étnico e econômico. Essa filosofia política dinâmica não deixou de ter enorme appeal na Alemanha e no Japão. Na Alemanha, porque a Geopolítica de Kjellén estava imbuída do filosofismo de Hegel e Fichte, de endeusamento do Estado: e no Iapão, porque o culto do Bushido passaria a ser um instrumento de expansão territorial nipônica. Nessas condições, a Geopolitica transformou-se, tendenciosamente como dissemos, em instrumento para explicar um imperialismo efetivo ou potencial. Foi o que aconteceu na Alemanha nazista. No entanto, uma série de princípios ativos da Geopolítica, desnudados de qualquer interpretação imperialista, como acontecera com a chamada Escola de Munich, de Karl Haushofer (1869-1946), em sua fase inicial, foram adotados em parte pela escola da Geografia humana dos franceses. Esta escola deu grandes nomes como Jean Brunhes, Vidal de La Blache, Camille Vallaux e outros. Brunhes e Vallaux escreveram essa obra prima de conceituação e filosofia. «La géographie de l'histoire». (Paris, 1921). Mais tarde, verificar-se-á que Hitler e seus aduladores se confessariam apologistas da Escola de Munich, chegando a fazer praça dos seus ensinamentos. Recorde-se, contudo, que um dos filhos de Haushofer, Albrecht Haushofer, professor universitário e divulgador das idéias paternas, participou da resistência anti-hitlerista e foi liquidado pela Gestapo durante o último ano da Segunda guerra mundial. Um teorista soviético o profes-

sor universitário em Kiew, J. W. Semjonow, viu apenas na Geopolítica de Kjellén e de Haushofer uma "geopolítica fascista".

Contudo, as idéias iniciais de Kjellén não caíram em terreno sáfaro, porque, além da Escola de Munich, suscitaram na Inglaterra os conceitos de Sir Halford Mackinder, com seu heartland, as idéias de William G. East: e nos Estados Unidos, as contribuições de primeira ordem de Nicholas I. Spykman, de Robert Strausz-Hupé, de Richard Hartshorne com o seu "functional approach". Assim, se a Geopolítica, na Alemanha, chegara a ser interpretada como um "instrumento político" ao alcance do Grande Estado-Maior; na Inglaterra e nos Estados Unidos, ela não deixou de empolgar espíritos sedentos da abertura de novos horizontes para uma conceituação geográfico-política em benefício da interpretação das tendências permanentes que uma potência tem de observar na complexa vida internacional. Recorde-se que Mackinder reconheceu na Geografia um "man-travelling" element, isto é a mobilidade que, ao contrário do que muitos pensam, é uma força viva da Geografia, representada pela ação do homem e pelos ideais humanos.

Neste particular, a Geopolítica devassou novos horizontes e abriu ângulos novos. E isto porque a Geopolítica, longe de ser um devaneio especulativo, foi um apoio logístico para o desenvolvimento de uma política dinâmica no mundo internacional. Na Alemanha sustentou-se, antes do início da Segunda Guerra Mundial, que todos os generais teriam forçosamente de ser geógrafos, e que todos os geógrafos teriam forçosamente de ser generais (Hans W. Weigert). A Geopolítica, ou fosse a derivada dos ensinamentos de Ratzel ou de Kjellén, ou fosse uma Geopolítica de modulação menos rígida e mais eclética, seria na realidade uma Geopolítica em marcha, uma Geopolítica

cujos expositores (ou executores) tivessem de levar seus bastões de marechal em seus Knappsäcken. Neste caso, os marechais Von Rundstedt, Von Mannstein e Model teriam de ser excelentes geógrafos. Adotando-se, pois, uma conceituação mais liberal, mais elástica e mais rica de matizes políticos, econômicos e culturais, como fez Nicholas J. Spykman em seu notável "America's Strategy in World Politica" (Nova York, 1942), chegaremos à conclusão de que a Geopolítica existe e pode explicar, ou interpretar muita coisa no comportamento de uma potência na conjuntura internacional. Aliás, neste particular o livro de Saul B. Cohen, "Geography and Politics in a Divided World" (Londres, 1964), é rico de ensinamentos quanto à motivação específica ditada pela Geografia, como criação do homem, no jogo dos elementos físicos com os elementos humanos. A Geopolítica explica o comportamento das potências. Então, a Geopolítica se transformará numa ciência ancilar da Diplomacia. No "século das organizações internacionais", duas tremendas querras mundiais convulsionaram o mundo, motivadas por erros terríveis de comportamento e também pela completa ausência de uma verdadeira Diplomacia. Confiantes na filosofia maciça do Poder, grandes potências fizeram jogadas tremendamente erradas, como aconteceu na Segunda Guerra Mundial. Então, chegar-se-á à conclusão de que o Poder ciclópico e esmagador só pensa obter grandes resultados, quando prescinde da Geopolítica e da Diplomacia. E como disse Jean Gottmann, «de 1940 à 1944 on servit de la Geopolitik à toutes les sauces»...

Nessas condições, a Geopolítica representa uma soma de aquisições novas para a interpretação do comportamento de uma potência e para a explicação dos imperativos que norteiam sua ação na esfera internacional. Ademais, a Geopolítica é um planejamento constante, uma formulação de metas incessantemente renovada, uma afirmação

de propósitos de estabilização de forças tanto nas fronteiras como na "terra-coração". Por causa da Geopolítica, a Geografia passou a ser estudada como organismo vivo e o mapa, noutros tempos fixo, irremovível e condensador gelado de informações, se transformou numa projeção constantemente mutável, porque a Geopolítica outra coisa não faz que lidar com a Política e a Diplomacia, tentando extrair dos ensinamentos de uma e de outra um dinamismo eficiente de superação de crises. Como todo o organismo vivo, o Estado também padece de enfermidades, que são as grandes crises internacionais.

Muita coisa já se escreveu contra a Geopolítica, acusando-a de ser um artificio inventado por intelectuais que deveriam estar dentro de um estado-maior. Um dos mestres da moderna Geografia francesa, JACQUES ANCEL, não deixou de fazer reservas muito severas contra a Geopolítica. Outros especialistas entendem, porém, que a Geopolítica dinamizou a Geografia, passando a ser um instrumento eficiente de aquilatação das tendências permanentes de desenvolvimento e consolidação do Poder nacional, irradiado de um núcleo géo-histórico e depois. transformado no ecúmeno nacional. Historicamente, o caso da formação da Austria, Prússia e Rússia na vida européia. Os destinos históricos do Mediterrâneo antigo paralelizam-se agora com os destinos históricos do Mediterrâneo novo, representado pelas Antilhas, pelo Mar do Caribe e pelo Golfo do México. É outra lição interessante da Geopolítica. Mesmo interpretada em suas demasias de conceituação, a Geopolítica é uma projeção gigantesca de forças em movimento constante. Ela explica os motivos dessas forças em movimento. Ela serve para explicar o caso do Brasil. De um pequeno território litorâneo projetou-se o Brasil no espaço territorial do Desconhecido à procura dos caminhos de expansão, pres-

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

sentidos e depois achados. Foi a marcha em procura do "interior continental", projeção imperialista através do deserto. Em pouco mais de duzentos anos, o processo expansionista centuplicou-se não apenas em território, mas em energia criadora, traduzida na construção de uma sociedade estável. Veremos isso em linhas rápidas.

ESBOÇAMENTO A FUSAIN DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

Antes de mais nada, é curioso assinalar que a expansão territorial do Brasil se antecipou à expansão territorial dos Estados Unidos da América. O Brasil cresceu no período colonial. Os Estados Unidos da América expandiram-se depois da independência das treze colônias da Nova Inglaterra. Aproveitemos neste particular a lição de Flagg Bemis: "Realizara-se o desejo de Jefferson de possuir a Flórida. As desgraças da Europa, a fraqueza da Espanha, a recusa da Inglaterra, da França ou de qualquer outra potência européia de ajudá-la, compeliramna a capitular à jovem República do Ocidente. Exausta por uma geração de guerra convulsa, a Europa carecia, como dissera Castlereagh, de "um período de repouso". O período de repouso europeu foi o período da expansão americana". (1)

Diferente, a expansão do Brasil. O Bandeirismo jogou seus dados. Por isso, o Brasil foi uma explosão de Bandeirismo. Os Bandeirantes valorizaram as virtualidades da terra mercê de insano pioneirismo. Os Bandeirantes impuseram à sociedade estabelecida no Brasil o ritmo violento de um crescimento desassombrado através do Perigo e do Desconhecido, através de terras que foram sendo incorporadas às parcelas, ao domínio da Coroa

⁽¹⁾ Samuel FLAGG BEMIS "A diplomatic history of the United States", Nova York, 1942, pág. 195.

portuguesa. No quadro geral da política de previsão do governo de Lisboa sucedem-se os lances de expansão. Primeiro, será a política do Conde de Castanheira, ministro de Dom João III. Depois de 1640, será a política sagaz do Conselho Ultramarino. A geodésica Norte-Sul do Tratado de Tordesilhas será o limite ocidental dos quinze quinhões territoriais distribuídos por Dom João III, como capitanias hereditárias, a doze fidalgos de prol. Se essa forma de administração alcançou resultado na Madeira, Açores e Cabo Verde, nas terras americanas, através de 1534 a 1549, representará uma quadra de malogros para quase todos os capitães-mores donatários. Por causa desse fracasso colonizador surgiu em 1549 o primeiro Governador geral.

Se o Tratado das Tordesilhas foi uma vitória da diplomacia portuguesa, a instituição do Governo geral do Estado do Brasil foi outra vitória do espírito político portuquês que, no seu realismo, se convenceu do fracasso das capitanias hereditárias; mas, se convenceu também da urgente necessidade de colonizar a nova terra. Por conseguinte, a Corte de Lisboa mudou de bordo e encarou as realidades do Brasil com absoluta objetividade crítica, como se diria hoje. Começam os primeiros impetos de expansão. As autoridades portuguesas convencem-se da necessidade de ultrapassar o meridiano das Tordesilhas, bem como descobrir no Brasil coisas parecidas com as riquezas do Alto Peru. Inicia-se o ciclo das entradas. explorações feitas na terra demarcada pelo meridiano do Tratado das Tordesilhas. Serão as entradas baianas, pernambucanas, cearenses e vicentinas que devassarão áreas territoriais imensas e combaterão o gentio. Pero de Magalhães Gândavo, em sua "História da Província de Santa Cruz" (de 1576), referiu-se às muitas riquezas que se esperam da Terra do Sertão. A lenda espanhola do El

Dorado anda na boca dos aventureiros. Por isso, os Espanhóis do Alto Peru temem os Portugueses, sabendo que estes podem seguir caminhos misteriosos através do Brasil e penetrar nas terras da Coroa castelhana, onde se acumulam pedrarias e metais preciosos.

Contudo, esses caminhos são incertos, sinuosos, erradios, mais fantasiosos que reais. Pressentem-se coisas, pressentem-se tesouros, pressentem-se aventuras de fôlego, porque as entradas porfiam em aprofundar a penetração lusitana nas terras da América. Se a primeira entrada foi em 1504, como informou Capistrano de Abreu, realizada por Vespucci na região de Cabo Frio, em 1531 ter-se-á a famosa entrada de Pero Lopes de Sousa na costa e no sertão do Rio de Janeiro. Os exploradores fizeram 230 léguas em 60 dias, esperançados de achar tesouros.

O ímpeto expansionista estava dado, porque os poucos homens brancos, diante da vastidão da terra, sentiram-se fadados a um enriquecimento rápido, ou mesmo imprevisto. Martim Afonso de Sousa, em 1531, aportou a Cananéia para esperar o retorno de uns tantos aventureiros portugueses que se teriam embrenhado na selva à procura de ouro e prata e seguido o caminho de Aleixo Garcia. Este Aleixo Garcia acabou chegando ao Chaco Boreal. Em 1530 Martim Afonso de Sousa, seguindo o exemplo de Solis, português a serviço de Castela, explorou o Prata, conheceu os índios Carandins, regressou ao Brasil para fundar em 22 de janeiro de 1532 a vila de São Vicente. A esta vila chegou Anchieta em 1563 em companhia de Cunhambebe, depois de ter passado cinco meses de destêrro entre os selvagens de Ubatuba. (1) Nesta

⁽¹⁾ Joaquim Thomaz, "Anchieta", Rio de Janeiro, 1954, pág. 98. Consultar também o admirável "Anchieta/O Apóstolo do Brasil", de Hélio Abranches Viotti, S. J., São Paulo, 1966.

fase da fundação e do povoamento do Brasil tudo pode ser lendário, tudo pode ser mítico, tudo pode ser fantasioso. Apalpava-se a terra. Mas, havia muita verdade nas informações que os Portugueses obtinham com penoso sacrifício e muita espionagem. Como quer que seja, a terra ali estava a seduzir o aventureiro, porque é verde, porque é imensa, porque é cortada de rios serpenteantes, porque o mistério adeja por toda a parte. É a angustiosa epopéia do devassamento das terras. É a epopéia do achado de riquezas. É a epopéia da mistura de sangue europeu com sangue indio. É a epopéia da Cruz, da Espada e da Esperança.

Certa vez disse Mendes Corrêa: "Os Estados não se concebem sem determinado território, sem um certo foco geográfico de formação e irradiação. Este foco lhes imprime uma fisionomia particular. Por mais afinidades históricas, étnicas e espirituais que unam, como unem, o Brasil e Portugal, por maiores que seiam, como são, os lacos de descendência ou de fraternidade que há entre os dois países, o Brasil, outrora fracção de Portugal, não é nem jamais será simplesmente Portugal. Quem pode hoje recusar-lhe uma fisionomia própria, independentemente mesmo da sua situação e conformação territorial e apesar do papel dos portugueses na sua genese e existência?" No Brasil. São Salvador e São Vicente foram os focos geográficos de irradiação. As entradas de resgate, às quais se referiu Frei Vicente Salvador, saem de São Salvador ou de Ilhéus em direção ao vale do São Francisco. Afinal, os conquistadores de terras conhecem um grande rio com seu imenso vale, o São Francisco. O Brasil começa a crescer e começa a mudar, quando abebera seu gado nas águas do São Francisco. Mas, os sertões são difíceis por causa de sua vegetação fechada, seus rios caudalosos, suas serranias abruptas. Caberá aos Bandeirantes de São Paulo a função histórica de triplicar a área do Brasil estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494. Na Capitania de São Vicente luzem as esperancas da sobrevivência, capitania tão bem estudada em seus primórdios por Washing-TON Luis. Afirmou Ioão RIBEIRO que "só a formação de uma raca inteiramente aclimada ao solo e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados"; — e daí surgiram as gigantescas bandeiras do ouro de lavagem, da preagem do índio e da descoberta dos territórios de mineração em Minas Gerais, da descoberta do baixo Tocantins pelo paulista Pedro Domingues em 1613. do devassamento dos Goiases e de Mato Grosso. A epopéia do devassamento e conquista de territórios imensos pelos Bandeirantes dá cuidados aos Espanhóis nas cristas dos Andes ou nas mesetas bolivianas. A mesopotâmia Tocantins-Araquaia, integrada nos domínios da Coroa, franqueia o caminho para a Amazônia. No século XVIII, "o ouro, muito mais que a pecuária, foi que propiciou o surto de vilas e cidades em o nosso hinterland". conforme assinalou Basílio de Magalhães.

Brasil prodigioso, cujo crescimento se faz nas intercadências da expansão bandeirante. Buscam-se riquezas minerais; mas, as ilusões são muitas. De muito existem florestas, rios e montanhas, porque o relêvo da terra é desigual. Nesse território imenso perdem-se as bandeiras, como formações de formiguinhas. E por mais que se procurem riquezas minerais, a terra se furta a desvendá-las. Contudo, populações porfiam, até que em Minas Gerais se acham ouro e diamantes. Então, arma-se nas serranias de Minas um cenário novo, a mostrar que o Brasil se diferenciava de Portugal, tanto no sentido econômico como no sentido social. Assiste-se ao paralelismo entre a instabilidade social, e o esforço voluntário de organização de uma sociedade; assim, os foras-dallei (e será o caso típico de Borba Gato) dominam nos arraiais de mineração, mas,

perseguidos, serão os devassadores dos confins de Mato Grosso. A instabilidade social acompanha o devassamento territorial.

Os Jesuítas batem-se pela defesa dos índios, reagindo contra a brutalidade dos colonos, em particular no Grão-Pará e Maranhão. Recorde-se que na América espanhola existiam as encomiendas com seu regime de trabalho forçado e sem contrato de salários, por meios das quais se fazia o cativeiro dos índios em larga escala. Existiam também as mitas, com seu trabalho temporário, mas forcado. (1) Os Jesuítas suavizaram as relações entre os colonos brutais e os indígenas ariscos, exercendo uma função corretiva que os tornaria mal-encarados pela gente rica da terra. Na Amazônia o missionário é Jesuíta. Na Amazônia o Padre Vieira desempenhou papel importantíssimo, quer como homem de ação, quer como observador literário e social, esse Vieira que Oliveira Martins considerou o "verdadeiro monarca de Portugal" no tempo de Dom João IV.

O ciclo do ouro e dos diamantes, dinâmico modificador estrutural da sociedade colonial brasileira nos séculos XVI e XVIII, encontrou sua consagradora expressão no Tratado de Methuen (o tratado de comércio), assinado em Lisboa em 27 de dezembro de 1703 e constante apenas de três artigos. Importou muito à Inglaterra assinar esse tratado com Portugal, porquanto o velho Reino já era o mais importante fornecedor de ouro em barra ou ouro amoedado ao mercado inglês. Por conseguinte, com o ouro do Brasil saldava-se a balança comercial anglo-portuguesa. Francisco Antonio Corrêa, autor de uma excelente "História econômica de Portugal", numa comunicação impressa em opúsculo e feita à Aca-

⁽¹⁾ SILVIO A. ZABALA, La encomienda indiana", Madrid, 1935.

demia das Ciências de Lisboa, em 1930, disse o seguinte: "Dez anos depois de assinado o tratado de Methwen, escrevia-se em Inglaterra que ele fora um ato de traição e que o negociador, já morto, merecia que lhe tivessem cortado a cabeça, em vida. Os partidos políticos também o tomaram como base de discussão: os tories defendiam a sua legitimidade; os whigs, pelo contrário, contestavam a sua legitimidade, prestigiando as regalias do Parlamento. Os nacionalistas, inimigos da França, exaltavam a obra de Methwen, que colocava os vinhos franceses em inferioridade permanente. Os livre-cambistas, que viam a vantagem de uma aproximação econômica com a França, não deixavam de o combater" ("O Tratado de Methwen", Lisboa, 1930, às págs. 12 e 13).

Quando Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madrid, de 1750, que definiu as soberanias na América do Sul de ambas as Coroas, o Brasil adquiriu uma individuação característica própria, porque as capitanias hereditárias haviam sido incorporadas à Coroa; os dois governos diferentes da antiga colônia, o do Estado do Brasil e o do Estado do Grão-Pará e Maranhão, haviam sido fundidos num só em 1763; e administrativamente o Brasil era um Vice-Reino governado por fidalgos de prol. Mas, o século XVIII será o século da grande arrancada amazônica; será o século da fundação da Capitania d'El-Rey, depois Capitania de São Pedro do Rio Grande; será o século da procura das fronteiras naturais para o Brasil, ilha-continente, como lhe chamou JAIME CORTESÃO; será o século da incorporação da hinterlândia amazônica, como disse Arthur Cesar Ferreira Reis. Na verdade, o Tratado de Madrid foi uma licão admirável de aproveitamento dos grandes acidentes físicos — rios, serranias, cristas de montanhas — como limites inquestionáveis e definidos. Com a fundação de Colônia do Sacramento na riba seten-

trional do estuário platino conseguira o Brasil o seu limite meridional. Na Amazônia era Portugal senhor da foz do rio-mar, bem como das duas margens do rio até aos confins com o Alto Peru. Na fronteira Oeste, o vazio geográfico será vencido com a construção do Forte do Príncipe da Beira e a ultrapassagem do rio Paraguai. Assim, os Portugueses definiam e estaqueavam, por assim dizer, uma imensa fronteira que carecia ser vigiada e quarnecida. Essa foi a razão por que Pombal mandou construir o Forte do Principe da Beira na terra avançada do Guaporé, bem como construiu a fortaleza de Macapá, o forte de Tabatinga e a linha de fortins de São José de Meribaitanas, na Amazônia. A descoberta e o assenhoreio do ouro de Cuiabá foi uma facanha de tal porte que arrancou a Robert Southey os seguintes comentários: "Foi no coração mesmo da América do Sul que o paulista Pascoal Moreira Cabral descobriu as minas de Cuiabá, minas que desde há muito estariam nas mãos dos Espanhóis do Paraguai ou de Santa Cruz, se houvessem eles possuído metade do gênio empreendedor e da atividade dos brasileiros". (1)

O Tratado de Madrid ficara como uma construção ciclópica. Quando Ricardo Wall sucedeu a Carbajal y Lancaster na chefia dos Negócios Estrangeiros da Espanha, pediu ao Oficial-Maior da Secretaria dos Negócios Estrangeiros uma opinião sobre a importância do Tratado de Madrid. Francisco de Auzmendi, Oficial-Maior da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, deixou por escrito o juízo que fazia do Tratado: "La substancia del Tratado consiste en mutuas concesiones y partir un grandísimo terreno despoblado. Nosotros damos á Portugal lo que no nos sirve y a ellos les será muy util y Portugal nos dá

⁽¹⁾ Roberto Southey, "História do Brasil", vol. V. pág. 331.

la Colonia y el rio de la Plata que no les aprovecha y nos destruye. (Anais da Biblioteca Nacional, t. 52, pág. 34).

Esse grande Tratado permitirá desafogo nas relações entre Portugueses e Espanhóis durante algum tempo, isto é, enquanto não ocorrerem as guerras do Prata motivadas por Colônia do Sacramento. Mas, através do imenso território de Mato Grosso — fronteira pioneira que os Portugueses buscavam consolidar —, sucedem-se as explorações dos Bandeirantes. Fernando Paes de Barros em 1734 descobriu os garimpos de São Francisco Xavier e Sant'Ana e o rush de aventureiros foi tão grande que em 1737 a região do Guaporé se encontrava ocupada e vasculhada pelos Portugueses.

Em 1737 Simão e Estêvam Correia, descobridores do ouro do Guaporé, fundaram um arraial chamado Pouso Alegre, que foi a crisálida de Vila Bela de Mato Grosso, capital da Capitania até 1820. Outros desbravadores porfiaram no devassamento de terras, sendo de notar que José Barbosa de Sá foi até Santa Cruz de la Sierra em suas andanças no ano de 1743. A viagem de Barbosa de Sá foi altamente proveitosa, porque indicou aos Portugueses o plano espanhol de ultrapassagem do rio Guaporé e ocupação de terras que eram portuguesas. Quando Dom Antonio Rolim de Moura, Senhor e depois Conde de Azambuja, foi nomeado Capitão-General Governador de Mato Grosso, os manejos espanhóis de Chiquitos, de Santa Cruz de la Sierra e de Sucre passaram a preocupá-lo. e de tal forma, que Dom Antonio Rolim de Moura resolveu fazer uma larga viagem de inspeção, uma monção de povoado (como se dizia na região, nesse tempo) para tomar conhecimento direto das violações cometidas pelos Castelhanos da linha do Tratado de 1750. O curso do Mamoré-Guaporé era o limite entre Portugal e Espanha nessas paragens.

Confirmaram-se os pressentimentos do Capitão-General Governador, que resolveu estabelecer uma fortificação no Sítio das Pedras, à beira do Guaporé, para vedar a passagem clandestina de espanhóis. Essa fortificação, que foi construída sob as vistas do Governador e Capitão-General chamou-se mais tarde Nossa Senhora da Conceição e chegou a ser atacada na guerra entre Portugal e Espanha em 1763 por colunas castelhanas procedentes de Santa Cruz de la Sierra.

Os acontecimentos suscitados por Colônia do Sacramento obrigaram Pombal a tomar providências administrativas importantes: assim, a capital do Brasil foi transferida de São Salvador para o Rio de Janeiro em 1762. Doutras providências tomadas pelo poderoso Primeiro Ministro dirá J. Lúcio de Azevedo:

"O povoamento do território mereceu ao ministro especial cuidado. O Amazonas, imenso e deserto, foi particularmente atendido. Para os núcleos do delta se transferiram, idos dos Acores, trabalhadores agrícolas, nos chamados navios dos casais, e os habitantes portugueses da praca de Mazagão, abandonada aos Mouros em 1769. Os descendentes destes últimos colonos, conhecidos por mazaganistas, eram tidos no Pará por pessoas nobres, alguns por certo da linhagem dos antigos cavaleiros. Não assim os que o governo mandara no ano anterior para Mato Grosso, homens tirados das galés e obrigados a casarem-se com mulheres chamadas da Estopa, presas condenadas a trabalhos de cordoaria no Arsenal. Os ciganos, de que havia muitos no Brasil, passante de mil somente no sertão da Bahia, foram outro elemento, de duvidosa qualidade, igualmente aproveitado. Por

ordem da corte deram-lhes casa em 1761 as autoridades, e os coagiram a deixar a vida nômade. Muitos então arrendaram terras, e se consagraram à lavoura com os filhos e filhas. Atilada era a idéia de utilizar toda a classe de povoadores. Para terras virgens ou quase virgens requeria-se neles unicamente vigor físico e energia moral. As virtudes viriam quando se tivessem depurado as almas no crisol do trabalho e da prosperidade". (1)

A consolidação dessas fronteiras transformou-se num imperativo para as autoridades portuguesas. A Amazônia e as terras de Mato Grosso representavam um imenso flanco aberto que carecia de ser defendido. Daí, pois, as providências acauteladoras de Pombal. Daí, pois, o propósito de política permanente de totalização da Amazônia em poder da Coroa portuguesa. Quando no reinado de Dona Maria I foi assinado o infeliz tratado de Santo Ildefonso, por esse mesmo tratado o Brasil perdeu o sequinte: Colônia do Sacramento: os Sete Povos das Missões do Alto Uruquai; bem como território, porque a linha de limites cortaria a Capitania d'El-Rey, de Norte a Sul, pela parte central do seu território. As autoridades portuguesas do Brasil não desanimaram de recuperar o território perdido pelo lamentável tratado de 1º de outubro de 1777. Por isso mesmo, perseveraram numa atitude de alerta nos confins da Amazônia, preparando-se para impedir qualquer ataque castelhano. Assim, a fronteira na Amazônia perfilou-se com seu recorte característico que teria de ser consolidado pela política de defesa militar, pela política de aproveitamento econômico e pela colonizacão.

J. Lúcio de Azevedo, "Novas Epanáforas", Lisboa, 1932, págs. 50 e 51.

Com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, a situação mudará. Em manifesto às potências datado de 1º de maio de 1808, o Príncipe Regente Dom João, depois de ter denunciado o Tratado de Santo Ildefonso, declarou írrito e nulo o Tratado de Badajoz. O Príncipe Regente ordenará a conquista da Guiana francesa bem como a incorporação da Banda Oriental do Uruguai ao Brasil, sob a designação oficial de Província Cisplatina.

A Guiana francesa esteve ocupada de 1808 a 1817, havendo sido restituída à França de conformidade com uma Convenção assinada pela França com o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Contudo, a ocupação da Guiana francesa foi a réplica dada por Portugal às brutalidades cometidas pelos marechais e soldados franceses durante as três desastradas invasões do território português por Junot, Soult e Massena. Ademais, é preciso salientar que Talleyrand, tanto em Paris como em Viena, em 1814 e 1815, tentou fazer prevalecer a tese de que o rio Araguari fosse o limite da Guiana francesa com o Brasil, tese rebatida pelos diplomatas portugueses Conde de Funchal e Marquês de Marialva.

Os acontecimentos no Prata. Imperialismo do Conde de Linhares. Intervenções Portuguesas — A presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro surpreendeu as autoridades espanholas do Vice-Reinado do Prata com um impacto muito especial. Naturalmente compararam o fino espírito político revelado pela Corte de Lisboa ao transferir-se para o Rio de Janeiro, com a ausência total de sentido político da Corte de Madrid, que caíra na armadilha traçada por Napoleão. Os espanhóis de Buenos Aires e Lima imaginaram que a Corte portuguesa no Rio de Janeiro só poderia acarretar-lhes dificuldades. Por isso, se esquivaram durante algum tempo a entreter relações com

a Corte portuguesa do Rio de Janeiro, argumentando que o governo lusitano tinha sua sede tradicional em Lisboa, e não no Rio de Janeiro.

Napoleão, com muita velhacaria, aprisionara a família real espanhola e colocara no trono espanhol seu irmão José, a imagem da incompetência ademais de beberrão. José Bonaparte só poderia manter-se no governo, se apoiado por um grande exército francês aquartelado na Espanha. Ora, nesse momento um grande exército francês ocupava os pontos mais estratégicos do território espanhol, dispondo desse território como se fosse roupa de franceses, para usar-se a comparação tradicional.

Se Napoleão tinha o destino da Espanha em suas mãos; se o território espanhol fora ocupado por três grandes exércitos franceses; se a família real espanhola se encontrava següestrada em Valençay; que governo poderia existir na Espanha bem como exercer sua ação politica e administrativa no Novo Mundo? As Cortes espanholas, isto é, o Parlamento, existiam no papel; mas, tinha vida ativa a Iunta Central, de Sevilha, que orientava a ação anti-francesa no território castelhano. Por consequinte, não seria de estranhar-se que Napoleão alimentasse veleidades de exercer seu domínio nas terras americanas pertencentes à Coroa espanhola. Contudo, a Espanha existia — e reagia com bravura ao despotismo napoleônico. A Espanha tinha uma dinastia, pouco importando que a casa real estivesse següestrada em território francês por obra nefanda de Napoleão, Talleyrand e Fouché. Ademais, Carlota Joaquina, casada com o Príncipe Regente Dom João, era irmã de Fernando VII d'Espanha. O velho estadista Conde de Floridablanca publicara em Múrcia um manifesto, no qual apresentou Carlota Joaquina como herdeira necessária. Começará então uma grande intriga política da qual será figura principal Carlota Joaquina.

Intriga que se desenvolverá em Cadiz, Sevilha, Lisboa, Rio de Janeiro e Buenos Aires; intriga de duplo propósito:
— evitar que Napoleão se arrogue o direito de governar nos domínios hispânicos da América e ao mesmo tempo conseguir ou que a Princesa seja escolhida pela Junta Nacional de Sevilha, Regente da Espanha; ou então, malogrado este plano, que ela seja proclamada Rainha de uma nova Espanha na América do Sul. Era um plano de largo remígio e, por isso mesmo, muito perigoso.

Em 1808, Linhares, Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, deu o primeiro passo oferecendo ao Cabildo de Buenos Aires, proteção em nome do Príncipe Regente.

É preciso assinalar que, antes da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, os ingleses traçaram o plano de um ataque a Buenos Aires e Montevidéu. Em 24 de junho de 1806 uma esquadra inglesa atacou o forte de Ensenada, comandado por Santiago de Liniers, francês de nascimento, a serviço da Espanha desde 1774 e em Buenos Aires desde 1788. Conforme afirmou Paul Groussac, Liniers, aos 53 anos de idade, cavaleiro da Ordem de Malta, oficial de marinha competente, mas desprotegido, iria sair da penumbra, em que vivia, para a posteridade. Alto, elegante, belo, unia uma extraordinária sedução pessoal a uma bravura fria e bem orientada.

No dia 25 atacaram os ingleses. Na véspera, depois de uma festa familiar, o Vice-Rei Marquês de Sobremonte estivera na Casa das Comédias para assistir à primeira representação em Buenos Aires do "El sí de las niñas", de Moratín. No camarote oficial surgiu um ajudante-deordens que entregou dois papéis ao Vice-Rei, chamarrado de dourados. Os ingleses haviam desembarcado. Sobremonte procedeu com singular negligência. Os ingleses venceram em Quilmes e Puente de Gálvez. Apesar dos

protestos de Varela, Capdevila e Murguiondo, Buenos Aires capitulou. Sobremonte, tomando seu rapé, gozava as delícias das montanhas de Córdoba... Liniers assume o comando. O povo de Buenos Aires impeliu os cabildantes a fazerem a famosa declaração de 18 de julho de 1806, segundo a qual, visto estar o Vice-Rei no interior e achar-se suspenso o Tribunal da Real Audiência e juramentado pelos ingleses o Cabildo de Buenos Aires, erigia Ruiz Huidobro, governador de Montevidéu, em chefe supremo das terras, podendo proceder com plena autoridade para salvar Buenos Aires. Tal decisão galvanizou o entusiasmo popular.

A expedição da reconquista de Buenos Aires foi equipada e custeada pelos comerciantes fortes e pelo povo de Montevidéu. Aí residia uma prova do vigor da tradição mercantilista de Montevidéu. Nesse tempo, o Uruguai tinha uma população pouco inferior a 50.000 habitantes. No entanto, a expedição se compôs de 1.400 homens, protegidos por 22 navios. (¹) Os donativos do comércio de Montevidéu subiram a 252.438 pesos, havendo um particular, Don Mateo Magariños, dado 10.414 pesos, conforme informou Andrés Lamas. À frente das tropas, Liniers se encarregou da reconquista de Buenos Aires. Capitulam os ingleses com todas as bandeiras, 35 canhões, 1.600 espingardas, além de terem perdido mais de 300 homens.

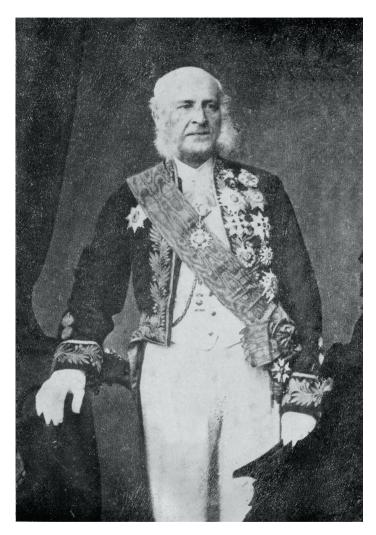
O governo inglês despachou duas novas expedições de 4.000 homens, uma destinada ao Rio da Prata sob o comando do general Achmuty, e outra contra o Chile, sob o comando do brigadeiro Graufurd. Cientes da capitulação do general Beresford em Buenos Aires, os ingleses mudaram de planos e as duas expedições foram

⁽¹⁾ BAUZA, "Historia de la dominación española en el Uruguay", vol. II, liv. VII.

conjugadas sob o comando do general Whitelocke, A 3 de fevereiro de 1807, as tropas britânicas se apoderaram de Montevidéu, comandada pelo Vice-Rei Sobremonte. que procedeu da mesma forma que em Buenos Aires: isto é, fugiu diante do inimigo. Senhores de Montevidéu e de Maldonado, os ingleses resolveram atacar Buenos Aires, com efetivos de 12,000 homens. A 28 de junho. o exército inglês, de cerca de 9.000 homens, desembarcou em Ensenada e marchou sobre Buenos Aires. Liniers avancou impulsivamente ao seu encontro. Depois de alguns reveses iniciais, Liniers e Martin de Alzaga controlaram a situação, resistiram heroicamente e os invasores tiveram perdas tão altas que negociaram a evacuação de Buenos Aires e a restituição de Montevidéu e de Maldonado, o que se efetuou a 6 de julho de 1807. A vitória de Buenos Aires e de Montevidéu, confiantes em seus próprios recursos, ante as investidas de um poderoso inimigo, fora integral. Desapareceria a idéia da fixação dos ingleses no Prata. (1) Liniers foi então feito Vice-Rei. Coube a Liniers responder em 1809 às cartas do Brigadeiro Curado, governador de Porto Alegre, cartas que representavam o comeco do plano do Príncipe Regente Dom João e do seu Ministro, o Conde de Linhares.

Que deveria fazer Curado? Sondar as condições reinantes no Prata em relação aos desígnios de Portugal? Estabelecer um entendimento secreto entre Liniers e os portugueses? Preparar algum empreendimento de natureza imperialista para consolidar (ou expandir) as fronteiras portuguesas no Sul? Como aliado da Inglaterra, o governo português sabia que a expedição militar sob o comando de Beresford, que tentara estabelecer uma ponta-de-lança no Prata, fora expulsa de Buenos Aires, Montevidéu e

⁽¹⁾ TEIXEIRA SOARES, "A significação internacional do Rio da Prata nos séculos XVIII e XIX", Montevidéu, 1948, págs. 33 e 34.



Visconde do Rio Branco (1819-1880)

Maldonado. Ademais, o Conde de Linhares, segundo relatou Oliveira Lima, escrevera uma carta reservada para Buenos Aires, concitando-a à rebelião e convidando o Vice-reinado a submeter-se à proteção portuguesa. De dia para dia, a intriga tomava maior voadura.

Em 1809 chegou ao Rio de Janeiro, a bordo da corveta Mercúrio, o marquês de Casa Irujo, plenipotenciário de Fernando VII e enviado pela Junta Central espanhola, de Sevilha. O diplomata espanhol tinha o propósito de cuidar da integridade dos domínios reais no Prata e, ao mesmo tempo, resquardá-los não só do movimento revolucionário, que se aproximava, bem como salvá-los da cobiça lusitana. È claro que Carlota Joaquina viu com sumo agrado a chegada do diplomata espanhol, porque dele iria utilizar-se para movimentar seu complicado taboleiro de xadrez político. A princesa contava ganhar a partida. Chegou um momento em que Manuel Belgrano, Casteli, Puyerredón, Mariano Moreno e outros grandes nomes de Buenos Aires abraçaram a causa da princesa. Preferiam a infanta espanhola a quaisquer incertezas políticas. Belgrano manteve-se em inteligência com a princesa em 1808 e 1809, por meio do franciscano Chambo, de Presas, de Contucci e de Saturnino Rodriguez Peña, este último no Rio de Janeiro. A teia-de-aranha da espionagem em prol de Carlota Joaquina aumentava e parecia ir de vento em popa. Em setembro de 1809, Contucci escrevia a Linhares: "Muito, Senhor Conde, he o partido que tem aqui a Senhora Princesa; já não há pessoa que desconheça os seus direitos, e a não deseje; menos o Governo e os seus secretários, os quais só querem seguir a sorte da metrópole e assaltam descaradamente a todos que defendem esta justa causa. He preciso, Exmo. Senhor, Cautela" (carta citada por Oliveira Lima). Claro que, nessa altura, os agentes de Carlota Joaquina traba-

lhavam com intensidade, fazendo campanha de proselitismo. O que dantes fora trabalho subterrâneo escancara-se à plena luz. Não havia mais conveniências ou rebuços. Perplexo com a marcha dos acontecimentos, Liniers respondeu, irritado, ao Conde de Linhares, falando em nome do Cabildo de Buenos Aires. Na capital platina pensouse mesmo em invadir a Capitania d'El-Rey com tropas de Montevidéu para apagar a ofensa recebida de Linhares.

O plano de Carlota Joaquina, por mais paradoxal que pudesse ser, foi posto em prática pelo Conde de Linhares, - o engenho político mais dinâmico e mais "imperialista" do governo do Príncipe Regente. Linhares pensou em despachar a Buenos Aires, não mais a princesa. mas o sobrinho desta, o Infante Dom Pedro Carlos, com plenos poderes para tratar do estabelecimento de uma regência em nome da princesa, fazendo-se assim abortar o movimento revolucionário que se estava tramando. Linhares não perdia tempo com delongas ou expedientes incompletos, porque era partidário de solucões rápidas e definitivas. Nessa altura, a Junta de Sevilha afastou Liniers, considerando-o francês, e nomeou Hidalgo Cisneros para o posto de Vice-Rei. Cisneros falava, no entanto, em nome de um monarca, prisioneiro de Napoleão; e tampouco era homem que procurasse inteirar-se do que se passava à sua volta, revelando pouca perspicácia para compreender o que se urdia na sombra. Em Montevidéu, o governador Javier Elio rezava pela mesma cartilha.

Em 1810 verificou-se o movimento revolucionário em Buenos Aires. Os patriotas portenhos trataram desde logo de assenhorear-se do Uruguai, despachando tropas para efetuar a ocupação. Artigas rebela-se contra o domínio espanhol, e contra as tentativas de conquista de Buenos

Aires. Carlota Joaquina vê seus planos complicados por esses acontecimentos imprevistos. Em desespero de causa, Elio solicitou o apoio da princesa. Não houve muito que esperar. Dom Diogo de Sousa, Conde de Rio Pardo, cumprindo instruções do Rio de Janeiro, atravessou a fronteira à testa da infantaria portuguesa. Enquanto isso, na Corte do Rio de Janeiro, as grandes figuras dessas intrigas internacionais continuavam o jogo: a princesa Carlota Joaquina, o marquês de Casa Irujo, o Almirante Sir Sidney Smith e Lord Strangford, embaixador de Sua Majestade Britânica, que se arreceiava muito da atividade de Linhares.

Dom Diogo de Sousa, enérgico e rápido, invadiu o Uruguai, levando a desolação a toda a parte. Antes da batalha de Las Piedras, a Junta de Buenos Aires enviou ao Rio de Ianeiro Manuel de Sarratea, homem de boas falas e melhores maneiras para estabelecer um acordo com Portugal. Esse acordo implicava na terminação do domínio de Fernando VII e no estabelecimento de um regime monárquico constitucional no Prata, sob a égide da princesa Carlota Joaquina. A Inglaterra não via esse plano com bons olhos. O Conde de Palmela (conforme informou Oliveira Lima) convenceu-se de que a gente de Cádiz não nomearia Carlota Joaquina, Regente da Espanha, e muito menos com um governo autônomo em Buenos Aires. Através dessas vicissitudes bem como das etapas de sua política ambiciosa, Carlota Joaquina, não perdia ensejo de namorar o Conselho Supremo de Regência da Espanha, governando em nome de Fernando VII, como prova a seguinte carta de 28 de junho de 1812, enviada do Rio de Janeiro:

> "io os ruego que hagais presentes al Augusto Congreso de las Cortes mis sinceros y

constantes sentimientos de amor y fidelidad a mi querido hermano Fernando, y el sumo interes que tomo por el bien y felicidad de mi amada Nación: dandoles al mismo tiempo mil enhorabuenas y mil agradecimientos por haver jurado y publicado la Constitución. Llena de regociso voy a congratularme con vosotros por la buena y sabia constitución que el Augusto Congreso de las Cortes acaba de jurar y publicar con tanto aplauso de todos, y mui particularmente mios pues la juzgo como base fundamental de la felicidad y independencia de la Nación, y como una prueba que mis amados compatriotas dan a todo el mundo del amor y fidelidad que profesan a su legitimo soberano, y del valor y constancia con que defienden sus derechos y los de toda la Nación: guardando exactamente la constitución, venceremos; y arrollaremos de una vez al tirano usurpador de la Europa. — Dios os Guarde muchos años. Palacio del Rio de Janeiro, à los 28 de junio de 1812. Vuestra Infanta, Carlota Joaquina de Borbón. - Al Congreso Supremo de Regencia de las Españas à nombre de Fernando Septimo". (1)

Ante a invasão portuguesa de Dom Diogo de Sousa, verificou-se então esse drama gigantesco, — o êxodo do povo uruguaio —, friso heróico em que mais de 20.000 pessoas, de ambos os sexos, gaúchos, índios, próceres como Barreiro, Suárez, Bauzá, Monterroso, a pé ou em carreta, com seus frageis haveres e seu gado, abandonam os lares, emigrando para Entre-Rios, sob o comando de

⁽¹⁾ Citado por ANTÔNIO DA SILVA LOPES ROCHA, em sua obra «Injuste acclamation du Sérénissime Dom Miguel», Paris. 1828, pág. 10. Obra rara.

Artigas. Como disso muito bem Juan Zorilla de San Martin, em sua obra "La Epopeya de Artigas", o caudilho uruguaio carregou seu povo sobre seus ombros de gigante.

Buenos ires alarmou-se com a invasão portuguesa do Uruquai. A invasão coincidiu com uma série de perturbações e divergências internas que enfraqueciam o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata. Lord Strangford, raposa matreira, que, como disse Oliveira Lima, "era um desses diplomatas do tipo de Lord Strafford de Redcliffe, Sir Robert Morier e Lord Cromer, que a Inglaterra costuma exportar para certos países: que têm mais de protetores do que de negociadores, e que impõem com mais brutalidade do que persuasão o reconhecimento egoista dos interesses dos seus concidadãos e da sua nação" (ver Dom João VI no Brasil", 1ª edição, vol. I, pág. 374), Lord Strangford alarmou-se com a possibilidade de um conflito entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro. Portugal e Espanha eram aliados da Grã-Bretanha na guerra contra Napoleão. Por que motivo ficarem divididos os governos do Rio de Janeiro e de Sevilha, por causa dos assuntos do Prata? Era, pois, um taboleiro complicado, que demandava sagacidade por parte dos estadistas portugueses e portenhos.

Buenos Aires não ocultava os propósitos anexionistas em relação ao Uruguai. Em 1814 portenhos e uruguaios, aliados, venceram o capitão-general Vigodet, chefe dos espanhóis. Mas, portenhos e uruguaios, de assomo em assomo de audácia, invadiram em sortidas traiçoeiras o território brasileiro.

Em pouco tempo, o governo do Rio de Janeiro tomou providências enérgicas: o Tenente-general Carlos Frederico Lecor. Barão e Visconde de Laguna, à testa de 6.000 soldados, invadiu o Uruguai, derrotando Rivera em India Muerta, vencendo em Chafalote e ocupando Maldonado. Em conjunção com a esquadra do Conde de Viana, Lecor procedeu a operações em larga escala, derrotando Artigas, em San Borja, Catalán e Ibirocai. Artigas, Rivera e Manuel Barreiros, antes de abandonarem Montevidéu, determinaram fosse a praça incendiada. No entanto, o Cabildo revoltou-se contra semelhante ordem. Antes de entrar em Montevidéu, Lecor recebeu uma delegação do Cabildo que lhe entregou as chaves da cidade. Lecor entrou, como vencedor, em Montevideu, em 20 de janeiro de 1817. Afinal, Lecor derrotou Artigas na batalha de Tacuarembó, em 1820.

Os limites entre o Reino do Brasil e a Banda Oriental foram fixados pela Convenção de 3 de janeiro de 1819. A linha de fronteira começava a Sudeste da fortaleza de Santa Tereza e chegava ao rio Arapei, afluente do Uruguai.

A incorporação da Banda Oriental, sob a denominação de Província Cisplatina, ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, se fez pelo tratado de 31 de julho de 1821. Os limites entre o Brasil e a Província Cisplatina foram os seguintes: do rio Cuaraim à coxilha de Sant'Ana, entre o rio Santa Maria e o arroio Tacuarembó Grande; daí até às cabeceiras do rio Jaguarão e até à Lagoa Mirim; daí pelo ponta de São Miguel até o arroio Chuí e o Oceano Atlântico. De um modo geral, era a linha de 1819 do rio Cuaraim até ao Atlântico.

A fronteira lá estará, resumindo mais de cem anos de lutas pelo limite natural, o limite na riba setentrional do estuário do Prata. Por isso, dirá Moysés Vellinho com profundeza crítica:

"As sesmarias eram em verdade latifúndios. Emendadas umas às outras, formavam aqueles desertos de gente que tanto impressionariam o governador Soares de Andréia. Mas já não desempenharam, segundo acentuou João Pinto da Silva, o papel de fixar o espírito de vizinhança. As campanhas não serviam mais para cenário de simples correrias ou valhacouto de gaudérios, desertores ou criminosos. As práticas da campeiragem continuavam sob a mesma tensão e os mesmos rasgos de projeção individual, mas agora condicionadas pelos limites da propriedade, disciplinadas pelos interesses econômicos de uma incipiente organização pastoril. Passara o tempo do assalto impune aos rebanhos. Os antigos bandoleiros da região, rechacados, constituiam agora uma ameaca que vinha do outro lado da fronteira. Eram tratados como inimigos externos ou indesejáveis". (1)

Esfumara-se o sonho de Carlota Joaquina. Mas, vincara-se a política imperialista de Linhares traduzida na incorporação da Cisplatina.

Na Hiléia Amazônica. Mas, que dizer das dilatadas fronteiras do Oeste e do Norte?

A formação dessas fronteiras foi diferente da fronteira que cortara a zona altamente sensibilizada das grandes terras do Sul.

As fronteiras do Norte e do Oeste não constituiram apenas o resultado de uma ocupação, antes de mais nada, militar. Essas fronteiras foram feitas com muita audácia — e pouca gente. Quer dizer que elas representaram o resultado direto e imediato de uma política de ação da Corte de Lisboa.

⁽¹⁾ Moysés Vellinho, «Capitania d'El-Rei», 2º edição, Porto Alegre, 1970, pág. 186. Consultar também Juan E. Pivel Devoto, «El Congreso Cisplatino», separata da «Revista del Instituto Historico y Geográfico del Uruguay», tomo XII, 1937, págs. 33.

Política que foi realizada com tenacidade. Política que foi obra de procônsules coloniais de primeira ordem, como o Conde de Azambuja, Ricardo Franco e outros. As fronteiras amazônicas, — pressentidas, achadas e ocupadas pelos Portugueses —, motivaram a sistemática das explorações promovidas por Manuel Lôbo d'Almada, Ricardo Franco e tantos outros que se embrenharam na selva, cruzaram rios, transpuseram cachoeiras, animados do propósito de um conhecimento geográfico tão seguro quanto possível da região.

A integração das fronteiras do Norte e do Oeste resultou não apenas do processo exploratório de autoridades locais: resultou também de um trabalho científico de gabinete que se transformou em trabalho de finalização política. Essas fronteiras eram imensas e despovoadas, de maneira que o trabalho de estabelecer postos avançados de reconhecimento e de posterior ocupação dependia em mor parte de instruções recebidas de Lisboa, quando essas instruções eram dadas por técnicos como Alexandre de Gusmão. As fronteiras da Bacia amazônica são. em geral, ermas, selváticas, de população rarefeita, mal vigiadas, mal povoadas, mal defendidas. No entanto, são áreas estratégicas. ¡Noutros tempos, a estratégia era a arte de fazer a guerra. Modernamente, e no seu sentido ampliado, Estratégia é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para a consecução e manutenção dos obietivos fixados pela Política nacional. No contexto da Realidade brasileira, as fronteiras são áreas estratégicas e demandam, por conseguinte, imediato tratamento estratégico (vigilância, colonização, enriquecimento, comunicações, — quadrinômio que traduz todo um programa).

Durante muito tempo teve-se a respeito das fronteiras situadas na região amazônica um conhecimento imperfeito, com mapeamento defeituoso ou mesmo fantasioso. Aliás, é preciso assinalar que poucas regiões no mundo foram tão nefastamente tratadas por aventureiros. — falsos exploradores e falsos cientistas —, como a Amazônia. Não se trata apenas do enriquecimento rápido, que é o que procura o aventureiro predatório e desenraizado. Trata-se também de uma modalidade de vedetismo, ou da procura de um vedetismo supostamente científico na apressada imprensa internacional, mercê do qual o aventureiro desanda a narrar surpreendentes viagens fantásticas, achado de tribos estranhíssimas, tudo isso representando um desgarre da realidade com evidente pendor pela fábula cômoda, pela fábula que pode explicar ou coonestar a suposta aventura. Por isso, poucos são os que na realidade proporcionaram uma visão realmente científica da Amazônia, como Hans Blun-TSCHLI no seu "A Amazônia como organismo harmônico" P. GOUROU, PAUL LE COINTE, EUCLYDES DA CUNHA, CARYL P. HASKINS e poucos outros . O dimensionalismo físico da Amazônia compatibiliza-se com outro dimensionalismo: o da fábula, não da fábula ou fábulas tão maravilhosamente estudadas por Nunes Pereira no seu "Morunguêtá" (Rio, 1967), mas daquela fábula que é amável sinônimo de mentira. Persiste, pois, um El-Dorado, fantasiado de acordo com as conveniências do narrador.

De qualquer forma, uma deficiência fundamental a assinalar: o mapeamento imperfeito da Amazônia. Deficiência assinalada no passado pelos demarcadores das fronteiras do Brasil. Deficiência assinalada no presente pelos mesmos demarcadores, e por empreendedores, engenheiros, cientistas que viajam pelo "espaço fluvial" que também é a Amazônia. Mas, existe a região das terras firmes. Existem as fronteiras do Setentrião (com as

Guianas, Venezuela e Colômbia). Quando, no século XVIII, os Portugueses venceram os rápidos e as cachoeiras dos rios Negro, Branco, Trombetas, Paru, Jari, lançaram-se à ocupação das terras altas dos primeiros contrafortes das serranias ou cordilheiras, e encontram o Castelhano pela frente, não tão audacioso, mais desconfiado contudo; ou encontraram índios submetidos ao comando dos entrelopos holandeses, ingleses e franceses estabelecidos em feitorias nas costas das Guianas.

As fronteiras amazônicas são as mais abertas e menos povoadas que tem o Brasil. São fronteiras definidas, demarcadas ou em processo de demarcação (como ocorre presentemente na fronteira Brasil-Venezuela), mas que carecem de um imediato processo de adensamento colonizador e econômico. São áreas estratégicas e, como tais, exigem um comportamento estratégico (vigilância, colonização, enriquecimento, comunicações).

Por causa dessas fronteiras teve o Brasil de batalhar no passado. No movimentado período, que vai de 1719 — data da fundação do Forte de São Joaquim, segundo alguns historiadores — até à Revolução francesa, a região situada ao Norte do rio Amazonas até as cordilheiras setentrionais foi intensamente percorrida, e policiada, pelas autoridades portuguesas. Levantamentos cartográficos de primeira ordem foram feitos por geógrafos e viajantes portugueses. Alexandre Rodrigues Ferreira, com sua "Viagem filosófica", se enalteceu num trabalho maravilhoso de ciência e de observação da Amazônia.

É preciso dar todo o mérito possível ao alvará de 18 de novembro de 1729 pelo qual Dom João V comunicou ao Vice-Rei do Estado do Brasil bem como aos governadores e capitães-mores de todas as capitanias, a nomeação de "dois Religiosos da Companhia de Jesus, peritos

nas Matemáticas, que são Diogo Soares e Domingos Capassi, para fazerem mapas das terras do dito Estado, não só pela marinha, mas pelos sertões". È de se assinalar que, no reinado de Dom Ioão V, a geografia obtivera grande desenvolvimento, devido justamente ao patrocínio régio. O alvará de 18 de novembro de 1729, no entender de JAIME CORTESÃO, "teria o propósito de estudar em certas linhas gerais o problema da soberania das duas nacões ibéricas na América do Sul, em relação ao meridiano das Tordesilhas" (ver "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid", parte I tomo II. Rio. 1956. pág. 8). E segundo o mesmo grande historiador português, "a missão dos "Padres matemáticos Diogo Soares e Domingos Capassi, prolongada durante dezoito anos, foi a primeira expedição geográfica e cartográfica, enviada a qualquer das Américas por uma nação européia, com fins sistemáticos de Estado, como estudo preparatório para delimitar a soberania política entre os domínios de nações confinantes" (ibidem, pág. 25).

A tradição de mapear regiões do Brasil continuou no reinado de Dom José I e do seu primeiro ministro, o famoso Pombal. Certas regiões da Amazônia mereceram especial cuidado de geógrafos como Silva Pontes; o ciclo das monções feito pelos Bandeirantes saídos de Araritaguaba, no Tietê, para alcançar o Taquari e o rio Paraguai, também despertou o interesse de geógrafos e mapeadores, maximé tendo-se em consideração que por volta de 1721 cerca de 2.000 paulistas estavam acampapos às margens do Coxipó-mirim, em Mato Grosso, pretendendo repetir a façanha de Pascoal Moreira Cabrall Havia, por conseguinte, um verdadeiro rush de aventureiros e Bandeirantes em direção à fronteira Oeste, porfiados na descoberta de tesouros minerais. O ouro de Cuiabá causou estrondo não apenas no Brasil, mas tam-

bém em Portugal, fomentando uma forte corrente de emigrantes do Alentejo para o Brasil.

Os espanhóis do Alto Peru, onde a prata continuava a ser explorada na cidade imperial de Carlos V, Potosi, verdadeiro espanto do mundo, porquanto no século XVII chegara a ter mais de 100.000 habitantes, na realidade 100.000 aventureiros, constituiam uma ameaca permanente para os estupendos dilatadores da fronteira Oeste do Brasil. Razão por que, em vista das lavras auriferas de Mato Grosso então em exploração. Dom João V houvesse determinado em 2 de dezembro de 1720 a separacão da Capitania de Minas Gerais da de São Paulo, ficando esta com o encargo de cuidar da vigilância das imensas terras de Mato Grosso. No entender das autoridades portuguesas, a fronteira Oeste era vulnerável. Os espanhóis do Alto Peru, tanto de Lima, como de Sucre ou de Santa Cruz de la Sierra, poderiam facilmente invadir a fronteira Oeste, porque as notícias a respeito do ouro de Cuiabá, transpondo os Andes. haviam chegado a Lima. Para a organização de uma sociedade perfeitamente estruturada à beira dos rios possuidores de lavras auríferas no território de Mato Grosso. Dom João V criou o cargo de guarda-mor das minas de Cuiabá, bem como o de cobrador do imposto do quinto do ouro. Era preciso, pois, sedentarizar um agrupamento nômade de aventureiros que procuravam enriquecer-se com o ouro de Cuiabá. Sedentarizando-se esse agrupamento nômade de aventureiros, poder-se-ia organizar a defesa regular da fronteira. Os Bandeirantes não tinham de precatar-se apenas dos espanhóis; tinham de enfrentar as tribos indígenas da região, verdadeiramente batalhadoras, como os Caiapós, os Guaicurús, os Paiaguás, que não davam folga aos acampamentos dos brancos, atacando-os em sortidas incertas e perigosas.

Nesse século XVIII o grande poema é a conquista da terra

Nesse século XVIII o apossamento bem como a consolidação da ocupação de imensos territórios na Amazônia e na fronteira Oeste exaltam a imaginação dos Vice-Reis, bem como o espírito combativo e criador de Pombal.

Nesse século XVIII o Brasil tem consciência da consolidação das suas fronteiras tanto na Amazônia, como no Oeste e no Sul. Essa consolidação é uma tarefa essencialmente política; e, sendo política, é também militar.

A mineração do ouro, atraindo uma chusma enorme de aventureiros, fomentará o povoamento de Mato Grosso, transformado em Capitania, desmembrada da de São Paulo. Fomentando o povoamento, a mineração do ouro contribuirá para o resquardo da fronteira estabelecida pelo Tratado de Madrid, fronteira imensa e aberta cujas fortificações ficaram reduzidas ao Forte do Príncipe da Beira e ao Forte de Nova Coimbra. As fortificações, planejadas por Pombal para a região do Guaporé, não foram construídas. Mesmo com a precariedade dos meios defensivos de tão imensa fronteira, o espírito combativo dos Bandeirantes se impôs aos Espanhóis, que não se atreveram a desafrontá-los, posto não lhes houvessem faltado circunstâncias favoráveis. Caminhos novos abremse entre São Paulo e Mato Grosso, passando pelos Goiazes. A busca dos metais preciosos ativa a abertura desses caminhos, palmilhados por aventureiros decididos a façanhas de qualquer espécie. Por isso, Dom João V resolveu em 1744 transformar Goiás em Capitania-geral, desmembrada da de São Paulo. Em 1757 o Capitão-general Conde de São Miguel descobriu as minas de ouro de

Montes Claros. Procedem-se explorações através de rios imensos. O Capitão-general Soveral e Carvalho mandou explorar todo o curso do Tocantins até Belém do Pará. O rio Madeira havia sido explorado por Francisco de Melo Palheta (em 1722-23) e Manuel Félix de Lima (1742-43). Assim, posto fosse vulnerável a qualquer ataque castelhano, consolidou-se a fronteira Oeste, preocupação constante de Alexandre de Gusmão na fase preparatória do Tratado de Madrid, e preocupação também constante de Pombal.

Diversamente age e reage a fronteira Sul, onde os conflitos entre Portugueses e Espanhóis se amiudam por causa de Colônia do Sacramento. A fronteira adquire sensibilidade, tornando-se flutuante e precária, porque a política pombalina se empenhara em anular o Tratado de Madrid por meio do Tratado de Pardo, sem contudo estancar a fonte de conflitos entre Portugal e Espanha. Os conflitos acabarão culminando na derrocada dos planos pombalinos e na celebração apressada do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, no reinado de Dona Maria I.

O Brasil adquire consistência, suas regiões são soldadas por uma argamassa que lhe é proporcionada pela energia bandeirante e pela mistura das raças. Terra nova requer raça nova.

Em 1822 começará a tarefa gigantesca do reconhecimento diplomático e da definição dos limites do Império do Brasil com os países vizinhos. Alegarão estes frontalmente a grave tese do *uti possidetis juris* em relação ao Brasil. Dirá o Barão do Rio-Branco: "O chamado *uti possidetis juris*, do momento da independência das nações sul-americanas, foi uma invenção mal achada dos publicistas e diplomatas de origem espanhola que, nas discussões sobre fronteira com o Brasil, quiseram tomar

por fundamento das mesmas o inválido Tratado preliminar de 1777. "El uti possidetis à la época de la emancipación de las colonias españolas", - escreveu de Lima, em 11 de setembro de 1857 o notável jurisconsulto D. Andrés Bello, — "era la posesión natural de España. lo que España poseía real y efectivamente con cualquiera título ó sin título alguno, no lo que España tenía derecho de poseer y no poseía". (Ver "O Tratado de 8 de Setembro de 1909", Rio, 1910, pág. 10). A diplomacia imperial inicia uma ação persistente, bem orientada, muito hábil para impor o Império do Brasil ao conceito das potências. A 26 de maio de 1824 José Silvestre Rebelo. agente diplomático em Washington, foi recebido pelo Presidente Monroe como Encarregado de Negócios do Império do Brasil. Em 19 de abril de 1825, os trinta e três uruguaios, chefiados por Lavalleja, desembarcaram na margem esquerda do rio Uruguai, no lugar chamado Agraciada, para iniciarem a luta pela liberdade do seu povo contra o Império do Brasil. A Assembléia de Florida (25 de agosto de 1825) declarou írritos, nulos, dissolvidos e sem nenhum valor os atos de incorporação, reconhecimento, aclamações e juramentos "arrancados aos povos da Provincia Oriental pela violência da força unida à perfídia dos Poderes de Portugal e do Brasil", proclamando a independência da Provincia de fato e de direito do Rei de Portugal e do Imperador do Brasil "e de qualquer outro do universo".

Quando o Congresso de Buenos Aires, em 25 de outubro de 1825, respondendo, por assim dizer, à decisão da Assembléia de Florida, proclamou a Cisplatina unida às Províncias Unidas do Rio da Prata, o Império, por decreto de 10 de dezembro de 1825, assinado pelo Visconde de Santo Amaro e rubricado pelo Imperador, replicou com a declaração de guerra.

Comeca então uma intrigalhada terrível no sentido de conseguir que Bolivar se aparceire com a gente do Prata contra o Império do Brasil. Contudo, a diplomacia brasileira não recua diante de dificuldades. Por isso. Bolivar medita e não se presta aos cantos de sereia de Manuel I. Garcia, o emissário de Buenos Aires. Também se fazem esforcos junto a Santander para que este entre numa aliança contra o Brasil. Lembremo-nos de um conceito pessimista de De Gaulle a respeito dos diplomatas: "Les diplomates ne sont utiles que par beau temps fixe. Dès qu'il pleut, ils se noient dans chaque goutte". Os diplomatas brasileiros, naquela quadra ingrata, não se afogaram em gotinhas nem recuaram diante de problemas difíceis. Por isso, venceram. (A propósito, contar-se-á o que aconteceu com o Barão de Lopes Netto. o negociador do Tratado de Limites com a Bolívia, celebrado em La Paz de Avacucho em 27 de marco de 1867. Foi uma missão difícil, a de Lopes Netto. Pois bem, celebrado o Tratado de Limites com Mariano Donato Muñoz. tanto na Bolívia como no Brasil surgiram as versões mais contraditórias. Dizia-se na Bolívia que o governo de La Paz de Ayacucho perdera imenso território. Dizia-se na Corte do Rio de Janeiro que Lopes Netto cedera territórios à Bolívia. Por isso, Lopes Netto foi atacado, e duramente. Em 1871 apareceu no Rio de Janeiro um opúsculo, hoje raríssimo, intitulado "O Tratado de 27 de março de 1867". Autor: Kakistos. Evidentemente um pseudônimo. Pois bem, nesse opúsculo se disseram coisas como estas: "A Bolívia celebrou com o Brasil o tratado de 27 de março porque a estipulação dos limites foi ditada por ela". E mais: "O Sr. Muñoz depõe também finalmente que não houve protocolo porque a estipulação da fronteira foi ditada pela vontade firme do general Melgarejo". Kakistos alega que Lopes Netto

cedeu à Bolívia as salinas riquíssimas de Almeida, situadas nesse tempo próximo do rio Jauru e que hoje ninguém sabe onde se encontram. Claro que Lopes Netto defendeu-se, alegando que suas instruções, com ligeiras modificações, haviam sido as mesmas expedidas em 1859 ao Ministro Rego Monteiro).

Imensas eram as desconfianças em relação ao Brasil por parte dos vizinhos. Velhas prevenções de castelhanos contra portugueses repontaram nas jovens nacionalidades de estirpe hispânica, dirigidas contra o Império do Brasil. Se a coligação de interesses não era calculada, pelo menos dava a impressão de o ser. Por isso, foi penoso estabelecer com os vizinhos uma ponte de enten-Leia-se, por exemplo, a carta de Santander a Bolivar, que se encontra nas "Cartas y mensajes de Santander" (vol. V, correspondente a 1825, às págs. 376, Bogotá, 1954). É documento muito curioso quanto aos rumos hispano-americanos em relação ao Império. O assunto dos limites era de capital importância para o Governo do Império, assunto que não podia ser descurado e não podia ficar à mercê de adiamentos, que só contribuiriam para aumentar a pressão das incompreensões e das deturpações a incidirem sobre os problemas de fronteiras. Ademais, as relações com a Inglaterra e a França não eram cômodas. Os traficantes de escravos, perseguidos pelos navios de guerra ingleses, criavam os mais desagradáveis problemas ao Governo imperial. Finalmente, o Brasil era uma nação jovem, destituída de poderio militar e naval. Por conseguinte, só poderia confiar na sua diplomacia.

O IMPERIALISMO INGLÊS E FRANCÊS EM AÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

«Estas gentes dos Ingleses, que dissemos, como foram aposentados em Lisboa, não como homens que vinham para ajudar a defender a terra, mas como se fossem chamados para a destruir, e buscar todo mal e desonra aos moradores dela, começaram de se estender pela Cidade e termo, matando, e roubando, e forçando mulheres, mostrando tal senhorio e desprazimento contra todos, como se fossem seus mortais inimigos, de que se novamente houvessem de assenhorear».

(Fernão Lopes, «Crônica de Dom Fernando», cap. CXXXII).

A zona das Antilhas foi verdadeira arena de duras e constantes pelejas entre ingleses e castelhanos. Em jogo estavam o ouro, a prata e as pedrarias do México e do Alto Peru que eram embarcados nos galeões de Sua Majestade Católica em Cartagena de Indias, em Porto Belo e Darién, para serem atacados em mar largo pelos flibusteiros e bucaneiros ingleses, empenhados em rápido enriquecimento à custa dos Espanhóis. O cenário antilhano, com seus arquipélagos cheios de coqueirais, com seus litorais baixos, com suas ilhas produtoras de pérolas, com suas angras e enseadas de boa aguada, prestava-se a uma guerra intermitente, que tanto poderia desenrolarse no mar, como nas terras pouco conhecidas da América central. Apesar de disporem de excelentes naus e intrépidos marinheiros, os ingleses não conseguiram dobrar a resistência dos espanhóis; e a prova disto se encontra

na heróica detesa de Cartagena de Indias feita em 1741 por Blas de Leso, almirante espanhol e comandante da praça, ante as investidas da grande esquadra inglesa chefiada pelo almirante Vernon. Cartagena de Indias não caiu em poder dos atacantes.

Cromwell foi o primeiro estadista inglês que traçou um plano de ataques sistemáticos ao império da Espanha na América. Assim. em 1655 ele ordenou ataques às Indias Ocidentais espanholas: e nesse ano o almirante William Penn conseguiu apoderar-se da Jamaica que, em língua arauaque, significa "ilha das fontes" (Xaymaca). Durante cinco anos espanhóis e ingleses pelejaram bravamente pela sorte da ilha, mas os castelhanos foram vencidos e expulsos desse território. Os escravos fugiram para as montanhas da ilha, os famosos Maroons, donde resistiram aos ingleses até ao século XVIII, mas sem sorte. Pelo tratado de Madrid, de 1670, a Espanha reconheceu o domínio da Inglaterra sobre a ilha. Em 1672 os ingleses fundaram a Royal African Company, companhia que teve o privilégio de importar negros da Africa, mas sempre procurando contrabandeá-los para a terra firme espanhola. Essa companhia durou até 1807 quando, legalmente, o tráfico de escravos negros foi abolido, posto continuasse clandestinamente, pelo menos até 1833.

Como as águas antilhanas houvessem sido cenário de grandes batalhas navais entre espanhóis, franceses e ingleses, e a última brilhante batalha naval foi a de Dominica, em 1782, ganha pelos almirantes Rodney e Hood sobre os franceses e espanhóis, — a zona das Guianas ficara relegada a um papel secundário no panorama do livre jogo do imperialismo europeu em terras americanas. Zona que dava a impressão de ter ficado esquecida pelos

apetites imperialistas de povos europeus, ou que fôra tardiamente "apalpada" por agentes imperialistas. De fato, os holandeses apareceram em primeiro lugar, no litoral baixo e úmido, mas se poderá dizer que coube aos ingleses de Robert Harcourt, em 1609, a honra de haverem pretendido anexar toda a costa guianense à Inglaterra de laime I. Como quer que seja, os franceses se estabeleceram em Caiena e os holandeses fundaram colônias no Esseguibo (1616) e Berbice (1627). Em 1651 os ingleses de Lord Willougby of Parham se estabeleceram no Suriname, donde foram expulsos em 1667 pelos holandeses. Em 1682 a Companhia holandesa das Indias ocidentais recebeu a concessão da Guiana. dos Estados Gerais dos Países Baixos. Formou-se então a Companhia privilegiada do Suriname; e Demerara e Berbice constituiram uma colônia única com sua capital em Stabrock (hoje Georgetown).

No decurso da Revolução francesa, a Holanda foi ocupada pelas tropas revolucionárias e as possessões holandesas passaram a ser francesas, motivo por que a Inglaterra as considerou "território ocupado". Pela Paz de Viena, as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice passaram por compra à soberania da Inglaterra. A Holanda ficou apenas com o Suriname.

Contudo, no começo do século XVII, holandeses, ingleses e franceses tentaram fundar feitorias no estuário amazônico, chegando mesmo a fazer penetrações em afluentes do rio-mar. Razão por que em 1637 as autoridades espanholas e portuguesas, após terem expulsado os entrelopos estrangeiros, fundaram a Capitania hereditária do Cabo Norte, que seria, como de fato foi, uma atalaia para contrariar os propósitos de invasão ou penetração clandestina dos franceses e demais estrangeiros.

É claro que os franceses de Caiena não viram com bons olhos a presença de portugueses no extremo norte da região do Oiapoque; e também cuidaram de perturbar as posses portuguesas por meio de operações clandestinas de penetração das terras do atual território do Amapá. Bento Maciel Parente, o primeiro capitão-mor donatário da Capitania instituída por Filipe IV, cuidou das terras que se estendiam até ao rio Oiapoque (ou Vicente Pinzón), tendo entrado em peleja com bandos de franceses que se afoitaram em entrar clandestinamente no território brasileiro. Os descendentes de Bento Maciel Parente continuaram à testa da Capitania até que Vital Maciel Parente morreu sem herdeiros e a Capitania reverteu à Coroa de Portugal no reinado de Dom João IV.

Os franceses, procedendo com sinuosidade, não perderam a esperança de alargar os domínios ao redor de Caiena, feitoria mormacenta e pobre, estendendo-os em direção às terras do Brasil por meio da apresentação de títulos vagos ou mentirosos, razão por que em 1660 as autoridades portuguesas fundaram um fortim à beira do rio Araguari.

A fronteira do Oiapoque foi transposta por aventureiros franceses, procedentes de Caiena, razão por que Coelho de Carvalho, Capitão-General do Grão-Pará, determinou a fundação de uma fortaleza em Macapá e outra na região do Paru. Missionários entraram em fala com as tribos indígenas, conseguindo delas preitazia ao Rei de Portugal.

Em 1688 os franceses intimaram os portugueses a abandonarem as fortificações construídas acima da margem esquerda do rio Amazonas, que, segundo o dito pelo governador de Caiena, pertencia ao rei de França. Em 1697 os franceses fizeram uma penetração audaciosa nas

terras do Cabo do Norte, sob o comando de De Ferrole, apoderando-se dos fortins de Macapá e do Paru, e arrasando este último. Os franceses haviam entrado em som de guerra, mas retiraram-se, quando sentiram que tropas portuguesas começavam a deslocar-se no encalço deles. Depois dessa extraordinária façanha, a França resolveu enleiar a corte de Lisboa com um sutil trabalho diplomático do qual se incumbiu Pierre Rouillé, embaixador de França em Lisboa, que entrou com uma diplomacia de enormes ameaças para depois caírem numa política de gentilezas e palavras doces, porque Rouillé fora informado de que os portugueses haviam reconquistado as fortificações e implantado de novo seu domínio até ao rio Oiapoque.

A França de Luix XIV era indiscutivelmente a potência mais forte da Europa: e Portugal era um país que tivera de empenhar-se em longos anos de guerra simultânea com a Espanha e com a Holanda, — com a primeira na Península ibérica: e com a segunda, no Brasil e Angola, peleja porfiada contra dois inimigos poderosos que dispunham de muita tropa e muita marinha. No cenário ibérico, eram as famosas campanhas da Restauração de Portugal: e no Brasil eram as guerras de expulsão do invasor holandês que já ia de derrota em derrota. Por conseguinte, Portugal já poderia ter ânimo para poder fazer face à política de arreganhos de Luiz XIV. Afinal, depois de muitas diligências diplomáticas e julgando Luiz XIV ser necessário obter o apoio de Portugal à causa de Filipe d'Anjou ao trono d'Espanha, entenderam os franceses que o melhor seria contemporizar com Portugal. Por isso, os representantes de Luiz XIV, que então assistiam em Lisboa, resolveram celebrar com os portugueses, chefiados pelo Duque de Cadaval, o Tratado provisório e suspensivo: de acordo com esse tratado, Portugal se

encarregaria de demolir os fortes de Macapá e Araguari. região essa que não seria ocupada pelos franceses; mas que os franceses poderiam ter o direito de passagem inocente através do território até à margem norte do rio Amazonas, como os portugueses poderiam continuar a visitar o território até o rio Oiapoque. Nenhuma das partes poderia alegar quaisquer direitos ao território até 1701, quando terminariam as negociações definitivas. Assim, o que a França buscara fora a neutralização do território, procurando invalidar a soberania de Potugal a esse território. Seria uma maneira sinuosa de obter a França uma espécie de recuo diplomático a ser feito pela Corte de Lisboa. Ao mesmo tempo, a diplomacia francesa trabalhava com tenacidade no sentido de conseguir que a Corte de Lisboa se aparceirasse com a de Versalhes no problema da sucessão da Coroa espanhola, que iria degenerar numa longa e interessante querra dinástica; e nessa guerra dinástica Portugal acabou por ficar ao lado da Inglaterra e dos Imperiais contra a candidatura de Filipe d'Anjou, neto de Luiz XIV, ao trono espanhol, e em prol da candidatura do arquiduque Carlos de Habsburgo. A mudança da política da corte de Lisboa anulou o tratado de 1700 bem como o tratado de aliança de 1701, entre a França e Portugal. Forçoso se torna reconhecer que, em virtude dessa volte-face sensacional, Portugal se esquivara às manobras insidiosas e às falsas promessas de Luiz XIV para obter segurança e garantias positivas da Inglaterra, já senhora dos mares. Por consequinte. Dom Pedro II de Portugal procedera com habilidade e oportunidade nesse leilão diplomático no qual Portugal estivera a premio. Em maio de 1703 Portugal deixou de ser neutro para unir-se aos inimigos da França.

Os Tratados de Methuen. — George Macaulay TREVELYAN, em sua obra notável, "England under Queen

Anne", contou que John Methuen e seu filho Paul, embaixadores sucessivos em Portugal durante os últimos anos de Guilherme III e nos primeiros anos da Rainha Ana, foram "os principais arquitetos dos famosos Tratados que ainda são conhecidos pelo seu nome na história política e econômica". Ambos os Methuens não só se capacitaram dos interesses da Inglaterra no país onde estavam acreditados, como souberam compreender as reações da Corte portuguesa e o espírito do seu povo. Por conseguinte, o primeiro dever de ambos foi impedir que o Rei de Portugal tomasse o partido da França. Seguiram-se seis meses de intrigas e de negociações, que culminaram na assinatura em Lisboa dos Tratados de Methuen. No entender de Trevelyan, esses tratados constituem o grupo mais importante de documentos diplomáticos assinados entre a Grande Alianca de 1701 e a Paz de Utrecht. (1)

Esses tratados, no entender de Trevelyan, "mudaram os fitos da guerra e a estratégia dos Aliados. Eles constituiram a base do poder da Inglaterra na Europa meridional até aos dias de Nelson e Wellington e afetaram sua política comercial até à era do Great Reform Bill". Tão grandes e tão fortes foram os interesses criados pelo Tratado de Methuen que, durante a reação à política de guerra dez anos mais tarde, o poderoso ministério que fez o Tratado de Utrecht não conseguiu celebrar um tratado comercial com a França, que admitiria a entrada do clarete francês a preço mais barato; porque, se tal acontecesse, a Inglaterra teria de anular o Tratado de Methuen e perder o mercado português para os teci-

⁽¹⁾ GEORGE MACAULAY TREVELYAN, «England under Queen Anne», Londres, 1º vol., pág. 299, edição de 1948.

dos ingleses. Eis o que disse um panfleto publicado na Inglaterra em 1713 e citado por Trevelyan:

"Foi o comércio com Portugal que nos ajudou na guerra e sem esse comércio acabaríamos por descobrir que a paz nos seria mais pesada que a guerra. Mas eu não preciso conversar com um Senhor de terras que durante vários anos viu tanto ouro português nas feiras, nos mercados, nas lojas e entre os escudeiros dos fidalgos, para mostrar quão vantajoso à Inglaterra foi o comércio com Portugal".

Na primavera de 1703, Marlborough e os Methuens só cuidavam de obter a aliança de Portugal e Lisboa como porto para a esquadra de guerra, afirmou Trevelyan. Mas, Dom Pedro II se manteve irerdutivel, alegando que exércitos ingleses e holandeses teriam de ser enviados à Península ibérica para proclamarem o candidato austríaco como Carlos III da Espanha (candidato muito popular na Catalunha, mas totalmente desconhecido ou desprezado no resto da Espanha), e que este candidato deveria comparecer pessoalmente para defender sua herança. Essas exigências da Corte de Lisboa fizeram perder alguns meses inutilmente bem como suscitaram resistências por parte do Imperador Leopoldo que hesitava em despachar seu filho ao extremo da Europa a uma terra bárbara, e ademais protegido por heréticos... Como os Ingleses e os Holandeses fossem os pagadores da Aliança, acabaram por convencer o Imperador Leopoldo que assinou a parte militar dos Tratados de Methuen, prometendo que o Arquiduque Carlos iria a Portugal. Assim que ele chegou, Dom Pedro II o reconheceu como Carlos III d'Espanha e deu início à guerra peninsular. A Inglaterra, a Holanda e a Áustria prometeram mandar 12.000 homens

para Portugal, tropa de veteranos; e os ingleses e holandeses prometeram financiar os 28.000 soldados que Portugal poria em pé de guerra. A Áustria só contribuiria com a presença do Arquiduque Carlos em Lisboa. Finalmente, a Inglaterra prometeu bater-se por um melhor reajustamento da fronteira na Guiana, assim que se celebrasse a paz.

O famoso Tratado de Methuen, de apenas três artigos, estabeleceu a troca do vinho do Porto, que entraria na Inglaterra com uma taxa de 1/3 inferior ao vinho francês (clarete), pelos tecidos de lã ingleses. Se em Portugal não faltaram críticos que viam no Tratado de Methuen, inteiramente comercial, um instrumento poderoso de sujeição do velho Reino à Inglaterra, tanto sob o ponto de vista econômico como sob o ponto de vista político: também na Inglaterra não faltaram críticos que enxergaram nesse instrumento diplomático bilateral um verdadeiro desastre econômico para os ingleses. O primeiro desses críticos foi Adam Smith, o pai da Economia política, que na sua obra clássica criticou severamente o Tratado de Methuen como prejudicial aos interesses da Inglaterra. porque o tratado de comércio com a França, o chamado Tratado Eden, só foi assinado em 1786 por causa do Tratado de Methuen. Ademais, o Tratado de Methuen favoreceu o comércio entre os dois países (Portugal e o Império otomano se transformaram nos melhores mercados para os tecidos de la ingleses), que cresceu bastante através do tempo, havendo sido favorável ora a um país, ora a outro numa espécie de alfernância sistematizada pelos interesses em jogo. É claro que a Inglaterra cresceu muito em prestigio político internacional bem como em riqueza nacional, ao passo que Portugal, depois do período de Pombal, isto é de 1750 a 1777, não pôde resistir às pressões imperialistas da Gran-Bretanha, que encontraram expressão cabal no Tratado de Comércio de 1810, assinado por Lord Strangford com o Conde de Linhares, no Rio de Janeiro, tratado que o então Conde de Palmela considerou "na forma e na substância o mais lesivo e o mais desigual que jamais se contraiu entre duas nações independentes" (ver Oliveira Lima, "Dom João VI no Brasil", vol. I, pág. 380). Mais tarde, em 1835 e 1842 o Duque de Palmela, a mais bela expressão de espírito diplomático do Liberalismo português, foi incumbido de negociar outros tratados com a Inglaterra, conseguindo a abolição de cláusulas humilhantes impostas pelo imperialismo britânico, bem como a anulação do Tratado de Methuen em 1835.

Na Paz de Utrecht, os Ingleses convenceram-se de que "Portugal, too, was an ally to whom we were deeply obliged", como afirmou Trevelyan em sua obra (*ibidem*, vol. III, pág. 225). Se Portugal não obteve a expansão do seu território metropolitano às custas da Espanha, contudo Bolingbroke pelejou com Torcy para obter o reconhecimento dos direitos da Coroa portuguesa ao território que havia sido motivo de uma tentativa de invasão e de conquista por parte dos franceses da Guiana. Como afirmou Trevelyan, Bolingbroke conseguiu vitória nessa batalha por meio de um famoso ultimatum de fevereiro de 1713 pelo qual ameaçou Torcy com a retomada das operações militares, se a pretensão portuguesa não fosse acatada.

* * *

Contudo, a França, que ficara encurralada na sua Guiana, nem por isso perdeu a esperança de meter uma cunha na Bacia amazônica. Será essa a política do Diretório com Portugal, porque a gente de Paris se irritara

com o fato de Portugal haver despachado 6.000 homens para combaterem no Russilhão ao lado dos espanhóis, quando estes ainda tinham liberdade de movimentos e não se haviam transformado em instrumento dos franceses. Depois desse "papelão", Portugal teria de procurar boas relações com a França e, por isso, Antônio de Araújo de Azevedo, o futuro Conde da Barca, conhecido como francófilo na Corte de Lisboa. andou em negociações com o Diretório, conseguindo negociar e assinar em 1797 em Paris um tratado que, felizmente, não foi ratificado pelo Príncipe Regente, o futuro Dom João VI. Nesse tratado infeliz convencionou-se que "os limites entre as duas Guianas, Francesa e Portuguesa, seriam determinados pelo rio chamado pelos Portugueses Calcuenne e pelos franceses Vicente Pinzón, que se lança no Oceano acima do Cabo do Norte, mais ou menos a dois graus e meio de latitude setentrional". A linha de limites seguiria pelo dito rio até às suas nascentes, donde uma linha reta, orientada para Oeste, alcançaria o rio Branco.

O Príncipe Regente, com muita coragem e sabendo que esse tratado fora aprovado pelos dois conselhos caricatos (o Conselho dos Antigos e o Conselho dos Quinhentos) bem como pelo Diretório, não só se recusou a aprová-lo, bem como o declarou nulo para todos os efeitos nesse ano de 1797. É claro que o Ministro de Portugal em Paris, que se gabara um pouco imprudentemente de haver corrompido membros do Diretório, foi preso pela Polícia francesa e trancafiado na Prisão du Temple com absoluto menosprezo de privilégios e prerrogativas diplomáticas. E, para que saísse da prisão, Araújo foi submetido a uma série infindável de vexames pelas autoridades policiais francesas, mas nem por isso deixou de ser francófilo. Contudo, o que Luiz XIV não obtivera de Portugal, Napoleão esmerava-se em conseguir por meio de

todos os recursos políticos possíveis, e alguns bem miseráveis. Assim, Napoleão, já transformado em árbitro dos destinos políticos e militares da sua pátria, conseguiu transformar o governo de Madrid em seu aliado, de maneira que em 1801 Espanha e França declararam guerra a Portugal, guerra que ambas as nações aliadas julgavam fosse fulminante, tanto na Europa como na América. Se o exército português, comandado pelo Duque de Lafões que tinha então 83 anos de idade, se mostrara combalido e destituído de ímpeto, o exercícito espanhol, comandado pelo general Serrano, caía aos pedaços e não apresentava combatividade, porque essa guerra fora impopular na Espanha.

Contudo, na América os Portugueses procederam com outro ânimo. As Missões, perdidas pelo Tratado de Santo Ildefonso, foram com os seus 13.950 habitantes reconquistadas por José Borges do Canto. Os destacamentos militares portugueses da Capitania de São Pedro atingiram a riba do Jaguarão, havendo o Coronel Marques de Sousa derrotado os espanhóis em Cêrro Largo. Os Portugueses ocuparam a bacia da Lagoa Mirim, chegando assim ao Chuí.

Lázaro de Ribera, governador do Paraguai, resolveu conquistar o Sul de Mato Grosso e, por isso, atacou o Forte de Nova Coimbra, defendido com heroismo pelo Tenente-Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra.

Celebrou-se a paz pelo Tratado de Badajoz, de 6 de junho de 1801, que determinou que, na Amazônia, a fronteira seria pelo rio Araguari, desde a sua foz mais distante do Cabo do Norte até às suas nascentes, e destas por uma linha reta até ao rio Branco, isto é até um território que jamais fora palmilhado por um francês. A Inglaterra abandonara Portugal à sua sorte; no entanto,

era aliada de Portugal. Mas, o Tratado de Badajoz foi humilhante para Portugal; porque, além do novo limite nas Terras do Cabo do Norte, Portugal teve de pagar à França uma indenização de 15 milhões de francos-ouro. Os ministros de Portugal em Paris e Londres tiveram de andar de um lado para o outro com sacolas cheias de diamantes e barras de ouro para cumprirem as condições leoninas do Tratado de Badajoz. Quando esse tratado foi levado à consideração de Napoleão Bonaparte, então Primeiro Cônsul, resolveu ele modificá-lo por um novo convênio, assinado em Madrid. Ao invés do Araguari, o limite sobre o rio Carapanatuba, "que se lança no Amazonas mais ou menos a um terço de grau do Equador, Latitude setentrional, acima do forte de Macapá"; e, seguindo das suas nascentes, em busca de uma grande cadeia de montanhas até ao rio Branco.

Napoleão procurou entrar em entendimento com a Inglaterra por meio de conversações preliminares da paz, que seria a paz de Amiens, de 1802. Nos entendimentos preliminares ajustados em Londres ficou assente que os dois países respeitariam os territórios e possessões de Portugal, — "os territórios e possessões de Sua Majestade Fidelíssima seriam mantidos em sua integridade". Por conseguinte, apesar de haver sido assinado o convênio modificativo de Madrid, o limite na Amazônia voltava a ser o Araguari, isto é, o limite do Tratado de Badajoz, o que foi confirmado pelo tratado de Amiens. Muito embora Portugal não houvesse participado das negociações desse tratado, contudo aderiu depois ao mesmo.

Os apetites de Napoleão não ficaram saciados. França e Espanha, em confabulações secretas, assinaram em 1807 o tratado de Fontainebleau, que estabeleceu a partilha, entre os dois países, do Portugal metropolitano,

bem como dos seus domínios ultramarinos. Tratado monstruoso, tratado celebrado por verdadeiros bandidos, tratado tramado na sombra, porque Portugal procurava por todos os meios possíveis e imaginários ajustar seus interesses com a França.

Pelo tratado de Fontainebleau, Portugal seria dividido em três pedaços desiguais, três pequenos reinos que seriam dados de presente a Luciano Bonaparte, um deles, que recusou; o outro seria dado à Rainha da Etrúria, que era irmã de Napoleão; e o terceiro, o Algarve, seria dado a Godoy, serviçal dos franceses, amante da Rainha d'Espanha, antigo palafreneiro transformado em Príncipe da Paz. O Brasil e as demais possessões portuguesas seriam divididas entre a França e a Espanha. Tudo isso foi maquinado na sombra, porque era evidente que Napoleão, que vendera a Luisiana aos Estados Unidos, com a partilha das possessões ultramarinas portuguesas procurava criar um novo império colonial. Método fácil de enriquecer-se à custa de um vizinho inocente.

Contudo, a Corte de Lisboa parecia brincar-de-esconder, tanto em relação aos franceses como em relação aos ingleses. O Padre Vieira, quando estivera em negociações em Paris por ordem de Dom João IV, numa famosa carta ao Marquês de Nisa, ministro de Portugal na capital francesa, dissera: "Os Franceses em mentir são todos uns". Portugal convencera-se de que a política de Paris era entretecida de embustes, mentiras, falsidades e vilanias. Mas, Portugal também tinha como aliado a Inglaterra, que parecia rir-se das dificuldades em que se metia a Corte de Lisboa, dividida em dois partidos, o "francês" e o "inglês", partidos que se odiavam e que, combatendo-se mutuamente, enfraqueciam a autoridade do Principe Regente. E o Principe Regente era quem de tudo

decidia, informado bem ou mal por seus conselheiros. E os conselheiros honestos eram poucos...

Napoleão sentiu que a Côrte de Lisboa procurava marombar entre a Inglaterra e a França; e uma situação grave se apresentou por ocasião do "bloqueio continental" decretado pela França contra a Inglaterra. Portugal procurou contemporizar. Contudo, Napoleão não esteve pelos autos e, na calada da noite, determinou a invasão de Portugal por meio de um exército, organizado às pressas, e que, com rapidez impressionante, deveria chegar a Lisboa e aprisionar a família real portuguesa.

Os planos napoleônicos, bem pensados na clandestinidade da infâmia e da traição, foram defraudados pela decisão fulminante do Príncipe Regente de transferir a Corte, de Lisboa para o Rio de Janeiro.

Para se ter prova da sagacidade do Príncipe Regente e do seu grande ministro, o Conde de Linhares, contarse-á o que disser respeito, e a traços rápidos, à "expedição militar fulminante", ao mando do General Marques d'Elvas, como a denominou Euclydes da Cunha no seu notável ensaio "Da independência à República", publicado na Revista do Instituto Histórico, tomo LXIX, parte 2^a, ano de 1908. Com essa expedição portuguesa, a praca de Caiena foi expugnada, tendo-se rendido em 1809 o governador Victor Hugues e sua guarnicão, que embarcaram para a França. Ao proceder com essa perspicácia, não apenas militar, mas política também, o Príncipe Regente e o Conde de Linhares, depois de terem farejado certos boatos, se certificaram de que deveriam ocupar a Guiana francesa, antes que a Inglaterra o fizesse. E se a Inglaterra o tivesse feito, Portugal iria ficar com um vizinho sumamente perigoso na foz do rio Amazonas. E se a Guiana francesa fosse ocupada pela Inglaterra, poderia acontecer que a dominação inglesa se tornasse

permanente, como aconteceu na Guiana, a princípio holandesa, e depois definitivamente inglesa. Por conseguinte, o que animava, como mola secreta, o plano da ocupação da Guiana francesa era simplesmente evitar que qualquer outra potência, mesmo uma potência aliada de Portugal, viesse a estabelecer-se na região da foz amazônica.

Dirá OLIVEIRA LIMA com segurança e ampla informação: "Quando o Príncipe Regente se transladou em 1807 para a América, a impressão geral, a que ele dera aliás corpo no seu primeiro manifesto, fôra de que tinha ido a criar um novo império... E o Príncipe Regente partira decidido não somente a se transformar em monarca transatlântico, como a dilatar as fronteiras da sua monarquia" ("Dom João VI no Brasil", vol. I, pág. 524). E o mesmo grande historiador informa que a "conquista de Caiena estava projetada desde a mudança da corte e na forma por que logo depois se realizou, pelas armas combinadas de Portugal e da Inglaterra: pouco importa. para o caso, de quem partiu a iniciativa do projeto. Da mesma carta (isto é, de uma carta dirigida ao Príncipe Regente de 15 de janeiro de 1808 por Dom Domingos de Sousa Coutinho) resulta que Espanhóis de Buenos Aires, onde a fermentação já começava, tinham pedido ao embaixador português em Londres para rogar ao governo britânico que não mandasse mais navios, nem de guerra nem mercantes, ao Rio da Prata, a fim de não acirrar a animosidade suscitada contra os Ingleses pelos acontecimentos de 1806 e 1807." Enquanto o Príncipe Regente realizava sua política imperialista na América, apoderando-se da Guiana francesa para responder às brutalidades que os franceses cometiam em Portugal, a Inglaterra, a aliada Inglaterra, ocupava a Ilha da Madeira com pretexto ou sem pretexto, e igualmente com pretexto ou sem pretexto pretendia ocupar a Ilha de Santa Catarina. O

Embaixador Sousa Coutinho, irmão do Conde de Linhares, tratou de melhorar os termos do Tratado de comércio de 1810, bem como tratou de defender a Ilha de Santa Catarina de cobiça britânica. No Atlântico meridional a ilha de Santa Catrina tinha naquele tempo, e tem ainda hoje, uma posição estratégica de primeira ordem.

No seu manifesto às potências, de 1º de maio de 1808, assinado no Rio de Janeiro, o Príncipe Regente, após haver relatado tudo quanto ocorrera nas relações entre Portugal e a França, declarou guerra a Napoleão e declarou írritos e nulos os tratados assinados nos anos anteriores. Meses depois invadiu a Guiana francesa, conquistando-a. Em 1811, em consegüência dos acontecimentos suscitados por Buenos Aires na Banda Oriental do Uruguai, o Príncipe Regente ordenou a intervenção armada chefiada por Dom Diogo de Sousa, Conde de Rio Pardo, e Governador-Capitão-General da Província de São Pedro do Rio Grande. Provas de imperialismo, tanto um caso como o outro. Contudo, a elevação do Brasil a Reino foi uma medida política da mais alta sagacidade, porque, no entender de Oliveira Lima, foi uma "hábil e elogüente resposta de Dom João às instâncias feitas pelas potências coligadas para que, cimentada a paz geral, regressasse a Côrte para Portugal" (ibidem, vol. I, pág. 539). Dom João preferiu ficar no Rio de Janeiro o tempo que lhe permitissem os intrigantes e os acontecimentos ocorridos em Portugal.

A missão do Duque de Luxemburgo ao Rio de Janeiro, aonde chegou a 30 de maio de 1816, consistia em obter a devolução da Guiana imediatamente. A fronteira poderia ser discutida para depois, porque, não se conformando com a Paz de Utrecht, a França procurava uma linha abaixo do rio Oiapoque, e de preferência uma linha

tirada da foz meridional do rio Araguari para Oeste até ao Rio Branco. É preciso assinalar que, no Congresso de Viena, Talleyrand procurou convencer Palmela a aceitar como limite uma linha intermédia entre o Oiapoque e o Araguari; mas, não o conseguiu.

Não foi fácil a missão do Duque de Luxemburgo no Rio de Janeiro; e tanto não foi fácil que disse ao seu governo que "a maior satisfação do gabinete do Rio era nunca terminar coisa alguma". Na verdade o governo do Rio de Janeiro procurou ganhar tempo, misturando a questão das reclamações por prejuízos de guerra com a questão da restituição da Guiana. As negociações foram transferidas para Paris, erro cometido pela Corte do Rio de Ianeiro. Contudo, em Paris, Marialva e Brito, diplomatas portugueses que lidaram com o assunto, levantaram tais dificuldades que o Duque de Richelieu, Ministro dos Negócios Estrangeiros, se irritou com Brito, porquanto o Marquês de Marialva partira para Viena, a fim de cuidar do casamento de DomPedro com a arquiduquesa austríaca. O posto de Paris ficou então entregue a Francisco José Maria de Brito, que não desejava dar cumprimnto à cláusula do Ato Geral do Congresso de Viena, de 9 de junho de 1815, que determinava a restituição da Guiana, independentemente da solução da questão de Limites. Este assunto não quadrava com o Ato Geral e deveria ser objeto de uma negociação, ou simultânea com a entrega, ou realizada depois da entrega da Guiana à Franca.

Era muito curioso que Portugal, cujo território metropolitano fora campo de batalha de 1808 a 1812 e onde os soldados franceses cometeram inomináveis brutalidades; era muito curioso que Portugal, que com sagacidade política transferira sua Corte para o Rio de Janeiro, donde se apossara pela forca das armas da Guiana fran-

cesa num legítimo ato de guerra; era muito curioso que, na Paz de Viena, se visse obrigado a restituir a Guiana ao seu inimigo, agravado o problema com a indefinição dos limites, porque em 1817 a França só desejava receber a Guiana de volta, mas sem fixar definitivamente os limites, e sim provisoriamente. Compreende-se, pois, a política dilatória de Marialva e de Brito, em Paris, diante dos arreganhos belicistas de Richelieu. Se a Guiana tivesse de ser restituída à França, que o fosse, mas com os limites definitivamente regulados, — ponto de vista muito justo de Marialva e de Brito, que irritou os franceses.

A 28 de agosto de 1817 assinou-se em Paris a Convenção para a restituição da Guiana até ao rio Oiapoque entre os graus 4° e 5° de latitude Norte, mas com a obrigação para as Partes de procederem à fixação definitiva dos limites. Os plenipotenciários portugueses foram o Marquês de Marialva, que havia terminado sua missão em Viena, o "último fidalgo de Portugal velho", e o Cavaleiro Francisco José Maria de Brito. Estes dois diplomatas defenderam até à baliza extrema os direitos de Portugal, mas acabavam vencidos porque Portugal fora antes vencido no Tratado de Viena por Talleyrand, ajudado por Castlereagh... Daí por diante a França não teve pressa em proceder à demarcação definitiva dos limites...

Logo após a independência do Brasil começaram as penetrações clandestinas realizadas pelos franceses de Caiena no território das Terras do Cabo do Norte. Com tais penetrações buscavam esses aventureiros cumprir dois propósitos: 1°) conhecer melhor o território, sob o ponto de vista de geografia física e humana; 2°) estabelecer pontos estratégicos que pudessem ser rapidamente ocupados pelos franceses de Caiena, no caso de um conflito armado. E o conflito armado só poderia ser movido contra o Brasil pela Franca, no século passado grande potência mundial

como a Inglaterra. De 1835 a 1840 os franceses invadiram praticamente o território do Cabo do Norte, procurando conhecê-lo em suas minúcias de geografia física, enquanto a Cabanada e a Balaiada aterrorizaram o Pará e o Maranhão com seus crimes de um banditismo cruel e primário.

O jovem Império teria de contemporizar; teria de transformar suas debilidades em forças; e isto só poderia ser conseguido, não pelo emprego de instrumentos de coação armada, mas por uma ação diplomática muito bem orientada. De qualquer maneira a Côrte do Rio de Janeiro convencera-se de que lidar com a França iria ser assunto bastante difícil.

Os Ingleses da Guiana fazem seu jogo — Pombal criou, em 1755, a Capitania de São José do Rio Negro com o propósito de atalhar quaisquer veleidades espanholas de expansão procedentes do Vice-Reino de Nova Granada. Mas, o poderoso primeiro ministro também se manteve vigilante em relação aos movimentos dos entrelopos holandeses e ingleses na região amazônica, limítrofe da região guianense. Por isso, as autoridades portuguesas mantiveram-se alertas e procederam a levantamentos. como aconteceu com a expedição de 1766 que andou pela região do rio Maú. Em 1775 outra expedição aprofundou suas pesquisas na área Maú-Tacutú, convencendo-se de que os holandeses continuavam por detrás do rio Essequibo. Na confluência do Tacutú com o Uraricoera, as autoridades portuguesas, antes de 1775, fundaram o forte de São Joaquim. Aliás, de acordo com os planos pombalinos, só parcialmente executados, várias fortificações lusitanas, como em São Gabriel e noutros postos amazônicos, teriam o encargo de zelar pelas posses portuguesas, bem como impedir o avanço de entrelopos procedentes do litoral da Guiana. Dos devassamentos territoriais feitos pelos Portugueses convenceram-se estes de que o rio Repununi era

o limite oriental nessa região, a separar a soberania, primeiro holandesa, e depois inglesa, da soberania portuguesa. Tudo isso os Portugueses sabiam de ciência certa, porque o geógrafo Silva Pontes, em 1783, estabelecera a cordilheira de Parima e Pacaraima como limite entre Portugal e Espanha, e que para o lado do Oriente o limite atravessaria os rios Repununi e Cipó ou Alto Essequibo até encontrar a serra de Tumucumaque. Em 1786, Alexandre Rodrigues Ferreira percorreu a região com o geógrafo e demarcador Ricardo Franco de Almeida Serra. Lôbo d'Almeida, já Capitão-General da Capitania de São José do Rio Negro, esteve nos campos gerais do atual Território de Roraima.

Depois da Paz de 1814, os territórios holandeses de Berbice, Demerara e Essequibo passaram para a Coroa d'Inglaterra, eufemisticamente "por compra"; mas, na realidade, por ocupação.

É claro que, depois de se estabelecerem em Georgetown, os ingleses dedicaram-se a levantamentos da Guiana a fim de saberem o que é que ela na realidade valia; razão por que subiram o Essequibo, entraram no Repununi em 1811, cruzaram o divisor d'águas e chegaram ao forte de São Joaquim. Charles Waterton esteve, em 1812, na região luso-brasileira do forte de São Joaquim e do fortim do Pirara. Waterton publicou em 1829 uma obra clássica, "Wanderings in South America". Outros viajantes, exploradores e naturalistas ingleses, interessados em conhecer a região do Essequibo, chegaram ao território luso-brasileiro sem dificuldades, havendo sido cordialmente recebidos pelas autoridades locais.

Até que em 1835 apareceu o alemão, mais tarde naturalizado inglês e enobrecido com o título de Sir, Robert Hermann Schomburgk, encarregado pela Real Sociedade

de Geografia, de Londres, de proceder a explorações no interior da Guiana.

Este Schomburgk fez em 1835 e 1836 uma campanha exploratória no curso do Essequibo, bem como do Repununi e depois esteve no forte de São Joaquim. Se nessa ocasião Schomburgk não manifestou dúvida alguma a respeito de ser o rio Repununi considerado o limite entre o Brasil e a Guiana inglesa, mais tarde o explorador mudará de opinião, porque ele voltou para encontrar o forte de São Joaquim desguarnecido e para afirmar que os brasileiross só tinham direito ao território até o referido forte. Não contente com essa declaração, em 1838 ele mandou para a região do Pirara uma missão anglicana chefiada por Thomas Youd que, como missionário, teria o propósito de transformar os índios Macuxis em vassalos da Rainha Vitória. (1)

As andanças de Schomburgk despertaram as suspeitas do comandante do forte de São Joaquim, Capitão Ambrósio Aires, que as transmitiu ao Brigadeiro Soares de Andréia, depois Barão de Caçapava.

Soares de Andréia, que acabara de reprimir a insurreição da Cabanada, determinou que o intruso recebesse ordem de cruzar a fronteira e abster-se de voltar ao território do Brasil. Em vista da determinação de Soares de Andréia, o Reverendo Youd cruzou o rio Repununi na altura das corredeiras de Curuá. Em 1839 Schomburgk voltou ao Pirara, mas encontrou um destacamento brasileiro a montar guarda. Em 1840 o Capitão Leal, do forte de São Joaquim, intimou o Reverendo Youd a retirar-se de Curuá, ponto extremo da fronteira do Brasil.

Schomburgk interessou-se em demonstrar que o território inglês chegava aos rios Cotingo e Tacutú e à serra

⁽¹⁾ BARÃO DO RIO-BRANCO, «Obras completas», vol .II, Guiana Britânica, Rio, 1945, edição do Itamaraty.

de Acaraí. Ademais inventou que uma expedição holandesa estivera em 1810 e 1811 na região. Tudo isso apareceu num livro, publicado em 1840, "A Description of British Guiana", livro esse acompanhado de um mapa forjado pelo explorador prussiano (ou inglês) para justificar propósitos de expansão imperialista.

Convém seja assinalado que Schomburgk esmerou-se numa política de esticar a fronteira da Guiana inglesa à custa da Venezuela e do Brasil. A chamada "linha Schomburgk", que figurou nos mapas ingleses e durou até 1895, foi o limite que a Inglaterra pretendeu impor à Venezuela. Entre outras façanhas, Schomburgk gabou-se de haver descoberto a Victoria Regia, milagre botânico da Amazônia. Schomburgk poderia ser um explorador, um botânico; mas, na realidade era um aventureiro como muitos outros que proliferaram no século XIX como esse soldado, depois Sir James Brooke, transformado em rajá de Sarawak.

Com suas mentiras Schomburgk foi o inventor do litígio anglo-brasileiro da Guiana. O que ele pretendeu realizar na região Maú-Tacutú — Repununi foi uma réplica do trabalho feito com a "fronteira elástica" a separar a Guiana, da Venezuela. Fato é que ele acabou motivando o governo ingles, o qual em 1841 determinou que seu Ministro no Rio de Janeiro, Ouseley, entregasse nota a Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois Visconde de Sepetiba, para comunicar que Schomburgk fora incumbido de demarcar a fronteira da Guiana com o Brasil; e que a Inglaterra se opunha a qualquer usurpação do Império no Pirara ou no "território até então ocupado por tribos independentes".

Sepetiba respondeu que a demarcação não poderia ser unilateral. Na intercorrência de todos esses acontecimentos, Schomburgk transferiu-se para a zona do Es-

seguibo, levando um destacamento militar consigo para encontrar Pirara semi-abandonado. Contudo, o Capitão Leal e um eclesiástico Frei Iosé dos Santos Inocentes protestaram contra o proceder de Schomburgk. O governo inglês posteriormente determinou a retirada do destacamento, preferindo negociar um acordo com o Governo imperial. Nessa altura, as relações entre o Império e a Inglaterra não eram cômodas. Os cruzeiros ingleses apreendiam a todo momento navios empenhados no transporte de negros da África para o Brasil e nessa faina cometiam atos atentatórios aos créditos da soberania do Império. Afinal, em setembro de 1842 os entendimentos havidos entre Sepetiba e o Ministro inglês Hamilton se traduziram na neutralização da zona contestada. A vitória de Sepetiba fora extraordinária, porque num golpe de força, absurdo mas possível, a Inglaterra poderia ter ocupado a área Maú-Tacatú-Repununi; mas não o fez, para felicidade do Brasil.

Schomburgk publicou em alemão as suas "Viagens na Guiana Inglesa" (1840-1844), da qual se fez uma edição inglesa em Georgetown em 1922 por iniciativa de W. E. Roth, seu tradutor. Em 1868 o explorador e indianista W. H. Brett publicou em Londres "The Indian Tribes of Guiana". Em 1883 Sir E. F. Im Thurn publicou "Among the Indians of Guiana", — obras demonstrativas do interesse que os ingleses tinham por um conhecimento cabal das terras guaianenses, que poderiam dilatar-se em proveito da Inglaterra, mas em desproveito da Venezuela e do Brasil.

Em 1843 o Visconde do Rio Grande (Araújo Ribeiro), Ministro do Império em Londres, de acordo com instruções recebidas, reabriu o caminho de um possível entendimento com a Inglaterra, apresentando a Lord Aberdeen, Ministro dos Negócios Estrangeiros, um memorandum

com um anteprojeto de Convenção, no qual o Império estabelecida a fronteira: — seguiria esta o divisor de águas constituído pela serra de Paracaima até ao seu ponto extremo de Sudeste no cume Anaí, subiria o rio Repunini até 2° de latitude Norte, acompanharia este paralelo até topar a fronteira com a Guiana holandesa.

Como se vê, a proposta brasileira cingia-se à tradição e aos conhecimentos das autoridades coloniais portuguesas, tradição e conhecimento firmados na quadra de 1750 a 1810.

O Foreign Office aproveitou a "deixa" para apresentar sua contraproposta. Pelo menos a diligência diplomática do Visconde do Rio Grande conseguira descobrir o jogo da Inglaterra. E o jogo inglês era o seguinte: a linha de fronteira seguiria pelos rios Maú e Tacutú até ao mencionado paralelo e pelo qual iria até a Guiana holandesa. Ficariam no domínio da Inglaterra os territórios situados a Leste desses rios.

As negociações foram suspensas. Nessa altura não conseguira o Império adiantar as convenções tendentes à assinatura de um Tratado de Comércio e tampouco atalhar os abusos cometidos por navios de guerra ingleses que, na repressão do tráfico ilícito de escravos, entravam em portos brasileiros e deles arrancavam navios brasileiros para levá-los a Demerara ou ao Cabo da Boa Esperança. Tudo isso constituía infração da Convenção de 28 de julho de 1817 que fazia parte do Tratado de 23 de novembro de 1826.

Com incrível açodamento, e de modo unilateral, Schomburgk chantara marcos na junção do Zuruma com o Tacutú perto da boca do Maú, e perto da boca do Pirara. Contudo, os protestos de Aureliano Coutinho a Lord Aberdeen colheram resultado, porque as autoridades de Georgetown receberam ordens terminantes de retirar

os marcos chantados. Por isso, o Comissário W. J. Freyer comunicou a Schomburgk: "... I effaced the boundary marks mentioned in my instructions..." (Rio-Branco, *ibidem*, às págs. 46 e 47).

No Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, referente a 1845, Ernesto Ferreira França, Ministro d'Estado, assinalou:

"Relativamente à questão da nossa Fronteira do Rio Branco com a Guiana inglesa, se bem que o Governo Imperial tivesse exato conhecimento dos terrenos, que se disputavam, contudo para mais firmar o seu direito, nomeou uma Comissão de Oficiais Engenheiros para examinar esses terrenos, e teve a satisfação de ver que eram justas as suas pretensões à vista das minuciosas informações e excelentes mapas topográficos que apresentou aquela hábil e zelosa Comissão".

Compreende-se facilmente a preocupação do Governo imperial ao ter de lidar com a Inglaterra e a França sobre um dilatado trecho da sua fronteira com as Guianas e com uma profundidade que, no caso francês, iria até à área do Rio Branco. Por conseguinte, o proceder do Governo imperial foi ditado por uma exemplar prudência, porque ele estava lidando com as duas potências européias mais fortes do tempo.

Em 1888, o Barão de Penedo, Ministro do Império em Londres, propôs ao Foreign Office a criação de uma Comissão mista para reconhecer os rios Repununi, Tacutu e Maú até às suas cabeceiras. A Inglaterra desdenhou de discutir a proposta apresentada por Penedo.

Em 1891 Sousa Correia, Ministro da República em Londres, foi informado de que o Foreign Office se mos-

trava disposto a discutir o assunto com o Brasil; e, por isso, apresentou um projeto de convenção que, na realidade, era a contraproposta de Lord Aberdeen. Em 1895 o Brasil voltou a discutir o assunto com a Inglaterra, mas no Rio de Ianeiro. Resultado, nulo. As conversações entre Carlos de Carvalho. Ministro das Relações Exteriores do governo Prudente de Moraes, e Sir Edmund Phipps, ministro da Inglaterra, pouco contribuíram para o andamento da guestão. Em 1897 Sousa Correia voltou ao assunto em Londres com Lord Salisbury, defendendo a tese de que só os divisores de águas constituíssem a linha de limites entre o Brasil e a Guiana inglesa. Sousa Correia punha em prática uma sugestão apresentada em 1841 por Duarte da Ponte Ribeiro e endossada em 1854 pelo Conselho de Estado. A Inglaterra replicou, voltando a insistir na proposta feita em 1891 que, na realidade, era a proposta Aberdeen. O Brasil não desanimou. Nesse ano de 1897 nova contraproposta brasileira foi apresentada, não tendo colhido êxito algum. Salisbury mantinha-se intransigente: ou a aceitação da proposta Aberdeen, ou então malogro das negociações. Afinal, em 1901, Joaquim Nabuco, Ministro em Londres, negociou com Lansdowne, ministro dos Negócios Estrangeiros, a submissão da questão ao arbitramento internacional. O árbitro escolhido foi o Rei Victor Manuel III. O laudo arbitral de 6 de junho de 1904 dividiu o território litigioso em duas partes desiguais: a parte de menor superfície, de 13.570 km², coube ao Brasil; a parte maior, de 19.630 km², coube à Inglaterra. O Brasil ficou com o território entre o rio Maú e a serra de Pacaraima; e a Inglaterra ficou com o território entre o rio Maú e a serra de Pacaraima e entre os rios Tacutu e Repununi, inclusive. Assim, o divisor d'águas, desde o monte Iacontipú até às nascentes do rio Maú e deste pelo rio Tacutú em direção à Guiana holan-

desa, traçava a linha de fronteira. (É muito curioso assinalar que o Rei da Itália, árbitro qu edeveria ter-se enfronhado, empapado da documentação de ambas as partes litigantes, houvesse pensado que o rio Cotingo tivesse seu nascedouro no monte Iacontipú. Ora, o Barão de Parima, em 1882, reconhecera que o Cotingo, afluente do Tacutú, nasce na estrutura rochosa de Roraima. Mais tarde, depois do infeliz laudo do Rei da Itália, técnicos ingleses, muito desconfiados, reconheceram no terreno a exatidão do trabalho realizado pelo Barão de Parima. Isto foi em 1908. E neste mesmo ano os ingleses propuseram o fechamento do hiato Iacontipú-Roraima com a adoção da linha de limites passando sobre as cristas das serranias. O Brasil aceitou essa proposta).

O diplomata norte-americano Lloyd Griscom, que foi Embaixador no Rio de Janeiro e em Roma, publicou um livro de memórias intitulado "Diplomatically speaking", no qual se encontra o seguinte diálogo entre o autor do livro e o Rei Victor Manuel III:

"You've been living in Brazil, haven't you? When I repeated that the tropics did not agree with me the King continued: "Oh, yes, it is a wretched place and I don't like the people. I suppose I ought not to say that. It's very undiplomatic, but then I'm not a diplomat. I once had to deal with some of those Brazilians over the boundary between their country and British Guiana, which was referred to me for arbitration. There were five volumes of evidence, and I read every word of them. The Brazilians published lots of maps which were absolutely false, and then they put in a lot of pictures of Indians in different costumes to make it interesting.

Well, it was interesting, but it was a very poor argument. I might have given the whole disputed territory to England, but I gave the Brazilian half, and then I heard they abused me outrageously" (pág. 281).

Havendo lido o livro de Lloyd Griscom, Oswaldo Aranha, grande Ministro das Relações Exteriores, instruiu em 1941 a Embaixada em Roma a passar nota ao Governo italiano para lhe perguntar se as declarações atribuídas ao soberano na obra do diplomata norte-americano eram verdadeiras ou não. Ciano respondeu que o Rei da Itália jamais fizera tais declarações ao diplomata norte-americano.

A fronteira Brasil-Guiana francesa tem uma história movimentada. Muito já se escreveu a respeito, de maneira que convém que o assunto seja tratado com a necessária brevidade. A neutralização do território contestado das Terras do Cabo do Norte foi grande vitória do Visconde de Sepetiba, que permitiu a missão especial do Visconde de Uruquai a Paris em 1856, bem como o aparecimento em 1861 da obra de Joaquim Caetano da Silva, Encarregado de Negócios do Brasil em Haia. "Le Brésil et l'Oyapock", do qual se afirmou haver Napoleão III declarado que essa obra equivalia à presença de um exército de 10.000 homens na região. Mais tarde, o General Visconde de Maracajú, presidente da Província do Pará, fez uma viagem pela região contestada. Em 1º de fevereiro de 1884, Jules Ferry, ministro dos Negócios Estrangeiros da França, passou nota ao Barão d'Itajubá, Ministro do Império em Paris, na qual afirmou que o território contestado entre o Brasil e a França se estendia ao Norte até ao Oiapoque e ao Sul até ao Arouary (Araguari). Nessa nota Iules Ferry reportou-se às conferências de 1855-56 (missão do Visconde de Uruguai) durante as quais duas bases de transação haviam sido propostas: um limite sobre o rio Calcoene, ou um limite sobre o rio Manaye (Tartarugal). Essas duas propostas foram rejeitadas pelo Brasil e as conferências foram interrompidas. Na nota de 1º de fevereiro de 1884 Juels Ferry voltou a referir-se ao território litigioso, mas com limite meridional até ao Araguari, em cuja margem esquerda se fundara em 1842 a Colônia militar Dom Pedro II. Assinale-se que em 1861 o Capitão-tenente José da Costa Azevedo (futuro Barão de Ladário) procedeu a uma exploração do território contestado, na qual deveria ser acompanhado por um representante francês que, no entanto, primou pela ausência.

Em 1894 descobre-se imprevistamente o ouro do Calçoene, o que motivou verdadeiro rush de antilhanos, franceses, norte-americanos, hispano-americanos às cabeceiras do rio. Esses estrangeiros passaram a dominar na região como verdadeiros senhores de baraço e cutelo, perseguindo indios, escravizando mulheres e desmoralizando a rude população dos garimpos e dos acampamentos, população que aumentava de dia para dia. Em dezembro de 1894 elementos representativos da população brasileira, que já não sabia mais o que fazer para conter os desmandos dos aventureiros, elegeu um triunvirato constituído por Francisco Xavier da Veiga Cabral, Cônego Domingos Maltês e Desidério Antonio Coelho. O triunvirato deveria zelar pelo respeito à ordem. As autoridades de Caiena, como se estivessem legislando em terra sua, escolheram um capataz, um indivíduo manifestamente inferior. um traidor, chamado Trajano, preto fugido de Belém. Como informou o Embaixador Araújo Jorge, em sua "In-

trodução às Obras do Barão do Rio-Branco", as autoridades de Caiena deram a Trajano o título de capitão-governador do Amapá. Parece que o aventureiro se enebriou com o título. Ocorreram então refregas entre brasileiros e aventureiros, o que irritou as autoridades de Caiena. Tomaram estas a decisão de despacharem tropa armada a bordo de um aviso chamado "Bengali". As autoridades de Caiena, numa demonstração de prepotência imperialista, procediam como se a terra em litígio lhes pertencesse. Em 1895 verificou-se um choque pelas armas entre brasileiros chefiados por Veiga Cabral e os franceses comandados pelo Capitão Lunier. Este e vários soldados foram mortos em combate raso e desassombrado. O incidente causou exasperação em Paris, - e imensa sensação no Rio de Janeiro que, da noite para o dia, descobriu que alguém se encarregara de defender a fronteira no território contestado, jogando com a vida e pondo cobro à audácia das autoridades de Caiena, interessadas em dispor das Terras do Cabo do Norte como pertenca sua. Sentindo que as autoridades de Caiena haviam exorbitado, o governo de Paris mostrou-se compreensivo. O grave incidente criou um ambiente propicio à arbitragem internacional.

A vitória do Barão do Rio-Branco na questão das Terras do Cabo do Norte (Amapá) representou um acréscimo de 225.000 km² ao território nacional. O polígono estratégico das Terras do Cabo do Norte continuou brasileiro, ficando com essa integração assegurada a defesa do estuário do Amazonas, desde o rio Oiapoque até à baía de Marajó. A vitória diplomática de Rio-Branco exaltou-se na previsão do aproveitamento político e econômico do imenso estuário amazônico, tarefa que vem sendo desenvolvida pelo governo do Presidente Médici.

DEMARCAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL COM AS GUIANAS FRANCESA, HOLANDESA E INGLESA

"Demarcar é exercer vigilância" (Barão de Ladário)

A fronteira com a Guiana francesa foi demarcada pelo General Bandeira Coelho, assessorado pelo Capitão Felinto José Braga Coelho e pelos técnicos civis Leônidas Ponciano de Oliveira e José Ambrósio de Miranda Pombo.

Extensão do divisor d'águas da nascente do rio Oiapoque (nascente do seu formador principal, o rio Kerinuatu) até ao ponto de trijunção das fronteiras Brasil-Suriname-Guiana francesa (ou seja o marco levantado na fronteira Brasil-Guiana francesa, junto ao ponto que poderá corresponder à situação da referida trijunção, tendo-se em vista que a fronteira Guiana francesa-Suriname ainda não está definitivamente estabelecida nesse ponto):

— 303 kms, 250 metros.

Extensão da fronteira fluvial através do rio Oiapoque (talvegue, thalweg ou linea de impluvio dos geógrafos italianos (Carlo Porro e outros): — 364 kms, 560 metros; e através do rio Keriniatu, formador principal do rio Oiapoque (pelo talvegue do dito rio até à sua nascente prin-

cipal): — 62 kms, 672 metros, o que dá à referida fronteira fluvial uma extensão total de 427 kms, 232 metros.

Total da fronteira demarcada Brasil-Guiana francesa: — 730 kms, 482 metros.

Marcos colocados. — Número de marcos colocados na referida fronteira (exclusivamente sobre o divisor d'águas que constitui a fronteira terrestre): 7 (sete) marcos, sendo a fronteira fluvial definida pela linha de talvegue, sem nenhum marco marginal de referência, de levantamento julgado impróprio, ante as condições de erosão constante oferecidas pelo rio.

A Comissão Mista Brasileiro-Francesa de Demarcação da Fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa foi instalada em 13 de setembro de 1955, na Sala dos Índios do Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Condições de vida na fronteira do rio Oiapoque -No passado, o ouro do Calçoene e do Caciporé atraiu quantidade imensa de aventureiros. Desse ouro de lavagem nada ficou praticamente. A fronteira ao longo do Oiapoque só apresenta, como povoados, a Vila de Oiapoque, Clevelândia do Norte e Caimun, e nada mais. No entanto, a mirrada população brasileira está sendo atraída para o território da Guiana francesa à procura de melhores salários. Impõe-se, pois, e desde já, uma política de intensa colonização da fronteira ao longo de Oiapoque. É preciso acabar com essa fronteira mormacenta de pobreza, indiferença e escassez de recursos naturais ou adquiridos. O Cel. João de Melo Moraes, que pertenceu à Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores — 1º Divisão, conta na sua monografia sobre o rio Oiapoque haver encontrado em 1955 colonos cearenses sediados na margem do rio, em Maria Flora, alimentados apenas de farinha d'água, algum peixe

e abuso de cachaça. É claro que essa gente baixou ao hospital de Vila de Oiapoque.

Mar territorial. Fronteiras laterais marítimas do Brasil. — O Brasil terá de estabelecer seus limites marítimos com a França (Guiana francesa), já os tendo estabelecido com o Uruguai. A fronteira lateral marítima entre o Brasil e o Uruguai constitui matéria da "Declaração brasileiro-uruguaia sobre limites de jurisdições marítimas", de 10 de maio de 1969, assinada no Rio de Janeiro por Magalhães Pinto e Venâncio Flores, respectivamente Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Uruguai, durante a visita do Presidente Pacheco Areco ao Brasil.

Pela Declaração Conjunta, de 10 de maio de 1969, ficou estabelecido o seguinte:

"1. Que o Governo brasileiro e o Governo uruguaio reconhecem como limite lateral das respectivas jurisdições marítimas a linha mediana, cujos pontos sejam equidistantes dos pontos mais próximos da linha de base, e que, partindo do ponto em que a fronteira dos dois países alcança o Oceano Atlântico, se prolongue em direção às zonas contíguas do mar adjacente".

O que ficou assentado na Declaração Conjunta está de acordo com o art. 12 da Convenção sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua, assinada em Genebra em 29 de abril de 1958.

No que se refere ao estabelecimento do limite de jurisdições marítimas entre o Brasil e a Guiana francesa, o assunto nem sequer foi iniciado, porquanto ainda não se entabolaram negociações diplomáticas com o Governo de Paris.

A fronteira terrestre e fluvial entre o Brasil e a Guiana francesa está completamente demarcada desde 1962, havendo os trabalhos de natureza técnico-geográfica sido iniciados em 1955 pela Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1º Divisão, do Ministério das Relações Exteriores, para cumprir o Laudo Arbitral do Presidente do Conselho da Confederação Helvética, Walter Hauser, de 1900, que consagrou as razões brilhantemente apresentadas pelo patrono dos direitos do Brasil, o Barão do Rio-Branco. Contudo, é preciso assinalar que a Definição da linha-limite pelo talvegue do rio Oiapoque termina na foz deste rio. Isto quer dizer que o traçado dessa linha-limite não foi prosseguido pelos demarcadores através da baía de Oiapoque.

Nos "Preparatory Documents", compilados pelas Nações Unidas para os estudos da Convenção de Genebra sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua, de 29 de abril de 1958, a baía de Oiapoque não só se encontra catalogada como baía internacional, bem como está descrita com minuciosidade.

Fronteira com a Guiana Holandesa. — Um assunto tranqüilo. Jamais houve questão de limites entre o Brasil e o Suriname. Num projeto de convenção, o Barão do Rio-Branco em 1896 tentou resolver o assunto com a Holanda, antes de terem-se liquidado os limites com as Guianas inglesa e francesa. Nessa altura, o governo holandês procedeu com bastante cautela, esperando que o Brasil se entendesse com a Inglaterra e com a França. Em 1906 foi assinado no Palácio Itamaraty o Tratado de limites entre o Brasil e a Guiana holandesa ou Suriname, pelo Barão do Rio-Branco e pelo Ministro Frederico Palm. Esse tratado foi ratificado em 1908 e estabeleceu o divisor pela linha de separação das águas dos rios que desagüam no Oceano Atlântico constituindo uma bacia,

das águas dos rios que são afluentes ou sublafluentes amazônicos. Assim, a linha de limites entre o Brasil e a Guiana holandesa começa no marco de trijunção das fronteiras Brasil-Guiana inglesa-Suriname, situado entre as cabeceiras dos rios Uanamu e Cutari, e segue pelo mais alto do terreno que divide as águas que correm para o Uanamu e Marapi (afluente do Trombetas), Paru de Leste ou Cuminá, Paru de Oeste e Jari (da bacia amazônica), das que se lançam no Sipaliuini (da bacia do Courantine), e no Tapanaoní e Itaní (da bacia do Maroní) até encontrar o marco de trijunção das fronteiras Brasil-Suriname-Guiana francesa, situado entre as cabeceiras do Mapaoni e Coulé-Coulé. (Ver, "Limites do Brasil", de Fonseca Hermes e Murilo de Miranda Basto).

A fronteira Brasil-Suriname tem 593 kms. de extensão, havendo sido levantada e demarcada de 1935 a 1938 pela Comissão Mista brasileiro-neerlandesa, que plantou 60 marcos grandes, comuns aos dois países. Chefiou a Comissão brasileira o Capitão-de-mar-e-guerra Braz Dias de Aguiar, notável demarcador, que apresentou ao IX Congresso Nacional de Geografia, realizado em Florianópolis, uma admirável monografia a respeito dessa demarcação e contendo ademais minuciosas informações a respeito das tribos indígenas da região do Maroní e do Courantine.

Fronteira com a Guiana Inglesa — Totalmente levantada e demarcada de 1930 a 1938 pelo Comandante Braz Dias de Aguiar, chefe da parte brasileira na Comissão Mista brasileiro-britânica de demarcação, a fronteira tem 1.606 kms. de extensão e apresenta 135 marcos. A fronteira começa no marco de trijunção Brasil-Venezuela-Guiana inglesa, no planalto do pico Roraima, segue pelo divisor d'águas Cotingo-Mazaruni, passando pelos montes Uei-assipu, Apocailã, Iacontipu, Marina,

Aromatipu, Caburaí, onde se encontra o ponto mais setentrional do Brasil, Ulamirtipu e Ulamir até ao marco das nascentes do rio Maú (chamado Ireng ou Irong noutros tempos). Deste marco desce pelo talvegue do rio Maú até sua confluência com o rio Tacutú. Da confluência do Maú com o Tacutú sobe pelo talvegue do Tacutú até ao ponto em que se encontram o Tacutú Sul com o Tacutú Leste e, pelo talvegue do Tacutú Leste até sua nascente no monte Uamuriactaua. Do marco da nascente do Tacutú Leste continua pelos divisores d'águas Amazonas-Essequibo e Amazonas-Courantine até ao marco de trijunção das fronteiras Brasil-Guiana britânica-Suriname, situado entre as cabeceiras dos rios Uanamu, afluente do Trombetas, e Cutari, da bacia do Courantine.

A Região das Guianas tomada em Conjunto — A região das Guianas está situada entre o Oceano Atlântico, ao Norte, e as cordilheiras de Pacaraima, a Oeste, juntamente com o Maú e o Tacutú; ao Sul, as serras de Acaraí e Tumucumaque; a Leste, o rio Oiapoque. Rios importantes desagüam no Atlântico, a saber, de Oeste para Leste: o Essequibo, o Demerara, o Berbice e o Courantine, no Estado da Guiana ou Guiana (a antiga Guiana inglesa). O Courantine separa a Guiana do Suriname. No Suriname correm os seguintes rios para o Atlântico: o Nickerie, o Coppename, o Suriname e o Maroni. Este último rio separa o Suriname da Guiana francesa. Finalmente, o Oiapoque, a separar a Guiana francesa do Brasil. Contudo, ainda existem mais Guianas, porque, na Venezuela, o rio Caroni separa nitidamente a Guiana venezuelana (constituída pelo Território do Delta do Orinoco e pelo Território Yurari), do resto da Venezuela; e neste país existem o Grande Maciço da Guiana com a Grande Savana, bem como a Peneplanície do Cassiquiare. (Ver o "Atlas da Venezuela", de 1969, excelente edição do Ministério das Obras Públicas, de Caracas).

As extraordinárias ramificações do Amazonas transformam a fronteira Brasil-Venezuela (a Guiana brasileira, ou parte desta) numa área de futuras e permanentes aproximações entre os dois países. Duas bacias convizinham: a do Amazonas e a do Orinoco. O rio Amazonas, na direção Oeste-Leste, desde Tabatinga até ao Atlântico, tem um declive de apenas 76 metros. O rio Orinoco, cuja nascente na região da cordilheira de Parima, bem perto da fronteira ora em demarcação com o Brasil, foi encontrada pela expedição de 1951, do Major Risquez Iribarren (lat. 2°19'N, long. 63°22' WGW), diferentemente do Amazonas tem um declive de mais de 1.100 metros e termina num delta prodigioso com mais de 10.000 km². As duas bacias são ligadas pelo canal natural de Cassiguiare, que Humboldt percorreu e explorou.

Também podemos falar numa Guiana brasileira; e esta seria constituída por parte do atual Território de Roraima na região Tacutú-Maú-Repununi. O Laudo arbitral do Rei Victor Manuel III abriu uma escotilha para a Inglaterra sobre a Bacia amazônica, da qual ela não soube tirar proveito. No Território de Roraima, afluentes e subafluentes do Amazonas encontram-se a pouca distância dos afluentes formadores do rio Esseguibo, que tem bacia própria, e corre para o Atlântico. Quando, em 1905, De La Pradelle e Politis criticaram severamente o laudo arbitral do Rei Victor Manuel, uma das soluções práticas por eles aventadas foi dividir simplesmente as duas bacias, separando-as, o que em última análise não prejudicaria nem ao Brasil nem à Inglaterra, antes seria uma solução ditada pela própria geografia física. (Ver "L'arbitrage anglo-brésilien de 1904", Paris, 1905).

Facamos agora considerações de natureza política: a região quianense, nos séculos XVII e XVIII, esteve fora de mão, esteve fora dos grandes circuitos do imperialismo colonial europeu. Razão porque os estabelecimentos holandeses, franceses e ingleses não prosperaram, antes guardaram a impressão de vinhetas decadentes à beira-rio ou à beira-mar. Muitas das ilhas antilhanas, bem perto do litoral da Venezuela, foram ocupadas por potências européias. Quando olhamos para o mapa da região, não podemos deixar de pensar que o colonialismo europeu não soube tirar proveito material, proveito econômico dessa região. As potências européias continuam nas terras do chamado Planalto de Parima, segundo a denominação de HUMBOLDT, mas que fizeram pelo desenvolvimento dessas colônias? Muito pouco. Exceção feita talvez da Guiana independente, as duas outras parecem constituir reservas para o futuro.

Quanto ao Brasil, também uma consideração geopolítica que nos parece importante: — o Governo federal terá de promover, e se a curto prazo, tanto melhor, uma política de povoamento de toda a região amazônica situada acima da linha do Equador até às fronteiras do Brasil com a Guiana francesa, o Suriname, a Guiana e a Venezuela. Essa região representa uma zona de fronteira que até há pouco esteve desguarnecida, desprotegida, despovoada; e que imperativos de Segurança nacional determinam seja colonizada de uma maneira eficiente e moderna, constituindo uma nova fronteira pioneira, bem como seja economicamente explorada em termos dinâmicos de criação de riqueza ponderável no cenário geral da Amazônia brasileira. Não pode sofrer delongas este programa de colonização e de exploração econômica, porque uma fronteira despovoada e morta não representa uma afirmação de política ativa. Fronteiras mortas não constituem símbolos

tangíveis de soberania. Já em sua obra, que merece releitura, intitulada "Fronteiras nacionais" (3ª edição, Rio, 1922), José Maria Mac-Dowell assinalava o abandono das fronteiras no Setentrião, referindo-se como jurista a uma série de fatos, que frisaram pelo escândalo, de concessões irregulares feitas a estrangeiros, que não souberam aproveitá-las economicamente. Era o tempo da Constituição de 1891, tempo durante o qual não se ligava importância à faixa federal da fronteira e Estados faziam empréstimos no estrangeiro... Fronteiras mortas não só propiciam o contrabando em larga escala, como atraem aventureiros que as consideram "terras de ninguém", aí se fixando mercê de falsos títulos de propriedade, ou nelas estanciando em razzias predatórias. Leiam-se as informações interessantes de JAMES WICKENDEN, no seu livro "Beyond the high savannahs" (Londres, 1956), a respeito dos prospectores de diamantes na região da fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. Nessa região o pork-knocker (o prospector de diamantes) é uma figura tão perfeitamente caracterizada como o "fur trapper" do Canadá e dos Estados Unidos no século passado. Através dessa região passam para o estrangeiro cerca de 70% da extracão real dos diamantes no Brasil, mas por contrabando...

A futura perimetral Norte-amazônica, com 3.600 kms. de extensão, terá como estribos as localidades de Cruzeiro do Sul, Tabatinga, São Gabriel das Cachoeiras, Manaus, Caracaraí, Boa Vista e Macapá. Essa rodovia proporcionará as vinculações internacionais com Mitu, capital do Departamento de Vaupés (Colombia), Santa Elena de Eruen (Venezuela), Porto Lethem (República da Guiana). Ademais, a rodovia percorrerá uma região onde existem importantes riquezas minerais já comprovadas, como manganês da Serra do Navio e a tantalita e cassiterita de Mazagão, no Amapá; e ocorrências de

bauxita e carvão na zona entre os rios Paru e Trombetas. Do território nacional, região pouco conhecida, ademais pouco povoada, nela ainda existem latifundios imensos, de propriedade deste ou daquele, em sua mor parte improdutivos, e através dela pervagam contrabandistas e aventureiros que têm seus pontos de apoio em países vizinhos. Na região entre os rios Iari e Paru de Leste, além do parque nacional de Tumucumaque, nestes últimos anos se manifestaram atividades colonizadoras e prospectivas de Almeirim, Monte Alegre e Alenquer serão, dentro em pouco, centros importantes de criação de riquezas extrativas ou de beneficiamento de produtos vegetais da área. É preciso fazer referência ao empreendimento Ludwig, onde, ao que se afirma, se vem dando atenção prioritária ao plantio de arroz e de variedades vegetais produtoras de celulose, bem como à criação de gado. Assim, esse empreendimento espera concorrer para a luta contra duas "fomes", a fome da carne de vaca, e a fome do papel de imprensa.

FRONTEIRA DO BRASIL COM A VENEZUELA

"Estudiar muy de cerca y contemplar muy de lejos".

(Bolivar)

Para bem se conhecer a história das lutas que a Venezuela sustentou em prol da independência, é preciso remontar a Napoleão.

Por meio do bloqueio continental esperava Napoleão vencer a Inglaterra. Mas, para a perfeita realização do seu jogo político, ele precisava dominar na Península ibérica, tanto em Lisboa como em Madrid. No caso espanhol, Napoleão valeu-se das intrigas urdidas por Fernando, Príncipe das Astúrias, contra seu pai e senhor. Enquanto isso, tropas francesas trataram de ocupar pontos estratégicos do Norte da Espanha, o que seria o prelúdio da invasão.

Num assomo de alto espírito político e firme decisão, o Príncipe Regente Dom João transferira a Corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro. O monarca espanhol pretendeu imitar o exemplo do Príncipe Regente Dom João, pensando recolher-se aos seus domínios da América. Mas, se por acaso nisso pensou, a rebelião popular ocorrida em Aranjuez liquidou o plano de qualquer transferência da família real para o Novo Mundo.

Enquanto isso, ferviam as intrigas insufladas por agentes de Napoleão: e de tal maneira que no dia 19 de maio de 1808 Carlos IV abdicou em favor do filho, declarando que Fernando VII deveria ser reconhecido rei em todos os domínios pertencentes à coroa espanhola, Fernando VII entrou desde logo em entendimentos com Murat, comunicando-lhe o desejo de estreitar as relações políticas com Paris. Contudo, Murat não esteve por meias medidas e um belo dia entrou em Madrid à frente dos exércitos franceses, tomando, porém, a cautela de não reconhecer Fernando como rei d'Espanha. A comédia política só culminou quando o ex-soberano, talvez arrependido do passo que dera, tomou a decisão de declarar nula a abdicação. A 10 de abril, o Conselho das Índias dirigiu a todas as autoridades da América uma ordem relativa à transferência da coroa a Fernando VII. Pasmado com o que se urdia na corte, o povo madrilenho revoltou-se contra os exércitos de Murat. Goya fixou esse momento trágico em obras primas impressionantes. Compreendendo a situação, já prenunciadora de tremenda borrasca. Napoleão induziu o ex-soberano a renunciar, por meio de um tratado, ao direito que tinha ao trono. Assim se fez: e o tratado estipulou que a monarquia espanhola seria preservada; que o príncipe que Napoleão colocasse no trono seria independente; e que as fronteiras da Espanha seriam respeitadas. O ato de renúncia corporificou-se no decreto de 8 de maio de 1808, passando o rei Carlos às mãos de Napoleão seus direitos sobre a Espanha e sobre as Índias. Logo depois, Fernando VII concordou em assinar um tratado com Napoleão referendando a abdicação paterna e afirmando que, como Príncipe das Astúrias, renunciava também·ao trono espanhol.

Dias depois, o Conselho das Índias dirigiu-se às autoridades espanholas de ultramar para lhes anunciar a re-

núncia de Carlos IV e de Fernando VII ao trono. Caíra o pano sobre a tragicomédia de Baiona. Bem andara o Príncipe Regente Dom João ao transferir a Corte portuguesa, de Lisboa para o Rio de Janeiro. Dias depois, Napoleão convocou notáveis da Espanha para uma reunião em Baiona; e foi nesta cidade, a 6 de junho, que o conquistador baixou um decreto pelo qual anunciou a elevação de seu irmão José à dignidade de rei d'Espanha e das Índias. Os notáveis disseram amém e reconheceram José como soberano. No dia 7 de julho, esses homens, constituindo uma assembléia de arremedo, adotaram uma constituição outorgada por Napoleão.

O povo espanhol não aceitou essa constituição. Tampouco se conformou com a comédia. Por isso, explodiu numa rebelião impetuosa e bárbara, rebelião que já se havia iniciado em Portugal em conseqüência das lutas do povo português, auxiliado por tropas inglesas desembarcadas sob o comando de Sir Arthur Wellesley (o futuro Wellington). A insurreição alastrou-se como um rastilho de pólvora através da Espanha, pondo em perigo os exércitos franceses.

Quando essas notícias chegaram às Índias, isto é, às colonias espanholas da América, houve uma sensação de estupor. "El Rey Intruso", um José Bonaparte, sentado no trono dos reis d'Espanha! Não faltava mais nada! O incêndio da revolução ateou-se por toda a Espanha. Surgiram as famosas Juntas ou conselhos locais, protestando contra a dominação francesa e reconhecendo Fernando VII como verdadeiro rei. A Junta de Sevilha cuidou de despachar delegados à América para anunciar às colonias as providências tomadas contra Napoleão e obter o apoio dos povos americanos. Requestadas dessa forma, as populações espanholas da América num relâmpago tiveram consciência da missão que poderiam desempenhar.

Fernando VII foi reconhecido como rei, no México, em Caracas, Bogotá, Chuquisaca e Buenos Aires. Os que sonhavam com o ideal da liberdade, mirados e remirados no exemplo norte-americano, pensaram que o momento era oportuno, devendo ser por conseguinte "explorado". Em iulho de 1808, o cabildo de Caracas, em memorial dirigido ao capitão-general, propôs a criação de uma junta governativa naquela cidade, a exemplo do que se passava na Espanha. No México a junta, que se constituiu, jurou lealdade à coroa, muito embora uma voz satânica houvesse alegado que a deposição de Fernando VII quebrara o elo sagrado a ligar a Espanha aos domínios das Índias. Por decreto de 30 de janeiro de 1809, a Junta Central de Sevilha declarou que os domínios americanos eram agora parte integrante da monarquia espanhola, isto é, deixavam de ser "patrimônio" do rei em cuja pessoa e em cuja coroa se reuniam os domínios metropolitanos e ultramarinos. Ademais, a Junta estabeleceu o direito de representação das colonias no governo nacional, chegando a convidar os vice-reis e os capitães-generais a enviarem deputados à Espanha.

Os acontecimentos iriam assumir uma feição inesperada. Já havia o levedo da insurreição. Em 25 de maio de 1809, em Chuquisaca o governador Pizarro foi deposto e a audiência de Charcas avocou a si a suprema autoridade civil militar. Em La Paz, na mesma audiência, o intendente foi deposto pelos cidadãos que organizaram uma junta e redigiram uma declaração explicativa dos ideais de independência. O chefe desses cidadãos, Pedro Murillo, chegou a tomar das armas, mas a sorte não lhe foi favorável. Ruiz de Castilla, presidente da audiência de Quito, foi deposto e encarcerado. Em Santa Fé de Bogotá, a junta que se organizou, incumbiu Camilo Torres de redigir um memorial de queixas contra o Vice-rei

para ser encaminhado à Junta de Sevilha. Em Caracas e em Valladolid, no México, urdiram-se conspirações. Em 1810 a Junta central de Sevilha passou o governo à Regência recém-criada e, em fevereiro desse ano, a Regência dirigiu uma proclamação a todos os povos das Índias, anunciando que seus habitantes seriam elevados à condição de homens livres; e que novas providências seriam tomadas para lhes aumentar o bem-estar. Em Caracas, o frêmito da insurreição levou o Cabildo extraordinário a depor o capitão-general Emparán, criando-se logo depois uma junta governativa que, embora se declarando fiel à Fernando VII, deportou Emparán e outras autoridades espanholas e baixou um manifesto afirmativo de que a Venezuela tomara lugar entre as nações livres. Os demais cabildos das capitais espano-americanas foram convidados a participar do movimento revolucionário. Em maio de 1810, o Vice-rei de Buenos Aires foi deposto e substituído por uma junta governativa. Nesse mesmo ano, em Santa Fé de Bogotá e em Quito organizaram-se juntas governativas, dando-se o mesmo em setembro, no Chile, com a deposição do general-governador Garcia Carrasco. O padre e conspirador mexicano, Miguel Hidalgo y Costilla, herói da independência nacional, iniciou em Dolores o movimento da insurreição contra o domínio espanhol, alcando o pendão da independência com a imagem da Virgem de Guadalupe, padroeira nacional e tocando o famoso sino que hoje se encontra no Palácio do Governo na "Plaza Mayor", na Cidade do México. Hidalgo reuniu à sua volta patriotas animados do desejo ardente de fazer a guerra contra o domínio castelhano. Em outubro de 1810, depois da brilhante tomada de Guanajusto, as tropas de Hidalgo desbarataram as forças reais em Monte de las Cruces. Ao invés de marchar sobre o castelo de Chapultepec, Hidalgo deixou-se envolver em discussões partidárias, dando assim tempo a que as forças espanholas, comandadas pelo general Calleja, lhe saissem no encalço, sendo em janeiro de 1811, na batalha do rio Calderón, completamente derrotado pelos castelhanos. Procurando um refúgio seguro, Hidalgo atravessou as regiões de Monclova, onde foi capturado pelos espanhóis e fuzilado em 30 de julho. José Maria Morelos, um jovem padre e lugar-tenente de Hidalgo, assumiu o comando dos revolucionários. Em agosto de 1811 reuniu-se em Zitacuaro o congresso revolucionário, donde saiu um governo nacional composto de três membros que juraram fidelidade a Fernando VII e à Igreja. Em março de 1812 a Regência convocou as Cortes de Cádiz, promulgando-se assim a nova Constituição espanhola. Morelos não concordou com a nova constituição e reuniu em setembro de 1813 os revolucionários em Chilpancingo, rompendo os vínculos que prendiam o México à Espanha. Os revolucionários adotaram a constituição de Apatsingan. As tropas reais abriram hostilidades contra Morelos e Minas que, derrotados e capturados, foram a seguir fuzilados.

Isso se passou no Vice-reino do México. Na América do Sul o precursor da independência foi o venezuelano Francisco de Miranda, natural de Caracas, soldado e general da Revolução francesa, possível agente dos ingleses, aventureiro de visão larga, cuja ação foi estudada com agudeza por Parra Pérez. Em 3 de julho de 1811 o Congresso revolucionário proclamou formalmente a independência da Venezuela redigindo, a 21 de dezembro, a Constituição. Em 1812, Miranda, transformado em dirigente da revolução, teve de capitular às tropas reais comandadas pelo general Domingos Monteverde. Depois, o cárcere na Espanha e a morte misteriosa.

Nessa altura das lutas em prol da independência dos povos sul-americanos surgiu uma estrela de primeira

grandeza, — Bolivar. Enquanto no México ocorriam os combates entre as tropas reais e os patriotas mexicanos, Bolivar meditava nos acontecimentos em sua bela propriedade do vale de Aragua. Em novembro de 1811 a Junta de Cartagena de Indias proclamava a independência de Nova Granada. Em 1813 reuniu-se em Santa Fé de Bogotá um congresso dos representantes de Cundinamarca, província colombiana, que também fez uma declaração de independência e redigiu a constituição para as Províncias Unidas de Nova Granada.

Nessas horas de meditação forjou-se a vontade de Bolivar, da melhor têmpera que pudesse haver na Venezuela. Rompendo com a tradição, com a herança, com os antepassados, Bolivar ofereceu-se à Junta de Cartagena de Indias. Bolivar iniciou desde logo uma campanha militar contra as tropas que operavam no Baixo Madalena; e em Trujillo, a 15 de julho de 1813, o patrício Bolivar baixou uma declaração de guerra aos espanhóis. Em agosto, ao bimbalhar dos sinos, Bolivar entrou triunfalmente em Caracas, que se engalanara para receber o jovem Capitão. O que os outros mais afoitos não haviam sabido fazer, fizera-o ele com o sentido da oportunidade, do qual Camões dissera:

"porque sempre por via irá direita quem do oportuno tempo se aproveita".

Empolgado pelo espírito decisivo e ardente de Bolivar, o Cabildo de Caracas proclamou-o Libertador da Venezuela. Encontrando no general Boves, chefe das tropas reais, um rival destemido, Bolivar modificou seu jogo e desenvolveu-o em assomos de audácia. Por isso, dirigiu-se para a província de Cundinamarca, forçando o governador de Santa Fé de Bogotá a capitular. As

operações militares transcorreram com altos e baixos. obrigando Bolivar a agir com surpreendente rapidez. Desembarcando no delta do Orinoco, afrontando febres e dificuldades incriveis soberbamente descritas por WALDO Frank em sua biografia de Bolivar, este estabeleceu a capital da Venezuela em Angostura. Nesta cidade se realizou em outubro de 1818 um famoso congresso de grande irradiação política tanto na Venezuela como na Colômbia. Esse Congresso redigiu a Constituição provisória de 15 de agosto de 1819. Nisso se estava, quando Bolivar recebeu a notícia de que os patriotas de Nova Granada corriam perigo. Ei-lo, como verdadeira flecha, conduzindo seu exército através dos Andes, animando seus soldados com o exemplo de sua indômita coragem. Faz a famosa travessia do planalto deserto de Pisba. Afronta os espanhóis, comandados pelo general Barreiro numa batalha que se desenvolveu perto da ponte que cruza o rio Boyacá, a 7 de agosto de 1819 e terminou na derrota do exército real. O último vice-rei de Nova Granada, Juán de Sámano, fugiu de Santa Fé de Bogotá. Em 17 de dezembro de 1819 o Congresso de Angostura proclamou a existência da Gran Colombia, integrada pela Venezuela, Nova Granada e Capitania de Quito, com sua capital em Santa Fé de Bogotá. Proclamado presidente da Gran Colombia, Bolivar não dormiu sobre os louros da vitória e foi combater as tropas reais que, na Venezuela, ocupavam Caracas, San Felipe e Valência. Em 24 de junho de 1821 feriu-se na planície de Carabobo uma terrível batalha, infeliz para a coroa espanhola. La Torre, o general derrotado, refugiou-se em Puerto Cabello. Bolivar despachou Sucre, seu lugartenente, para o Equador. Em maio de 1822 Sucre derrotou o general Aymerich nas encostas do vulção Pechincha, enquanto Bolivar vencia na batalha de Bombaná para entrar em Quito como autêntico triunfador. Espantosa figura da qual Estéban Gil Borges, ex-Ministro das Relações Exteriores da Venezuela disse ao inaugurar o monumento de Bolivar no Central Park, em Nova York:

"Seu caráter teve essa preclara qualidade de constância e de fé inquebrantável, que o levou aos mais altos cumes da história. Debalde conspirou a adversidade contra a sua fortuna. A desgraça aumentava-lhe o gênio, que nunca se levantou mais radiante que sobre as trágicas vicissitudes do seu destino. A sua glória resplandece ainda mais nos dias sombrios da derrota que à claridade dos dias triunfais. Maior que em Carabobo foi em 1812, quando sobre as ruinas das cidades abatidas pelo terremoto e sobre as ruínas dos sonhos prematuros de independência, sobe à tribuna e diz: "Se a natureza se opuser a nossos designios, lutaremos contra a natureza e vencê-la-emos"! Maior que em Boyacá, onde fundava a liberdade da Colômbia, foi em Casacoima, quando derrotado e quase prisioneiro, sonha o plano que, ponto por ponto realizado, foi a liberdade do continente. Maior que em Juanin, onde funda a independência da Bolívia, maior que em Pechincha, onde funda a independência do Equador, maior que em Ayacucho, onde fundada a independência do Peru, foi em Pativilca, quando, no eclipse de sua fortuna, seus generais desalentados lhe perguntam qual é o seu pensamento, e ele responde: "Triunfar!" Grande na vitória, maior ainda no infortúnio, não teve senão uma debilidade: a glória".

Sonho máximo de Bolivar foi a Gran Colombia, Aliás, o devaneio bolivariano abarcava todas as colônias espanholas da América na esperança de integrá-las num

só e vasto país. Em 1821, aprovou-se no Congresso de Cúcuta a Constituição destinada a reger os destinos políticos da Gran Colombia. Bolivar aceitara a presidência. mas sob a condição de que a autoridade civil fosse exercida pelo vice-presidente Francisco de Paula Santander, colombiano de prol, porque o Libertador tinha necessidade de ultimar as campanhas que redundaram na libertação de Quito e de Lima. De 1822 a 1826 Santander exerceu as funções de presidente da Gran Colombia. Em 1825 realizou-se um recenseamento que deu à república uma população de 2.583.789 habitantes. Lamentáveis dissensões explodiram entre os obreiros da independência colombiana, estando Bolivar nas andancas das suas guerras. Em 1826 verificou-se a rebelião do General Páez, em Valência, contra Santander, pelo fato de haver sido afastado do comando de dois departamentos venezuelanos. Bolivar saiu às pressas do Peru, chegou a Bogotá em novembro de 1826, partindo sem detença para a Venezuela. Em Puerto Cabello, a 1.º de janeiro de 1827, o Libertador publicou decreto anistiando Páez e reintegrando-o no comando. Páez prestou juramento de obediência a Bolivar e revogou o convite de convocação de uma assembléia de delegados venezuelanos a realizarse em Valência. Bolivar sentiu o mal resultante das lutas traicoeiras entre parcialidades políticas e apaixonadas. Disse Iosé GIL FORTOUL, eminente historiador venezuelano, em sua "História Constitucional de Venezuela": "Acordes todos los hombres de influjo en reformar la constitución de Cúcuta, discrepaban sin embargo sobre la esencia misma del Gobierno que conveniera adoptar. Lo querían unos vigorosos y centralizado; federalista los otros. llegando aquéllos à extremar su opinión hasta proponer la forma monárquica, y estos hasta hacer inevitable la disolución de Colombia". Regressando a Bogotá em fevereiro de 1828. Bolivar baixou decreto em que se arrogou poderes extraordinários em certas zonas da república. Em abril desse ano reuniram-se delegados em Ocaña para rever a Constituição. Na convenção de Ocaña, os partidários de Bolivar não se entenderam com os do seu rival. Santander. Em 25 de setembro de 1828. inimigos políticos tentaram assassinar Bolivar no Palácio de San Carlos, em Bogotá. Manuelita Saenz afrontou os assassinos e conseguiu salvar a vida de Bolivar. As suspeitas do atentado recairam em Santander e seus partidários. O orgulhoso romantismo político dos criadores da Gran Colombia os transformara em destruidores dessa obra política. Em novembro de 1829, a Assembléia de Caracas, o antigo Cabildo, resolveu destacar a Venezuela da Gran Colombia. Bolivar batalhou contra a maré desagregadora e, para tanto, convocou um Congresso constituinte em Bogotá, do qual surgiu a Constituição de abril de 1830 em substituição da de Cúcuta. Desiludido de tudo e de todos, o Libertador abandonou a presidência da Gran Colombia em 1.º de março de 1830 para ir viver em Santa Marta, no litoral antilhano, onde morreu tuberculoso em 17 de dezembro de 1830.

Em janeiro de 1830 o general Páez convocou uma assembléia de notáveis venezuelanos, que se reuniu em Valencia. Da assembléia de Riobamba surgiu o Equador independente. Em novembro de 1831, a assembléia de Bogotá estabeleceu oficialmente a República de Nova Granada. Desaparecera, pois, a Gran Colombia, sonho dourado de Bolivar. Afirmou Francisco González Guinán em sua "História contemporanea de Venezuela": "Assim se processou a dissolução da Gran Colombia, depois de múltiplas peripécias, em que o satánico espírito reacionário lançou, enfurecidos, irmãos contra irmãos,

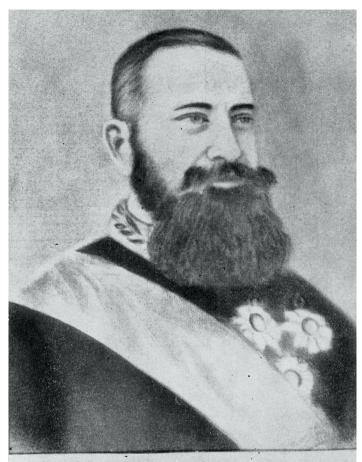
filhos contra pais, libertos contra o seu Libertador" (volume I, pág. 482). Da convenção de Valencia, de maio de 1830, reunida por Páez, o *llanero* que Cunninghame Graham retratou em páginas dramáticas, surgiu a Venezuela. Em setembro do mesmo ano, a Convenção redigiu a magna carta do país. Páez foi eleito presidente em 1831.

José Antonio Páez (1790-1873), com sangue índio, começou sua vida trabalhando como peão de estância e domador de cavalos. Ao lado de Bolivar, comendou excelente cavalaria nas batalhas de Carabobo (1821) e de Puerto Cabello (1823). Divergindo de Bolivar, foi mordido pela mosca azul da política. Contudo, sua personalidade dominou largo período da história venezuelana. Em 1863, foi exilado para morrer dez anos depois em Nova York, não tendo mais voltado ao solo pátrio. Sua "Autobiografia" foi publicada em Nova York.

Relações entre o Império do Brasil e a Venezuela - No Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, referente a 1843, e apresentado por Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, se lê que o Governo imperial, desejoso de estreitar suas relações com diversos países da América do Sul, nomeara Encarregados de Negócios em Assunção, Sucre e Caracas. Miguel Maria Lisboa foi o primeiro representante do Império na Venezuela. Em 1841, a Venezuela convidou Nova Granada e o Brasil à celebração de tratados de limite. Daí, a primeira missão de Miguel Maria Lisboa em 1842 a Caracas. Como Encarregado de Negócios, Lisboa não levava apenas o propósito de ajustar um tratado de limites com a Venezuela; fora instruído a estabelecer algo de parecido com uma "frente comum" contra as pretensões de Schomburgk na Guiana. Estas pretensões tendiam a estabelecer um preito de vassalagem das tribos indígenas à coroa inglesa. Lisboa declarou à Chancelaria imperial que a linha do possível tratado de limites com a Venezuela era a mesma do mapa de Codazzi, aprovado pelo Barão de Humboldt. A missão de Lisboa não teve êxito quanto à celebração de um tratado de limites.

Em 1852. Lisboa voltou a Caracas investido de missão especial. A 22 de novembro de 1852, Lisboa assinou o tratado de limites tão almejado pelo Império, juntamente com dois outros, um sobre navegação fluvial e outro sobre extradição. Esses tratados não foram aprovados pelo governo venezuelano. A respeito do Tratado de limites de 25 de novembro de 1852. o Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, referente a 1860, e apresentado por Sinimbu, diz "que foi mandado arquivar por haver expirado o prazo para a troca das respectivas ratificações". Em 24 de outubro de 1854, Lisboa informou o governo venezuelano de que "o Governo Imperial considera a negociação de limites intimamente ligada à de navegação, atentas as condições topográficas das fronteiras e comunicações interiores dos dois países. e consequentemente não admitirá estes ajustes sem aqueles". (Ver Teixeira Soares, "Um grande desafio diplomático no século passado (Navegação e limites na Amazônia. Missão de Nascentes de Azambuja a Bogotá) (1840-1928)", edição do Conselho Federal de Cultura, Rio, 1971, pág. 159). Em 5 de maio de 1859 foi assinado em Caracas, por Filipe José Pereira Leal, Ministro do Império, e Luís Sanojo, Ministro das Relações Exteriores do governo venezuelano, um tratado fixando a fronteira e regulando definitivamente a navegação fluvial entre os dois países. Diz o Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império relativo a 1860:

"Por aquela República foi segunda vez reconhecida a linha divisória a que o Brasil tem incontestável direito. postos de parte os antigos tratados celebrados entre a Espanha e Portugal, e observado o uti possidetis dos respectivos países, princípio por que tem constantemente pugnado o Império em todos os ajustes negociados com os seus limítrofes". O citado Relatório descreve a fronteira: "Comecará a linha divisória nas cabeceiras do rio Memachi; e seguindo pelo mais alto do terreno passará pelas cabeceiras do Aguio e Tomo, e do Guainia e Iguiare ou Issana, de modo que todas as águas que vão ao Aguio e Tomo figuem pertencendo à Venezuela, e as que vão ao Guainia, Xié e Issana, ao Brasil: e atravessará o Rio Negro, defronte da Ilha de São José, que está próxima à Pedra de Cucuí. Da Ilha de São José seguirá em linha reta, cortando o canal Maturacá na sua metade, ou no ponto que acordarem os comissários demarcadores, e que divide convenientemente o dito canal; e dali passando pelos grupos dos morros Cupi, Imeri, Guai e Urucusiro, atravessará o caminho que comunica por terra o Rio Castanho com o Marari, e pela serra Tapirapecó buscará os cumes da serra Parima, de modo que as águas que correm ao Padaviri, Marari e Cababoris figuem pertencendo ao Brasil; e as que vão ao Turuacá ou Idapa ou Xiaba, à Venezuela. Seguirá pelo cume da serra Parima até o ângulo que faz esta com a serra Pacaraima, de modo que todas as águas que correm ao rio Branco figuem pertencendo ao Brasil, e as que vão ao Orinoco, à Venezuela; e continuará a linha pelos pontos mais elevados da dita serra Pacaraima, de modo que as águas que vão ao Rio Branco figuem, como se há dito, pertencendo ao Brasil, e as que correm ao Esseguibo, Cuiuni e Caroni, à Venezuela, até onde se estenderem os terri-



Coronel Francisco Javier Lopes de Avaujo Burão de Pavima

tórios dos dois Estados na sua parte oriental". E acrescenta o Relatório de 1860: "É a mesma fronteira ajustada em outro tratado de 25 de novembro de 1852, que foi mandado arquivar por haver expirado o prazo para a troca das respectivas ratificações".

A fronteira Brasil-Venezuela, que tem uma extensão de 2.199 km., começou a ser demarcada em 1879 por uma Comissão mista brasileiro-venezuelana, cujos trabalhos se realizaram até 1882, cobrindo o trecho desde as cabeceiras do Memachi até ao cerro Cupi, cerca de 100 km. de extensão.

Segundo informou o Tenente-coronel de Engenheiros Francisco Xavier Lopes de Araújo (depois Barão de Parima), chefe da Comissão brasileira, no Relatório apresentado em 1884 ao Conselheiro Soares Brandão, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, a demarcação do Cerro Cupi ao Cerro Anaí, para Leste, foi executada somente pela Comissão brasileira, "por entender a de Venezuela que era descenessário ir além do primeiro cerro, visto correr a fronteira daí por diante pelo alto da cordilheira e não haver possibilidade de dúvida sobre a sua direção". Nesse Relatório existem informações a respeito da espantosa decadência dos povoados e fortificações, resultantes dos planos pombalinos. Assim, descrevendo São Gabriel, o Barão de Parima diz o sequinte: "De todas as povoações do rio Negro - São Gabriel - é a melhor. Acha-se situada em uma linda posição, na margem esquerda do rio, em terreno bem elevado, sobre pequenos montes cortados de vales desde a Praia Grande até o lugar do Forte. Foi muito próspera outrora; hoje conta 25 casas e uma igreja colocada na posição mais elevada e junto ao Forte. O Forte, que foi construído em 1763 por ordem do Capitão-

General do Pará, Manuel Bernardo de Melo e Castro, acha-se hoje em ruinas; com suas peças desmontadas, sua cortina arrazada, seus salientes desmoronados e seus antigos edificios em um montão de pedras. Representa ele uma luneta de forma irregular, cuja gola, que é uma frente abaluartada, defronta com o rio. As paredes são de pedra e barro simplesmente. Já não existem mais senão os vestígios do antigo Quartel, dos armazéns para material e guarda de pólvora".

Da Comissão chefiada pelo Barão de Parima, que foi o Comissário imperial da demarcação, participaram o Major de Engenheiros Guilherme Carlos Lassance. o Capitão de Estado-Maior Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel, o Capitão de Engenheiros Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira e o Capitão de Engenheiros Gregório Taumaturgo de Azevedo. Nomes que a História guardou. Parima já servira na demarcação da fronteira com a Bolívia. Depois de haver sido Ministro das Relações Exteriores do governo Prudente de Moraes, Dionísio Cerqueira será o demarcador da fronteira com a Argentina, de 1901 a 1904. Taumaturgo de Azevedo será um dos melhores conhecedores da região acreana, convindo reler-se ainda sua monografia, "Limites entre o Brasil e a Bolivia", de 1897, reimpressa pelo Ministério da Guerra em 1953. Justamente por causa do Acre e na fase mais complicada da questão, Taumaturgo de Azevelo polemizou pela imprensa e nela atacou Dionísio Cerqueira, então Ministro das Relações Exteriores.

Devido à iniciativa de Oliveira Lima, então Ministro em Caracas, assinou-se em 1905 um Protocolo que aprovou a demarcação feita da Pedra de Cucuí ao Cerro Cupi pelo Comissário imperial, o Barão de Parima. Outro Protocolo, assinado em 1912 em Caracas, criou nova

Comissão Mista, que plantou marcos entre o rio Negro e o Salto Uá, no canal de Maturacá, campanha realizada em 1914 e 1915. O Coronel de Engenharia Manuél Luiz de Melo Nunes chefiou a Comissão brasileira. Em 1928 assinou-se em Caracas outro Protocolo que instituiu nova Comissão Mista. Esta realizou a demarcação da geodésica Cucuí-Uá, passando à caracterização da fronteira a partir do Pico Roraima que, como é sabido representa o ponto de trijunção Brasil-Venezuela-Guiana (antiga Guiana inglesa). A Comissão brasileira foi chefiada pelo notável demarcador Capitão-de-Mar-e-Guerra Braz Dias de Aguiar, de 1930 a 1948. O sucessor de Braz Dias de Aquiar foi o General-de-Divisão Ernesto Bandeira Coelho, atual chefe da 1.ª Divisão da Comissão brasileira demarcadora de limites do Ministério das Relações Exteriores, glória nacional.

A respeito do Roraima, Braz de Aguiar deu as seguintes informações: "O alto do Roraima só pode ser alcançado pela parte de sudeste, único caminho até agora conhecido e que fica em território venezuelano. Esse caminho desde a falda até ao cume é uma trilha, mais ou menos bem preparada, que vai contornando a grande muralha. Durante a ascensão há uma passagem difícil em uma grande depressão, que é melhorada com a construção de uma escada com cerca de sete metros ou por um rodeio. Uma segunda depressão ainda se encontra nesse caminho e onde uma queda de água cai do cume se espalhando pela falda. Poucas têm sido as expedições que subiram ao alto do Roraima. Penso que lá foram somente: o viajante inglês Everard Thurn em 1884; o geólogo H. I. Perkins; Guelch e Senhora em 1894; a Comissão de limites Guiana britânica-Venezuela; as expedições do General Rondon de Inspeção de Fronteiras

e a de Mr. Tate, em 1927: e, finalmente, a Comissão Demarcadora de Limites do Brasil, Venezuela e Guiana Britânica, em 1931". A respeito do ponto mais setentrional do Brasil, BRAZ DIAS DE AGUIAR informa com segurança: "Como já tivemos oportunidade de referir, depois do levantamento dessa fronteira, a Comissão Mista Demarcadora verificou que o monte Roraima não é o ponto mais setentrional do Brasil. O ponto de maior latitude norte, que a Comissão atingiu, está situado na serra Caburai (Cabutai-tepê dos índios), no divisorfronteira Amazonas-Mazaruni, tendo do lado brasileiro uma das nascentes do rio Ailã, afluente da margem direita do Maú ou Ireng, e do lado guianense a nascente do rio Caburai (Espuma de água), tributário do rio Kukui, da bacia do Mazaruni". (Ver "Trabalhos da Comissão brasileira demarcadora de limites - 1.º Divisão - nas fronteiras da Venezuela e Guianas britânica e neerlandesa, de 1930 a 1940", de Braz Dias de Aguiar, nos Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", vol. II, págs. 219 e 223. Rio, 1942).

As mais recentes demarcações na Fronteira Brasil-Venezuela — Nestes últimos anos, a demarcação da fronteira Brasil-Venezuela vem sendo realizada ao longo do divisor d'águas, que caracteriza essa linha, pelas cordilheiras de Imerí, Tapirapecó e primeiras contravertentes da cordilheira Parima. Trabalho ingente realizado pelos abnegados técnicos da 1.ª Divisão da Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores, em conjunção com os técnicos venezuelanos. Assim, na campanha de 1968 a Comissão Mista tomou o rio Negro e entrou pelos rios Tiboá, Marauiá e Pakimabuei ou Pukimabuei, para, durante quase nove meses de trabalho, fincar 18 marcos através de 124 km. 971.47

metros. Em 1969 a Comissão Mista entrou pelo rio Negro e pelo seu afluente o Cauaburi para realizar uma campanha que rendeu 10 marcos fincados ao longo de 81 km. 471,50. Na campanha de 1970, a Comissão Mista tomou o rio Negro, entrou pelo rio Cauaburí, trabalhou numa região sumamente difícil e escarpada, onde plantou 18 marcos ao longo de 148 km.

Na difícil campanha de 1968-70, na serra de Imerí, descobriram-se, entre outros, os seguintes picos até então desconhecidos: Neblina (com 3.014 metros de altura, o mais alto do território brasileiro). Trinta e Um de Marco (com 2.992 metros de altura), Guimarães Rosa (com 2.108 metros de altura), Mascarenhas de Moraes (com 1.815 metros de altura) e Braz de Aguiar (com 1.773 metros de altura). Neblina foi atingido e escalado em 31 de marco de 1965. Sua altitude e coordenadas geográficas são: 3.014 metros de altura, Latitude 0º47'49" e 3/10 Norte. Longitude: 66°0'22" e 8/10 WGW. A turma, que realizou os trabalhos de hipsometria e conquista definitiva do Pico da Neblina, de repente muito controvertido entre o Brasil e a Venezuela, foi chefiada pelo técnico José Ambrósio de Miranda Pombo e contou com a participação de Dilermando de Moraes Mendes e Valdomiro Pompeu Sales e um representante venezuelano. "Depois de lances perigosos e muita perseverança, os participantes da expedição conseguiram finalmente alcançar o ponto culminante do Brasil, hipótese que ficou confirmada quando verificaram a altura do Pico da Neblina: 3.014 metros. Também ficou, na oportunidade, esclarecida definitivamente a questão da posse da elevação: estava dentro do território brasileiro, afastado da Venezuela cerca de 687 metros". (Ver declarações de Miranda Pombo e Dilermando Moraes ao jornal "A

Provincia do Pará", de 9 de agosto de 1969). Dizemos que o pico se tornou controvertido nessa ocasião, porque em Caracas se sustentou que o chamado Pico Phelps era o Pico da Neblina. Este assunto ficou definitivamente esclarecido na Ata final da XXXVIII Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana demarcadora de Limites, realizada em Caracas, pela qual a Venezuela reconheceu estar o Pico da Neblina situado em território brasileiro.

A propósito, assinalamos que a obra mais recente e relativamente mais completa sobre os limites da Venezuela é o livro interessante de Nicolas Perazzo, "Fronteras de Venezuela", publicado em Caracas em 1966.

No começo de 1972, os demarcadores tiveram de iniciar tarefa sumamente difícil, qual seja a demarcação, quase simultânea, de Parima e Pacaraima, cordilheiras com cerca de 800 kms. de extensão numa região praticamente desconhecida, de 1.500 a 2.000 metros de altura, pouco povoada, porque as tribos indígenas vivem em geral à beira-mar e não em altitudes elevadas, diferentemente das tribos Aimaras e Quéchuas, do Alto Peru e da Bolívia, que desde tempos imemorais se habituaram com o ermo desolado e frio dos Andes.

No seu livro admirável, "The Marches of El Dorado" (Londres, 1958), o explorador inglês MICHAEL SWAN descreveu a situação da fronteira Brasil-Guiana inglesa da seguinte forma: "In the normal way the whole extent of the Brazilian frontier is unpatrolled by either the British or Brazilians, whose police no doubt have more than enough to keep them occupied in the unruly Territorio Federal de Rio Branco" (pág. 129).

Volvendo ao passado: Crise entre os Estados Unidos e a Inglaterra, por causa da Venezuela — Se-

gundo o alegado de 1965, do Ministério das Relações Exteriores de Caracas, "cuando Venezuela proclamó su independencia de España (1810) su frontera oriental, en virtud del principio del uti possidetis juris, era el rio Esequibo. Así lo hizo saber a Gran Bretaña, el Libertador Simón Bolivar, Presidente de la República de Colombia — también llamada "Gran Colombia" — de la que Venezuela formaba parte, sin que a sus reiteradas declaraciones entre los años 1821 y 1825, el Gobierno británico opusiera objección alguna". Fazendo-se um estudo do ocorrido no século XIX nas relações entre a Inglaterra e a Venezuela, poderá afirmar-se que a "linha Schomburgk" foi a pretensão máxima de Londres no período de 1840 a 1897, ao lidar com o governo de Caracas a propósito da fixação da fronteira entre a sua Guiana e a Venezuela. A mais forte nação de então tratava com uma nação jovem e pobre da América do Sul, ademais retalhada por dissensões intestinas que, na quadra de 1863 a 1866, adquiriram excepcional gravidade em consequência das lutas armadas entre liberais e conservadores, entre os partidários do unitarismo e os do federalismo, entre "los de abajo" das cidades e os oligarcas, querra civil que matou cerca de um milhão de pessoas. Na região do rio Amacuro, perto do Orinoco, e no alto Cuiuni, agentes dos postos avançados venezuelanos assinalaram a presença de exploradores ingleses. Ademais, receiava a Venezuela que as pretensões territoriais britânicas pudessem chegar ao delta do Orinoco, ultrapassando a "linha Schomburgk", linha esta jamais aceita pela Venezuela. Daí, pois, o motivo das propostas de solução apresentadas em 1881 pelo diplomata venezuelano José M. de Rojas a Lord Granville, ministro dos negócios estrangeiros da Inglaterra.

Em 21 de fevereiro de 1887 o ditador Guzmán Blanco retirou seu ministro de Londres, rompendo as relações diplomáticas com a Inglaterra, desesperançado de obter qualquer resultado num acordo direto. Esta situação não escapou à vigilância do governo norte-americano, que sempre manifestara interesse por questões políticas ou territoriais que surgissem entre um país do Continente americano e uma potência européia. Exemplo disto fora a atitude de Washington em face de Napoleão III e de Juárez, o grande presidente do México.

Estava em 1887 no poder a primeira administração do Presidente Grover Cleveland. Bayard (Thomas J.), que seria depois o primeiro embaixador dos Estados Unidos em Londres, era na ocasião Secretário do Estado. Por intermédio do ministro dos Estados Unidos em Londres, Phelps (E. J.). Bayard fez um oferecimento de mediação e arbitragem no Venezuelan affair. Lord Salisbury declinou, alegando que a conduta do governo venezuelano (que rompera relações diplomáticas) fechara à Gran-Bretanha o caminho da aceitação de arbitragem interposta por terceira potência.

Uma nota de protesto, enviada a 17 de fevereiro de 1888 por Bayard a Phelps para ser apresentada a Lord Salisbury, não foi entregue ao seu destinatário pelo ministro dos Estados Unidos, porque este entendeu que seria inútil fazer o protesto, tal como lhe fora instruído por Bayard, a menos que os Estados Unidos estivessem preparados, se necessário fosse, a acompanhar o protesto com o emprego da força. Por conseguinte, Phelps não entregou a nota de protesto ao Foreign Office; mas, informou Bayard dos motivos pelos quais tomara essa decisão. Parece, no entanto, que a nota não entregue por Phelps seguira outro caminho, porque apareceu im-

pressa na correspondência oficial dos Estados Unidos, "Foreign Relations", para o ano de 1888. Na segunda administração do Presidente Cleveland, tanto o Presidente como Olney. Secretário de Estado, ficaram com a impressão de que o governo inglês recebera o protesto; mas dele desdenhara. E também ficaram com a impressão de que em 1895 a Inglaterra buscava adiar o assunto; e que só um "choque" (jolt) permitiria que o assunto venezuelano obtivesse uma solução (1).

Entre a primeira administração Cleveland, que terminou em 1889, e a segunda, que começou em 1893, outra tentativa foi feita para liquidar o assunto na base da mediação dos Estados Unidos da América. Essa proposta foi feita por Blaine, Secretário d'Estado do Presidente Harrison. Lord Salisbury respondeu: a Inglaterra concordava em submeter à arbitragem quaisquer questões referentes ao território a Oeste da linha Schomburgk, de 1840; mas insistiu na aceitação dos direitos da Inglaterra a todas as partes a Leste dessa linha. A Venezuela só se interessava por uma arbitragem de todo o território litigioso. Cleveland e Olney chegaram à conclusão de que se encontrava em jôgo a Doutrina de Monroe. Ademais, era preciso recordar que o Presidente Cleveland tentara mediar no pleito durante sua primeira administração. Por conseguinte, a Inglaterra teria de manifestar-se quanto à aceitação ou não da arbitragem, mesmo correndo o risco de ver as relações com os Estados Unidos se azedarem.

A 20 de julho de 1895 o famoso despacho de Olney (devidamente aprovado pelo Presidente Cleveland) foi entregue pelo embaixador Bayard ao Foreign Office.

⁽¹⁾ Ver R. B. Mowat, «The life of Lord Pauncefote first Ambassador to the United States», Londres, 1929, pag. 175.

Documento extenso, muito conhecido pelos estudiosos de História e de Direito internacional, dizia o sequinte: "To-day the United States is practically sovereign on this continent, and its fiat is law upon the subjects to which it confines its interposition". Faça-se a afirmação de que a mensagem anual do Presidente Cleveland, de 2 de dezembro, informou ao Congresso que uma nota fora enviada para concitar a Inglaterra a dar "uma resposta definitiva à pergunta se submeteria ou não a controvérsia territorial... em sua integridade, à arbitragem internacional". Afinal a Inglaterra abandonou a política do apressa-te lentamente, segundo o velho provérbio grego, respondendo à nota de Olney a 7 de dezembro de 1895. Não é preciso minuciar os pontos das duas notas entregues a 7 de dezembro de 1895 pelo já embaixador Pauncefote ao Departamento de Estado; mas, como quer que seja, tanto em Londres como em Washington se envidaram esforcos para esvaziar a tensão entre os dois países, causada pela nota enérgica de Olney. A 2 de fevereiro de 1897. Andrade (Venezuela) e Sir Julian Pauncefote (Inglaterra) assinaram em Washington um tratado que determinou o seguinte: o território litigioso seria submetido ao exame e à decisão de um tribunal arbitral. Singularidade a assinalar: do tribunal arbitral não participaram venezuelanos; e sim, dois norte-americanos, o Chief Justice Melville Weston Fuller e outro membro da Suprema Corte, David Josiah Brewer; dois ingleses, o Barão Russel of Killowen e Sir Richard Penn Collins, altos magistrados; o quinto membro do tribunal arbitral e presidente do mesmo foi o jurista russo Frédéric De Martens (1845-1909). Em suma: o tratado de Washington fora assinado pela Venezuela e pela Inglaterra; o litigio dizia com terras que tanto poderiam pertencer à Venezuela como à Inglaterra: mas, a Venezuela não tinha representantes no tribunal. No entanto, os Estados Unidos os tinham, posto não houvessem assinado tratado algum com a Venezuela e a Inglaterra por causa de um litígio territorial na região das Guianas.

A causa da Venezuela foi defendida por um grupo de advogados e assessores jurídicos, como o ex-Presidente dos Estados Unidos Benjamin Harrison, o diplomata José M. de Rojas, Severo Mallet-Prevost e outros.

A diplomacia brasileira, que acompanhava com imenso interesse os trabalhos do tribunal arbitral de Paris, conseguiu apurar que a linha divisória entre a Venezuela e a Guiana britânica a ser tracada pelos árbitros, iria atingir arbitrariamente a zona limítrofe com o Brasil. Três homens zelosos e cultos, competentes e patriotas, Souza Corrêa, ministro em Londres, o Barão do Rio-Branco e Ioaquim Nabuco —, conseguiram obter a informação confidencial de que essa lesão iria materializar-se; e, num relance, propuseram por via telegráfica a Olinto de Magalhães, Ministro das Relações Exteriores, a lavratura de um protesto formal junto ao tribunal arbitral, reunido em Paris para receber a documentação das Partes, bem como ouvir contestações escritas ou verbais dos advogados de ambos os países. O protesto do Brasil, redigido por Joaquim Nabuco e aprovado por Olinto de Magalhães, foi apresentado ao tribunal arbitral por Gabriél de Toledo Piza e Almeida. ministro em Paris, no dia 25 de julho de 1899, e deu como resultado a ressalva acrescentada pelos juízes do tribunal arbitral ao laudo de 3 de outubro de 1899: - "Fica estabelecido que a linha de demarcação fixada deverá ser reconhecida sem prejuízo e com reserva de qualquer questão que exista ou possa ocorrer entre o Governo de S. M. Britânica e a

República do Brasil, ou entre esta última República e os Estados Unidos da Venezuela". Após a divulgação do laudo arbitral, fez o Brasil novo protesto em 7 de dezembro do mesmo ano, "pelo fato de haver sido traçada a dita fronteira por território brasileiro, em parte não contestado e em parte contestado somente pela Gran-Bretanha". (Ver José Manuel Cardoso de Oliveira, "Atos diplomáticos do Brasil", Rio, 1912, vol. II, páginas 274-275).

Eis o que dizia o laudo arbitral na parte dos supostos limites entre a Venezuela e a Guiana britânica. quando na realidade se tratava de limites entre a Guiana britânica e o Brasil: "... and from Mount Roraima to the source of the Cotinga, and along the mid-stream of that river to its junction with the Takutu, and thence along the mid-stream of the Takutu to its source, thence in a straight line to the westernmost point of the Akarai Mountains, and thence along the ridge of the Akarai Mountais to the source of the Corentin called the Cutari River..." (Ver Gordon Ireland, "Boundaries, possessions, and conflicts in South America", pág. 239).

Afirmou GORDON IRELAND: "By this award, although neither country gained its entire claim, the boundary fixed followed most of the tentative Schomburgk line, giving to Great Britain the greater part of the disputed 42.000 square miles of territory but leaving to Venezuela a protective area on the south side of the mouth of the Orinoco and a parcel in the Yuruari territory west of the Wenamu". (Ver "Boundaries, possessions, and conflicts in South America", Cambridge, Massachussetts, 1938, págs. 239 e 240).

A demarcação da fronteira Venezuela-Guiana começou em 1900 no rio Mururuma, havendo em 31 de ou-

tubro de 1901 chegado às cabeceiras do rio Barima. Em sua segunda fase, a demarcação terminou em 1905, sem haver atingido o território brasileiro-guianense sobre o qual sentenciara o laudo do rei Victor Manuel III em 1904. Em 1915 e 1916 procedeu-se à demarcação entre o rio Barima e o Oceano com a recolocação de marcos em Punta Playa e Mururuma. Em 1932, Venezuela e Inglaterra aceitaram o marco do Monte Roraima como ponto de trijunção das fronteiras Brasil-Venezuela-Guiana inglesa. A Venezuela aceitou nessa ocasião que uma linha reta tirada, até à nascente do rio Venamo, do marco do Monte Roraima constituiria a parte final da sua linha divisória com a Guiana britânica. (Ver ALEXANDER MERCHANT, "Boundaries of the Latin American Republics", Washington, 1944, págs. 276 e 277). Assim ficou demarcada a fronteira entre a Venezuela e a Guiana inglesa, hoje Guiana tout court.

Dissidio entre Venezuela e Inglaterra por causa da Guiana Essequiba - A Venezuela muito sofreu em 1901 e 1902 com as imposições de potências européias que pretendiam cobrar dívidas ao governo de Caracas, por meio de força. A situação chegou a tal ponto que em 7 de dezembro de 1902, depois da apresentação de ultimátuns pela Inglaterra e pela Alemanha, toda a esquadra da Venezuela, composta de 12 navios pequenos, foi capturada ou destruída por cinco navios de guerra ingleses sob o comando do vice-almirante Sir A. L. Douglas e por quatro navios de guerra alemães sob o comando do Commodore Scheder, sem declaração de guerra. Portos venezuelanos foram bloqueados, outros navios de guerra foram perseguidos e afundados. Durante o governo do general Cipriano Castro, o apelidado "Leão dos Andes", essas dívidas foram pagas; mas os excessos das potências

européias traumatizaram a consciência venezuelana e lançaram as primeiras sementes de um nacionalismo xenôfobo.

Recorde-se que o Império do Brasil também sofreu os vexames (conforme lembra o Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 1843, apresentado pelo Visconde de Sepetiba) cometidos por navios de guerra ingleses que entravam nos portos brasileiros para apresar navios negreiros pela forca das armas. Recorde-se que o Império do Brasil sofreu os vexames da missão Christie e teve, por isso, de romper relações diplomáticas com o governo da Rainha Vitória. Submetido o assunto à arbitragem do Rei Leopoldo da Bélgica, obteve o Brasil ganho de causa. Então partiu da Inglaterra o propósito de reatar as relações diplomáticas com o Império do Brasil. Edward Thornton, ministro de S.M.B., teve de ir ao acampamento militar de Uruguaiana, em plena guerra da Triplice Aliança, para fazer entrega de suas credenciais ao Imperador Dom Pedro II.

A questão da Guiana Essequiba deu origem ao Acordo de Genebra, de 1966, entre o Reino Unido e a Guiana, de um lado, e a Venezuela, do outro. Esse acordo criou a Comissão Mista para examinar tudo quanto se referisse à controvérsia territorial existente. Essa Comissão Mista se reuniu, pelo menos, mais de dez vezes em Georgetown. No XXIII período de sessões da Assembléia geral da ONU, Ignacio Iribarren Borges, Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, pronunciou discurso em 4 de outubro de 1968 do qual extraimos os seguintes conceitos: "El Señor Representante de Guyana dice que Venezuela pretende las dos terceras partes del territorio de su país. Esto es falso. Es el Gobierno de Guyana el que quiere continuar detentando una séptima parte del

territorio venezolano, del que fuimos despojados por Gran Bretaña, que luego, en complicidad con el Gobierno que entonces existia en Estados Unidos, pretendió hacer definitivo ese despojo mediante uma farza jurídica a la que dieron el nombre de arbitraje". Por conseguinte, com sua adesão ao Acordo de Genebra, a Guiana se comprometeu com a Venezuela e com o Reino Unido a buscar solução pacífica para a controvérsia.

Em agosto de 1970 esteve no Rio de Janeiro, e pronunciou conferência muito interessante no Instituto Rio-Branco do Ministério das Relações Exteriores a respeito de limites da Venezuela, o Embaixador Marcial Pérez Chiriboga. Todos quantos ouviram esse jovem e brilhante diplomata certificaram-se de que, no entender do Diretor Geral da Política Externa do Ministério das Relações Exteriores de Caracas, a decisão do tribunal arbitral de Paris teria representado, no fundo, uma transação entre a Inglaterra e a Rússia, que abrangeu de um lado o litígio da Guiana, e do outro o litígio da fronteira do Afganistão entre a Rússia e a Inglaterra numa quadra de intenso imperialismo colonial. A escolha de De Martens para a presidência do tribunal arbitral seria indicativo de que o arreglo de fronteiras, uma na América do Sul e a outra na Ásia, teria de consumar-se em proveito de duas grandes potências, mas em detrimento de duas nações pequenas. E mais ainda informou o Embaixador Pérez Chiriboga: o governo de Caracas esperava obter autorização do governo soviético para proceder a investigações históricas nos arquivos de Moscou a respeito desse assunto.

Perspectivas do Problema — É evidente que as relações entre a Venezuela e a Guiana só ganharão em com-

preensão mútua, se de parte a parte existir o propósito de resolver a controvérsia por meios pacíficos. Neste caso, os governos de Caracas e Georgetown lucrarão, se souberem aproveitar as tréguas de doze anos em benefício de um entendimento fecundo. A campanha nacionalista, feita na imprensa de Caracas, amorteceu, dando lugar a um exame geral de situação que foi aprofundado em proveito de um conhecimento tão exato quanto possível da controvérsia. 2.º) A Guiana tem uma fronteira de 1.605 kms. de extensão com o Brasil, fronteira despovoada. abandonada. morta, onde ocorre o nomadismo dos garimpeiros ocasionais; mas que terá de se tornar viva dentro de pouco tempo (e quanto antes, melhor) por causa dos planos de integração e aproveitamento econômico da Amazônia. Não existe do lado da Guiana propósito de ultrapassar essa fronteira; tampouco existe do lado do Brasil propósito de ultrapassá-la. 3.º) As relações entre a Venezuela e a Guiana tenderão a esvaziar a controvérsia, porque nem a Venezuela nem a Guiana poderão manter-se durante anos num estado de trepidação nacionalista, vendo fantasmas ao meio-dia. 4.º) Recorde-se que as distâncias de Caracas à fronteira com o Brasil e com a Guiana são muito menores que as distâncias de Manaus. Belém e Recife à fronteira com a Venezuela. Repitamos o conceito incisivo do General Golbery do Couto e Silva: "... não esqueçamos que o vácuo de poder, como centro de baixas pressões, atrai de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça". (1) Impõe-se, pois, dar a máxima atenção a essa fronteira, tendo-se em vista o estado de tensão, aquda ou relativa, que ocorreu entre a Venezuela e a Guiana.

⁽¹⁾ GOLBERY DO COUTO E SILVA, «Geopolítica do Brasil», 2º edição, Rio, 1967, pág. 43.

Como já assinalamos anteriormente, na campanha demarcatória de 1968/70 na cordilheira de Imeri, descobriram-se em território brasileiro vários picos. Contudo, o fato de haver essa demarcação sido realizada por uma Comissão Mista brasileiro-venezuelana não impediu que certos jornais de Caracas houvessem atacado o Brasil, apresentando-o como expansionista. Ainda há pouco, o vespertino El Mundo, da cadeia jornalística Capriles, em suas edições de 18, 19 e 20 de março de 1971, estampou um artigo dividido em três partes de autoria de José Finol. Depois de afirmar que a Venezuela perderá grande extensão de terras sob sua soberania, "se não enfrentar decidida e energicamente o avanço que vêm fazendo os brasileiros, que se têm dedicado à colonização da fronteira, tanto dentro do seu território como no nosso", o jornalista fez um balanço da suposta penetração portuguesa e depois brasileira em terras espanholas e mais tarde venezuelanas, afirmando que "o Amazonas, limite geológico e natural do maciço brasileiro" foi grandemente ultrapassado na direção Norte "com aqueles procedimentos de colonização". Finol diz que o Brasil "está olhando sempre em direção ao nosso rio Orinoco".

Sensacionalismo barato. Nada mais que sensacionalismo barato. Os trabalhos demarcatórios vêm sendo realizados com absoluta objetividade pelos técnicos brasileiros e venezuelanos, esmerando-se numa lição de ciência a qual desconhece patriotismo ou patriotada.

Em 8 de abril de 1972, o Embaixador Jorge de Carvalho e Silva, então Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, versando o tema "Política externa" e dando início ao VI Curso de Estudos Brasileiros pro-

movido pela Universidade de Brasilia, manifestou-se da seguinte maneira a respeito da Política de Limites:

"A política de limites foi a mais persistente — hoje ainda estamos demarcando as derradeiras parcelas do território brasileiro — e a mais importante. Todos sabemos em que consiste: preservar as fronteiras que nos legaram os Portugueses e que conquistaram nossos Bandeirantes. Traçá-las no papel e depois, arduamente, marcá-las nos campos, pântanos e florestas. Essa a grande tarefa, quase diriamos a glória da diplomacia brasileira, que conseguiu estabelecer 16 mil quilômetros de fronteiras de uma forma excepcionalmente pacífica".

Título admirável da diplomacia brasileira, essa da política de limites que representou, em última instância, o aumento pacífico do território nacional em virtude das sensacionais vitórias de Rio-Branco nos pleitos das Missões (Palmas), Amapá (Guiana francesa) e Acre. É preciso insistir sempre no caráter pacífico da demarcação e caracterização das fronteiras do Brasil, tanto no Império como na República.

FRONTEIRA DO BRASIL COM A COLOMBIA

«La paix est une victoire virtuelle, muette, continue, des forces possibles contre les convoitises probables.

Il n'y aurait de paix véritable que si tout le monde était satisfait. C'est dire qu'il n'y a pas souvent de paix véritable. Il n'y a que des paix réelles, qui ne sont, comme les guerres, que des expédients».

(Paul Valéry, «Régards sur le monde actuel»)

A história da formação da fronteira que separa o Brasil da Colombia, sobre ser altamente interessante, constitui prova do que valem as forças políticas e espirituais quando orientadas para a Paz e a Justiça internacional, nas relações entre dois países vizinhos. Nesse particular, Brasil e Colombia souberam cultivar o respeito mútuo e resolver seus problemas litigiosos pelos meios pacíficos reconhecidos no Direito internacional.

Em 1810, os Vice-reinos do Rio da Prata e de Nova Granada foram abalados por movimentos em prol da independência. Em maio, estalava o movimento em Buenos Aires; em julho, o movimento de Santa Fé de Bogotá. Mesmos pensamentos, mesmos propósitos.

A cidade Santa Fé de Bogotá, capital do Vice-reino de Nova Granada, era um centro intelectual importante, não só por causa da velha universidade, mas também das personalidades que aí viviam, como Francisco José de Caldas e Antônio José Nariño, um dos próceres da independência colombiana, orador, homem de ação, tra-

dutor da "Declaração dos direitos do homem". da Revolução francesa. É preciso recordar que, em 1780-1. ocorreu a rebelião dos Comuneros, primeira demonstracão do espírito nativista creoulo e pouco inclinado às reformas de Carlos III. A rebelião dos Comuneros foi admiravelmente estudada pelo historiador colombiano Germán Arciniegas. Por causa dessa rebelião o Vice-Rei Arcebispo Caballero y Góngora, durante seu governo de 1782 a 1788, cuidou da instrução pública como o assunto que mais urgência deveria merecer das autoridades coloniais. Como quer que seja, a 20 de julho de 1810, o povo de Bogotá, por intermédio do seu Ayuntamiento, declarou-se livre do domínio espanhol. De 1810 até a batalha de Boyacá, em 7 de agosto de 1819, mediou um período de lutas terríveis entre colombianos e espanhóis. Juntamente com a grande figura de Bolivar, surgiu uma esplêndida plêiade de pensadores, homens de ação, militares, juristas que procuraram dar forma concreta aos planos de organização de uma nova pátria. A "Gran Colombia" — constituída pela união do Vice-Reino de Nova Granada com a Capitania-Geral da Venezuela e a Audiência de Quito — foi a bela obra política de Bolivar. No Congresso de Cúcuta, em 1821, estabeleceu-se uma constituição para a nova república, que tinha sua capital em Bogotá. Aboliu-se imediatamente a escravidão e desapareceram os impostos que pesavam sobre os aborígenes. Em 7 de setembro de 1821, o Congresso elegeu Bolivar. Presidente da "Gran Colombia".

No seu "Dom João VI no Brasil" (1.ª edição), Oliveira Lima transcreveu o depoimento do Secretário d'Estado John Quincy Adams a Thomas Sumter, ministro dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, em despacho de 27 de agosto de 1818: "Pouca dúvida há de que a ver-

dadeira política da Gran-Bretanha esteja em promover a causa dos Independentes, e se bem que os não ajudará por meio de um reconhecimento público, nem dará outro qualquer passo de que a Espanha possa tomar ofensa, vigiará com especial cuidado que a aliança européia não adote contra eles medida alguma ativa. Os agentes de Buenos Aires e de Nova Granada na Inglaterra enderecaram ao Governo britânico protestos contra a interposição dos Aliados, a não ser sobre a base da total Independência das Colonias, os quais são irrespondíveis tanto pelos argumentos de direito, como de facto; e as vistas da Gran-Bretanha e da Rússia acerca do que se deve fazer estão por forma tal distanciadas (are so widely agart), havendo tão pouco desejo em qualquer dos lados de chegar a acordo sobre este ponto, que nenhuma dúvida pode existir de que o presente apelo da Espanha aos rão ps coriscos dos Aliados termine em outra coisa a não do Ist formal desapontamento". (ibidem, vol. II, páconfl: 336-37).

Ric De 1822 a 1826 Bolivar empenhou-se nas lutas pela libertação da Audiência de Quito e do Vice-reino do Peru, gloriosamente concluidas. Como se depreende do despacho de Adams ao ministro Sumter, a Inglaterra não tinha interesse algum em tomar o partido da Espanha contra as colonias na América, então em luta com a metrópole. Por isso, havia em Londres admiração por Bolivar. Em 1823, o Congresso de Santa Fé de Bogotá autorizou Bolivar a contrair um empréstimo na Europa; e em 1824 sancionou os tratados de confederação que Joaquim Mosquera negociara com o Peru e o Chile. Não tardam as dissensões, movidas por interesses subalternos. Bolivar procura mediar a paz entre os adversários que se degladiam e que também o combatem. As dissensões

abrangem praticamente todos contra todos. Em novembro de 1829 a Assembléia de Caracas determinou que a Venezuela se separaria da Gran Colombia. Em agosto de 1830, na Convenção de Riobamba, Quito resolveu destacar-se da Gran Colombia. Em novembro de 1831, a Convenção de Bogotá anunciou que as províncias da Colombia constituiriam um Estado, denominado Nova Granada.

As Relações entre Nova Granada e o Império do Brasil — A fixação dos limites separadores da Nova Granada, do Império do Brasil, através das imensas terras amazônicas, pesará como uma contingência reconhecida, mas adiada, ou interpretada ao sabor de considerações políticas nem sempre muito sólidas. Que os portugueses houvessem procedido a um levantamento das terras do Rio Branco, tão exato quanto possível, não restará a acanor dúvida quando se ler a "Relação geográficata" aos rica do Rio Branco da América Portuguesa", com Copelo Bacharel Francisco Xavier Ribeiro de Sampainova se encontra publicada na integra na Revista do Institu-Histórico (vol. da 2.º série, tomo 6.º, relativo a 1850). Ribeiro de Sampaio começa dizendo na sua memória: "Dão os geógrafos o nome de Guiana à vastíssima região da América Meridional compreendida entre os grandes rios Amazonas e Orinoco". Lendo-se a memória desse jurista e publicista (ademais, excelente geógrafo), verificar-se-á que os Portugueses, através do século XVIII, ou precisamente desde que Pedro da Costa Favela descobriu e viajou pelo rio Negro em 1670, adquiriram um conhecimento surpreendente dos rios Tacutu, Maú, Repununi, Negro, Branco, Uraricoera e do relevo físico proporcionado por serranias, como as cordilheiras de Parima e Pacaraima. Ribeiro de Sampaio dá especial atenção às fazendas de gado, do Rio Branco, que começavam a florescer nesse século XVIII.

Em livro nosso intitulado "Um grande desafio diplomático no século passado (Navegação e limites na Amazônia. Missão de Nascentes de Azambuja a Bogotá) (1840-1928)", estudamos as relações diplomáticas entre a Colombia e o Brasil. Assim, ainda no tempo da "Gran Colombia", o governo de Bogotá resolveu nomear o Coronel Leandro Palacios, Consul geral em Nova York, como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário à Corte do Rio de Janeiro, secretariado pelo Tenente-coronel José Maria Gómez. Palacios foi oficialmente recebido em 3 de fevereiro de 1826. Palacios tivera três propósitos em sua missão no Rio de Janeiro: resolver a questão de limites entre ambos os países; obter que o Império enviasse representantes à Grande Assembléia do Panamá, isto é, ao Congresso do Panamá; e obter do Império a aceitação da mediação da Gran Colombia no conflito armado entre o Brasil e as Provincias Unidas do Rio da Prata por causa da Banda Oriental do Uruquai. O Império despendeu na Guerra do Prata 121.000.000 de cruzados ou cerca de 48.000 contos fortes e sacrificou 8.000 dos seus filhos, segundo informação de Tasso Fragoso. Para as Províncias Unidas o prejuízo foi ainda maior.

O Brasil resolveu fazer-se representar no Congresso do Panamá, atendendo assim à solicitação de Bolivar. De fato, foram nomeados Carneiro de Campos e o Comendador Teodoro José Biancardi. Ambos, por motivos imprevistos (o segundo, nomeado em 25 de janeiro de 1826, chegara a partir para o Istmo) não conseguiram participar do Congresso, que se reuniu de 22 de junho a 15 de julho de 1826.

Quanto ao problema dos limites entre a Gran Colombia e o Império do Brasil, a diplomacia brasileira desde logo se inteirou de que o governo de Bogotá insistia no cumprimento do Tratado de Santo Ildefonso (de 1777). Assentou-se, contudo, que negociações seriam iniciadas em Bogotá para cuidar do assunto de limites. José Silvestre Rebelo, o nosso primeiro Encarregado de Negócios em Washington, fora nomeado em 1827 para ir a Bogotá. Mas não pôde cumprir a missão. Em 1829 foi nomeado Luís de Souza Dias que chegou a Bogotá numa quadra de fortes dissensões internas.

É preciso assinalar que, em obediência a instruções recebidas de Sucre, o vencedor de Ayacucho, Palacios conseguiu o reconhecimento da Bolívia pelo Império do Brasil em 3 de janeiro de 1828, havendo-se oficialmente retirado do Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1828. Gómez assumiu a Encarregatura de Negócios. Mas, dissolvida a Gran Colombia, Gómez retirou-se da Corte em 20 de janeiro de 1832.

Em novembro de 1831, o Governo da Regência trina nomeou Manuel Teodoro Nascentes de Araújo e Azambuja, Encarregado de Negócios e Consul geral em Santa Fé de Bogotá, para onde o nomeado jamais seguiu.

Na primeira administração do General Tomás Cipriano de Mosquera, manifestou este Chefe de Estado interesse em resolver o assunto de limites com o Brasil. Contudo, o governo de Nova Granada se inquietou com o fato de haver Duarte da Ponte Ribeiro celebrado e assinado em Lima, a 23 de outubro de 1851, o famoso Tratado de Limites, Comércio e Navegação fluvial. Esse tratado permitiu a Mauá estabelecer a linha de navegação a vapor de Belém do Pará a Iquitos, servida por

navios construídos no Brasil e comandados por oficiais brasileiros. Assim, em virtude do tratado de 23 de outubro de 1851, o rio Amazonas transformou-se em instrumento real de progresso nas relações entre o Império e o Peru, ficando a sua navegação privativa de ambos os países, para desespero dos Estados Unidos da América. É claro que o governo de Bogotá fez reservas a esse tratado. Raimundo Rivas, em sua "História diplomática de Colombia", publicada em Bogotá em 1961, interpretou a política do governo de Lima da seguinte forma quanto ao tratado de 1851: "... aquella República cedió al Império, al convenir en la línea limítrofe Apapóris-Tabatinga, el llamado triángulo del Avatiparaná, entre los rios Caquetá, Putumayo y Amazonas, renunciando a la doctrina del uti possidetis juris a trueque de obtener la navegación en el mayor de los rios, sin tener en cuenta los derechos alegados por las naciones herederas de la Gran Colombia en la hoya amazónica". (ibidem, páginas 323).

O Împério sentia necessidade de negociar com o governo de Bogotá e de estabelecer, por conseguinte, uma linha de limites na Amazônia pouco ou nada conhecida, porquanto imenso era o descampado territorial a ser deslindado entre a Venezuela, a Colombia e o Brasil; e dos três países era o Brasil o mais informado em precedentes históricos e cartográficos, porque herdara a excelente ciência amazônica dos Portugueses. Assim, a região do Rio Branco não constituia mistério para os Portugueses que nela haviam trabalhado, durante o século XVIII, procedendo a importantes levantamentos cartográficos.

Para negociar com Nova Granada, precisava a diplomacia imperial encontrar uma quadra de tranquilidade

na vida constitucional desse país. No tempo da Gran Colombia, o Encarregado de Negócios Luiz de Souza Dias nada pudera negociar, posto o General Urdaneta houvesse enviado uma Carta de Gabinete a Dom Pedro I (Arquivo Histórico do Itamaraty), inteirando-se da missão de Souza Dias. Cansou-se de esperar o diplomata brasileiro... Depois, teve o Império em Bogotá outro Encarregado de Negócios Cerqueira Leite, ex-Encarregado de Negócios em Santiago, e que passou todo o seu tempo a informar sobre a política interna colombiana.

Em 10 de março de 1852 Paulino José Soares de Souza, Ministro dos Negócios Estrangeiros, nomeou o Comendador Miguel Maria Lisboa, Ministro em Missão especial às Repúblicas da Venezuela, Nova Granada e Equador. O Conselheiro Paulino, como era então chamado, notabilizara-se como autor da grande política na Bacia do Prata, que redundara na queda do ditador Juan Manoel de Rosas. Ademais, sob sua orientação foram celebrados no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1851, os tratados com o Uruguai, inclusive o de limites.

Pelo seu ofício n.º 1, de 16 de junho de 1853, Lisboa comunicou à Chancelaria imperial haver chegado a 5 desse mês a Santa Fé de Bogotá para ser recebido no dia 8, no Palácio de Governo, em audiência pública por Obaldia, Vice-presidente da República, porquanto o General Obando, Presidente da República, se encontrava enfermo. Pelo ofício nº 3 de junho do mesmo ano, Lisboa enviou o n.º 16 do jornal "Patriota de Cartagena", que reproduzira um artigo do jornal "Panameño" muito acriminioso contra o Peru, no qual artigo o governo de Lima era acusado de em seus tratados com o Brasil haver jo-

gado com terras que pertenciam ao Equador e à Nova Granada.

É preciso assinalar que Miguel Maria Lisboa se interessara pelos assuntos de limites do Império com as nações amazônicas, estudando-os com profundidade e sagacidade. Educado na Inglaterra, quando em geral todos os jovens de velhas famílias luso-brasileiras eram educados em França, Lisboa tinha pendores literários, demonstrados na tradução, que fizera, do capítulo XX da "Vida Política de Jorge Canning", de autoria de August Granville Stappleton, publicado na Revista do Instituto Histórico e com anotações interessantes do Barão de Cairu; e, mais tarde, na interessante "Relação de uma viagem à Venezuela. Nova Granada e Equador". publicada em Bruxelas em 1866, hoje bastante rara, na qual descreveu suas viagens durante sua Missão especial e fez uma análise das condições políticas e sociais dessas repúblicas. Quando Lisboa esteve em Santa Fé de Bogotá, a população da capital da Nova Granada era de 53.393 habitantes. Hoje Bogotá tem mais de 2.500.000 habitantes.

A missão de Lisboa não foi nada fácil. Em primeiro lugar, porque a situação interna de Nova Granada não era de tranquilidade. Em segundo lugar, porque o negociador granadino, Lorenzo Maria Lleras, Ministro das Relações Exteriores, era homem de boa cultura e com uma folha de serviços prestados ao governo; por conseguinte, o negociador granadino emparelhava, em competência e zelo patriótico, com o negociador brasileiro. No entanto, ver-se-á que os atos internacionais discutidos, ajustados e assinados pelo Ministro das Relações Exteriores com o diplomata brasileiro serão desaprovados pelo Senado, transformado em corpo de plenipotenciários,

por instigação do senador Pedro Fernández Madrid, filho daquele que fora agente financeiro de Bolivar em Londres durante a guerra da independência. Fernández Madrid, autor de um trabalho muito curioso, "Nuestras costas incultas", de 1846, no qual reivindicou os direitos de Nova Granada à posse do território de Mosquitia, na América central, fazia parte do grupo orientado pelo General Mosquera, José Cipriano de Mosquera, político de prestígio, temperamento instável e atrabiliário, e interessado em trabalhos de cartografia. Mosquera, ao tempo da sua presidência da República, mandara publicar em Nova York um mapa da Nova Granada, na qual os limites da república na bacia amazônica eram os mais fantasiosos que se pudessem imaginar.

Como Mosquera tivesse partidários e aduladores e fosse por isso mesmo muito ouvido em certos círculos, fácil era imaginar que Lleras e Lisboa tivessem incorrido nas iras de Mosquera, porque não aceitaram as linhas fantasiosas do mapa do ex-presidente e tampouco o seu uti possidetis juris. Dai, pois, haver o senador Pedro Fernández Madrid aberto suas baterias contra os tratados negociados, ajustados e assinados por Lisboa com o Ministro das Relações Exteriores do governo no poder. Não era surpreendente que a maioria governamental no Senado de Bogotá agisse contra o ministro das Relações Exteriores desse mesmo governo? Foi justamente o que aconteceu. Lleras saiu a público com um opúsculo impresso, no qual defendeu nobremente os tratados. Esse opúsculo é raríssimo, por causa do Mapa que apresenta. tendo havido por parte dos partidários e aduladores de Mosquera interesse em dar-lhe sumiço rápido. Parece que a carreira política de Lleras terminou nessa altura, porque por mais que respigássemos em obras históricas

colombianas, informações a respeito desse político, pouco encontramos que pudesse servir de abono à afirmação de que sua carreira política houvesse seguido por diante. Lorenzo Maria Lleras (1811-1868) continuou a ser poeta e, no seu tempo, a inspiração patriótica de poemas seus, como "La batalla de Boyacá", "La lágrima del soldado", "El 20 de Julio", impressionaram vivamente duas gerações colombianas, pelo menos.

Os três tratados assinado por Lisboa com Lleras, — o de navegação fluvial, de 14 de julho de 1852; o de extradição, da mesma data; e o de limites, de 25 de julho de 1853 —, foram desaprovados pelo Senado de Nova Granada, sendo que, em 1854, devido à campanha do senador Fernández Madrid, o tratado de limites foi mandado arquivar pelo mesmo Senado, como se fosse coisa de somenos importância.

Fazendo uma apreciação crítica do tratado de limites, de 1853, Raimundo Rivas afirmou:

"La cuestión fronteriza entre la Nueva Granada y el Imperio quedaba resuelta, casi en su totalidad, de acuerdo con las máximas pretensiones brasileñas, pues al fijar la línea Apaporis-Tabatinga se le reconocia — como ya lo había hecho el Peru dos años antes — en su totalidad el triángulo del Avatiparaná, así como se le asignaban otras zonas en la región Piedra del Cocuy-Boca del Apaporis, en la parte norte de la común frontera. De hecho, la República renunciaba a la doctrina del uti possidetis juris de derecho para admitir la posesión de facto". (Ibidem, pág. 329).

Na "Informação confidencial", de Miguel Maria Lisboa, de 9 de julho de 1855, se encontram os seguintes conceitos:

"A influência norte-americana não deixou de aproveitar os elementos que encontrou no país para contrariar a política do Brasil. Fatos posteriores, que terei ocasião de relevar (sic), confirmaram-me nesta persuasão". (Arquivo Histórico do Itamaraty. Missão Nascentes de Azambuja. Despachos).

Para confirmar o asserto de Miguel Maria Lisboa, transcrevemos o seguinte trecho de um ofício enviado por James S. Green, Encarregado de Negócios dos Estados Unidos em Bogotá, dirigido ao Secretário de Estado Marcy e datado de 2 de março de 1854, a respeito dos tratados celebrados por Nova Granada com o Império do Brasil:

"The first and third do not particularly concern the United States, but the second one in the fourth Article asserts, as a principle, that the navigation of the Amazon, and affluents, belongs exclusively to the Nations on the Rivers; and while this language might leave room for doubt, whether each Nation had the right to navigate the waters below them, or whether they were limited and confined, to their own immediate waters; yet the exposition of the New Granadian negotiator, explains the meaning of the phrase, and in effect, acknowledges the right of

the Nation having the mouth of the River to close it entirely. Considering this position, asserted as a general principle, very prejudicial to the policy of the United States, I am now endeavoring to have the Treaty on fluvial navigation rejected by the Congress now in session, as that may be done without affecting the other two". (Ver William R. Manning, "Diplomatic correspondence of the United States/ Inter-American Affairs (1831-1860)", vol. V, pág. 686. Este volume refere-se ao Chile e à Colômbia e foi dado à estampa em Washington em 1935.

Por conseguinte, pode depreender-se, à vista da linguagem peremptória do Encarregado de Negócios dos Estados Unidos, que a ação do senador Fernández Madrid, ao organizar a oposição aos três tratados ajustados, não houvesse sido assim tão desinteressada.

É preciso explicar que, em conseqüência da obra dos Tenentes Maury e Gibbon, "Exploration of the Valley of the Amazon", publicada em Washington em 1853 pelo Senado norte-americano em dois volumes, bucaneiros, flibusteiros, exploradores autênticos ou falsos e mercadores passaram a demonstrar inusitado interesse pela navegação amazônica, pretendendo por meio de campanhas de imprensa e muito sensacionalismo forçar o Império a abrir essa navegação, — mas em primeiro lugar aos Estados Unidos da América; e depois, às demais bandeiras do mundo. Mas. em primeiro lugar aos Estados Unidos da América... Carvalho Moreira, então Ministro em Washington e depois feito Barão de Penedo, teve de ocupar-se

do assunto, debatendo-o com os Secretários de Estado Marcy e Clayton para fazer valer o resguardo dos direitos de soberania do Brasil. Contudo, a navegação do Amazonas era assunto palpitante em diferentes capitais do mundo. Nessa ocasião, a diplomacia norte-americana empenhava-se em obter um resultado: a navegação amazônica para si. Por conseguinte, era fácil imaginar que a diplomacia norte-americana no tempo do Presidente Pierce fosse envidar esforços para neutralizar a ação diplomática do Império em capitais latino-americanas. Foi o que aconteceu em Bogotá, onde interesses contrariados se articularam na campanha do senador Fernández Madrid contra os tratados negociados e assinados por Miguel Maria Lisboa com Lorenzo Maria Lleras em 1853.

Lisboa retirou-se de Santa Fé de Bogotá em 11 de agosto de 1854.

É muito curioso assinalar que nesse ano de 1853 Carvalho Moreira enfrentava os flibusteiros que pretendiam invadir a bacia amazônica brasileira à procura das maçãs de ouro do Jardim das Hespérides, porque corriam então na imprensa norte-americana as versões mais disparatadas a respeito de tesouros vegetais e minerais existentes na Bacia amazônica, só faltando ressuscitar a lenda do El Dorado do tempo de Walter Raleigh... Apetrechavam-se em estaleiros norte-americanos navios apropriados à penetração no Amazonas e tripulados por flibusteiros sôfregos de fácil enriquecimento. Mais tarde, Trousdale, Ministro dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, justificava as aspirações do seu governo à livre navegação amazônica, baseando-se num direito natural perfeitamente igual ao de se navegar o oceano. Foi o que Trousdale alegou na audiência que lhe concedeu em Petrópolis, em 26 de fevereiro de 1855, o Imperador Dom

Pedro II. Abaeté, numa nota famosa, rebateu a argumentação do ministro Trousdale, enquanto em Londres Sérgio Teixeira de Macedo, por suas notas de 3 e 16 de maio de 1854, rebateu a argumentação britânica de obter a liberdade da navegação do Amazonas para os ingleses.

A diplomacia imperial não se desalentara com os acontecimentos ocorridos em Santa Fé de Bogotá.

Em 22 de outubro de 1858 Miguel Maria Lisboa, dignitário da Ordem Imperial da Rosa e Comendador da de Cristo do Brasil, Ministro em Lima, assinou com Manoel Ortiz de Zevallos, ministro das Relações Exteriores do governo peruano, uma Convenção fluvial que declarou livres as comunicações entre as duas Partes contratantes por quaisquer vias terrestres ou fluviais que facilitassem a passagem de um a outro território. Essa convenção fortaleceu a obra do grande tratado de 23 de outubro de 1851, celebrado e assinado em Lima por Duarte da Ponte Ribeiro com Bartolomé Herrera, ministro das Relações Exteriores.

Em 28 de julho de 1866 inaugurou-se a demarcação dos limites entre o Brasil e o Peru, havendo os Comissários brasileiro e peruano, respectivamente José da Costa Azevedo (Ladário) e o capitão de mar-e-guerra Francisco Carrasco, assinado ata da inauguração da linha divisória, a qual teve começo no igarapé de Santo Antônio com a instalação de dois marcos na boca desse igarapé. Deste ponto segue a fronteira para o Norte até o Japurá na linha que vai encontrar a boca do Apapóris.

Esta demarcação inquietou grandemente o governo de Bogotá. Como Presidente da República, o general Tomás Cipriano de Mosquera protestara contra o tratado celebrado entre o Império e o Peru em 1851, bem como contra a Convenção fluvial de 1858. A justificativa desse protesto foi o resguardo de títulos históricos e jurídicos da Colômbia a terras litigiosas da bacia amazônica. Mosquera também ordenou protesto contra o Tratado de limites de 1859 celebrado entre o Brasil e a Venezuela. Conforme assinalou o historiador e diplomata colombiano Raimundo Rivas, na primeira dessas notas de protesto (isto é, contra o tratado Brasil-Peru, de 1851) foi citada uma "gran cédula" expedida pelo Rei d'Espanha em 1740 que historicamente não existe...

Apesar do seu feitio autoritário, despótico e versátil, Mosquera exerceu grande influência no governo e fora do governo. Quando Lisboa e Lleras resolveram de comum acordo reconhecer que o mapa apenso à "Memória sobre Geografia física e política de Nova Granada", da autoria de Mosquera, era oposto ao princípio do uti possidetis, declarando-o sem valor no relativo à possível linha de limites com o Brasil, angariaram ambos os negociadores um inimigo de nome e de prestígio.

Missão de Nascentes de Azambuja a Bogotá — No livro "Um grande desafio diplomático no século passado", nos ocupamos da missão especial daquele diplomata do Império junto ao governo colombiano. Por decreto de 9 de março de 1867 o Conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, então Ministro em Washington, foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão especial na Colômbia, com vencimentos anuais de 20 contos por ano, ao câmbio de 27 dinheiros esterlinos por mil-réis. No despacho de 19 de março do mesmo ano, o Conselheiro Sá e Albuquerque, Ministro dos Negócios Estrangeiros, remetendo-lhe as Cartas revocatórias, explicava a Nascentes de Azambuja:

"A urgente necessidade da segunda missão motivou a terminação da primeira. O serviço do país exige que o Governo imperial tenha atualmente em Bogotá um agente diplomático experimentado, zeloso e conhecedor dos assuntos que lhe serão confiados". De fato, Nascentes de Azambuja tivera grande experiência diplomática, pois fora Oficial-Major em 1849 e Diretor-Geral do Ministério em 1859; e fora Ministro em Washington, onde sucedera a Miguel Maria Lisboa. Nascido no Rio de Janeiro em 1812, filho daquele Coronel Manoel Teodoro de Araújo e Azambuja que fora em 1831 nomeado Encarregado de Negócios e Cônsul Geral em Bogotá, posto que jamais exerceu. Nascentes de Azambuja fizera brilhante carreira. Após sua Missão especial em Bogotá, foi exonerado e posto em disponibilidade inativa em 22 de setembro de 1869, quando ainda se encontrava em Bogotá. Em 24 de dezembro de 1870 retornou ao servico para ser nomeado Ministro em Caracas, donde transitou para Assunção e afinal para Lima, onde terminou sua carreira em 9 de março de 1878 para ser posto em disponibilidade aos 66 anos de idade.

A Missão de Nascentes de Azambuja a Bogotá foi difícil e entrecortada de imprevistas dificuldades.

O Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, referente a 1870, e apresentado pelo Ministro e Secretário d'Estado interino, o Barão de Cotegipe, contém um longo Anexo, intitulado "Estado das Questões pendentes entre o Brasil e os Estados Unidos de Colômbia sobre Limites e Navegação fluvial". A Notícia histórica, da autoria do Barão de Cotegipe, sobre a Discussão entre a missão especial do Brasil e o governo da Colômbia, foi dividida em três períodos. O primeiro lida com os Preliminares da Negociação. Valerá a pena respigar infor-

mações dessa Notícia histórica, que ademais tem todo o cunho oficial.

Os tratados, concluídos com o Peru em 23 de outubro de 1851 e com os Estados Unidos da Venezuela em 5 de maio de 1859, indicavam a direção que devia ter a fronteira respectiva. Tinha esta de seguir pelo rio Apapóris para o Norte a buscar o rio Memachi, onde principia a raia com a Venezuela.

Para o Brasil eram estranhas as pretensões da Colômbia ao território banhado pelas águas do Tomo e do Aquio ao Poente do rio Negro, e ao situado a Oeste daquela linha reta tirada de Tabatinga para o Norte em direção à confluência do Apapóris com o Japurá. Por conseguinte, a geodésica Apapóris-Tabatinga era bem antiga na concepção política das fronteiras estabelecida pelos grandes estadistas do Império. Ademais, nunca entrou no pensamento do Governo imperial prejudicar os direitos de terceiras partes: êle teve de tratar diretamente com quem estava e sempre esteve de posse desses territórios. Se o domínio fosse ai substituído em virtude de ato internacional, o Brasil, como disse o Anexo ao Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1870, "confrontaria com o novo senhorio sem que por isso fosse alterada a sua posição territorial."

É conveniente assinalar que os negociadores dos Tratados de 1750 e 1777 tiveram sempre em mente cobrir os estabelecimentos portugueses nas margens do Japurá e do rio Negro, bem como proteger as comunicações de que eles se serviam entre esses dois rios. A este princípio geopolítico deveriam ficar subordinadas quaisquer estipulações em apoio de pretensões que se afastassem do uti possidetis real das duas Coroas, ao tempo em que destas

se separaram as respectivas colônias. Portugal, e depois o Brasil, sempre estiveram de posse dos territórios compreendidos no triângulo formado para o Oriente pelo Solimões e Avatiparaná até a confluência deste com o Japurá; daí para o Ocidente pelo Japurá até a boca do Apapóris, e deste ponto até Tabatinga por uma linha reta. As possessões da Coroa espanhola nunca baixaram do rio Caguán, serra Aracuara ou Yimbi, e do rio dos Enganos ou Cumiare. Os próprios Comissários espanhóis fixaram no Apapóris o ponto de partida para a designação da fronteira em rumo do Norte com direção ao rio Negro ou Guainia. Esta linha, afirmava o Comissário espanhol Francisco de Requena, reunia todas as condições para a fiel execução do art. 12.º do Tratado de 1.º de outubro de 1777 com referência ao art. 9.º de 1750. De modo que as pretensões brasileiras, baseadas no uti possidetis real, na área em que o Império confronta com a Colômbia, também tinham em seu apoio a inteligência dada praticamente àqueles tratados pelos comissários e técnicos espanhóis. Por consequinte, o Governo imperial empenhava-se em chegar a um acordo definitivo com a Colômbia, tanto mais que pelo Decreto de 7 de setembro de 1866 franqueara até aos seus confins a navegação do rio Amazonas aos navios mercantes de todas as bandeiras, deixando a dos afluentes, onde só lhe pertence uma das margens, dependente de prévio ajuste com os outros Estados ribeirinhos sobre os respectivos limites e regulamentos policiais e fiscais.

Se a Chancelaria imperial pensava uma coisa, a realidade seria outra em Santa Fé de Bogotá para o Conselheiro Nascentes de Azambuja. Contudo os termos, em que o Cidadão Presidente da Colômbia se expressou quando o plenipotenciário brasileiro em Missão especial

lhe entregou a credencial, deviam dar a esperança de que as relações entre os dois países seriam colocadas no mesmo pé em que se achavam reguladas as do Império com os outros Estados limítrofes. Assim, a negociação em sua fase preliminar poderá ser limitada pelas notas trocadas com o Poder executivo colombiano até 30 de junho de 1868. E que pretendia a Colombia nessa altura? Além de pretender fazer revalidar o Tratado de Santo Ildefonso, como se este tratado estivesse operando perfeitamente nas relações políticas entre o Império e a Colombia, o Governo de Santa Fé de Bogotá, quanto aos limites, se julgava com direito a baixar pelo Napo até o Solimões ou Amazonas; por este rio até o braco mais ocidental do Japurá; por este braço até o Caquetá (o mesmo Japurá); águas acima até o lago Cumapi ou o Marachi, e daí em linha reta, quase em rumo do Norte, a buscar o Cababuri; a continuar pela margem esquerda deste afluente do rio Negro até o Cêrro Cupi, onde se deveria tomar, atravessando-se o caño ou canal de Maturacá, a direção do rio Negro junto à Pedra de Cucuí. costeando a margem esquerda deste rio até a sua junção com o canal de Cassiquiare, que liga o rio Negro ao rio Orinoco.

As pretensões territoriais colombianas, grosso modo, por sua exorbitância, representavam uns 300.000 km2 de território português e depois brasileiro.

Ademais, o governo de Santa Fé de Bogotá pretendia ter direito perfeito à livre navegação em todo o curso dos rios que nascem em seu território ou que por êle passam e à dos rios que lhe são comuns em alguma parte com outra nação, sem mais limitação do que a de sujeitar-se aos regulamentos e taxas que estabelecer o Estado, cujos domínios forem atravessados pelos mesmos rios, e que tiverem por objeto prover à sua segurança ou indenizá-lo dos incômodos que possa ocasionar-lhe a referida navegação.

Veja-se, pois, a latitude das aspirações ou pretensões do governo de Santa Fé de Bogotá. Para restabelecer a verdadeira doutrina sobre a navegação fluvial e destruir os fundamentos das pretensões territoriais. Nascentes de Azambuja enviou ao governo colombiano dois extensos memorandos. No primeiro desses memorandos, de 27 de novembro de 1867, ficou demonstrado: que as nascentes dos rios não determinam a sua propriedade. Que essa propriedade limita-se, para cada Estado, à extensão dos rios correspondentes aos territórios que eles atravessam. Que ela não está sujeita, como a particular, pelo direito civil a servidão alguma, podendo a nação, que possui uma parte do rio, negar o trânsito às que lhe ficam a montante, quando para isto haja razões poderosas. Todavia, o plenipotenciário brasileiro declarou que o Governo imperial estava disposto a conceder o livre trânsito para o mar às nações que fossem ribeirinhas de montante de algum rio navegável que se comunicasse com o médio ou baixo Amazonas; sendo, portanto, meramente especulativo e pouco conducente ao objeto que se tinha em vista, a discussão sobre este ponto: se tal concessão era feita em virtude de um direito perfeito ou imperfeito, em virtude do Direito das Gentes, ou somente do direito convencional como em todos os tempos que se têm resolvido as questões deste gênero tanto na Europa como na América.

Quanto aos possíveis limites alegados pelo governo de Santa Fé de Bogotá ficou demonstrado no segundo memorando: Que as possessões brasileiras não podiam deixar de ser garantidas pelo lado do Japurá até Tabatinga, nos termos do tratado que o Império celebrara com

o Peru em 1851; e, pelo rio Negro, até a ilha de São José perto da Pedra de Cucuí, segundo o tratado concluido com a Venezuela em 1859. Que as posses, nos extremos pontos dessa fronteira, eram seculares, tendo sido fundados o forte de Tabatinga em 1776 e o de São José de Marabitanas em 1768, fundações estas que por si sós bastavam para legitimar as pretensões do Império, como ficou reconhecido pelos dois citados ajustes internacionais.

Mais curioso ainda era que Carlos Martín, ministro das Relações Exteriores da Colombia, conjugando o uti possidetis de 1810 com o Tratado de 1777, traçara uma linha divisória nos seu mapas e a descrevera em nota dirigida a Nascentes de Azambuja, mas repetindo os dizeres da nota de Rojas Garrido, de setembro de 1866. Segundo a nota do ministro das relações exteriores Rojas Garrido, a linha divisória não derivava dos tratados celebrados entre Portugal e Espanha; mas, sim, de cédulas reais expedidas pelos Reis d'Espanha no princípio do século XVI, em 1717, em 1732 e em 1740. Sustentava a Chancelaria imperial que a demarcação da fronteira só poderia ter seu ponto de partida no uti possidetis da época da emancipação política da América do Sul, dando-se a esse conceito latino o único sentido que poderia ter de acordo com o Direito romano, sentido que tinha o apoio da autoridade de Andrés Bello e dos precedentes diplomáticos que ofereciam os tratados celebrados pelo Brasil com a maior parte dos Estados limítrofes. Por conseguinte, e segundo essa inteligência, a fronteira não podia desviar-se da que já havia sido descrita nas negociações de 1853.

Nascentes de Azambuja teve de lidar com o proceder desairoso de Carlos Martín que, no "Relatório" (Memória) apresentado ao Congresso Federal, se lembrou de

fazer considerações pouco amáveis em relação à política externa do Brasil. Nascentes de Azambuja protestou energicamente contra tais conceitos, o que motivou que o Presidente da República houvesse declarado que não estava de acordo com o seu Secretário d'Estado quanto à maneira de tratar as questões relativas ao Brasil e quanto aos conceitos pessoais externados a respeito da política internacional do Brasil. Como quer que seja, Carlos Martin deixou a pasta das Relações Exteriores. Santiago Pérez foi seu sucessor. No entanto, é preciso assinalar que Carlos Martín ultrapassara com sua velocidade todos os sinais possíveis, porquanto as pretensões territoriais e os princípios absolutos sobre navegação fluvial por ele consignados no seu "Relatório" não tinham caráter oficial suficiente para expressarem o inteiro pensamento do governo colombiano. Por nota de 1.º de maio de 1868, Santiago Pérez manifestou-se da seguinte maneira: "Para formar o seu próprio juízo e cumprir o seu dever no exame e solução de cada uma das questões pendentes, há de o Poder Executivo ter presentes todos os documentos oficiais e não oficiais, em que elas se achem elucidadas, e deles adotará os dados e antecedentes que julgar exatos... e no correr da discussão achará ensejo para especificar e sustentar, não precisamente estas ou aquelas opiniões como suas próprias ou deste ou daquele funcionário, mas sim as doutrinas constitucionais e de Direito internacional que era seu dever seguir até levar a bom termo as mencionadas questões entre os dois países".

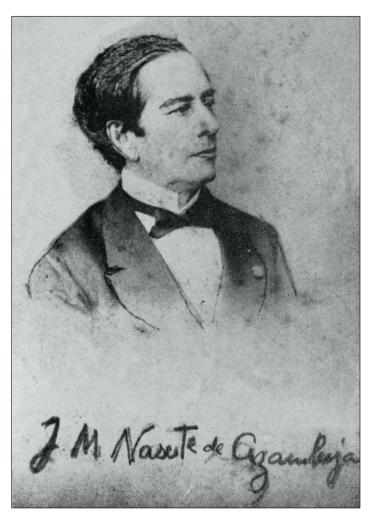
É muito curioso assinalar que a nota de 30 de janeiro de 1868 de Carlos Martín discordava inteiramente das idéias enunciadas por Carlos Martín no seu "Relatório". Carlos Martín era bifronte, como se verá. Nessa nota de

30 de janeiro de 1868, dizia Carlos Martín a Nascentes de Azambuja:

"O Poder Executivo Federal não pode deixar de comprazer-se ao ter conhecimento da maneira pela qual a Legação do Brasil, órgão autorizado do seu Governo, entende aquele decreto (isto é, o da abertura do rio Amazonas à livre navegação internacional), e das expressões de sentimentos amigáveis e fraternais, consignadas na comunicação dirigida por V. Excia. ao Departamento de Relações Exteriores de Colômbia. O Cidadão Presidente da União, a quem dei conhecimento da citada nota de Vossa Excelência e do memorando a ela anexo, encarregou-me de manifestar a V. Excia. sua satisfação pelas vistas conciliadoras, expressadas na comunicação de 27 de novembro".

Carlos Martin declarou por nota de 22 de novembro de 1867 quais os princípios que a República sustentava sobre navegação fluvial e, ligando esta questão à final demarcação da fronteira, manifestou-se da seguinte forma: "Abriga o governo do abaixo assinado a esperança de que o princípio, que ele sustenta e que considera indispensável, será posto em prática pelo Brasil sem dificuldade e logo que, fixados os limites entre eles, se possa determinar com precisão quais os rios, que em virtude de tal doutrina tenha a República o direito de navegar livremente".

Nascentes de Azambuja inaugurou o segundo período de suas comunicações oficiais, e desta vez com Santiago Pérez, porquanto Carlos Martín deixara a pasta das Relações Exteriores. A correspondência trocada de



Conselheiro Nascentes de Azambuja (1812-1896)

14 de novembro de 1868 até 28 de janeiro de 1869 é altamente interessante, demonstrando que Santiago Pérez era mais blandicioso de temperamento que Carlos Martín. mas iqualmente retardador tanto como o mesmo Carlos Martín. Cansado de esperar por um pronunciamento definitivo do governo colombiano. Nascentes de Azambuja, por nota de 14 de janeiro de 1868, sugeriu a nomeação de um plenipotenciário por parte da República para o exame e possível ajuste das questões em jogo. É claro que o governo de Bogotá respondeu, afirmando não desconhecer a conveniência e mesmo a necessidade de fixar-se em ajustes o desenvolvimento que se deveria dar aos princípios da livre navegação dos rios comuns, bem como o modo prático de conciliar esses princípios com a segurança de cada Estado: mas, entendeu então que não era indispensável o reconhecimento prévio da linha divisória. Dizia Santiago Pérez como se fosse um oráculo de Delfos: os convênios, em que só se tem de atender a princípios, são mais fáceis de concluir-se do que os convênios que exigem averiguação e confrontação de fatos. Por nota de 12 de dezembro de 1868 Nascentes de Azambuja respondeu que, de conformidade com as instruções que recebera, insistia em que a determinação da fronteira deveria preceder a qualquer acordo sobre navegação fluvial, porque sem essa determinação seriam vãs quaisquer garantias convencionais. Voltar-se-ia, pois, à estaca zero em matéria de dúvidas e conflitos.

Foi então que o Ministro Santiago Pérez declarou a Nascentes de Azambuja que não tinha instruções para abrir as conferências senão na base do *uti possidetis juris* de 1810, mas vinculado com as estipulações dos tratados de 1750 e 1777. Para justificar essa programática, Santiago Pérez alegou que, competindo ao Senado da Re-

pública a aprovação das instruções dadas para a celebração de tratados públicos, não podiam deixar de ser consideradas como instruções, as decisões tomadas pelo Senado em 1855 quando a Câmara alta aprovou por unanimidade de votos o parecer do senador Pedro Fernández Madrid, parecer este que se opôs ao tratado negociado e assinado em 1853 por Miguel Maria Lisboa com Lorenzo Maria Lleras. Este tratado de 1853, no entender daquele senador, não poderia ser aprovado, porque se havia fundado nas posses que o Brasil tinha nos territórios contestados. Ademais disso, Santiago Pérez declarou que esse era o princípio prescrito no artigo 3.º da Constituição federal para a determinação da sua fronteira com os Estados limítrofes.

Nascentes de Azambuja não se deixou colher por essa argumentação sofistica e declarou que a simples adoção do parecer do senador Fernández Madrid de 1855 não importava no reconhecimento do uti possidetis subordinado às estipulações dos tratados de 1750 e 1777. Que os extraordinários acontecimentos públicos de origem política, que então preocuparam a opinião nacional, poderiam ter influido no voto do Senado, o qual em épocas normais seria porventura mais consentâneo com os interesses internacionais que prendem à solução definitiva dos assuntos pendentes; e que o artigo 3.º da Constituição rezava o seguinte: "Os limites do território dos Estados Unidos de Colômbia são os mesmos que no ano de 1810 dividiam o território do Vice-Reinado de Nova Granada das Capitanias Gerais de Venezuela e Guatemala e do das possessões portuguesas do Brasil, e pela parte meridional são provisoriamente os designados no tratado celebrado com o governo do Equador em 9 de julho de 1855 e os demais que a separam hoje daquela República e da

do Peru". Que o teor deste artigo era, quanto às questões de fronteira com o Brasil, a expressão mais genuína do sentido que devia ter o *uti possidetis* adotado para a fixação dos limites entre os Estados da América do Sul. Que esses Estados, respeitando-se mutuamente no exercício dos seus respectivos direitos soberanos, convieram no princípio universalmente admitido de que só por concessão especial pode ser facultado a qualquer deles o uso das águas interiores que correm pelo território de outro; e que as convenções fluviais entre ribeirinhos não podem deixar de ter por base a prévia discriminação das respectivas fronteiras.

A argumentação de Nascentes de Azambuja era de uma lógica perfeita e concluía afirmando que a Colômbia se isolava da política seguida pelos demais Estados, baseada no Direito internacional público americano e sancionada por todos os atos celebrados entre nações hispano-americanas e o Império do Brasil.

Santiago Pérez viu-se em dificuldades para responder ao plenipotenciário brasileiro; mas o fez, alegando que cada país pode prover à sanção do direito natural e perfeito que tem à navegação de um rio em toda a sua extensão da maneira que julgue mais conveniente; e que, conquanto possa algum renunciar temporariamente a esse direito ou dele fazer uso por concessão gratuita ou onerosa, nenhum procedimento, nenhuma cessão parcial pode prejudicar o direito absoluto que têm os outros condôminos. E que se os outros Estados da América do Sul compreenderam do mesmo modo que o Brasil a aplicação do uti possidetis a ponto de chegarem a traçar seus limites com êle de conformidade com essa inteligência, este procedimento, conquanto digno de respeito, não o era contudo de imitação e não podia comprometer, como no caso

da navegação, os direitos da República, a qual sempre havia protestado contra semelhante prática.

Na Contra-Memória, anexa à nota de 22 de janeiro de 1869, dizia Pradilla, sucessor de Santiago Pérez, adotando uma posição de oposição frontal ao Império e procurando aduzir argumentos esmagadores:

"Em cuanto à la razón aducida por el Honorable Señor Ministro brasilero respecto de que varias naciones de America han adoptado el uti possidetis de hecho, se lee en la nota pasada por el Señor J. A. Barrenechea, Secretario de Relaciones Exteriores del Peru, em 20 de diciembre de 1867 al protestar contra una parte del tratado de límites ajustado entre Bolivia i el Brasil los siguientes importantes conceptos: "Verdad es que el Gobierno del Peru acceptó también el principio del uti possidetis i sustituyó á los tratados celebrados por la metrópoli la posesión actual i conforme à ella el tratado de 23 de octubre de 1851, que la República se halla en el deber de respetar: pero el Gobierno peruano había deseado que el de Bolivia aprovechase de la esperiencia que el del Peru ha adquirido à costa de alguns sacrificios" (ver Teixeira Soares, "Um grande desafio diplomático no século passado", Rio. 1971. página 154).

Os três ministros das Relações Exteriores, com os quais Nascentes de Azambuja lidou, empenharam-se em levantar todas as dificuldades possíveis à ação do negociador brasileiro. Martín, Pérez e Pradilla nada mais fizeram que manter o Ministro do Império em salmoura. Ademais, o governo de Bogotá não escondia sua surpresa

em face dos tratados de limites celebrados pelo Império com o Peru, Venezuela e Bolívia. O uti possidetis de 1810 fôra abandonado por esses três países ao negociarem com o Brasil. A verdade é que qualquer negociador que o Brasil houvesse enviado a Bogotá em 1867, durante a Guerra da Tríplice Aliança, incorreria nas mesmas dificuldades e na mesma adversidade em que Nascentes de Azambuja incorreu.

As negociações, sumamente difíceis, mantidas por Nascentes de Azambuja com Santiago Pérez e depois com Antonio Maria Pradilla, provavam que a Colombia não faria vingar sua tese baseada no uti possidetis de direito; mas, ao mesmo tempo, indicavam que o negociador brasileiro não avançaria um metro e teria de conformar-se com as promessas vagas feitas pelos ministros das relações exteriores do governo de Bogotá.

Enquanto isso, procurava o governo colombiano dirigir a negociação de modo que se estendesse sua fronteira às margens do Amazonas, do Putumaio e do Japurá até o braço deste chamado Avatiparaná, a buscar daí o rio Negro pelo lago Cumapi ou pelo Marachi; e para suprir o que de deficiente existisse em sua argumentação, encarregou o bibliotecário nacional José Maria Quijano Otero de redigir uma memória histórica a respeito da questão de limites entre a Colômbia e o Império do Brasil. O trabalho encomendado a esse publicista demonstrava que o que os ministros das relações exteriores não souberam ou não puderam dizer, Quijano Otero o diria com muita ilustração e conhecimento de causa, desde que seus argumentos fossem justos e verdadeiros. Como quer que seja, o ministro Santiago Pérez elogiou o trabalho que Quijano Otero estava "preparando com sua paciente e ilustrada aplicação": e o ministro Antônio Maria Pradilla, em seu relatório de 1870, fêz os maiores elogios ao trabalho do bibliotecário nacional que fora dado aos prelos. Por conseguinte, Nascentes de Azambuja era bombardeado também pela imprensa local (onde conseguira fazer publicar alguns comunicados para corrigir erros de apreciação a respeito da questão de limites, bem como informar o público colombiano das vitórias militares obtidas na Guerra da Tríplice Aliança, como a rendição de Humaitá).

Quijano Otero, em sua obra "Memória histórica sobre limites entre los Estados Unidos de Colombia i el Imperio del Brasil", publicada em Bogotá em 1869, reproduziu conceitos do publicista peruano Santiago Távara, extraídos de um livro, Viaje de Lima a Iquitos": "El Brasil con su política absorbente amenaza la integridad del Peru: el Brasil ha hecho recular nuestra frontera por medio de la ocupación clandestina i de la astucia en los tratados; i ahora pretende adueñarse de territorios bolivianos i peruanos cedidos por el mandatario de Bolivia" (in Quijano Otero, pág. 546). Távara referia-se, sem dizê-lo, ao tratado celebrado pelo Barão de Lopes Neto em La Paz de Ayacucho, em 1867, com o Ditador Melgarejo.

A Linha Nascentes de Azambuja — Em sua nota de 12 de dezembro de 1869, Nascentes de Azambuja apresentou à Chancelaria colombiana, a descrição da linha de fronteira que o Império propunha à Colômbia, e que passou a chamar-se "Linha Nascentes de Azambuja":

"Começará a fronteira na confluência do rio Apapóris com o Japurá e seguirá o dito Apapóris águas acima até o ponto em que lhe entra, pela sua margem oriental, o tributário chamado nos mapas do Barão de Humboldt, de Codazzi e Gama Lobo, Taraira, e continuará por este, águas arriba, a buscar, pela sua principal nascente, a

serra Araquara; de modo que toda a margem esquerda do Apapóris até a confluência do Taraira e toda a margem esquerda deste até a sua principal nascente fiquem pertencendo ao Brasil, e toda a margem direita do Apapóris até a confluência do Taraira, e ambas daí para cima, e toda a margem direita do Taraira até a sua principal vertente fiquem pertencendo aos Estados Unidos de Colômbia.

Se não se estender até a serra Aracuara a principal nascente do Taraira, do ponto em que esta principiar seguirá a fronteira a rumo do Norte, aproximadamente, até o alto daquela serra ou de outra que se prolongue para Leste, dividindo as vertentes que vêm aos rios Vaupés e Iquiare ou Issana das que vão ao Memachi, Naquieni e outros que correm para o rio Negro superior ou Guainia, de modo que todas as águas que vêm ao Vaupés, Iquiare ou Issana fiquem pertencendo ao Brasil, e as que vão ao Naquieni e Memachi e outros tributários do Guainia à Colômbia até onde limitam os dois Estados com a República de Venezuela".

Em 31 de janeiro de 1870 Nascentes de Azambuja despediu-se do Presidente da República e a 4 de fevereiro recebeu nota da Chancelaria colombiana deplorando sua partida. No dia 7 desse mês, depois de haver passado sua última nota, com a qual remeteu quatro Memórias sobre Limites e Navegação fluvial (que a Chancelaria colombiana prometera examinar e responder, o que nunca fez), Nascentes de Azambuja partiu, via Saint Thomas, para a Côrte.

As Parcas, como diz o clássico, continuaram a fiar os tempos prescritos (... et tempora Parcae debita complerant). O Brasil desinteressou-se do assunto. O esquecimento caira sobre a Missão de Nascentes de Azam-

buja a Bogotá, porque ela nada obtivera; logo, fracassara... Depois da missão de Próspero Gamba ao Rio de
Janeiro em 1880, onde esteve três meses em missão especial mas sem plenos poderes, em 9 de fevereiro de
1882 o Governo imperial recusou a proposta de Bogotá
para que fosse submetida a arbitramento a questão de
limites referente ao território que se estende da nascente do Memachi à foz do Apaporis, no Japurá, litígio
não só com o Brasil, mas também com a Venezuela.
(Ver Rio-Branco, "Efemérides Brasileiras").

Em 1891 a Rainha d'Espanha Maria Cristina deu a sentença arbitral a respeito do litígio de fronteira entre a Colômbia e a Venezuela, ao longo da península de Goajira, serra de Perija e territórios banhados pelo Orinoco. Acreditaram ambos os países que o litígio ficasse definitivamente resolvido. Assim, a Colômbia só teria de resolver seu problema de fronteiras com o Brasil, mas sempre alimentando a impressão errônea de que o tratado de 1777 e velhas cédulas de monarcas espanhóis pudessem ter efeito em suas pretensões com o governo do Rio de Janeiro. O tempo militara, pois, contra os interesses da Colômbia em suas divergências territoriais com o Brasil. Subsistem, contudo, ainda hoje, as divergências colombo-venezuelanas a respeito da demarcação definitiva na península de Goajira, bem como da demarcação do condomínio no Golfo de Venezuela.

O problema das fronteiras entre o Brasil e a Colômbia continuava em aberto. Assim que assumiu a pasta das Relações Exteriores, o Barão do Rio-Branco, que resolvera o complicado problema do Acre, assunto eminentemente amazônico, volvera suas vistas para o território indefinido, indemarcado, insoberaneizado entre a Colômbia e o Brasil. As primeiras tentativas por ele feitas para obter a concordância de Bogotá a uma negociação ampla e definitiva, Rio-Branco encontrou delongas.

Somente em 1906 foi Enéias Martins designado para negociar com o governo colombiano. Claro que desde logo tanto o Barão do Rio-Branco como Enéias Martins pressentiram as dificuldades a serem encontradas em Bogotá. Mas, era preciso abrir uma brecha; e esta brecha só poderia ser aberta com uma nova negociação, mesmo que esta tivesse o resultado das missões de Miguel Maria Lisboa oude Nascentes de Azambuja.

Não foi fácil a missão de Enéias Martins em Bogotá. O Tratado de Bogotá, de 21 de abril de 1907, estabeleceu a fronteira entre o rio Negro e a confluência do Apapóris com o Japurá. Deste rio para o Sul, isto é, entre a foz do Apapóris e o rio Amazonas, a linha divisória havia sido tracada de conformidade com o Tratado de Limites com o Peru, de 23 de outubro de 1851, ligeiramente alterada pelo acordo de 11 de fevereiro de 1874: e a mesma linha fôra respeitada pelo Equador no Tratado do Rio de Janeiro, de 6 de maio de 1904. Contudo, o Tratado de Bogotá, de 21 de abril de 1907, negociado e assinado por Enéias Martins em circunstâncias bastante difíceis, fôra uma vitoria, porque "quebrara o gelo" de Bogotá, após as missões sem êxito de Miguel Maria Lisboa e Nascentes de Azambuja. Como assinalei no meu livro, "Um grande desafio diplomático no século passado", Enéias Martins procurou fazer prevalecer a "Linha Nascentes de Azambuja". Nos originais do Relatório de Enéias Martins, que se encontram no Arquivo Histórico do Itamaraty, se consignam os seguintes conceitos do negociador brasileiro:

> "Procurei não distanciar-me da linha oterecida em 1869 pelo Sr. Conselheiro Azambuja

e indicada em comunicação à Assembléia Geral, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros o Sr. Barão de Cotegipe. Os pontos principais dessa linha eram manter a que entre o Cucuí e o Memachi havíamos negociado com a Venezuela, como posseira e proprietária desses terrenos e ligar esse último ponto, cabeceiras do Memachi, às cabeceiras do Taraira, a Oeste das quais a linha não passaria".

E mais adiante Enéias Martins explicou:

"Em todo caso conseguimos nos entender, fazendo aceitar esse mesmo limite pela Colômbia e na linha proposta em 1869, somente abrimos mão da faixa de terra entre a confluência do Pegua e o divortium aquarum ao Norte e do trecho entre o Capurui e a margem direita do Vaupés".

Assim, a Linha Nascentes de Azambuja triunfara no Tratado de Bogotá, de 21 de abril de 1907, por obra de Enéias Martins.

Contudo, a história não ficou por aí porque teve seguimento imprevisto.

Peru e Colômbia assinaram em Lima, em 24 de março de 1922, o Tratado Salomón-Lozano. Neste tratado, num inciso do art. 1°, encontra-se o seguinte: "Colombia declara que se reserva respecto del Brasil sus derechos a los territorios situados al Oriente de la línea Tabatinga-Apapóris, pactada entre el Peru y el Brasil por el tratado de 23 de octubre de 1851". Era uma reserva infeliz, que motivou intensa ação diplomática do Brasil. Esta ação diplomática teve resultados práticos, porque em 4 de

marco de 1925 representantes diplomáticos do Brasil. Colômbia e Peru se reuniram em Washington e. com a assistência de Charles Evans Hughes, então Secretário de Estado, resolveram liquidar as divergências recíprocas quanto a limites, mas reconhecendo a geodésica Tabatinga-Apapóris. Depois de trocadas as ratificações do tratado de limites peruano-colombiano, reiniciaram-se em 1928 as negociações entre o Brasil e a Colômbia, as quais terminaram brilhantemente em 15 de novembro de 1928 com a assinatura no Rio de Janeiro do Tratado de Limites e Navegação, firmado pelo Ministro Octávio Mangabeira com Laureano Garcia Ortiz, Ministro da Colômbia. Como disse o Relatório do Ministério das Relações Exteriores, relativo a 1928, vol. I, pág. 21. "a mais velha das nossas questões de limites era, sem dúvida, a que tínhamos com a Colômbia, numa parte da bacia amazônica". O art. I desse Tratado estabeleceu que a "fronteira entre o Brasil e a Colômbia, a partir da desembocadura do rio Apapóris no rio Japurá ou Caquetá, termo da linha estipulada no Tratado de 24 de abril de 1907, será uma linha reta, que partindo da dita desembocadura vá encontrar a povoação brasileira de Tabatinga, na margem esquerda do rio Amazonas" (1)

Os trabalhos da demarcação da fronteira entre o Brasil e a Colômbia foram iniciados em 1930 por um técnico de alto valor, o Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira que, como chefe da 1.ª Divisão da Comissão Demarcadora de Limites, os dirigiu até 1935, passando a direção ao Coronel Temístocles Paes de Souza Brasil, que os levou até ao final em 1937. As duas comissões colombianas foram dirigidas pelo Dr. Belisário Ruíz Wil-

⁽¹⁾ Ver EVARISTO SAN CRISTÓVAL, «Páginas internacionales / Antecedentes diplomáticos del Tratado Salomón-Lozano», Lima, 1932.

ches e pelo Dr. Francisco Andrade. Essa demarcação constituiu um trabalho extraordinário de precisão científica, técnica de campo e bravura pessoal que só exaltou os demarcadores colombianos e brasileiros.

Essa fronteira de 1.644 km de extensão encontra-se demarcada, mas os trabalhos de caracterização e adensamento de marcos secundários e terciários terão de ser retomados de tempos a tempos. Os marcos principais plantados nessa fronteira são em número de 29.

O art. V do Tratado de 15 de novembro de 1928 estabeleceu que o Brasil e a Colombia se reconhecem recíproca e perpetuamente o direito de livre navegação nos rios Amazonas, Japurá ou Caquetá, Içá ou Putumayo e todos os seus afluentes ou confluentes, devendo as embarcações, tripulantes e passageiros sujeitar-se unicamente às leis e regulamentos fiscais e de polícia fluvial, os quais serão, em todo caso, idênticos para brasileiros e colombianos, e inspirados no propósito de facilitar a navegação e o comércio entre ambos os países.

Os Lhanos Orientais, isto é, a Amazônia colombiana, estudados pelo geógrafo colombiano Molano Campozano, são banhados por afluentes amazônicos, bem como por afluentes da bacia do Orinoco. Letícia, no Departamento do Amazonas, e Mitú, no Departamento de Vaupés, são as duas cidades mais importantes dessas paragens desoladas e pouco povoadas, mas que representam sem dúvida alguma uma reserva imensa para a Colombia, quando a população, nas mesetas andinas, se adensar e tiver de espraiar-se para a peneplanície amazônica. As terras de "La Vorágine", o extraordinário romance de José Eustácio Rivera, deverão transformar-se em estância a abrigar uma população jovem e enérgica. A Colombia já conta com uma população de 22 a 23 milhões

de habitantes, a crescer em forte împeto de 3% ao ano. Não estará, pois, longe o tempo em que os Lhanos Orientais entrarão em processo de eficaz povoamento. Quando tal acontecer, a fronteira Brasil-Colombia será uma fronteira de intercâmbio de produtos e de aproximação populacional, porque os rios amazônicos, estradas que marcham, favorecerão as vinculações que se estabelecerem através da raia fronteiriça, dando a essas vinculações um sentido perdurável e eficiente em benefício do mútuo conhecimento das populações e da intensificação das relações econômicas e comerciais. Será, pois, uma Amazônia de intensa colonização, e não uma Amazônia de vácuo populacional e vácuo econômico.

Integração da Fronteira Política e Econômica — Os Presidentes Médici e Pastrana Borrero, da Colombia, encontraram-se em Letícia, em 9 de agosto de 1971. Desse encontro histórico, como o denominou o Presidente Pastrana Borrero, surgiu uma Declaração Conjunta. Nessa Declaração Conjunta enunciaram-se princípios de colaboração a serem respeitados e iniciativas a serem tomadas.

Mas, é fora de dúvida, e isso se evidenciou justamente em conseqüência do encontro dos Presidentes do Brasil e da Colombia, que nesse arco da fronteira brasileiro-colombiana Letícia tem melhores condições de desenvolvimento que Tabatinga e Benjamin Constant.

Nesse arco da fronteira, do lado brasileiro, tudo depende do Exército e é o Exército que faz tudo em Tabatinga, sede do Comando de Fronteiras do Solimões, e nas vizinhanças. Citamos este exemplo por demais eloqüente para assinalarmos que a integração a ser realizada nas fronteiras da Amazônia é um desafio gigantesco, — e nessas fronteiras nossas Forças Armadas estão ativa-

mente presentes, confiantes e vigilantes, mas ainda desprovidas do apoio de retaquarda de uma população civil sedentarizada, com suas escolas, seus hospitais, seus médicos, seus juízes, seus agrimensores. Este é o drama que temos de enfrentar quanto antes, e para enfrentá-lo é preciso que o Governo Federal crie, ao longo das fronteiras, estruturas permanentes de colonização; e que os quartéis dos Destacamentos de Fronteiras sejam crisálidas de núcleos populacionais bem organizados, bem providos de resistência orgânica, e perfeitamente aparelhados para se transformarem em futuras cidades. A integração das nossas fronteiras amazônicas, (e quando falamos em integração, queremos referir-nos não apenas à integração política, mas também à integração econômica e social, isto é, à criação da Fronteira Viva), é uma obra complexa da qual deverão participar nossas Forças Armadas, as autoridades federais, técnicos do Governo Federal em colonização, saúde pública, navegação fluvial, alimentacão, construção de cáis, etc., irmanados numa tarefa constante, dinâmica e gigantesca. Jamais percamos de vista esta urgentissima necessidade! Motivos, pois, a justificarem os conceitos do Presidente Médici dirigidos ao Presidente Pastrana Borrero, no encontro de Letícia: "O despertar de uma civilização amazônica com a perspectiva do ano 2000 e as técnicas do século XX é o propósito ambicioso que daqui os Chefes de Estado do Brasil e da Colombia podemos propor a nossos povos e às demais nações. Temos vivido de costas um para o outro, Exmo. Senhor, e precisamos olhar-nos de frente, para a conquista de um futuro cada dia mais promissor para o Brasil e a Colombia".

PERU — O GRANDE CAMINHO DO PACÍFICO PARA O ATLÂNTICO

«... Con motivo de una disputa que se había suscitado entre los españoles en la repartición de cierta cantidad de oro, el hijo mayor del cacique Comagre, viendo la codicia de esos aventureros, les dijo que si tanto ambicionaban poseer aquel metal, les mostraria un país (referiendose al Perú) donde podrian llenar sus deseos; pues encontrarian alli, inmensas riquezas y gentes que comian y bebian en grandes vasos de oro».

(Antonio Raimondi, «El Peru», Lima, 1876, pág. 10).

No ano de 1776 foi publicado em Espanha o grande Mapa geográfico da América Meridional, da autoria de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla. Muitos técnicos em geografia e cartografia consideram esse mapa como um verdadeiro monumento. Gravado pelo próprio Cano y Olmedilla, para o seu tempo o mapa representou sem dúvida alguma uma notável condensação de conhecimentos que andavam esparsos noutros mapas e noutros trabalhos. O geógrafo espanhou adotou as longitudes contadas a partir do Oriente do Pico de Tenerife, dizendo: "Las longitudes de este Mapa se han establecido respectivamente por el meridiano del Pico de Tenerife por ser el parage mas señalado para empezar á contarlas. y por haberse servido siempre de él los Españoles, siguiendo su cuenta acia el Oriente". O Pico de Tenerife foi o primeiro meridiano adotado por Espanha e Holanda. Ademais, Cano y Olmedilla adotou as longitudes em

tempo de Raris, Londres, Madrid e Ilha do Ferro. O meridiano da Ilha do Ferro, nas Canárias, foi o primeiro meridiano usado pela França e por Portugal.

Cano y Olmedilla adotou na zona equatorial as linhas em tempo, dividindo-as em horas e minutos, e tomando como ponto de partida o meridiano de Toledo que, segundo a Quadrilha dos Correios da Espanha dessa tempo. dista seis minutos do de Madrid. Noutra linha paralela a essa última, ele estabeleceu as longitudes em graus ao Ocidente da cidade de Toledo, situando Quito a 75.º de conformidade com as observações dos geógrafos espanhóis Iorge Iuan de Ulloa e Antonio de Ulloa, os quais, por ordem de Felipe V. rei d'Espanha, o primeiro Bourbon a sentar-se no trono castelhano, acompanharam De La Condamine, Bouquer e Godin em sua expedição científica para medir um meridiano perto da linha do Equador e depois baixar o rio Amazonas. A primeira edição da brilhante narração feita por De La Condamine foi publicada em Paris em 1745, a segunda em Paris em 1751 pela Imprimerie Royale e a terceira em Maestricht, na Holanda, em 1778 pelo impressor Dufour.

O Prof. Thomas R. Smith, da Universidade de Kansas, publicou no vol. XX da "Imago Mundi". revista de cartografia antiga, Amsterdam, 1966, um estudo altamente interessante, intitulado "Cruz Cano's Map of South America, Madrid. 1775: its creation, adversities and rehabilitation", mapa monumental, em oito grandes folhas. Desse mapa, a Mapoteca do Itamaraty possui quatro exemplares, estando um presentemente no Itamaraty de Brasília, devidamente montado e colocado numa parede. Existem no mundo inteiro 39 exemplares do mapa. Os exemplares pertencentes ao Itamaraty são de 1776, razão por que iniciamos este capítulo referindo-nos ao mapa do

geógrafo espanhol como sendo de 1776. Contudo, é preciso assinalar, e o Prof. Thomas R. Smith o fez com muita agudeza, que, por causa da fronteira austral entre os domínios de Portugal e Espanha (o Tratado de Santo Ildefonso é de 1.º de outubro de 1777), o mapa de Cano y Olmedilla foi rasurado subseqüentemente por motivos de alta política. Assim, o Prof. Thomas R. Smith conta que o mapa de Cano y Olmedilla já dava razão a Portugal e ao Brasil quanto à verdadeira localização dos rios Santo Antonio e do Pepiri-Guaçú. Rio-Branco alegou a informação do mapa de Cano y Olmedilla, sendo contraditado por Zeballos que afirmou que o autor do mapa não era um geógrafo, mas sim conhecido principalmente por seus belos desenhos de costumes (citado por T. R. Smith, ibidem, pág. 73)...

Claro que o mapa de Cano y Olmedilla apresentou numerosos erros, pequenos erros, descobertos mais tarde. Mas muito desses erros foram resultado das rasuras feitas nas chapas originais que até hoje estão em Madrid. Essas imperfeições não prejudicaram o grande mapa que, para o seu tempo, condensou os conhecimentos geográficos da América do Sul na medida do possível. Ademais, o geógrafo espanhol esmerou-se em dar informações a respeito de certos rios, fundando-se em fontes estrangeiras, por exemplo quando se refere ao Béni, "rio Béni ou Serpente, que M. d'Anville chamou também Amarumayo".

Não foi propriamente em direção ao Vice-Reinado do Peru que marcharam os geógrafos e astrônomos, oriúndos da "Escola geográfica portuguesa", instituida no reinado de Dom João V. O interesse primário e estratégico desses geógrafos bem como das autoridades lusitanas centrava-se nas terras do Vice-Reinado de Nova Gra-

nada e também da Venezuela, parte integrante de Nova Granada. O que interessava a esses geógrafos e a essas autoridades eram as demarcações definitivas a serem feitas na Amazônia em conseqüência do Tratado de Santo Ildefonso. Essas demarcações foram iniciadas, mas não terminadas. E não foram terminadas, porque as autoridades espanholas se convenceram de que, na região amazônica teriam de ceder territórios à Coroa de Portugal, e isso não lhes convinha.

A independência encontrou, pois, a indefinição em matéria de limites com os países vizinhos. E desde logo a diplomacia imperial se convenceu da necessidade urgente de se desfazerem essas incertezas a respeito de limites. Assim, em 8 de julho de 1841, Duarte da Ponte Ribeiro, então Encarregado de Negócios do Brasil, assinou em Lima com Manuel Ferreyros, Ministro das Relações Exteriores, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.

Por esse tratado, o Peru reconheceu o uti possidetis como princípio norteador na fixação de limites, abandonando o uti possidetis juris, defendido, por exemplo, por Nova Granada na discussão que sobreveio no Senado à celebração dos Tratados de 1853, discussão promovida e incentivada pelo senador Pedro Fernández Madrid. E este parlamentar colombiano, lastimando-se da falta de uma sistemática de ação em Nova Granada e noutros países hispano-americanos quanto à solução dos problemas de limites, assinalava com pesar:

"A la verdad, dificilmente podria esperarse concierto de ideas, unidad de accion e perseverancia sistemática, en pueblos inexpertos, atormentados por frecuentes dicensiones intestinas; y gobiernos precarios, asaltados por facciones in-

quietas, precisados à proveer à sua existencia del dia, y por lo mismo, à veces, demasiado absortos en esto, para dar á los negocios internacionales la importancia y la atención debidas".

O art. XIV do Tratado de 8 de julho de 1841 declarou que "conhecendo as Altas Partes Contratantes o muito que lhes interessa proceder quanto antes à demarcação dos limites fixos e precisos que hão de dividir o território do Império do Brasil do da República Peruana, comprometem-se ambos a levá-la a efeito o mais pronto que fôr possível, pelos meios mais conciliatórios, pacíficos, amigáveis, e conforme ao uti possidetis de 1821, em que começou a existir a República Peruana, procedendo de comum acordo, em caso de convir-lhes, à troca de alguns terrenos, ou outras indenizações, para fixar a linha divisória da maneira mais exata, mais natural e mais conforme aos interesses de ambos os povos".

Ao assinar esse tratado com o Brasil, o governo de Lima assentara doutrina sobre dois pontos: 1.°) aceitava o princípio do *uti possidetis*; 2.°) procurava alcançar o pleno direito de navegar as águas comuns do rio Amazonas desde seu nascedouro em território peruano até seu desaguadouro no Oceano Atlântico. Assim, o Tratado de 1841 valorizava de maneira extraordinária a navegação do rio Amazonas, que o governo peruano e o negociador brasileiro, Duarte da Ponte Ribeiro, punham no devido relevo.

O tratado de 1841 não foi aprovado pelo Governo imperial. Não lhe agradara a redação final do art. XIV e tampouco desejava o Governo imperial conceder a livre navegação do rio Amazonas através do seu território, receando que outras nações lha pedissem por meio de negociações diplomáticas.

O assunto da navegação amazônica ia-se complicando juntamente com a indeterminação das fronteiras com as Guianas, Venezuela, Nova Granada, Peru e Bolívia. Por conseguinte, a diplomacia do governo imperial pressentia o perigo em Caracas, Bogotá, Quito, Lima e La Paz, capitais onde a diplomacia norte-americana procurava obter a todo o transe o direito de navegar rios internos amazônicos que corressem através dos seus respectivos territórios. Ademais, o governo norte-americano propagava idéias a respeito de um comércio que ainda não existia através desses rios internos amazônicos, prometendo instaurá-lo desde que o Império do Brasil, o principal condômino da Amazônia, se comprouvesse em abrir o rio Amazonas ao comércio das embarcações norte-americanas, em primeiro lugar.

O Conselheiro Paulino José Soares de Souza, depois Visconde de Uruquai, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, resolvera levantar a luva que o ditador de Buenos Aires Juan Manuel de Rosas lhe jogara, pretendendo este realizar no Prata uma grande aventura imperialista. Paulino José Soares de Souza soube mexer com paciência e argúcia as pedras no taboleiro de xadrez da política platina. Na bacia do Prata estavam então os imediatos e maiores interesses diplomáticos, políticos e comerciais do Império. A bacia amazônica era então um mundo à parte, prenhe de perigos e ameaças, mas que não se poderia comparar com a bacia do Prata, onde os interesses brasileiros reclamavam defesa imediata. No Prata o Império não fazia uma política de abstrações; fazia uma política de realidades. Por conseguinte, a cartada que o Conselheiro Paulino José Soares de Souza iria jogar contra Juan Manuel de Rosas exigia a defesa da retaguarda. — isto é, a defesa dos reais propósitos da política

brasileira nos países do Pacífico (Nova Granada, Equador, Bolívia, Peru e Chile), razão por que Duarte da Ponte Ribeiro foi despachado a Lima.

O momento não poderia ser mais delicado para Ponte Ribeiro, cuja missão a Lima revestia o duplo aspecto de explicar aos peruanos os propósitos da diplomacia imperial no Prata, bem como neutralizar quaisquer veleidades que se revelassem de um apoio à política de Juan Manuel de Rosas; e negociar um novo tratado de limites, sabendo-se que o Governo imperial desaprovara o tratado de 1841, com o qual concordara o governo de Lima.

A 23 de outubro de 1851 Duarte da Ponte Ribeiro assinou, em Lima, com Bartolomé Herrera, Ministro dos Negócios Internos e Ministro interino das Relações Exteriores, o Tratado de Comércio. Navegação, Limites e Extradição.

É muito curioso assinalar que o comércio e a navegação do rio Amazonas passaram a ser motivação especial da política entre o Império e o Peru. Assim, "igualmente animados do desejo de facilitar o comércio e a navegação fluvial pela fronteira e rios dos dois países", o Império e o Peru resolveram "ajustar em uma Convenção especial os princípios e o modo de fazer um ensaio em que melhor se conheça sobre que bases, e condições, deverão esse comércio e navegação ser estipulados definitivamente".

As duas primeiras cláusulas do tratado estabeleceram "mútuos favores às mercadorias, que passarem de um para outro território, e subvenção, durante cinco anos, às empresas de navegação a vapor, que se destinarem a trafegar o Amazonas desde a sua foz até o litoral peruano"

A questão de limites ficou resolvida no art. VII do Tratado: "Para prevenir dúvidas a respeito da fronteira

aludida nas estipulações da presente Convenção, concordam as Altas Partes Contratantes em que os limites do Império do Brasil com a República do Peru sejam regulados em conformidade do princípio uti possidetis; por conseguinte, reconhecem, respectivamente, como fronteira, a povoação de Tabatinga; e daí para o Norte em linha reta a encontrar o rio Iaporá (Japurá) defronte da foz do Apapóris e, de Tabatinga para o Sul, o rio Javari, desde a sua confluência com o Amazonas". Ademais: "Uma Comissão Mista nomeada por ambos os Governos reconhecerá, conforme o princípio uti possidetis, a fronteira, e proporá a troca dos territórios que julgar a propósito para fixar os limites que sejam mais naturais, e convenientes a uma e outra nação".

Em sua Exposição de Motivos apresentada em 28 de dezembro de 1909 ao Presidente da República de então, o Barão do Rio-Branco iluminou o assunto de maneira magistral sob o ponto de vista histórico e cartográfico:

"As cláusulas dessa Convenção foram discutidas em sete conferências. Durante as quatro primeiras (8, 11 e 17 de agosto e 2 de setembro) ficou a negociação quase de todo ultimada, representando o Peru o seu Ministro das Relações Exteriores, Joaquim de Osma. A necessidade de atender de perto aos trabalhos parlamentares levou-o a passar interinamente essa pasta e a negociação ao citado Bartolomé Herrera, que, assim, tratou com o nosso Plenipotenciário nas três conferências seguintes (18, 19 e 21 de outubro). Ambos esses Ministros peruanos, na discussão, serviram-se do conhecido mapa organizado pelo Comissário demarcador Francisco Requena. Ainda que nesse

documento espanhol estivesse tracada, como fronteira, uma linha paralela ao equador, desde a margem esquerda do Madeira até a direita do Javari, - segundo a errada interpretação que os demarcadores espanhóis haviam dado aos artigos 10 e 11 do Tratado Preliminar de San Ildefonso, de 1° de outubro de 1777. — os Ministros peruanos não propuseram que se conviesse em estabelecer essa ou qualquer outra linha divisória entre os dois citados rios Madeira e Javari, reconhecendo, portanto, que o Peru nada possuía ao oriente do Javari, e que era com a Bolivia que o Brasil se devia entender no tocante às regiões do Juruá e do Purus que a citada linha atravessava. Apenas pediram: o Ministro Osma (4º conferência, 2 setembro) que o território da margem setentrional do Amazonas, desde Tabatinga, que ocupávamos, até ao canal Avari-Paraná, passasse ao domínio do Peru, por ser esse canal o limite indicado no artigo 11 do Tratado de 1777; e o Ministro Herrera (6º conferência, 18 de outubro), que a linha reta de Tabatinga para o norte, até o Apapóris, fosse prolongada de Tabatinga para o sul, fim de ficar pertencendo ao Peru todo o rio Javari, com algum território da sua margem direita".

Qual foi a atitude de Ponte Ribeiro diante dessas duas propostas? Eis o que informou o Barão do Rio-Branco:

"O Plenipotenciário brasileiro recusou ambas as propostas, dizendo que não podia convir em outras fronteiras que não fossem as

determinadas pelo uti possidetis efetivo ou real; e declarou que, sobre a base do Tratado Preliminar de 1777, sem vigor desde a guerra de 1801, e do Tratado de Paz de Badajoz que o não restabelecera, era impossível para o Brasil aceitar negociação alguma".

Nessa Exposição de Motivos, o Barão do Rio-Branco escalpelou o *uti possidetis juris*, defendido pelas nações hispano-americanas, dizendo:

"O chamado uti possidetis juris, do momento da independência das nações sul-americanas, foi uma invenção mal achada dos publicistas e diplomatas de origem espanhola, que, nas discussões sobre fronteiras com o Brasil, quiseram tomar por fundamento das mesmas o inválido Tratado preliminar de 1777. "El uti possidetis à la época de la emancipación de las colonias españolas", — escreveu de Lima, em 11 de setembro de 1857, o notável jurisconsulto D. Andrés Bello, — "era la posesión natural de España, lo que España poseia real y efectivamente con calquiera titulo ó sin titulo alguno, no lo que España tenia derecho de poseer y no poseia".

Por conseguinte, na feitura do Tratado de 1851 vingara o princípio do *uti possidetis*, exposto pelo Império do Brasil e aceito pelo Governo de Lima, que, dessa forma, se afastara da maneira de pensar comum às demais nacionalidades hispano-americanas em suas relações internacionais com o Brasil na parte referente à fixação dos limites.

A navegação fluvial foi consagrada comum às duas partes contratantes. A famosa Companhia de Navegação

Amazônia, do Barão de Mauá, num golpe de gênio empresarial, se encarregou da navegação em águas peruanas e brasileiras. Mauá inaugurou a sua companhia em 1º de janeiro de 1853 com navios construídos nos estaleiros de Ponta d'Areia, em Niterói, segundo o risco de técnicos brasileiros, e pilotados por oficiais brasileiros de Belém do Pará a Iquitos. Com essa Companhia de navegação amazônica o extraordinário empresário brasileiro dera a primeira demonstração de uma política de "expansionismo econômico" a desbordar das fronteiras nacionais.

Quando em 1863 o grande geógrafo peruano Paz Soldán publicou sua "Geografia del Peru", ele levantou a questão de considerar-se incompleta a fronteira com o Brasil, entrando a reclamar a linha Javari-Madeira, estabelecida no Tratado preliminar de 1777. Praticamente coube a Muriátegui, Comissário peruano encarregado de fazer com Costa Azevedo (depois Barão de Ladário) a demarcação estabelecida no Tratado de 1851, coube a Muriátegui, dissemos, a originalidade de haver levantado uma pretensão que surpreendeu o governo brasileiro, conforme se pode ler no Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, referente a 1864:

"Por esta ocasião apareceu a pretensão exibida por aquele Comissário, de se fechar a divisa entre os dois países por uma linha tirada na direção este-oeste, a partir da margem esquerda do rio Madeira à direita do Javari. Esta pretensão não podia deixar de surpreender o Governo Imperial, como inadmissível e contrária às próprias estipulações da Convenção".

O Comissário Muriátegui se estribava apenas no Tratado preliminar de 1777 entre Portugal e Espanha,

tratado que, na negociação de 1851, o Peru pusera de lado, e com toda a razão. Era muito curioso que no preâmbulo do Tratado de 1777 estivesse consignado o seguinte: "... o presente tratado preliminar servirá de base e fundamento ao definitivo de limites, que se há de estender a seu tempo com a individuação, exação e notícias necessárias..."; e que Muriátegui se houvesse lembrado de levantar um problema que legalmente não poderia existir.

Quando se proclamou a independência tanto do Peru como do Brasil, não havia tratado de limites entre ambos os países. Mas, se não existia tratado de limites, tampouco poderia imperar um tratado preliminar, que seria a base e fundamento de um tratado definitivo de limites entre as Coroas de Portugal e Espanha. Contudo, na fase final do século XVIII a expansão portuguesa se aprofundara na região do Javari e do Purus sempre à procura de pontos estratégicos que marcassem bem claramente a presença de Portugal na poligonização de interesses politicos vinculados com a criação de pontos de apoio militar à obra da expansão portuguesa nessas paragens amazônicas, porque a plataforma central de manobra (para usarmos conceito do General Golbery do Couto e Silva) estava muito distante, mais proximamente seria Belém do Pará, e mais longe seria o Rio de Janeiro, capital do Vice-Reino do Brasil. A obra de expansão portuguesa traduziuse numa pressão constante em direção às contravertentes andinas. A expansão portuguesa realizou-se à custa das ubás, das igarités e das canoas-de-obra, feitas estas últimas em Santarém, no Pará, que levavam destacamentos militares e aventureiros de toda a casta, empenhados uns e outros em conquistar terras amazônicas para a Coroa de Portugal. Mais tarde, no século XIX, o achado da borracha fomentou a penetração de aventureiros que usaram as mesmas ubás, as mesmas igarités e as mesmas canoas-de-obra empregadas no século anterior e que ainda hoje fazem o transporte corrente de pequeno porte nas águas amazônicas.

Por todos esses exemplos do passado, o governo de Lima convenceu-se de que a obtenção da navegação do rio Amazonas valia muito bem o abandono do *uti possidetis juris*. Foi esse o rumo tomado pelo governo de Lima na negociação de 1841 e depois na de 1851.

Em sua "Historia de los Limites del Perú", Raul Porras Barrenechea analisou o Tratado de 1851 da seguinte forma:

"Las criticas principales que se han hecho a este tratado son las siguientes: 1.º Haber incluido una cuestión de límites, de suma importancia, en un convenio fluvial; 2.º La admisión del principio del Uti Possidetis sin fecha, favorable al Brasil que poseía más territorios que aquellos a que tenía derecho según el tratado de San Ildefonso y podía seguir aumentando esa posesión. 3.º No haber hecho la delimitación completa de la frontera entre ambos estados, la que no terminaba en el Yavari, dando con esta omisión origen a nuevas expansiones del Brasil y a la intervención de Bolivia, que pudo alegar que esos territorios eran suyos por cuanto allí había terminado la línea de demarcación entre el Brasil y el Perú.

El doctor Belaunde ha demostrado que estas presuntas inadvertencias deducidas de un estudio superficial del tratado, no fueron tales y que sus estipulaciones se debieron a una necessidad política y comercial y a una deficiencia de conocimientos geográficos. "Claro está — dice —

que de acuerdo con los limites teóricos del tratado de San Ildefonso (desde el punto de vista territorial) la convención suscrita por Herrera en el 51 fué un desastre diplomático; pero hay que tener en cuenta que lo único que le interesaba al Peru en esa fecha no era la mayor o menor extensión territorial sino la libre navegación, en el Amazonas, navegación que el tratado de San Ildefonso concedia exclusivamente al Brasil. De modo pues que para conseguir el objeto y llenar la necesidad esencial del Perú, en ese tiempo, era necesario dejar el tratado de San Ildefonso y atender al uti possidetis de facto. A eso se debió el reconocimiento de las posesiones brasileras en el ángulo Yapurá Apaporis. En cuanto a la determinación de las fronteras a partir del Yavari no fué error sino prudencia el no pretender establecer-la dada la falta de noticias exactas que se tenía sobre la vasta región compreendida entre el Yavari y el Madera". (*Ibidem*, págs. 85 e 86, Lima, 1930).

Quando Lopes Netto, em sua famosa missão diplomática a La Paz de Ayacucho, assinou em 1867 o Tratado de Amizade, Limites, Comércio, Navegação e Extradição com o Governo boliviano, J. A. Barrenechea, ministro das Relações Exteriores do Perú, protestou, contra o aludido ato internacional, afirmando erroneamente o seguinte:

"Según ese pacto (refere-se ao Tratado entre o Império do Brasil e o Peru, de 1851), ratificado posteriormente por la Convención de 1858, todo el curso del rio Yavari es límite común para los Estados contractantes; y, aún que los

tratados no lo dicen, los Comisarios de límites, Srs. Carrasco y Acevedo, pactaron que se llegase hasta la latitud de 9°30' sur, ó hasta el nacimiento de dicho rio, siempre que este se encontrase en una latitude inferior. La línea paralela al ecuador, trazada en una de las referidas situciones, señala la división territorial entre el Perú y el Brasil por ese lado, quedando perteneciente al Peru todo el terreno comprendido entre el sur y la enunciada paralela, que debe terminar en el rio Madera..."

É preciso informar que o ajuste celebrado entre os Comissários demarcadores de então, Francisco Carrasco e Costa Azevedo, foi desaprovado totalmente pelo Governo Imperial que entendeu que o demarcador brasileiro só tinha poderes para a demarcação da fronteira estipulada no Tratado de 1851, e esta fronteira não estabelecera linha divisória alguma do rio Javari para leste.

Euclides da Cunha, no seu "Peru versus Bolivia". examinou com vivacidade e justeza o protesto de Barrenechea, resumindo-o da seguinte maneira:

"Por fim, a seródia impugnação não afirma, não precisa, não acentua um juízo claro dos prejuízos peruanos. Não diz o que reclama. O protesto é o murmúrio vacilante e medroso de uma conjectura; é a expressão anódina de um interesse aleatório: o Governo Boliviano cedeu ao Brasil territórios "que pueden ser de la propiedad del Perú."

Assinale-se que o grande Tratado de 27 de março de 1867, negociado por Lopes Netto com Mariano Donato Muñoz, ministro das Relações Exteriores do ditador Mariano Melgarejo, se fundou no uti possidetis; como

também no uti possidetis se alicerçou o Tratado de Limites de 1851, celebrado por Duarte da Ponte Ribeiro com o Governo de Lima. E, para grande surpresa do ministro J. A. Barrenechea, Mariano Donato Muñoz lhe respondeu categoricamente:

"Pasando al fondo de la cuestión, me bastaria declarar á V. Ex. que, sin estimar fundada la protesta, el Gobierno de Bolivia, que sabe respetar los derechos agenos, no ha intentado menoscabar los del Perú en el Tratado de 27 de Marzo, el cual no compromete ni en un palmo de terreno los intereses peruanos, por más que V. Ex. se esfuerze en atribuir al Brasil la absorción de cerca de 10.000 leguas cuadradas, que se permite suponer cedidas por Bolivia en perjuicio del Perú".

Afigurava-se à Chancelaria de Lima a existência de um grande espaço geográfico indefinido entre o Javari e o Madeira. Por conseguinte, para acabar com essa indefinição de soberanias, era necessário que os gabinetes do Rio de Janeiro e de Lima e, se possível, também com a presença do representante do governo de La Paz de Ayacucho, se reunissem para liquidar a incerteza, que existia no entender do Governo peruano, nessa vasta área; razão por que o Governo de Lima, procedendo com o intuito de resolver o assunto, no período de 1868 a 1874, procurou estabelecer as bases de uma conferência de plenipotenciários dos três países. Mas, foi trabalho perdido para a Chancelaria de Lima.

Vejamos os precedentes históricos a respeito dessa idéia de uma conferência de triplice arbitramento: — Em 25 de novembro de 1868, Barrenechea instruiu por despacho o Encarregado de Negócios do Perú em La Paz, La Torre Bueno, para manifestar ao Governo boliviano

que, no entender do de Lima, o melhor meio para deslindar a demarcação definitiva dos respectivos territórios consistiria na nomeação por parte do Peru, da Boliívia e do Brasil de comissários especialmente incumbidos desse assunto. E. na mesma ocasião, mesmo estando interrompidas as relações diplomáticas entre o Império do Brasil e o Perú. Barrenechea se dirigiu a Souza Ferreira, Cônsul Geral do Brasil em Lima, e ao Secretário da Legação imperial Ponte Ribeiro (filho de Duarte da Ponte Ribeiro), que se encontrava em Lima, mas sem caráter oficial, propondo-lhes o expediente comunicado ao Governo de La Paz, e pedindo-lhes que comunicassem ao Governo Imperial a necessidade da reunião de uma Comissão mista de representantes dos três Estados. Loayza, ministro das Relações Exteriores do Governo peruano, por nota de 22 de julho de 1870, dirigida à Legação do Brasil em Lima, declarou que seu antecessor propusera aos governos de Quito e de Bogotá a reunião de uma Comissão mista integrada pelos representantes do Peru e de todos os Estados limítrofes, inclusive o Brasil, para estabelecer a demarcação definitiva dos limites desses países na Amazônia. Em 9 de julho de 1874, J. de la Riva Agüero, ministro das Relações Exteriores do Peru, se dirigiu ao Ministro do Império em Lima para que "provocasse" junto ao Governo do Rio de Janeiro, um acordo com o Governo de La Paz, para determinar de um modo definitivo os limites dos três países na linha oeste-leste que, partindo do rio Javari, deve terminar no rio Madeira.

Esses precedentes históricos, pouco conhecidos do "grande público", são altamente interessantes e demonstram a coerência da Chancelaria brasileira, tanto no tempo do Império, como na República, ao esquivar-se a participar de propostas de tríplice ou múltiplo arbitramento para estabelecer demarcação de limites na bacia amazônica.

Por causa da iniciativa do governo de Lima, representado por De la Riva Agüero, o Visconde de Caravelas, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, tomou a deliberação de propor aos Conselheiros de Estado Marquês de São Vicente, Visconde de Jaguari, Nabuco de Araújo e Visconde de Niterói a discussão do seguinte assunto: "Deve o Governo Imperial aceitar o convite para a negociação em comum com o Peru e a Bolívia?" A resposta desses conselheiros foi unanimemente negativa. E assim se respondeu à nota peruana.

A verdade era a seguinte: se os países vizinhos e integrantes da Bacia amazônica não se entendiam entre si, por que motivo iriam resolver o seu desacordo maciçamente contra o Brasil? Se o Governo Imperial houvesse aceitado essa proposta de tríplice ou múltiplo arbitramento, iria assistir à formação de uma frente unida hispano-americana contra os interesses brasileiros na Amazônia.

Ademais, era preciso assinalar a entrada de numerosos retirantes cearenses nas bacias do Alto Purus e do Alto Juruá à procura da borracha. O Império julgava ter o direito de proteger essa população nômade que procurava sedentarizar-se, e afinal se sedentarizou naquelas bacias. Essa gente não poderia ficar ao Deus-dará, carecia de proteção. Esse será um dos aspectos cruciais da questão do Acre, tanto em relação à Bolívia, como em relação ao Peru. Por isso, o sertanista Manuel Urbano da Encarnação explorara o Purus a partir de 1861; e, em 1867, William Chandless e Encarnação haviam passado a confluência do Cavaljane, encontrando-se bem perto da sua nascente principal.

Cria-se uma zona de tufões — De 1874 em diante criou-se nessa região uma perigosa indefinição de soberania, posto o Brasil, tanto no tempo do Império, como na

República, se houvesse julgado senhor de títulos históricos e jurídicos à maior parte do território. Por isso, durante o processo negociatório do que seria depois o Tratado de Petrópolis (de 17 de novembro de 1903), o Barão do Rio-Branco se interessou por entrar em entendimento com o governo de Lima. Razão por que, a 20 de janeiro de 1903, ele enviou a Domício da Gama o seguinte despacho telegráfico reservado:

"Queira informar reservadamente a esse Governo que, qualquer que seja a resolução que sejamos obrigados a tomar, quando esgotados todos os meios suasórios, na questão dos estrangeiros do Sindicato que o Governo boliviano quer estabelecer no território em litígio, o Governo brasileiro terá na maior atenção as reclamações do Peru, sobretudo na parte que vai do Purus para oeste, e, animado do espírito mais conciliador e amigável, estará pronto para se entender em tempo com esse Governo sobre o território em litígio, como deseja entender-se com o da Bolívia".

O Tratado de Petrópolis desencadeara em diversas capitais hispano-americanas uma onda de comentários maliciosos ou mesmo malévolos a respeito dos verdadeiros propósitos da diplomacia do Barão do Rio-Branco. Por isso mesmo, em Lima certa trepidação apaixonada pregou a ocupação de áreas do território litigioso entre o Brasil e o Peru, enquanto o Brasil se dedicava dia e noite à negociação que redundaria no Tratado de Petrópolis. Assim, os peruanos ocuparam territórios na região do rio Amonea e do Chandless, talvez movidos pelo desejo de que o Brasil viesse a ser coagido a discutir com o Peru e a Bolívia ao mesmo tempo esses territórios litigiosos.

A situação tornou-se particularmente melindrosa entre o Brasil e o Peru.

Os desbravadores e colonizadores brasileiros não tardaram em chocar-se com os peruanos na região do Iuruá-mirim, como aconteceu em 1897. Choques armados também ocorreram, em particular nas áreas da boca do rio Amonea, no Iuruá, e na região do rio Chandless, no Purus. Os invasores peruanos acabaram sendo expulsos da região, mas houve perdas de vidas de lado a lado. Evidenciou-se também que a população dessa região era toda brasileira. Para prevenir possíveis conflitos entre brasileiros e peruanos nas regiões do Alto Juruá e do Alto Purus. Rio-Branco e Hernán Velarde, ministro do Peru no Rio de Janeiro, assinaram a 12 de julho de 1904 no Palácio Itamaraty um Protocolo de um Acordo Provisório (Modus Vivendi), o qual neutralizou os territórios em litígio: a) O da bacia do Alto Iuruá desde as cabeceiras desse rio e dos seus afluentes superiores até a boca e margem esquerda do rio Breu e daí para oeste pelo paralelo da confluência do mesmo Breu até o limite ocidental da bacia do Juruá; b) O da bacia do Alto Purus desde o paralelo de 11.º até o lugar denominado Cataí, inclusive. Ficou também estabelecido que a polícia de cada um dos dois territórios neutralizados seria feita por uma Comissão Mista, formada de uma Comissão brasileira e outra peruana. Cada Comissão se comporia de um Comissário, do posto de Major ou Capitão, de um Comissário substituto, do posto de Capitão ou Tenente, e de uma escolta de 50 homens e as embarcações miúdas necessárias. Essas comissões teriam de explorar os rios Juruá e Purus até as suas nascentes. As comissões brasileiras foram chefiadas respectivamente pelo general Belarmino de Mendonça e pelo engenheiro Euclydes da Cunha; e trabaIharam ativamente no período de 1905 a 1907, fazendo um levantamento completo da zona em litígio.

Quem se der ao trabalho de ler a excelente "Vida do Barão do Rio-Branco", de Luiz Viana Filho, verificará: "Novamente, a guerra parecia rondar o país. Situação desagradável para Rio-Branco. Fora com essa finalidade que pagáramos tão elevado e discutido preço à Bolívia? Para evitar a luta, ele, como era seu hábito, buscou atemorizar o inimigo. Além de apreender armas vindas para o Peru, através do Amazonas, remeteu tropas para a região" (ibidem, pág. 350). Contudo, o Modus Vivendi de 12 de julho de 1904 apresentara a vantagem de esvaziar o problema. A presença de uma polícia mista, e bem armada, atemorizara os bandos erráticos de assaltantes e depredadores de acampamentos e barracões que transitavam com relativa impunidade através dos rios misteriosos, fingindo-se de seringueiros errantes.

Rio-Branco convenceu-se então que, com a aplicação do Modus Vivendi, o assunto já ficara meio resolvido. Nesse momento o Peru e Bolívia haviam submetido à decisão arbitral do Presidente da Argentina, Figueroa Alcorta, a interpretação, quanto a limites na zona do rio Hahuamanu, das antigas jurisdições da Audiência de Charcas e do Vice-Reino do Peru; o que afinal ficou resolvido pelo laudo de 9 de julho de 1909. Era também outra questão que ficava resolvida entre o Peru e a Bolívia e remontava à proclamação da independência do Peru e à criação por Bolivar, da República da Bolívia.

O grande Tratado de 8 de setembro de 1909, assinado no Palácio Itamaraty, por Rio-Branco e Hernán Velarde, constituiu demonstração cabal de uma "negociação dinâmica", dizemos nós, que representou uma conquista de ciência geográfica (porque forçou a um levantamento cartográfico minucioso de extensa região), bem como uma

conquista de ciência política com o reconhecimento dos direitos de parte a parte. Em sua Exposição de Motivos dirigida ao Presidente Nilo Peçanha, o Barão do Rio-Branco afirmou:

"Todos os territórios de que o Brasil está efetivamente de posse, povoados quase que exclusivamente por brasileiros, ficam definitivamente reconhecidos pelo Peru como do nosso domínio; e ao Peru ficam pertencendo, com um pequeno acréscimo, entre o paralelo de Cataí e o rio de Santa Rosa, os territórios do Alto Purus e do Alto Juruá que haviam sido neutralizados em 1904, e onde sabemos que só há estabelecimentos e habitantes peruanos..."

"Antes do nosso Tratado de 1903 com a Bolívia, o Peru reclamava do Brasil, ao norte da linha oblíqua Javari-Beni, um território cuja superfície, como ficou dito, é de 251.000 km2. A superfície que recuperamos da Bolívia em 1903, com as fronteiras que lhe deu o Tratado de Petrópolis, era de 191.000 km2.

"Passou assim o nosso antigo litígio com o Peru a estender-se sobre uma área de 442.000 km2, com uma população calculada em mais de 120.000 habitantes, dos quais 60.000 ao sul da linha obliqua Javari-Beni e outros tantos ao norte."

"O Tratado atual o resolve, ficando ao Brasil 403.000 km2, e ao Peru cerca de 39.000".

Rio-Branco explicou que o confronto da grande área territorial em litígio poderia dar a impressão que o Brasil se reservara a parte do leão. Nada seria menos verdadeiro ou mais injusto. "A grande desigualdade que se nota nas renúncias que cada uma das duas partes faz implicitamente, pela demarcação em que acabam de concordar, é mais aparente do que real, e devida tão-somente ao excessivo exagero da pretensão levantada em 1863, e mantida com afinco pelo governo peruano até pouco tempo".

Demarcação da linha divisória. Descoberta da verdadeira nascente do Javari por Luís Cruls — Em 1861 o Governo imperial tomou a decisão de nomear o Capitãotenente da Marinha de Guerra José da Costa Azevedo (depois Almirante Barão de Ladário) como Comissário do Brasil. Costa Azevedo trabalhou de 1862 a 1864 nos rios Apapóris e Japurá.

Apesar do estabelecido no Tratado de 23 de outubro de 1851 e na Convenção de navegação fluvial de 1858 negociada e assinada por Miguel Maria Lisboa, em 1862 verificou-se o conflito com os navios peruanos "Morona" e "Pastaza". Resolvido o assunto desses navios, o Império e o Peru celebraram outro acordo de reciprocidade de direitos de navegação fluvial, assinado no Rio de Janeiro, pelo Marquês de Abrantes, ministro dos Negócios Estrangeiros. O novo acordo estabeleceu regras rígidas para se evitarem incidentes com navios de guerra nas águas amazônicas.

Como já foi dito anteriormente, em 1863 surgiu a pretensão do Peru de fechar a fronteira com o Império de acordo com estipulações do Tratado de Santo Ildefonso; e isto por meio de uma linha Leste-Oeste da margem esquerda do rio Madeira à margem direita do Javari. Foi a tese de Mariátegui, discípulo de Paz Soldán. No Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, referente a 1864, se encontra o ponto de vista do Governo imperial: "Esta pretensão não podia deixar de surpreender o Governo imperial, como inadmissível e contrária às próprias estipulações da Convenção». Em 1865 Costa Azevedo,

devidamente nomeado, voltou como Comissário ao teatro das operações, e desta vez para o curso do Javari. Em 1866 Costa Azevedo e o Capitão-Tenente da Marinha de Guerra João Soares Pinto atuaram na região com o peruano Paz Soldán. À expedição se depararam dificuldades várias até que em 1866 na altura de 6°50' de latitude Sul foi atacada pelos índios Maiorunas. Flechas envenenadas causaram a morte de Soares Pinto. Paz Soldán ficou gravemente ferido. Paz Soldán foi transportado de Tabatinga a Belém, onde lhe foi feita a amputação de uma perna. A expedição, à vista de tais acontecimentos, resolveu suspender os trabalhos para melhor ensejo.

Em 1867, por causa da atitude assumida pelo ditador Pardo de parcialidade quanto aos contendores da Guerra da Tríplice Aliança, o que motivou enérgico protesto de Luís Adolfo de Varnhagen (depois Visconde de Porto Seguro), nosso ministro em Lima, o Império suspendeu suas relações com o Peru. Elas só foram restabelecidas em 1869. Por conseguinte, retomaram-se os trabalhos da demarcação, bem como da busca da verdadeira nascente do rio Iavari. Em 1870 Paz Soldán foi nomeado Comissário do Peru nesses trabalhos demarcatórios. Em 1872 Antonio Luís Von Hoonholtz, Capitão-de-fragata da Marinha de Guerra do Império, juntamente com o grande geógrafo peruano, plantaram o marco definitivo no extremo Norte da linha divisória entre os dois países, na margem direita do Japurá, em frente à boca do Apapóris. Acometido de beriberi violento, Paz Soldán foi transportado às pressas para a vila de Tefé (antiga Ega), onde morreu aos 33 anos de idade em 27 de setembro de 1872. Mas. era preciso prosseguir. A expedição levou 82 homens: só regressaram 55. Entre os mortos da expedição o próprio irmão do seu chefe, o engenheiro Carlos Von Hoonholtz. o ajudante-capitão-de-engenheiros Carlos Ribeiro da Silva. Expedição entrecortada de vicissitudes trágicas. Von Hoonholtz afirmou haver encontrado a nascente principal do Javari, cujas coordenadas foram — 7°1'17''5 de latitude Sul, confirmadas pelo peruano Guillermo Blake.

Ocupando-se do problema, Taumaturgo de Azevedo levantou uma suspeita em relação à nascente de Von Hoonholtz, porque no seu entender e também de alguns técnicos brasileiros essa nascente deveria estar, pelo menos, na altura de 10°20', isto é, no paralelo do Madeira. Segundo o vezo bem brasileiro, tanto Costa Azevedo como Von Hoonholtz foram duramente atacados por "entendidos" que jamais haviam estado na bacia do Javari... Mais lamentável foi, porém, o debate entre Taumaturgo e Von Hoonholtz. Em 1897, o Comandante Cunha Gomes, da nossa Marinha de Guerra, à testa de uma expedição bem apetrechada, subiu o Javari, encontrando sua nascente principal, cujas coordenadas foram as seguintes: 7°11'48"10 de latitude Sul e 73°47'44"5 de latitude Oeste de Greenwich. Cunha Gomes não escapou aos ataques dos falsos entendidos. Entre Von Hoonholtz e Cunha Gomes ocorre um duelo de provas e contraprovas. Costa Azevedo entrou como apaziguador. A polêmica alastrou-se, dela participando Dionisio Cerqueira, Taumaturgo de Azevedo, Paulo de Frontin, Paula Freitas, Serzedelo Corrêa e outros. Na verdade nem Von Hoonholtz nem Cunha Gomes tinham encontrado a nascente principal do Javari; como tampouco a haviam encontrado os "patriotas" que com azedume discutiam o assunto pela imprensa, sem jamais haverem ido à região do Javari.

Em 1901 saiu a expedição Luís Cruls, este sábio então diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. A missão peruana, chefiada por Adolfo Ballivián, vai com a Missão Brasileira de Cruls, que dispõe como imediatos do Capitão-de-fragata Carlos Accioly Lobato e do Ca-

pitão do Exército Augusto Tasso Fragoso. Accioly Lobato morre durante o avanço da expedição, como morrem muitos outros em sacrifícios incríveis realizados por esses heróis da demarcação das fronteiras do Brasil! Cruls encontra a nascente principal do Javari, cujas coordenadas serão as seguintes: 7°6'55" da latitude Sul e 73°47'30"60 de longitude Oeste Greenwich, confirmadas pela expedição do Almirante Ferreira da Silva em 28 de abril de 1926.

A fronteira entre o Brasil e o Peru, de 2,995 kms de extensão, é uma fronteira tipicamente amazônica e fluvial que comeca defronte da foz do arrojo Iaverija, afluente da margem direita do rio Acre ou Aguiri; sobe pelo álveo desse rio até à confluência dos seus dois ramos principais, continuando pelo mais setentrional, que é o seu principal formador, até à nascente. Desta nascente principal do rio Acre segue, por uma linha reta, no rumo verdadeiro de 53°33'47",23 SO, até a interseção do paralelo de 11°00'00"00 Sul com o meridiano da nascente principal do rio Chambuiaco, afluente da margem direita do Purus. Dessa interseção prossegue, em direção Norte, pelo meridiano de 70°37'15", 18 a Oeste de Greenwich até a nascente principal do rio Chambuiaco. Da nascente principal do rio Chambuiaco continua, águas abaixo, pelo álveo desse rio até a sua confluência com o rio Purus. Pelo rio Purus, águas abaixo, até à boca do rio Santa Rosa ou Curináa, seu afluente da margem esquerda. Da nascente principal do Santa Rosa segue por uma pequena reta, de 120 metros de comprimento, no rumo verdadeiro de 48°30. SO., até encontrar o ponto mais próximo daquela nascente no divortium aquarum Embira-Purus. Deste ponto prosseque pelo divisor de águas Embira-Purus até à altura do paralelo de 10°00'00" Sul. Continua a linha divisória para Leste, ajustada ao paralelo de 10°00'00" Sul, até encontrar o divisor que separa as águas que correm para o rio Juruá,

a Oeste, das que vão para esse mesmo rio, ao Norte. Deste último ponto, segue pelo divisor de águas do Alto Juruá até à nascente principal do rio Breu, afluente da margem direita do Juruá. Da nascente principal do rio Breu desce pelo álveo desse rio até à sua confluência com o rio Juruá. Da confluência do rio Breu com o Juruá, prossegue a linha divisória para Oeste, ajustada ao paralelo da foz do Breu (9°24'01" de latitude Sul), até encontrar o divisor de águas Ucaiale-Iuruá. Do encontro do paralelo de 9°24'42",01 Sul com o divisor de águas Ucaiale-Juruá, segue, em direção geral Norte, pelo mesmo divisor de águas, até à nascente principal do rio Jaquirana ou Alto Javari, passando antes pelo ponto mais ocidental do Brasil, situado nas proximidades da nascente do rio Moa. Da nascente principal do rio Javari desce pela meia-distância entre as margens desse rio até à sua boca, no rio Solimões. ou Amazonas.

Antes de encerrarmos este capítulo dedicado às relações entre o Brasil e o Peru, precisamos informar o seguinte: — país amazônico e país de fisionomia tipicamente incaico-litorânea, nestes últimos anos o Peru vem revelando surpreendentes riquezas minerais. Não falando do petróleo de Talara ou da região amazônica, ocorreram descobertas de jazidas riquissimas. Assim, para aduzir exemplo bem frisante, a Southern Peru iniciou a aplicação de 350 milhões de dólares na pesquisa, lavra e refino das jazidas de cobre de Cuajone, cubadas em cerca de 500 milhões de toneladas e consideradas as mais ricas do mundo. Na região montanhosa de Chachapoyas e Rioja, na parte norte do país, descobriram-se jazidas de estanho e de zinco, cuja exploração já se iniciou e parece ser muito promissora. Trata-se também de uma região aurifera. Por conseguinte, o Peru é riquissimo de minérios.

BOLÍVIA, ÁREA DE PRESSÕES

"Leben und Wirken heisst eben so viel als Partei machen und ergreifen".

(GOETHE)

Área de pressões, a Bolívia é um país que não dispõe de um cerne medular. Cerne medular que estabeleça o equilibrio político, econômico e social de toda a nação. Não dispondo dessa área, a Bolívia é um país que a Geografia compartimentaliza em áreas diferentes.

Onde está a charneira desse país? em La Paz, em Cochabamba ou em Santa Cruz de la Sierra? Qual a região centricamente mais ponderável, se não existe uma zona cêntrica? Existe a zona de La Paz como capital do país, mas não é a mais rica. Se o Altiplano dispõe de riqueza mineral e concentra a população no estriado de La Paz-Oruro-Cochabamba; o Oriente, com população menor, dispõe do petróleo e de uma riqueza agrícola que cresce de dia para dia, inexistente esta riqueza agrícola no Altiplano.

Nessas condições, a quem se enfronhar em estudos de Geografia física e Geografia humana da Bolívia, não escapará esse aspecto geral de um país que não dispõe de um núcleo populacional e econômico compactado em determinada área. A compartimentalização da Bolívia em áreas desiguais e economicamente pobres dispersou a

população ora nos páramos andinos, ora na meseta cochabambina ou na meseta de Tarija, ou no Oriente boliviano.

País que não dispõe de um sistema de pontos de apoio fundamentais. Poligonização de pontos de apoio fundamentais que aproximem as regiões diferentes e as vinculem por meio de elos fortes e permanentes. País em que tudo é fluido, precário, instável, mutável. País, no entanto, profundamente heróico e fascinante. País que merece estudo atento e desperta admiração, porque tem personalidade.

Mediterraneidade da Bolívia — Sob o ponto de vista nacional imediato, isto é, tendo-se em consideração o fato de ser a Bolívia uma nação mediterrânea, sua posição na América do Sul, ao primeiro relance, parece desvantajosa; mas, de alto valor estratégico, se essa posição vier a ser examinada em função das comunicações entre o Atlântico e o Pacífico, entre a Amazônia e o Prata, ou então em função dos contatos transfronteiriços, porque ela tem fronteiras com cinco países. Geograficamente, é um país de compactação, porque ocupa uma área que tem a forma de um polígono irregular, perfeitamente equilibrado entre seus pontos extremos. Assim, a distância Norte-Sul representa 1.550 kms., e a distância Leste-Oeste, 1.450 kms. Zona de contatos permanentes, encruzilhada entre a Bacia amazônica e a Bacia platina, a Bolívia, além de ser o maior repositório de riquezas minerais da América do Sul, ocupa um espaço geográfico da mais alta importância política. E isto porque a Bolívia é uma zona nodal da América do Sul, apresentando o espinhaço prodigioso dos Andes com os vulcões Ilimani, Huana-Potosi e outros. Ademais, a Bolívia, sendo zona nodal, é também uma zona de contatos e de pressões de fora para dentro, porque suas dilatadas fronteiras são em sua maior parte constituídas por faixas acidentadas, montanhosas ou selváticas.

A perda do litoral sobre o Pacífico — A Bolívia já teve litoral sobre o Pacífico, e bastante extenso. Com a ocupação militar de Antofagasta pelos chilenos em 14 de fevereiro de 1879 começou a Guerra do Pacífico, infeliz para a Bolívia e para o Peru. O diplomata e historiador boliviano, Enrique Finot, em sua "Nueva Historia de Bolivia" (Buenos Aires, 1946), ocupou-se das causas dessa guerra que, no seu entender, foram "remotas e complexas" (pág. 296). Do lado chileno, o historiador GONZALO BÚLNES, em sua obra, "Guerra do Pacífico" (Valparaíso, 1912), minuciou as causas do conflito, que começou diplomático, e terminou bélico. Essas duas obras citadas despertam enorme interesse. Búlnes dá ênfase a um tratado secreto peruano-boliviano de aliança defensiva. A feitura desse tratado, no entender de Búlnes, foi objeto da seguinte apreciação do historiador chileno: "La síntesis del Tratado secreto era esta: la ocasión, el desarme de Chile; el pretesto para producir el conflicto. Bolívia: utilidad del negocio, la Patagonia y los salitres" (Ver Guerra del Pacífico, vol. I, pág. 63, Valparaíso, 1912).

A importância dos caliches (nitrato de potássio ou salitre em bruto, tal como se encontrava no solo) de Antofagasta era menor que a dos de Tarapacá. Os salitreiros nessa região eram chilenos, gozando da isenção do imposto de exportação do salitre no território compreendido entre os paralelos de 23° ao de 25°, exceção feita do huano (acumulação de fosfato de cálcio proveniente de excremento de aves marinhas) e dos minérios (Tratado chilenoboliviano de 1866).

Surgiram divergências entre as autoridades bolivianas de Mejillones, onde existia uma alfândega, e os salitreiros chilenos, motivadas pelo achado do salitre em diversas partes do território que começava a ser objeto de pendência entre o Chile e a Bolívia.

Para atenuar o efeito dessas desinteligências bem como procurar resolvê-las, Chile e Bolívia assinaram o chamado "Convênio Lindsay-Corral", do qual foram firmantes o Encarregado de negócios do Chile em Sucre, Santiago Lindsay, e o Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Casimiro Corral, em 5 de dezembro de 1872. Ponto muito importante do novo convênio foi haverem-se reconhecido como "minérios", o salitre, o bórax, os sulfatos, etc.

Em 1873 foi enviado a La Paz, como Encarregado de negócios do Chile, o diplomata Carlos Walker Martínez, que encontrou a opinião pública boliviana muito agitada contra o Chile, porque alegava que o Chile tinha propósitos de conquista de portos bolivianos no Pacífico. Walker Martinez farejou em La Paz e Sucre certo boato vago, mas perigoso: o referente a uma conspiração internacional contra o Chile, movida por Bolívia, Peru e Argentina, como afirmou Búlnes em sua obra, "Las causas de la Guerra entre Chile y el Peru" (Santiago, 1919, pág. 26). Walker Martínez tomou o alvitre de propor a Mariano Baptista, Ministro das Relações Exteriores da Bolivia, a discussão de um tratado que derrogasse o de 1866 e estabelecesse o reconhecimento da soberania da Bolívia até ao paralelo de 24°, reservando-se, porém, o Chile direitos sobre o huano. O novo tratado foi assinado em 1874. Estipulou também o arbitramento para quaisquer litigios resultantes da aplicação ou da interpretação do seu texto. Se o arbitramento por peritos se malograsse, em última instância seria escolhido como árbitro o Imperador do Brasil.

O tratado de 1874 foi aprovado num ambiente de intensa agitação na Bolívia.

Uma empresa, a "Companhia de Salitres de Antofagasta", reunira as concessões sucessivas "Ossa y Puelma", "Companhia Exploradora do Deserto de Atacama" e "Melbourne, Clark & Cia."; e aplicara cerca de 1.000.000 de libras na exploração do salitre do Salar del Cármen (concessão feita em 1866 pelo ditador Melgarejo a capitais chilenos), ademais construindo uma estrada de ferro até aos campos de Salinas. Os conflitos, na área onde trabalhava a "Companhia de Salitres de Antofagasta", se tornaram freqüentes entre autoridades bolivianas e empreendedores chilenos.

Gonzalo Bulnes publicou, em sua obra sobre as causas da guerra entre o Chile e o Peru, o texto do tratado secreto de aliança defensiva, assinado em 6 de fevereiro de 1873 em Lima pelo ministro da Bolívia Juan de la Cruz Benavente com Riva Agüero, ministro das Relações Exteriores do Peru.

O tratado não tinha "endereço ostensivo", porquanto era um tratado de aliança defensiva. Mas, previa a adesão de outros Estados americanos, se as altas partes contratantes a solicitassem.

O tratado chileno-boliviano de 1874 substituiu o de 1866, suprimindo a chamada "la medianería" (meação) e impondo à Bolívia não poder gravar com nenhum imposto novo durante 25 anos os capitais e indústrias chilenos radicados na zona à qual o Chile renunciara. Ao invés de facilitar os assuntos entre o Chile e a Bolívia, o tratado de 1874 foi objeto de interpretações apaixonadas de parte a parte, criando um ambiente sumamente perigoso entre os dois países. O desenlace de tudo isso foi a guerra.

O meio físico e a população — O grande espaço geográfico da Bolívia é ocupado por duas raças distintas que constituíram afinal a medula étnica, os Aimaras e os Quichuas. Apareceu o branco depois. O branco escravizou as raças indígenas. Hoje, o quadro étnico é representado pelo branco, pelo índio e pelo mestiço (cholo).

Em sua obra, "Bolivia y el mundo", Jorge Pando Gutiérrez afirmou que cada grupo humano mantém "uma idiosincrasia particular, costumes diferentes e pensamentos diferentes". Os brancos representam cerca de 15% da população; os índios, 54%; e os mestiços, 31%. Os Aimaras e os Quíchuas são os dois grandes grupos índios que convizinham, mas não intimizam, ocupando cada qual suas regiões ancestrais nas vastidões andinas. Os Quíchuas descendem da antiga raça dominadora, e são por conseguinte da mesma estirpe dos velhos Incas. No tempo do império incaico, os Aimaras já eram uma nação escravizada. Contudo, raças ainda mais antigas existem na Bolívia, como os Uros, os Puquinas, os Atacamas, que. no entender de Enrique Finot, nada têm de comum com os Quichuas e os Aimaras. No seu excelente "Indians of the Andes", HAROLD OSBORNE visitou os Uros (ou Urus), na margem meridional do lago Titicaca e na riba do rio Desaguadero, encontrando-os escassos e imersos numa profunda reserva em relação ao homem branco. Eminente historiador e sociólogo boliviano, Alcides Arguedas, reconhece nos Quíchuas qualidades superiores aos Aimaras, inclusive adaptabilidade à vida em comum com o branco e admiráveis pendores artísticos. Finalmente, a respeito da civilização incaica existe uma obra muito interessante de Afonso VARZEA, "O Estado socialista do Pacífico" (Rio, 1962).

O extraordinário meio físico da Bolívia é diversificação telúrica; e já o velho D'Orbigny dizia que a Bolívia era a súmula física de todo o Continente americano com suas neves eternas, seus pâramos andinos, suas mesetas temperadas, suas cordilheiras geladas ou verdes, seus desertos cinzentos, seus salares, suas florestas tropicais, seus rios imensos, seus alagados como o de Izozog, no Oriente. Nesse surpreendente meio físico existe o drama

do povo boliviano. Introvertido, grave, circunspecto, profundamente honesto, o boliviano vive esse drama diariamente através do espaco geográfico da sua pátria. Um estrangeiro pode andarilhar pela Bolivia de ponta a ponta sem ser molestado, roubado ou atacado por nativos. Guimarães Rosa, no seu último livro, referindo-se à sua experiência numa capital andina (que deve ser Bogotá, porque esta capital foi o primeiro posto do diplomataescritor), disse uma verdade: "Os Andes são cinéreos, irradiam a mortal tristeza". Mas, a Bolívia tem climas e regiões diferenciadas com seus contrastes peculiares: Potosi, ao luar prateado das suas noites imensas, é uma ióia do passado, enquanto Santa Cruz de la Sierra vibra nos seus buris, carnavalitos e taquiraris; e Cochabamba é um jardim fechado, um hortus clausus. Na Bolívia, o passado é uma noite sem fim, porque vem de muito longe. Até hoje ninguém explicou cabalmente a civilização de Tihauanaco. O Livro de Denis Seurat pode ser fascinante, mas não explica essa civilização.

Como Embaixador em La Paz de 1954 a 1958, viajei muito pela Bolívia, interessando-me por um conhecimento exato da sua geografia, dos seus costumes, da sua civilização. Estive três vezes em Chacaltaya, a 5.300 metros de altura, para conhecer bem o Laboratório de Raios Cósmicos, criação de Cesar Lattes. Estive em Tarija, na região temperada sulina da Bolívia perto da fronteira com a Argentina. Conheci muito bem o Oriente boliviano, penetrei no Béni, desci a minas de estanho, — observei, anotei, estudei a Bolívia nas fibras mais recônditas da sua sensibilidade. Maravilhei-me com o espírito de sacrificio, a bravura diária, o desprendimento da gente. Aparentemente triste, essa "raça de bronze" cumpre um fado heróico.

A verdade é que, quanto mais se procura estudar um povo, existe sempre uma zona nodal de mistério que é praticamente impenetrável para o estrangeiro. O que senti na Bolívia, senti muitos anos depois no Japão, onde também fui Embaixador. Para usar um conceito de Goethe, essa zona nodal é a região das *Madres* — "Die Mütter! Mütter!'s klingt so wunderlich!" Assim me aconteceu na análise do passado boliviano, daquele passado que vem desde Tihauanaco com sua cidade sigilosa; mas quanta coisa misteriosa não pervaga ainda na Bolívia? Um passado indevassável está paredes-meias com um presente, ora mesquinho, ora promissor. Desalento e Esperança, Bravura e Sacrifício. Encerrada em suas cordilheiras cobertas de neve ou cercada de florestas das regiões subtemperadas ou tropicais, a Bolívia se me afigurava caminho de civilizações desconhecidas, encruzilhada de povos arrancados de um passado de sombras misteriosas. Tihauanaco, com seu montículo chamado Acapana, com sua escada de degraus de pedra gigantescos chamada Casalasaya, e com seu hipogeu chamado Pumupuncu, impressiona. Segundo Martius, os Tupis partiram dos chapadões ou araxás das montanhas dos Andes e seguiram para o Sul e para o Norte, e conquistaram assim a maior parte das terras do Brasil (Ver Cassiano Ricardo. "Marcha para Oeste", vol. I, pág. 5, 3ª edição). Assim, os Tupis saíram dos platôs bolivianos para a "Terra das Palmeiras". Desde os tempos coloniais, a história da Bolívia é um drama de intensa vitalidade. Naquele Altiplano imenso, desolado e frio, onde Nayjama é o deus totémico criador de cosmogonias complicadas, desenrolase um drama terrível. — o conflito entre o castelhano e o índio. Este drama durará três séculos. Potosí, cidade imperial de Carlos V, será o florão supremo desse drama. "Sou o rico Potosí — do Mundo sou Tesouro — dos

Serros sou Rei — dos Reis sou inveja", — diz o lema em latim do brazão da cidade argentífera. Do famoso serro de Potosí arrancou-se muita prata durante esses três séculos de drástica dominação castelhana. Segundo o historiador argentino Luis Roque Gondra, até 1626 era opinião corrente terem chegado à Espanha uns dois bilhões de ducados de ouro e prata (um ducado valia 10 pesos argentinos modernos), consoante informa em sua "História económica de la República Argentina", pág. 216.

A mineração entristeceu e dramatizou a história da Bolívia, tanto no passado como no presente. A gente

"toda entregue à solicita porfia com que o rico metal da terra fria vai buscar a ambição..."

viveu horas amargas e conheceu a maior miséria possível ao lado dos rendimentos fabulosos da prata e, mais tarde, do estanho, "el metal del diablo", com lhe chamou o romancista Augusto Arguedas em livro que teve muita voga. Esse sofrimento coletivo, feito de ambições de enriquecimento rápido à custa dos metais preciosos e do martírio do indígena ou do mestiço, o cholo do Altiplano ou o camba do Oriente, vincou profundamente a história boliviana. Esse sofrimento coletivo, entretecido de injustiças cometidas pelos encomenderos castelhanos, criou rebeldias, desconformações psicológicas, desajustamentos que fragmentaram a sociedade em competições, parcialidades, rivalidades e conflitos armados de profunda influência no desenvolvimento do país como fatores de retardamento inexorável.

Relações entre o Império e a Bolívia. Limites — Nas relações entre o Império e a Bolívia surgiu o incidente de Chiquitos, tão malevolamente interpretado entre historia-

dores hispano-americanos. Eis como Carlos Alberto Salinas Baldavieso, em sua "História diplomática de Bolivia", analisou o assunto:

"El Estado del Brasil en esa época no estaba para conquistas, ni con el ánimo de encender la guerra con los nuevos Estados, aprovechando las circunstancias y ventajas que tenía sobre todos los países de Sudamérica. La política brasileña por entonces, era magnánima. Sucre desde el primer momento en su calidad de Presidente de Bolivia comprendió la gravedad del asunto, resuelto a levantar la opinión americana para contrarrestar la funesta política de conquistas que parecia iniciarse, ordenó la desocupación inmediata de Chiquitos y pidió explicaciones a Rio de Janeiro. Como era de esperarse la Cancilleria del Brasil, dió amplias esplicaciones a Bolivia, quedando en esa forma resuelto el incidente. Pero este primer incidente llevaba en germen las futuras desaveniencias con el Brasil. Si existia el Tratado de San Ildefonso. en cambio los puntos de referencia, los límites no estaban señalados en el terreno. Luego Bolivia estaba condenada durante una centena de años. los menos, para organizarse y descuidar sus fronteras. En esta larga vida, dado el ambiente tan especial de las colonias españolas, era de preveer como sucedió después, ese sinnúmero de revueltas y la aparición de políticos que harían añicos la democracia, disponiendo del suelo nacional como si se tratara de su feudo" (págs. 43 e 44, Sucre, 1938).

Em 1834, o general Armaza foi acreditado Encarregado de Negcios junto ao Governo da Regência, tendo iniciado diligências para resolver o problema de limites estribado no Tratado de 1777 com as seguintes modificações: a fronteira começaria no rio Barrique aos 22.º de latitude Sul até a embocadura do Jauru, continuando pelas águas deste rio e do Aguapei até encontrar nas serras do mesmo nome as cabeceiras do rio Alegre, baixando por esse lado até ao Guaporé. A Chancelaria imperial não aceitou discutir a proposta de Armaza, porque se baseava no Tratado de 1777, cujos trabalhos demarcatórios, mal iniciados, jamais haviam sido terminados. e sequer iniciados entre a Bolívia e o Brasil. O próprio Salinas Baldavieso relata que, em 1838, durante a guerra da Confederação perúvio-boliviana, se deu um "incidente de graves consecuencias en nuestras relaciones con el Brasil". O Governo imperial havia solicitado a entrega de 17 criminosos que, passados pela fronteira (que ainda não existia, mas que seria uma linha convencionalizada pelo costume das populações da raia lindeira), se internaram na provincia de Chiquitos. Ainda conforme Salinas Baldavieso, o Brasil fizera o pedido de acordo com o Tratado de Santo Ildefonso, anteriormente invocado pela Bolívia por intermédio de Armaza. Andrés Maria Torrico, ministro das Relacões Exteriores, "sin comprender la enorme responsabilidad y trascendencia de sus actos y opiniones declaró al gobierno del Brasil, en la persona de su plenipotenciario Duarte da Ponte Ribeiro, que, el pacto de 1777 a que alude el Brasil no existe en el archivo boliviano y no conociéndolo Bolivia no puede cumplirlo que, por tanto, la reclamación interpuesta por la Cancilleria de Rio de Janeiro deberia ser resuelta conforme a las normas universales de Derecho internacional" (ibidem, págs. 45 e 46). Em 1841, Duarte da Ponte Ribeiro,

então Ministro em Sucre, procurou convencer o Governo boliviano da necessidade da demarcação dos limites com o Império. A despeito das promessas então feitas, tendo-se alegado que o interesse da Bolívia era igual ao do Brasil, a situação política internacional não permitiu que se estabelecessem normas quanto à definição e caracterização dos limites. Assim, a fronteira imensa e escassamente povoada entre os dois países foi teatro de incidentes verificados em 1837, 1844, 1845 e 1853, suscitados pela penetração de bandos irregulares, procedentes de ambos os lados, no território da outra parte.

A tradição política, transmitida por Portugal ao Brasil, tinha como uma das suas charneiras um conhecimento tão seguro quanto possível dos rios da bacia amazônica na época. Neste particular, havia indiscutível mérito por parte da Chancelaria brasileira no lidar com os problemas de limites com os países da Hiléia amazônica. Contudo, as violentas comoções ocorridas na sociedade boliviana, umas de caráter econômico e outras de índole política, pondo à prova o gênio de raros estadistas, impediram que a Chancelaria de Sucre desse atenção meticulosa à definição e demarcação da sua fronteira com o Império. Não faltaram bolivianos esclarecidos que deram ênfase a essa necessidade vital em benefício de uma solução definitiva, e quanto mais cedo fosse, melhor. Por sua vez, o Brasil também revelava interesse pelo assunto. Prova disto se encontra na missão Rego Monteiro, de 1863, durante a presidência Belzu. Rafael Bustillo era então ministro das Relações Exteriores, personalidade de alto merecimento intelectual e caráter firme. Afirmou Salinas Baldavieso que Rego Monteiro quis entregarlhe, em nome do Governo imperial, a Ordem da Rosa. Bustillo, que tinha feitio espartano, declinou a honraria, dizendo: "Esos distintivos si nos honran, no los codiciamos". A despeito da fase inicial de compreensão entre ambos os negociadores, manifestaram-se diferenças de critério que entorpeceram as conversações. Posto fosse um temperamento altivo e patriótico, Bustillo mostrou-se particularmente intransigente ao demorar sua atenção sobre certos trechos da fronteira. As conversações poderiam ter chegado a bom termo, houvesse Bustillo sido mais plástico, porque o Governo imperial estava desejoso de ajustar seus interesses com os da Bolívia. Se em 1863 a fronteira brasileiro-boliviana houvesse sido definida e depois demarcada definitivamente, quantos problemas não teriam sido evitados, tanto para a Bolívia como para o Brasil, no rolar do tempo!

Assinale-se que Ponte Ribeiro iniciara em 2 de agosto de 1836 com sua "Exposição do estado em que se achavam as questões de limites de Espanha com Portugal relativamente à fronteira do Brasil com as Províncias hoje Repúblicas do Paraguai, Bolívia e Peru", o estudo de gabinete de definir, à luz de argumentos históricos e jurídicos irrespondíveis, os verdadeiros limites do Brasil, — trabalho que continuou até 1873, isto é, até ao final da sua vida. A "Exposição", acima referida, figura sob o n.º 4 na "Relação das Memórias e Mapas do Barão da Ponte Ribeiro", publicada em 1873. Como quer que seja, Ponte Ribeiro não teve êxito em suas missões a Sucre, onde fora tratar dos limites do Império com a Bolívia.

É interessante assinalar o esforço e a diligência que animaram o Governo imperial em resolver definitivamente as questões de limites e de navegação fluvial com os vizinhos do Norte, Oeste e Sul. Paranhos, o magnus cancellarius da diplomacia imperial, além de haver sido

o emérito paladino dessa causa, foi também o melhor intérprete dos propósitos do Brasil nesses assuntos:

"O empenho do Governo imperial nos ajustes de limites não pode ser outro senão abrir as comunicações de fronteira, e estabelecer sobre bases seguras suas relações políticas e comerciais com aqueles Estados, aproveitando a circunstância de estarem os territórios limítrofes pouco povoados, e sem importância material, para discutir e decidir com calma, equitativa e amigavelmente, questões que para o futuro seriam de muito mais difícil solução".

Referindo-se à questão de navegação fluvial, afirmou:

"Os ajustes de navegação tendem aos mesmos fins e contêm as bases de acordo indispensáveis para que o Império e os ditos Estados possam oportunamente, e o mais cedo que for possível, franquear suas águas fluviais ao comércio geral, dando por este meio mais forte impulso ao desenvolvimento de sua própria riqueza, e servindo aos interesses das nações amigas. As margens do Amazonas e de seus afluentes estão ainda desertas e incultas, que por muito tempo não poderão atrair o comércio estrangeiro, se não tratar-se com previsão, e mediante a melhor inteligência entre os ribeirinhos, de criar e desenvolver os elementos da sua futura prosperidade" (Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, referente a 1857, às págs. 57).

De 1851 em diante a diplomacia do Império trabalhara com tenacidade para liquidar os problemas de fronteiras com seus vizinhos. Não se tratava apenas de um "plano de ação"; tratava-se de um "plano dinâmico de segurança". Definidas as fronteiras do Brasil na Amazônia e no Oeste, poderia o Governo imperial dedicar-se à tarefa de zelar por essas fronteiras, defendendo-as por meio de guarnições militares permanentes. Os espaços territoriais vazios, existentes nessas fronteiras no século passado (como ainda hoje existem), representavam zonas de debilidade. Zonas de invasão, como ainda hoje. Por consequinte, a ação diplomática do Império no século passado tendia a desdobramentos sucessivos de defesa. cuia necessidade se evidenciaria escandalosamente em relação à fronteira Oeste durante a Guerra da Tríplice Alianca.

Missão de Lopes Netto a La Paz. — O problema da defesa da fronteira Oeste era antigo. Luis d'Alincourt, em sua interessante memória — "Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da Província de Mato Grosso em 1828" —, publicada nos "Anais da Biblioteca Nacional", vol. VIII, 1880, assinalou com agudeza o descaso pela fronteira ocidental, afirmando mesmo que, diferentemente doutro qualquer teatro de operações, lá somente se poderia fazer a pequena guerra, a guerra de chicana (ibidem, pág. 119).

O malogro das missões de Ponte Ribeiro e Rego Monteiro a Sucre não deixara de impressionar a Chancelaria imperial. Se o tempo passava, aumentando as suspicácias bolivianas, a situação interna da Bolívia era de fato difícil. Belzu foi deposto por Melgarejo. Melgarejo transferiu a capital de Sucre para La Paz de Ayacucho. Melgarejo é pueblo e pretende governar com o

povo. Será autor da primeira lei nacional de proteção aos índios que receberão terras do Governo.

Durante a Guerra da Tríplice Aliança capta a diplomacia imperial a informação perigosa: o ditador Melgarejo pretende entrar no conflito armado, parcializando-se com Francisco Solano López.

A 16 de maio de 1866, o exército aliado, sob o comando de Mitre, atravessa o Passo da Pátria. As operações militares far-se-ão desde então no solo paraguaio. Tuiuti, batalha travada a 24 de maio. Marques de Souza (Conde de Porto Alegre) tomará Curuzu a 3 de setembro. A 22 de setembro, o revés de Curupaiti. Mitre abandona o comando para ir abafar revoluções na Argentina; mas, na realidade, desanimado com os erros cometidos no campo de operações. O cólera-morbo dizima o exército brasileiro, já desorganizado por dissensões de comando. Caxias virá depois para reorganizar e revitalizar o exército. Será o grande Chefe. Em 3 de agosto de 1866 Melgarejo enviou a Solano López a seguinte carta, desconhecida dos historiadores brasileiros:

"Acredito ante V.E. como mi enviado particular y del señor general Saa al ciudadano argentino don Juan Padilla. El mismo señor Padilla explicará a V.E. mi adhesión a la justa causa que defiende la República del Paraguay contra tres naciones aliadas, que no enarbolan otra bandera que la de la conquista y del extermínio, acción innoble que jamás consentirán las otras naciones americanas; en efecto, acaban de protestar contra tan vandálico acto de conquista cuatro importantes repúblicas: Chile, Peru, Bolivia y Colombia, y puedo asegurar a V.E. que si no llevan a efecto esa protesta a

la faz del mundo, aun así, yo con mi ejército iria em auxilio de V.E. Estoy, pues, esperando noticias de V.E. para acudir presuroso a participar al lado de V.E. las fatigas del soldado. Tengo una coluna de doce mil bolivianos que, unidos a los heroicos paraguayos, harán proezas de valor".

Momento sumamente difícil para a diplomacia imperial. No teatro das operações reveses entorpeceram o avanço das forças aliadas. O jogo imprevisto de Melgarejo fazia pensar. O Governo imperial resolveu então enviar à Bolívia o Conselheiro, e depois Barão de Lopes Netto (Felipe Lopes Netto) em missão, à qual se deparariam mil e uma dificuldades. Isso foi no ano de 1867. Como verdadeiro ditador, a vontade de Melgarejo era lei. Melgarejo encheu a história da Bolívia com suas façanhas, sua crueldade, sua rivalidade com Belzu, para acabar exilado em Lima, onde foi misteriosamente assassinado. Por nota de 6 de julho de 1866, Mariano Donato Muñoz, ministro das Relações Exteriores de Melgarejo, havia protestado oficialmente contra as estipulações do art. XVI do Tratado da Tríplice Aliança (limites sobre o rio Paraguai e Baía Negra). As explicações dadas pela Chancelaria imperial satisfizeram o Governo boliviano, cioso, mui justamente, do problema dos seus eventuais limites.

Lopes Netto foi nomeado por decreto de 29 de setembro de 1866. Cassiano Cândido Tavares Bastos atuou como secretário da difícil missão especial. Alcides Arguedas, em sua "História general de Bolívia", afirmou que Lopes Netto se apresentou "com todo o fausto com que em ocasiões costuma rodear-se a representação

brasileira, enchendo de assombro e estupor não o povo pobre e miserável que mal vivia entre a indigência e a escravidão, mas as próprias figurinhas ("personajillos") do governo, comecando pelo capitão-general, que havendo nascido em berço plebeu não conhecia portanto requintes de luxo e sua vida tinha deslizado até então na estreiteza e mesmo na miséria" (ibidem, pág. 279). Salinas Baldavieso afirmou que o capitão-general Melgarejo ficou maravilhado com a gran-cruz da Ordem do Cruzeiro que lhe foi outorgada pelo Imperador; "y añade la historia" (palavras do mesmo historiador) que a concubina Juana Sánchez recebeu "brilhantes de pura água", levados pelo plenipotenciário brasileiro. Há exagero evidente em tais palavras. Mariano Melgarejo, é certo, foi condecorado com a gran-cruz da Ordem do Cruzeiro; e Mariano Donato Muñoz com a gran-cruz da Ordem da Rosa. Quanto aos brilhantes supostamente dados à concubina Juana Sánchez, a História até hoje não abonou da veracidade de tal informação. Criada a lenda pura lenda, e nada mais que lenda -, Alcides Arquedas a repetiu sem se dar ao trabalho de investigar-lhe a procedência.

Conclui-se, pois que Salinas Baldavieso reproduziu em sua obra de 1938, o que Arguedas afirmara antes dele. Em escritos da gente do tempo (isto é, de 1867), e numerosos foram os opúsculos a favor e contra o Tratado celebrado por Lopes Netto, nada se encontra que confirme o dito de Arguedas a respeito desses diamantes.

Poucas vezes houve na história da política internacional do Brasil, missão tão delicada como a de Lopes Netto à Bolívia, em plena guerra da Tríplice Aliança. Dificuldades imensas se antolharam ao negociador brasileiro, combatido entre dois fogos, tanto em La Paz de

Ayacucho como na Corte de São Cristóvam. Inimigos poderosos, existentes no Rio de Janeiro, desejavam o malogro de Lopes Netto, porque outros negociadores haviam fracassado. Diplomatas estrangeiros (como o chileno Sotomayor Valdés e o peruano, Coronel Rubio) procuraram estorvar os passos de Lopes Netto na capital boliviana. Mal chegado a La Paz, eis que se lhe depara a reclamação de Lopes Gama a propósito das guaneiras de Mejillones. Esse Lopes Gama dizia-se sobrinho do Visconde de Maranguape. O Secretário Tavares Bastos por motivos de saúde abandona pouco depois a missão. Leia-se a correspondência do negociador brasileiro, existente no Arquivo Histórico do Itamaraty, e verificar-se-á que ele sustentou duas batalhas muito duras: a negociação do Tratado; e depois a ratificação do Tratado. Em oficio de 10 de janeiro de 1867, Lopes Netto comunicou as sequintes informações à Chancelaria imperial:

"Tanto o Chile como o Peru procurarão, por meios indiretos, impedir a realização do referido tratado, para arredarem, cada vez mais, a Bolívia do Brasil, perpetuando as antigas prevenções dos dois países. As célebres notas, assinadas pelo Sr. Taborga, e dirigidas ao Governo imperial, sobre o Tratado da Tríplice Aliança, são feitura do Sr. Vergara Albano, ex-Ministro do Chile na Bolívia, o qual inspirou ao General Melgarejo as simpatias, que S. E. mostrou tão imoderadamente pelo Paraguai, antes da minha chegada a esta cidade" (in Arquivo Histórico do Itamaraty).

Sentindo, porém, que no Rio de Janeiro começam a surgir incompreensões e intrigas contra o Tratado, porque era necessário desacreditar o negociador brasileiro,

em oficio de 30 de janeiro de 1868 escreveu Lopes Netto estes conceitos lapidares:

"Sabemos bem o que obtivemos; mas para que nos gabarmos tanto, humilhando assim quem desistiu de ódios hereditários para se unir conosco e pode ainda prejudicar-nos muito, sobretudo na guerra, que movemos ao Marechal López? (in Arquivo Histórico do Itamaraty).

Acabada a negociação do Tratado de 27 de março de 1867. Lopez Netto vê-se a braços com a batalha da sua ratificação no Congresso. Nesse momento Eduardo Calado era secretário de Lopes Netto. Em carta de 31 de agosto de 1868, dirigida ao Conselheiro Silveira de Souza, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, Lopes Netto informa-o de que a ratificação do tratado se complica no Parlamento boliviano. Torrico e Bustillo, personalidades respeitadas, são inimigos do tratado. Propala-se a versão de que a Bolívia tenha perdido território para o Brasil; — mas, no Brasil, afirma-se que houve cessão de território à Bolívia... Inventa-se no Rio de Janeiro a lenda de que Lopes Netto se teria utilizado de um mapa imperfeito ou defeituoso; quando por sua correspondência oficial se sabe que o mapa básico do Tratado de 1867 foi o do Coronel de Engenheiros Cristiano de Azeredo Coutinho (carta de 31 de agosto de 1868, enviada pelo Conselheiro Lopes Netto ao Conselheiro Silveira de Sousa, in Arquivo Histórico do Itamaraty). Em suma, a negociação é atacada em La Paz de Ayacucho, como é no Rio de Janeiro com muita sanha e muita ignorância.

Por que motivo o Governo imperial nomeou Felipe Lopes Netto, personalidade até então destituída de quaisquer atividades diplomáticas, ao invés de Duarte da Ponte Ribeiro? Lopes Netto, nascido em 1814 e que sofrera quatro anos de encarceramento em Fernando de Noronha em consequência da revolução praieira no Recife. não tinha tradição em assuntos de limites; ao passo que Ponte Ribeiro, enaltecido pela vitória do tratado de 23 de outubro de 1851 com o Peru, se vinha preparando para resolver os assuntos de limites com a Bolívia. E a prova está em que Ponte Ribeiro, nascido em Portugal em 1795 e com atividades diplomáticas em Madrid, Lima, Sucre e Buenos Aires, organizara em 1860 os três mapas da fronteira com a Bolívia com o Major de Estado-Maior de 1^a classe saltino José Mendonça de Carvalho. terceiro desses três mapas, de 0.640 x 0.560, é o decantado, o famoso, o misterioso mapa da chamada "linha verde", intitulado — "Mappa de huma parte da fronteira do Império do Brasil com a República de Bolívia — Organizado pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e Isaltino José Mendonça de Carvalho — Janeiro de 1860 - Escala de latitude de 20 léguas o grao - Escala de longitude de 20 léguas o grao". É o primeiro mapa em que surpreendentemente aparece a chamada "linha obliqua". Mas, por que motivo foi Lopes Netto encarregado de tão importante missão diplomática ao invés de Ponte Ribeiro? Porque se acreditava nos círculos políticos da Côrte que Lopes Netto fracassasse; e não convinha pois que Ponte Ribeiro viesse a sofrer semelhante desaire. Contudo, para espanto de todos Lopes Netto triunfou... A chamada "linha obliqua", de que tanto se usou e abusou durante as discussões da questão do Acre no Rio de Janeiro, não passou de um recurso de acomodação do art. II do Tratado de 1867 com a possibilidade de estar a nascente verdadeira do rio Javari situada acima da latitude Sul 10°20'. Lá dizia o Tratado: "Se o Javarí

tiver as suas nascentes ao Norte daquela linha Leste-Oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma reta a buscar a origem principal do dito Javarí".

Após porfiados debates suscitados por 12 deputados da oposição, que tiveram plena liberdade de atacar o governo de Melgarejo, o Congresso boliviano aprovou a 23 de setembro de 1868 o Tratado de 27 de março de 1867. Isto é, mais de um ano depois. Uma das lendas inventadas posteriormente consistiu em que Melgarejo, irritado com a oposição dos 12 deputados, resolvera cercar o edificio do Parlamento com tropas para obter assim a aprovação do Tratado... Não existe em escritor algum boliviano do tempo, endosso de semelhante lenda.

Que o tratado despertou sensação na costa do Pacífico, não há dúvida. Basta ler a correspondência de Lopes Netto. "Splendid triumph", - triunfo esplêndido -, afirmou a edição inglêsa de "El Nacional", de Lima. "Traição da Bolívia à Quádrupla Alianca, inclinando-se para os Aliados do Prata", - como disse "El Comercio", de Lima. Enquanto no Rio de Janeiro os inimigos da negociação rilham os dentes, desesperados com o êxito do negociador brasileiro, em Lima e Santiago espanto existe. No entanto, modernos historiadores bolivianos (Arguedas, Vázquez Machicado, Augusto Céspedes) afirmaram que o Tratado de 1867 foi um desastre para os interesses bolivianos. Em seu "Manual de História de Bolivia" (La Paz, 1958), Vázquez Machicado considerou o tratado como o mais ominoso da história diplomática da América, alegando haver acarretado à sua pátria a perda de 300.000 km2.

(Conheci Vázquez Machicado em La Paz e certa vez lhe perguntei: em que mapas e documentos se estribara ele para afirmar haver a Bolívia sofrido perda de tão vasta extensão territorial; e também lhe perguntei se a perda do litoral do Pacífico, após uma guerra infeliz, não houvera sido desastre muito maior que o desastre hipotético do Tratado de 1867. O geógrafo e demarcador boliviano acabou por me dizer que essa era a versão que corria em sua pátria e que muito difícil seria contrariá-la).

Ponte Ribeiro saiu dos seus cuidados para acusar Lopes Neto, em carta ao Barão de Cotegipe, de haver ultrapassado as instruções recebidas e feito concessões à Bolivia (ver Teixeira Soares, O Drama da Triplice Aliança, Rio de Janeiro, 1956, pág. 213). Também o Barão de Carvalho Borges, em carta a Cotegipe, escrita em 1872, afirmou que Lopes Neto fizera concessões à Bolívia, tendo ultrapassado as "linhas" das propostas inutilmente feitas por Ponte Ribeiro (in Arquivo Histórico do Itamarati). Carvalho Borges fora Encarregado de Negócios em Sucre e tentara resolver o assunto de limites.

Com sua alta autoridade de historiador e internacionalista, Pereira Pinto assinalou que pelo Tratado de 1867 o Brasil fizera concessões à Bolívia:

"dera-lhe posse nas lagoas de Mandioré, Gaiba, Uberaba e Cáceres, que, com a Baía Negra, faziam os cinco portos únicos que existiam sobre a margem direita do rio Paraguai e, bem assim, nos terrenos situados na parte oriental da serra de Chiquitos e naquele que demora entre os rios Verde e Paragaú. Essas concessões, quebrando as cadeias, que lhe impediam o ingresso no Atlântico, facultavam-lhe a navegação do Paraguai e do Madeira e devassavam novos horizontes ao seu futuro engrandecimento no Continente".

Quer dizer que o negociador do Tratado de 1867, em obediência às instruções recebidas e cumpridas, procurou atrair a Bolivia para o lado do Atlântico, isto é, para o lado do Brasil.

Ao assinalar as vantagens recíprocas do Tratado de 1867, Pereira Pinto externou-se a respeito do aspecto econômico do ato internacional da seguinte maneira:

"A navegação do Madeira, ao passo que fomentará reciprocamente o aumento das indústrias e do comércio, há de emancipar a Bolivia da dependência absoluta em que se acha relativamente ao Peru e ao Chile, sendo-lhe imposta a lei por Valparaiso, pela via de Cobija e pelo Peru pelo trânsito do norte. Por semelhante dependência paga a Bolívia o dobro por tudo o que compra e importa, e recebe a metade por tudo o que vende e exporta. Regularizada aquela navegação nos afluentes bolivianos do Amazonas, isto é, no Mamoré, Guaporé e Béni, desde logo todos os principais centros de população, La Paz, Cochabamba, Santa Cruz. Sucre e Potosí se comunicarão diretamente com a Europa e com muito maior brevidade do que pelo caminho do Paraguai". (Ver Apontamentos para o Direito Internacional, vol. IV, pág. 533, Rio, 1869.)

Para se provar que o Tratado de 1867 atendeu aos interesses da Bolívia, recordar-se-á que o Governo boliviano jamais se utilizou da faculdade estabelecida na cláusula XXIX do mencionado ato internacional, que diz o seguinte: "As duas Altas Partes Contratantes se com-

prometem a negociar antes da expiração daquele prazo de seis meses um novo tratado com as alterações e disposições que a experiência e os interesses dos dois países tornarem necessárias." José Rozendo Gutiérrez, na segunda edição (de 1868) do seu opúsculo raríssimo, "La cuestión de límites entre Bolivia y el Brasil ó sea el artículo 2.º del Tratado de 27 de marzo de 1867", estampado em La Paz, rebateu os argumentos de Mariano Reyes Cardona, que, em carta de 9 de maio de 1867. elogiara Mariano Donato Muñoz pela celebração do tratado: e mais tarde atacara rudemente o negociador boliviano. Gutiérrez reproduziu as notas de 1838, dirigidas a Ponte Ribeiro por Andrés M. Torrico, ministro das Relações Exteriores, pelas quais se verifica que a Bolivia desconhecia oficialmente os Tratados de 1750 e 1777. Em 1871, em seu opúsculo "Dos palabras a mis compatriotas", publicado em La Paz, Hermenejildo Simbrón, deputado à Assembléia constituinte de 1868, que aprovou o tratado, defendeu não apenas o Corpo legislativo, bem como atacou tendenciosamente a obra de Melgarejo e de Muñoz. Os deputados à Assembléia de 1868 publicaram uma "Breve Exposición" (Cochabamba, 1871), na qual aduziram os motivos por que aprovaram o tratado de 1867. À luz da História, parece plausível imaginar que se o tratado tivesse sido negociado e assinado ao tempo de outro Chefe d'Estado boliviano que não Melgarejo, não teria suscitado tanta celeuma. Melgarejo era detestado e mesmo odiado por grande parte da sociedade boliviana, em particular pela classe oligárquica, de maneira que o tratado se transformou em cavalo de batalha contra o ditador. Mariano Donato Muñoz, seu colaborador direto, era homem de cultura e de vistas largas, segundo o consenso do tempo.

Finalmente, o Tratado de 1867, obra de um luzeiro polar da diplomacia imperial, valeu como política de libertação econômica da Bolívia, da "prisão metódica" do Peru e da "forçosa escravidão" de Valparaíso, como disse escritor boliviano do tempo (J. R. Gutiérrez).

Tavares Bastos e a Bolivia - Outro extraordinario vidente dos nossos problemas nacionais e internacionais (e temos tido tão poucos, infelizmente...). Tavares Bastos, investiga fenômenos econômicos e sociais das imensas terras da Cobra Norato, da Cacuera de Oibê e do Setestrêlo do Minhoção, impressionando-se com o que vê, devidamente registrado em seus livros proféticos. É o primeiro brasileiro que "estuda a situação angustiosa da Bolívia — murada pelos Andes que a afastam do Grande Oceano separada do Atlântico pelos desertos do Gran Chaco - mostrando a necessidade de ser facilitado ao país irmão, como elemento para a própria vida, o desafogo de um porto, não só no Baixo Madeira, como no Alto Paraguai". Meditando sobre a questão do Chaco, Tavares Bastos previu a querra e afirmou que o Império deveria empenhar seu prestigio em conciliar definitivamente os desavindos. Entendeu que a construção de uma estrada de ferro, para vencer as cachoeiras do Madeira. "seria a verdadeira artéria do centro da América do Sul. Só a pode exceder em importância a linha do Purus ou a do Juruá, se estes rios forem navegáveis até às vizinhancas dos Andes". - conceito desse talento luminoso. No entanto, coisa curiosa: escrevendo em Português, Tavares Bastos foi totalmente desentendido pelos brasileiros. Donde se conclui que o Português é realmente uma língua misteriosa, ou então dificílima nos seus arcanos melódicos. Tavares Bastos, que escreveu de 1860 a 1870, foi quem batizou a Madeira-Mamoré com o nome que tem até hoie.

Esse princípio basilar de atrair a Bolívia para o lado do Atlântico, estabelecido pelo Tratado de 1867, e por conseguinte para o lado do Brasil, foi seguido pelo Tratado de Petrópolis, de 1903, pelos Tratados de 1938 e pela grande negociação de 1958, dirigida pelo Chanceler Macedo Soares.

A Madeira-Mamoré — A concessão outorgada ao Coronel Church pelo Governo de La Paz se transformará num drama tremendo.

A crisálida da Madeira-Mamoré encontra-se na cláusula IX do Tratado de 1867. No Senado imperial diversas personalidades se bateram pela construção da ferrovia: Pimenta Bueno, Cotegipe, o Barão de Mamoré (Leitão da Cunha) e outros.

Engenheiros ingleses e norte-americanos, desconhecedores das realidades amazônicas, sonham com a realização de um empreendimento gigantesco que lhes dê acesso à borracha, às madeiras de lei, ao ouro e aos diamantes. Pioneiros, dignos por certo de uma poema de Walt Whitman. Adestrados noutros cenários mais cômodos, esses engenheiros são no fundo românticos, porque pretendem viver nas zonas gomeras da Amazônia e construir um império econômico na verdade imenso, que abarque o Béni boliviano, parte do território de Mato Grosso, tendo o rio Madeira como canal de deságüe das riquezas encontradas na região. Românticos, porque não fizeram um estudo prévio do teatro onde iriam operar. Importaram embarcações fluviais construídas em Filadélfia, dispunham de quantiosos capitais, acenderam-se em entusiasmo, que é o capital da gente jovem.

Nesse tempo a Bolívia suscitava interêsse não apenas político, mas turístico e científico por parte de viajantes estrangeiros. Era a fascinação de um mundo

entrevisto, de um mundo misterioso repleto de portentosos cenários naturais. D'Orbigny apaixonou-se pela Bolívia e por uma boliviana. O geógrafo chegou a alimentar veleidades de fixar-se de vez no Oriente boliviano. Olíden, que se deixara magnetizar pelas descrições de D'Orbigny, atirou-se à colonização de Chiquitos. Otuquis e das terras de Santiago. Nessa aventura Olíden foi acompanhado por Yovios, Surubi, Motaré e outros malucos. Surgiu no Béni a Orton Rubber Company. Aventureiros palmilham as savanas e os banhados do Béni à procura de riquezas minerais. Nessa altura aparecem os engenheiros ingleses e norte-americanos, empenhados na primeira fase da construção da Madeira-Mamoré. Apresentam-se ao limiar de um mundo desconhecido. Collins. Morsing. Pinkas e outros, a despeito de sua bravura física, sentem-se tolhidos pelas águas imensas dos rios e pela floresta que, como uma gigantesca flor carnívora, se fecha sempre em torno dos aventureiros. Depois de uma trabalheira infernal, consequem construir 17 km — apenas 17 km. Ao cabo, um desses engenheiros exclama: "Estrada de ferro do diabo! Nem com todo o dinheiro do mundo, nem com um verdadeiro exército de engenheiros e operários, será possível construir semelhante estrada de feror!" Esses engenheiros passam seis, sete, oito anos pelejando com a floresta amazônica, com as enfermidades tropicais, com o desalento inexorável. E capitulam, mas com dignidade. Reconhecem a impossibilidade de construir-se uma ferrovia nessas paragens e de acordo com o estipulado na Concessão Church. Retiram-se com nostalgia campo de batalha. Um deles, o Comendador Júlio Pinkas, ex-engenheiro-chefe da Comissão de estudos para a construção da Madeira-Mamoré, recolhe-se ao Rio de Janeiro, onde, na presenca do Imperador pronunciou na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 1885 uma interessante conferência sobre "o Alto Madeira e sua ligação ao Mamoré". (1)

Uns vinte e tantos anos depois, em cumprimento do Tratado de Petrópolis, sendo o Barão do Rio-Branco a personificação do então chamado "imperialismo brasiro", engenheiros nossos resolveram construir a Madeira-Mamoré. A construção iniciou-se em 1905 e terminou em 1912, tendo as obras custado uns £ 9.000.000. Foi a época em que o Brasil teve câmbio estável, dólar a 4\$000, sem inflação alguma. Foi a época em que, três meses depois de assinado o Tratado de Petrópolis, o mesmo Barão do Rio-Branco pagou à Bolívia £ 1.000.000. Em 31 de março de 1905, Rio-Branco pagará à Bolívia £ 1.000.000, liquidando assim a dívida contraída na questão do Acre.

Novos Desenvolvimentos Diplomáticos Entre o Império e a Bolívia — Depois do Tratado de 1867, o Império decidiu-se a vivificar a extensa fronteira de 3.125 km. de extensão com a Bolívia por meio de relações econômicas. A 13 de maio de 1882, Franco de Sá Senador do Império e Ministro dos Negócios Estrangeiros, e Eugenio Caballero, Ministro da Bolívia no Rio de Janeiro, assinaram um tratado que constituiu o complemento da cláusula IX do Tratado de 1867, pelo qual o Brasil se obrigou a conceder à Bolívia o uso de qualquer estrada de ferro que viesse a construir por si, ou por empresa particular, desde a primeira cachoeira na margem direita do rio Mamoré até à de Santo Antônio,

⁽¹⁾ Ver «Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro», tomo I, nº 3, às págs. 259 e segs., Rio de Janeiro, 1885. A Soc. de Geografia do Rio de Janeiro foi presidida, à sua fundação, pelo Conselheiro Visconde de Paranaguá.

no rio Madeira, "a fim de que a República possa aproveitar para o transporte de pessoas e mercadorias os meios que oferecer a navegação abaixo da dita cachoeira de Santo Antônio".

Esse tratado constituiu prova de que o Brasil procurava angariar a boa-vontade do Governo boliviano e ao mesmo tempo, dava exemplo de uma concessão desinteressada. Mas, por que motivo procedia o Império dessa forma? Porque, 1.º) a Guerra da Tríplice Aliança provara o funesto isolamento da provincia de Mato Grosso. 2.°) Porque Mauá, homem que esteve cem anos adiante do seu tempo, planejara em 1872 a construção audaz da estrada de ferro Curitiba-Miranda-Corumbá-Sucre. - crisálida da Estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra -, a ser construída no tempo do Visconde de Rio-Branco. - mas que a crise financeira de 1875 reduzira apenas a um belo plano, o de Mauá, e dos seus associados Lloyd e Palmer. 3.º) Porque Beaurepaire Rohan e Rebouças obtiveram o privilégio da construção de uma estrada de ferro São Paulo-Goiás-Mato Grosso para findar em Cuiabá. 4.º) Porque Monteiro Tourinho pensou construir uma ferrovia das Sete Quedas até Arica, no Pacífico. 5.º) Porque o engenheiro Pimenta Bueno obteve privilégio para construir uma ferrovia de Sant'Ana do Paranaíba a Cuiabá.

Mato Grosso era o foco magnético de todos esses grandes planos ferroviários.

Mais tarde, o Barão de Cotegipe, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros, assinou com Juán Francisco Velarde, Ministro da Bolívia no Rio de Janeiro, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, de 18 de julho de 1887.

Geopolitica da Questão do Acre - Quando a 3 de dezembro de 1902 o Barão do Rio-Branco assumiu a pasta das Relações Exteriores, a questão do Acre se complicara tanto que já não se sabia mais como deslindá-la. Falsos conhecedores da matéria, figurões políticos, ministros d'Estado e senadores palavrosos deitaram ciência, mas fracassaram no tratar do assunto. Enquanto isso, na selva acreana escaramuças se travavam entre brasileiros e autoridades bolivianas. Taumaturgo de Azevedo levantou a questão da verdadeira nascente do rio Javari, contrariando a encontrada por Von Hoonholtz (Barão de Tefé). Como se poderia demarcar (e a demarcação fora autorizada pelo infeliz Protocolo de 18 de fevereiro de 1895, assinado por Carlos de Carvalho, Ministro d'Estado), se ainda não se encontrava perfeitamente caracterizada a presença do Brasil no território, presença estribada em títulos jurídicos inquestionáveis? Então, o giro da fronteira pela reta ou pela obliqua modificava substancialmente o problema em si, porque se o Acre nos pertencia pelo princípio do uti possidetis e da ocupação mansa e pacífica iniciada pouco depois de 1850 e mantida como mansa e pacífica até aos primeiros incidentes com autoridades bolivianas, que avançavam do Sul, como se poderia justificar a posse do Acre pelo Brasil, se a linha obliqua fosse aceita? Este problema atormentou muita gente entendida, como Taumaturgo de Aze-Serzedelo Correia chegou a sustentar que, no Acre, não se cedera território algum à Bolívia, porque o Acre era nosso e continuava nosso.

Mas, em teoria, apenas em teoria; porque o Acre, na prática, já era uma região conflagrada.

Por isso, nessa altura dos acontecimentos tumultuosos ocorridos no Acre, insistir-se na demarcação, como pretendeu em boa-fé Carlos de Carvalho pelo Protocolo de 18 de fevereiro de 1895, era simplesmente incongruente. Como se poderia proceder a uma demarcação (estabelecida pelo Tratado de 1867) isenta de paixões, se a região andava em polvorosa e não poderia haver segurança para os demarcadores?

Nessa altura, a Chancelaria brasileira lembrou-se de invocar a cláusula XIV do Tratado de 1867 que determinava que, "se no ato da demarcação ocorrerem dúvidas graves, provenientes de inexatidão do presente Tratado, serão essas dúvidas decididas amigavelmente por ambos os Governos, aos quais os Comissários se sujeitarão, considerando-se o acordo que as resolver como interpretação ou aditamento ao mesmo Tratado; ficando entendido que, se tais dúvidas ocorrerem num ponto qualquer, não deixará por isso a demarcação de prosseguir nos outros".

O Governo de La Paz cometeu o erro de não anuir ao pedido do Brasil.

Em vista da atitude assumida pelos bolivianos, o Brasil suspendeu os trabalhos de demarcação em 25 de abril de 1898.

Quando José Paravicini, ministro da Bolívia no Rio de Janeiro, resolveu instalar uma alfândega em Porto Alonso sobre o rio Acre, a população brasileira estabelecida na região desde 1850, e engrossada posteriormente pelo granjeio da borracha, revoltou-se contra as autoridades bolivianas, desconhecendo-as frontalmente; e resolveu reagir. Ainda assim, muita gente no Rio de Janeiro, defendendo a linha oblíqua de limites, alimenta dúvidas, imaginando que o Acre seja boliviano. Neste caso, é curioso que Olinto de Magalhães, ministro das Relações Exteriores, haja sustentado com toda a ênfase

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

em oficio de 24 de junho de 1902, dirigido a Rio-Branco, então Ministro em Berlim, a seguinte teoria:

"Apesar da opinião errada e irrefletidamente, sustentada por corporações científicas, na Imprensa e até no Congresso nacional, o território do Acre não é brasileiro. É objeto de litígio entre a Bolívia e o Peru e por isso este já protestou contra o arrendamento. Enquanto esse litígio não for resolvido a favor do Peru para o Brasil, é território boliviano, em virtude do tratado de 1867. Não pomos, portanto, em dúvida a soberania da Bolívia". (1)

Outros afirmam que o paralelo de 10.º 20' é o verdadeiro limite. Isto no caso de haver sido encontrada a verdadeira nascente do rio Javari, porque lá dizia o Tratado de 1867, estabelecendo um verdadeiro saque sobre o futuro: "Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude (isto é, dizemos nós como esclarecimento, a latitude de 10.º 20'), por uma reta, até buscar a origem principal do rio Javari". O Tratado de 1867 neste ponto era claro. Mas, a questão da oblíqua, ou da linha verde, à força de repetição feita por falsos entendidos ou leigos, se inveterara de tal forma que passara a ter foros de cidade.

Para ainda mais complicar o problema, o Governo boliviano resolveu em meados de 1901 interessar empresários ingleses e norte-americanos — verdadeiros testas-de-ferro de gente muito mais importante, que poderiam

⁽¹⁾ Luís Viana Filho, «A vida do Barão do Rio Branco», Rio, 1959, pág. 306. — Consultar Taumaturgo de Azevedo, «Limites entre o Brasil e a Bolivia», republicação feita pelo Ministério da Guerra. Rio, 1953.

ser até uma testa coroada, gigantescos argentários norteamericanos, fabricantes de armas e municões de certo império europeu - numa companhia de carta colonial. que se chamou Bolivian Syndicate, invenção de Aramayo, ministro boliviano em Londres. Esta companhia internacional, que deveria realizar um capital de 5.000.000 de dólares, teria o encargo de explorar e administrar o território litigioso do Acre, - isto é. a novel "colonia" do consórcio internacional -, em nome do governo de La Paz e com o beneplácito do mesmo governo. Quer dizer: - pressentindo que o território litigioso pudesse fugir-lhes das mãos e sentindo em carne viva que não poderiam enfrentar o movimento revolucionário da população brasileira, as autoridades bolivianas resolveram interessar no assunto empresários norte-americanos e ingleses na esperança de que tanto os Estados Unidos como a Inglaterra acudissem, quando esses empresários - seus nacionais - corressem o risco de se verem ameacados pelos brasileiros.

Era um jogo calculado. A manobra poderia ser aparentemente hábil; mas, no fundo, era precária e infeliz. Ao criar o "Bolivian Syndicate", as autoridades de La Paz confessaram ipso facto que não dispunham de elementos para imporem sua soberania no território contestado, e tampouco o território lhes pertencia. Esta era a verdade núa e crúa. E tanto essa era a verdade núa e crúa que o "Bolivian Syndicate" poderia organizar uma força de polícia na região, e naturalmente destinada a abafar a resistência oposta pela população brasileira. Nessas condições, o "Bolivian Syndicate" enfraqueceu o governo de La Paz em suas negociações com o Brasil. Não só o enfraqueceu, como lhe retirou a força moral de poder impor sua soberania sobre o território litigioso.

Em sua obra, "O Acre / Limites com a Bolivia", coletânea de artigos estampados em "A Imprensa", do Rio de Janeiro, e juntados em volume em 1901, Taumaturgo de Azevedo assinalou uma circunstância que merece exame:

"Em 1863, pela primeira vez, depois das missões Rêgo Monteiro, Lisboa e Ponte Ribeiro, discutiu-se de modo mais preciso o assunto na conferência de 17 de junho. O ministro brasileiro apresentou um projeto de tratado, cujo art. 3.º propunha a fronteira a começar da lat. sul. 20.º 10' no rio Paraguai, vindo até à confluência do Mamoré com o Béni e daí para oeste por uma paralela, tirada na margem esquerda do Madeira na lat. Sul 10º 20' até encontrar o rio Javari; porém, se este tivesse suas vertentes ao norte daquela linha lesteoeste, seguisse a fronteira por uma reta, tirada da mesma latitude à vertente principal do rio Javari.

O ministro boliviano, D. Rafael Bustillo, não aceitou este projeto, alegando somente, o direito da Bolívia de ser medianeira nas lagoas Mandioré, Gaiba e Uberaba, invocando para isso o tratado de 1777.

O ministro brasileiro Rêgo Monteiro desconhecendo o referido tratado, invocou o princípio do *uti possidetis* e por não haver acordo, encerrou-se a conferência até que em 27 de

março de 1867, na cidade de La Paz de Ayacucho foi assinado o tratado que vigora, entre o Dr. Lopes Netto e D. Mariano Donato Muñoz, representantes dos respectivos governos".

Nesse trecho do livro de Taumaturgo de Azevedo importa assinalar o equívoco, que nos parece existir, quanto à ordem cronológica das missões diplomáticas brasileiras: — assim, a primeira missão de Ponte Ribeiro foi em 1836, sendo ele Encarregado de Negócios; a segunda missão de Ponte Ribeiro foi em fevereiro de 1851, sendo ele Ministro Residente; a missão de Miguel Maria Lisboa foi em setembro de 1851, sendo Lisboa Ministro Residente: a missão de João da Costa Rêgo Monteiro, como Ministro Residente, foi em 1859; e a Missão de Carvalho Borges, Ministro Residente, foi em 1863. Por consequinte, Taumaturgo de Azevedo quis referir-se à missão de Carvalho Borges. Lopes Netto, nomeado em 29 de setembro de 1866, só chegou a La Paz de Ayacucho em 3 de fevereiro de 1867, tendo apresentado credenciais a Melgarejo em 7 de fevereiro daquele ano. Também por esse trecho do livro polémico de Taumaturgo de Azevedo (no qual endereçou ataques ferinos a Dionísio Cerqueira, então Ministro d'Estado das Relações Exteriores) verifica-se que já na negociação de 1863 o Brasil propunha o paralelo de 10.º 20' lat. Sul. Por conseguinte, Lopes Netto nada inovara, porque defendera uma linha que já possuia o sêlo da tradição diplomática do Brasil imperial. Ademais, o trecho em itálico existente nos conceitos de Taumaturgo de Azevedo pertence-lhe, não foi sublinhado por nós.

Naquele período de 1900 a 1902, conturbado por paixões ásperas na Bolívia e por polémicas gritantes no Rio de Janeiro, houve de tudo, porque a ignorância escandalosa fomentou debates incríveis. Assim, foi publicado um folheto intitulado — "O Acre. O direito da Bolívia. Pensamento da Chancelaria brasileira. Documentos para julgar a questão" (de 1900). Surgiu o chamado "Relatório", de José Paravicini, ex-ministro da Bolívia no Rio de Janeiro e que exerceu as funções especiais de "delegado" no Acre. Em La Paz, Bautista Saavedra ocupou-se de "Los límites con el Brasil y la cuestión del Acre" (trabalho publicado no tomo II do "Boletín de la Sociedad Geográfica de La Paz"). Trabalho mofino, chejo de inexatidões.

A presença do consórcio internacional na selva amazônica levou Rio-Branco a pensar que a negociação teria de ser direta (mesmo que pudesse ser onerosa; mas sempre excluindo a possibilidade de arbitragem internacional), - a negociação teria de ser direta e dinâmica. Por isso, a técnica de Rio-Branco surpreende uma legião enorme de juristas, autênticos ou falsos, que imperando na época, acreditavam que suas opiniões fossem decisivas para deslindar assunto tão complicado. A ação de Rio-Branco teria de ser rápida e direta, golpe sobre golpe, porque o negociador tem de se defender em dois campos de batalha, — o campo interno, onde opiniões divergentes pululam; e o cenário internacional. Por isso mesmo, a técnica de Rio-Branco surpreende por sua mobilidade sua rapidez e sua tenacidade. O estadista e diplomata sente que os juristas querem enovelar o assunto com um debate longo e, ao cabo, estéril. Já o velho Von Kirchmann dissera em 1837 que "o jurista é um gorgulho que vive na madeira podre do Direito positivo".

Cristopher Marlowe, o poderoso clássico do período isabelino, no seu "The Jew of Malta", faz Barrabás dizer o seguinte:

"Now will I shew myself to have more of the serpent than the dove; that is, more knave than foo!".

Mal comparando, será a atitude de Rio-Branco ao inteirar-se dos perigos existentes no bojo do "Bolivian Syndicate", verdadeiro cavalo de Tróia que trouxe dentro de si a questão do Acre peruano. Rio-Branco terá de vencer os partidários da linha de limites oblíqua; terá de vencer os partidários da "linha verde"; terá de liquidar o assunto do paralelo de 10.º 20'. A confusão é geral no Congresso brasileiro e chega a tal ponto que provoca a Rio-Branco o assomo de indignação: "Não fazemos questão de território! Fazemo-la de brasileiros!" Conceito admirável a traduzir o interesse fundamental do estadista e diplomata pelos brasileiros que, arregimentados primeiro sob o comando de Luís Gálvez e mais tarde sob o comando eficiente de Plácido de Castro, pelejaram por sua sobrevivência na selva tropical, já intermitentemente pipocada de metralha traiçoeira.

Assis Brasil, ministro em Washington, alerta Rio-Branco dos perigos existentes no bojo do Bolivian Syndicate (Ver a respeito o trabalho de Arthur Cézar Ferreira Reis, "O Barão do Rio-Branco e a integridade do Brasil" (Rio, 1969). Rio-Branco propõe a compra do Acre a La Paz. Recusa da Bolívia, porque se sente ilusoriamente forte com a presença do Bolivian Syndicate na selva amazônica, como se esse sindicato internacional fosse uma miniatura do Estado Livre do Congo, inventado pelas grandes potências européias no Congresso de Ber-

lim, de 1877, para lesar os direitos históricos de Portugal, na Africa.

Muitos anos depois, um escritor boliviano de real talento Augusto Céspedes, em sua obra "El Dictador suicida", que tem o subtítulo de "40 anos de história da Bolívia", publicada em Santiago em 1956, afirmou que a interpretação mais certa do liberalismo boliviano foi praticada por Pando, Montes e os autênticos liberais, sob a inspiração do pensamento capitalista, sintetizado em Félix Avelino Aramayo. Este "milionário minero", segundo Céspedes, foi o inventor do "Bolivian Syndicate", com o qual pensava "definir el período geográfico de la República". Eis o que condensa o pensamento político de Aramayo, tal como se encontra em seu livro "La cuestión del Acre y la Legación de Bolivia en Londres", publicado em 1903. Aramayo era então ministro na Inglaterra.

Segundo Céspedes, o pensamento político de Aramayo, no sentido de resolver as questões de limites e as das restrições comerciais e aplicar todos os elementos provenientes de combinações internacionais ao desenvolvimento das riquezas públicas, não se consumou na prática. Afirmou Céspedes:

"Esta tendencia centrípeta que buscaba sólo en el extranjero la fuerza para plasmar Bolivia, inspiró toda la politica liberal, partiendo por "definir el período geográfico de la República"... Bien se ve ahora que Aramayo rechazaba el imperialismo en su sentido de invasión u ocupación armada, pero lo admitía sin cuidado en sus formas financieras y contractuales" (pág. 21 e 23).

O mesmo Céspedes, no seu livro polémico, considerou a questão do Acre "la más grande extorsión cometida en América" (pág. 23). Claro era que Rio-Branco tinha urgência em resolver a questão do Acre. Para tanto, a primeira coisa a fazer seria desmontar, liquidar. vencer o "Bolivian Syndicate", o que conseguiu pela encampação desse consórcio internacional com o pagamento de £ 110.000. Indenizado o "Bolivian Syndicate", e depois de haver renunciado a futuras reclamações, o consórcio desapareceu da América do Sul, para espanto de muitos governos sul-americanos e também para mór arrelia de muitos argentários europeus e norte-americanos que sonhavam com um segundo Congo, na floresta amazônica, mas um segundo Congo que crescesse aos poucos, sinuosa ou predatoriamente... Nada disso se realizou, porque Rio-Branco cortou cerce todas as possiblidades vivenciais do "Bolivian Syndicate". Ademais, submeter a questão à arbitragem internacional seria delongá-la através de um rito processual de papelada sobre papelada. E Rio-Branco tinha urgência em liquidar o problema, porque no fundo do horizonte já estava assomando o Peru. É claro que houve juristas que acharam que o Brasil deveria submeter o assunto ao arbitramento internacional. Rio-Branco, que tinha urgência em liquidar o problema, preferiu as negociações diretas, por mais onerosas que fossem, com a Bolívia.

O Tratado de 17 de novembro de 1903, assinado em Petrópolis, encerrou uma das questões de limites que Rio-Branco preferiu resolver diretamente. Como processo negociatório foi modelar. Será necessário também render uma homenagem ao governo de La Paz, que se convenceu de que historica e juridicamente não tinha direito. à totalidade do Acre. Poderia tê-lo, quando

muito, a certa e pequena área meridional do território litigioso, mas nunca à totalidade do território contestado. Ademais, é preciso assinalar que Rio-Branco denominou o Tratado de Petrópolis, "tratado de permuta de territórios e outras compensações". A quem, se não à Bolívia?

As compensações feitas à Bolívia foram importantes. Além da permuta de territórios no ajustamento da linha da fronteira até ao marco dos Quatro Irmãos, o Brasil pagou à Bolívia uma indenização de £ 2.000.000-ouro, fazendo-o com absoluta pontualidade; e construiu com heroismo e capacidade técnica a Madeira-Mamoré que, além de representar a morte de 40.000 operários, ficou pelo preço de quase £ 9.000.000. Transformemos em moeda brasileira da época o que Rio-Branco pagou, e pagou muito bem, porque o Acre valia muito mais do que isso, ao liquidar seus assuntos com a Bolívia: a) indenização paga ao "Bolivian Syndicate" em fevereiro de 1903 — 2.366:270\$20. b) Indenização à Bolívia, em duas prestações, decorrente do Tratado de Petrópolis, que representou um total de £ 2.000.000-ouro, mais a comissão dos agentes financeiros do Brasil que foi de £ 5.000-13s O od., num total em moeda brasileira de 32.080:270\$200. Somando, pois, as duas parcelas em a) e b), teremos um total de 34.446:270\$200. Em cinco anos, o Território do Acre pagou, com sua renda à União Federal, o que o Barão do Rio-Branco gastara para estabelecer a presença efetiva do Brasil nas sub-bacias do Javari, do Purus, do Acre, tornando válido o velho título histórico e jurídicoluso-brasileiro do século XVIII. O gênio do diplomata e do estadista fizera uma política pragmática de grande movimento que dera o extraordinário resultado da incorporação do Acre à soberania do Brasil. Se as Capitanias de Mato Grosso e de São José do Rio Negro, como afirmou Arthur Cesar FERREIRA REIS (ver "Limites e demarcações da Amazônia brasileira", 2° vol., págs. 111 e 112, Rio, 1948), garantiram para a soberania portuguesa uma área imensa da hinterlândia amazônica, ao liquidar o assunto do Acre, Rio Branco expandira a soberania do Brasil quase que até aos contrafortes andinos numa afirmação de alto espírito de previsão e demonstrando que a fronteira é um organismo vivo, que tem sua geopolítica espacial e histórica.

Novas Negociações — O Tratado de Petrópolis não resolvera todos os problemas da fronteira entre o Brasil e a Bolívia, porque no seu art. I se encontra estatuído o seguinte:

"§ 4°) Da entrada do canal Pedro Segundo ou rio Pando até a confluência do Béni e Mamoré os limites serão os mesmos determinados no art. 2° do Tratado de 27 de março de 1867".

E por que motivo a linguagem do Tratado de Petrópolis?

O Tratado de 1867, que não foi modificado pelo de Petrópolis na região compreendida entre o marco dos Quatro Irmãos e a nascente do rio Verde, estipulava que do morro da Boa Vista a divisória iria em linha reta aos Quatro Irmãos e "destes também em linha reta até as nascentes do rio Verde". A Comissão Mista brasileiroboliviana demarcadora de limites, que atuou no terreno de 1874 a 1877, ao pretender determinar as nascentes do rio Verde colocou o marco respectivo, a Oeste, na bifurcação dos dois galhos formadores do rio Turvo, afluente do Paragaú. Este engano, sem dúvida alguma, causou perda de território à Bolívia.

Esse engano deveria ter sido corrigido com a necessária presteza. Mas, não foi corrigido. O Governo boliviano convenceu-se do erro cometido em favor do Brasil e, quando ambos os Governos assentaram executar o Tratado de Petrópolis no terreno, voltou o Governo de La Paz a insistir se fizessem novos estudos para verificar se aquele marco se encontrava em sua posição exata.

O resultado das negociações feitas no Rio de Janeino foram as Instruções de 6 de fevereiro de 1907, assinadas pelo Barão do Rio-Branco e por Claudio Pinilla, ministro da Bolívia no Rio de Janeiro, e passadas à Comissão
Mista executora do Tratado com vistas ao seguinte cargo:
verificar se o marco da cabeceira do rio Verde estava efetivamente junto desse rio; ou, se como diziam alguns informantes, estava junto a um afluente do rio Paragaú.

E mais ainda: o art. 5º dessas Instruções determinou claramente: "Os dois Governos quando hajam estudado os relatórios e plantas da Comissão Mista sobre este reconhecimento, decidirão se o marco deve ser conservado onde está ou o ponto para que deva ser removido".

Em 1909 o reconhecimento foi feito. Resultou desse reconhecimento que o marco não estava junto do rio Verde; e sim, junto ao Turvo, afluente do Paragaú.

Mas, o marco não foi mudado, como determinava o entendimento entre ambos os governos.

E foi pena, porque se teria evitado uma série de problemas que depois se materializaram, sobrecarregados pelo peso morto das indefinições, dos adiamentos e das incompreensões. Muita gente ainda pensa que com adiamentos se resolvem problemas. O então Comandante Ferreira da Silva, cumprindo sua missão no conjunto global das operações chefiadas pelo Almirante Guillobel, reconheceu que o marco em discussão se achava erradamente plantado na confluência de dois ramos do rio Turvo (Tarvo, para os bolivianos). O curso do rio Turvo até a sua foz no rio Paragaú foi também levantado por Ferreira da Silva.

É muito curioso assinalar que o Tratado de 1867 não estabeleceu como obrigatória a nascente principal ou a cabeceira principal do rio Verde. Mas, pelo fato de o Tratado de 1867 não se referir à nascente principal ou à cabeceira principal, é evidente que não poderia ser qualquer cabeceira, qualquer nascente, qualquer olho-d'água do rio Verde.

Dando cumprimento ao Protocolo Rio-Branco-Claudio Pinilla, de 6 de fevereiro de 1907, protocolo de instruções para a Comissão mista demarcadora de limites, o Almirante Guillobel (braço direito do Barão do Rio-Branco e seu colaborador nas missões especiais das Missões (Palmas) e do Amapá), e o General Pando, comissário da Bolivia, por meio de seus prepostos brasileiros e bolivianos, fizeram o reconhecimento da nascente do rio Verde em 1909.

O Protocolo dizia o seguinte: "Art. 1º — A Comissão Mista encarregada de demarcar os novos limites do Brasil e da Bolívia em Mato Grosso fica incumbida também de verificar se o chamado marco da cabeceira do rio Verde estabelecido em cumprimento do Tratado de 27 de março de 1867, está efetivamente junto desse rio ou se como dizem alguns informantes, está junto ao afluente do Paragaú". O art. V do mesmo Protocolo determinou o seguinte: "Os dois Governos, quando hajam estudado os relatórios e plantas da Comissão Mista sobre esse reconhecimento, decidirão se o marco deve ser conservado onde está ou o ponto para onde deva ser colocado".

Contudo, o marco errado não foi retirado. Afinal, a 25 de dezembro de 1928 foi assinado no Palácio Itamaraty o chamado Tratado de Natal, entre o Brasil e a Bolívia. Em seu artigo III, o Tratado estabeleceu o seguinte:

"Do ponto extremo da demarcação de 1877, onde foi colocado um marco, a que se refere a

ata da 4ª Conferência da Comissão Mista brasileiro-boliviano (trata-se do marco do Turvo, simplesmente), a linha de fronteira prosseguirá para leste, pelo paralelo do dito ponto, até encontrar uma reta traçada entre o morro dos Quatro Irmãos e a nascente principal do rio Verde, que será assinalada com um marco".

É preciso assinalar o seguinte: em 1910, em seu Relatório bastante extenso, publicado no Relatório do Ministério das Relações Exteriores, de 1913, anexo B, 2º volume, o Almirante Guillobel chegou às seguintes conclusões: 1) o rio Verde nasce na Serra de Ricardo Franco, a 650 metros acima do nível do mar. 2º) O rio junto ao qual, em 1877, foi levantado um marco, na suposição de se tratar do rio Verde, é o rio Turvo, afluente do Paragú. 3º) Não existe vestígio algum de antigo leito do rio indo do marco de 1877 até o rio Verde. 4º) Nenhuma mudança sensível foi encontrada no curso superior do rio Verde, desde a sua primeira exploração, em 1789. Esta primeira exploração foi feita pelo geógrafo Silva Pontes.

No art. V do Tratado de Natal ficou estabelecido que o Brasil daria um auxílio de £ 1.000.000, para vinculações ferroviárias, o qual seria posto à disposição do Governo boliviano dentro de seis meses após a troca de notas entre ambos os Governos. O Tratado de Natal consagrou, solenizou o marco do Turvo. Assunto resolvido, por conseguinte, entre ambos os Governos. Logo a seguir irrompeu, no Brasil, a revolução salvadora de 1930. Em 5 de julho de 1932, força paraguaia, composta de 12 oficiais e 338 soldados, atacou o fortim "Mariscal Santa Cruz", defendido por 180 bolivianos. Começou, assim, a Guerra do Chaco, que só terminaria na Paz do Chaco, em Buenos Aires, em 21 de julho de 1938. Mas,

o Tratado de Natal tornou-se, exceção feita da consagração do marco do Turvo, inoperante, quanto aos demais, — demarcação, programa ferroviário, entrega do £ 1.000.000 à Bolívia. Perderam-se treze longos anos, de 1928 a 1941, para que se chegasse às reversais de 29 de abril de 1941. Estas reversais estabeleceram o seguinte:

"Cláusula VIII — Demarcar a fronteira situada entre o marco do morro principal dos Quatro Irmãos e o do rio Turvo conforme se acham descritos nos Termos de inauguração de 12 de setembro de 1876 e de 5 de novembro de 1877, seguindo uma linha que salve as posses e propriedades privadas dos dois países, situadas entre as linhas geodésicas que, partindo do marco dos Quatro Irmãos, vão terminar, respectivamente, no do Turvo e na cabeceira principal rio Verde".

Do eventual cumprimento dessas reversais resultaria uma linha quebrada ou sinuosa, altamente inconveniente. Essas reversais jamais foram cumpridas no terreno, porque se evidenciaram de todo irrealistas.

A Fase Aguda do Litígio do Chaco. Os Tratados de 1938 — Desapiedado e ilusório conflito armado iria pretender liquidar o litígio do Chaco, que só poderia ter tido uma fecunda solução diplomática, como pensava então Afrânio de Mello Franco, Chanceler do Brasil. A guerra durou de 1932 a 1935, esgotando dois países subdesenvidos. Os países mediadores, — Brasil, Argentina, Estados Unidos, Chile, Peru e Uruguai —, conseguiram a assinatura do Protocolo de 12 de junho de 1935, que suspendeu as hostilidades no campo de batalha; Protocolo

que foi vitória do Chanceler do Brasil, Macedo Soares, O Tratado de Paz (ou a chamada Paz do Chaco), assinado em Buenos Aires, em 21 de julho de 1938, delegou aos Presidentes do Brasil, Argentina, Estados Unidos, Chile, Peru e Uruquai, a faculdade de estabelecerem anova fronteira entre os antigos beligerantes. O Laudo arbitral desses Presidentes, assinado pelos seus plenipotenciários em 10 de outubro de 1938, tracou a fronteira entre a Bolívia e o Paraquai. Depois de uma guerra tremenda, conseguia-se fixar afinal a fronteira, que tanto trabalho dera no passado. Conforme informou Bautista Saavedra, político e diplomata boliviano, em janeiro de 1907 Estanislau Zeballos e Cláudio Pinilla, ministros das Relações Exteriores da Argentina e da Bolívia, negociaram um protocolo, pelo qual em sua quase totalidade o Chaco seria cedido" ao Paraguai. À última hora, o governo de La Paz não concordou com esse arreglo. (Ver Bautista Saavedra, "El Chaco y la Conferência de Buenos Aires", Santiago, 1939, pág. 25).

"las cejas de la montaña", que as tropas paraguaias alcançaram ver à distância, da linha de batalha.

A Bolívia sangrava-se por muitas feridas, sentia-se isolada; mas precisava reagir ao infortúnio. Razão por que em outubro de 1936 o general David Toro, Presidente da República, deu instruções ao seu novo ministro no Rio de Janeiro, Alberto Ostria Gutiérrez, "para buscar uma ampla colaboração diplomática com o Itamaraty e uma positiva cooperação economica com o Brasil, de maneira a traduzir em fatos práticos a iniludível gravitação econômica do Oriente boliviano sobre essa grande e próspera república limítrofe". (Oficio nº 124, de 22 de outubro de 1936). O trabalho diplomático deveria lucrar numa obra de aproximação prática; deveria traduzir-se na criação de um sistema de comunicações eficientes transfronteiricas: deveria cumprir e ampliar o decreto número 4.441, de 3 de janeiro de 1922, do tempo de Epitácio Pessoa, que determinou a ligação das linhas férreas e telegráficas do Brasil com as da Bolívia e Paraguai; em suma, o trabalho diplomático deveria abrir possibilidades novas e eficazes à vida da fronteira Brasil-Bolívia, de 3.125 km. de extensão.

A primeira referência feita pelos governos do Brasil e da Bolívia à construção de uma ferrovia de vinculação transfronteiriça se encontra no Tratado, assinado no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1882, pelo Conselheiro Felipe Franco de Sá, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, e Eugenio Caballero, Ministro da Bolívia. Tratava-se da construção da Madeira-Mamoré, ferrovia pioneira que foi afinal construída pelo Barão do Rio-Branco por força do Tratado de Petrópolis. Na Bolívia não se perdia a esperança de uma vinculação ferrovia permanente com o Brasil; e não se perdia essa esperança, porque a construção da estrada de ferro significaria

apenas o dar-se vida econômica ao Oriente boliviano. As negociações feitas em 1931 em La Paz com a legação do Brasil quanto à aplicação do £ 1.000.000 do Tratado de Natal de 1928, não prosperaram. Conforme informou Ostria Gutiérrez, "es cierto que Bolivia, durante la guerra del Chaco, ha hecho gestiones confidenciales para obtener el pago del millón de libras esterlinas y aplicarlo a fines bélicos; pero el rechazo del Brasil ha sido terminante. Así Bolivia ha acabado por no recibir un solo centavo de la última obligación que el Brasil contrajo en el Tratado de Petrópolis, ni este país ha construído un solo kilómetro de ferrocarril en beneficio de Bolivia. Con el tiempo, el auxilio ha pasado casi a la categoria de un sueño..." (ibidem, págs. 115).

Em 24 de novembro de 1936. Ostria Gutiérrez assinou com Macedo Soares, então Ministro das Relacões Exteriores, dois breves Protocolos. — um estabelecendo a constituição de uma comissão mista de técnicos com vistas à vinculação rodoviária e ferroviária Brasil-Bolívia; e outro determinando que técnicos estudassem os problemas relativos ao aproveitamento e exportação do petróleo boliviano para o território brasileiro. Em 25 de novembro de 1937. Gastão Paranhos do Rio-Branco, ministro em La Paz, assinou com Enrique Baldivieso, ministro das Relações Exteriores, um Protocolo aprobatório das conclusões e recomendações da Comissão Mista de técnicos, bem como da idéia da assinatura de posteriores tratados especiais "destinados a dar cumprimento às estipulações do Tratado de Natal e a tornar efetivo o aproveitamento do petróleo boliviano pelo Brasil". Estabeleceu-se, assim, uma base entre ambos os Governos para a negociação de novos tratados.

Nessa altura a Bolívia é governada pelo Tenente-Coronel German Busch — sucessor do general David Toro,

Busch herói da guerra do Chaco, instaurador do nacionalismo econômico em sua pátria, natural de Santa Cruz de la Sierra, homem de gabinete e homem de ação empolgado pela ambição de libertar o país das servidões econômicas resultantes da sua mediterraneidade geográfica. Assessoram Busch personalidades como Enrique Baldivieso, Peñaranda, Belmont, Olmos, Campero e Gabriél Gosálvez.

Importantes as instruções passadas por Busch, em 22 de dezembro de 1937, a Ostria Gutiérrez, das quais constam:

- "1°) Contribuir a la solución del problema del Chaco, expresando que el Brasil sólo reconocerá y respetará lo que pacten libremente Bolivia y el Paraguay, declaración que envuelve para este último país la notificación de que nada valdrá en derecho la ocupación que han realizado sus tropas en el territorio disputado.
- 2°) Hacer saber que el Brasil está resuelto a evitar e impedir cualquier nueva desmembración boliviana por la fuerza y que, en ese sentido, considera no susceptible de modificaciones, sin la propia voluntad de Bolivia, el estatuto territorial boliviano". (Ver Ostria Gutiérrez, ibidem, págs. 136 e 137).

Assim, dois Presidentes, Vargas e Busch, no Brasil e na Bolívia; e dois negociadores, Pimentel Brandão e Ostria Gutiérrez; resultado dessa negociação: dois grandes tratados, o de Vinculação ferroviária, e o de Saída e Aproveitamento do petróleo boliviano, assinados no Itamaraty, em 25 de fevereiro de 1938; ademais da nota

reversal nº NP/11.577 (31) pela qual o Governo brasileiro considerou definitivo, e portanto não susceptível de quaisquer modificações, o estatuto territorial boliviano.

Se esses tratados e essa reversal houvessem sido assinados, antes de 1932, a guerra do Chaco não se teria materializado. Desta ou daquela forma, a nota reversal antes referida contribuiu para fortalecer o armistício e impedir, por conseguinte, a retomada das hostilidades. A diplomacia teria de estancar o sangue que ainda manava de muitas feridas bolivianas e paraguaias. Mas, era preciso sublinhar que Bolívia e Paraguai eram prisioneiros geopolíticos na conjuntura geral da América do Sul naquele tempo.

Pioneirismo Ferroviário — O art. II do Tratado de Vinculação ferroviária determinou que o auxílio de £ 1.000.000-ouro, estipulado no art. V do Tratado de Natal de 1928, fosse aplicado na construção de uma estrada de ferro que, partindo de um ponto convenientemente escolhido entre Porto Esperança e Corumbá, terminasse em Santa Cruz de la Sierra.

Região fabulosa da América do Sul, tanto pertencente à bacia amazônica como à bacia platina, delimitada pelo rio Pilcomayo, pelo rio Paraguai, pelos rios Guaporé e Mamoré e pelos contrafortes ocidentais da cordilheira dos Andes, o Oriente boliviano tem inconfundível magia. Riquezas minerais e vegetais realçam a importância do Oriente boliviano: o petróleo de Camíri, o minério de ferro de Mutum, o zinco do Béni, a borracha, a copiosidade da riqueza madeireira, rios caudalosos que sangram em afluentes importantes, imensa variedade de cenários naturais. A magia do Oriente boliviano dera, no passado, a prédica de Vaca Guzmán, Quijarro, Reyes Cardona; e motivara a obra desse pioneiro notável, Miguel Suárez Arana,

o construtor da "gran carretera del Oriente", oficializada em 1875 pelo Presidente Frias e pelo ministro Baptista, com traçado de Santa Cruz de la Sierra, passando por San José e Santiago, para chegar à Baía de Cáceres, na margem direita do rio Paraguai. Suárez Arana abriu a rodovia e fundou Puerto Suárez sobre a Baía de Cáceres em 1878.

Contudo, a exemplo de Suarez Arana alentou o espanhol Francisco Javier Bravo a obter as leis de 16 e 25 de outubro de 1880, que lhe deram um verdadeiro estado dentro do Estado, um imenso império territorial onde um sindicato inglês teria direito de baraço e cutelo, bem como de exploração de terras virgens. Previu-se a construção de uma estrada de ferro que, partindo das barrancas de Chamacoco, perto de Baía Negra, atravessaria a província de Chiquitos para terminar em Santa Cruz de la Sierra. A voracidade da "East Bolivian District Company" foi de tal ordem que abriu os olhos ao governo de La Paz. Seus planos não se executaram, desvanecendo-se assim o império territorial do sindicato britânico.

Sobrevieram depois muitos outros planos, cada qual mais extorsivo, e jamais postos em prática. Na realidade, capitalistas estrangeiros apenas procuravam obter direitos exclusivos da exploração das terras através das quais passasse eventualmente a ferrovia que aspiravam construir. O Oriente boliviano, que fascinara D'Orbigny em 1839, continuava a fascinar muito empresário audaz, muito explorador atrevido, muito prospector de minérios. Poucos, no entanto, pensavam numa vinculação real da Bolívia andina com a Bolívia amazônico-platina, até que surgiu o plano admirável de Hans Grether, de 1923, com sua Ruta central, que procurou vincular o Altiplano com o Oriente, bem como unir o Oriente com o Béni e com o rio Paraguai. Em seu livro, "Ruta atlántica", admirável

ensaio de geopolítica boliviana e sul-americana, JAIME MENDOZA exaltou o plano de Hans Grether.

O traçado da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, de 651 kms, de extensão, executado num terreno difícil e diversificado, pelo Engenheiro Luiz Alberto Whately, constituiu, em certo sentido, a realização de boa parte do plano de Hans Grether. Imensos benefícios advieram da construção dessa estrada de ferro pioneira, obra do notável técnico brasileiro. Dantes, o Oriente boliviano era um deserto. Santa Cruz de la Sierra, isolada do resto do País, vivia vegetativamente. Conhecemos essa cidade em 1953 quando ela mal tinha 30.000 habitantes, e era a cabeça--dz-comarca do Oriente boliviano. Pois bem: a estrada de ferro devassou o deserto e plantou cidades novas que florescem. Hoje, Santa Cruz de la Sierra tem 154.000 habitantes. Noutros tempos, ia-se de carreta de boi, na estação seca, de Santa Cruz de la Sierra a Corumbá, em 42 dias...

Contudo, a ferrovia pioneira Corumbá-Santa Cruz de la Sierra ficou truncada, porque não subiu à meseta andina para chegar a Cochabamba. Assim, ao invés de termos uma ferrovia constante de Arica, no Pacífico, a Santos, no Atlântico, verificamos que a vinculação ferroviária fundamental na Bolívia, isto é, ligar o Altiplano andino ao Oriente amazônico-platino não se materializou. A rodovia, de Cochabamba a Santa Cruz de la Sierra, não se compara com uma estrada de ferro, porque ademais se encontra em mau estado de conservação. A estrada de ferro Cochabamba-Santa Cruz de la Sierra valerá como a "coluna vertebral das vias de comunicação da Bolívia"; e como disse Ostria Gutiérrez, — "y es que realmente la construcción del ferrocarril Cochabamba-Santa Cruz significaria la solución definitiva — la solución temporal será el

camino — del más grave problema geográfico boliviano: la desvinculación del altiplano y de los valles con el oriente; es decir, de la montaña con el llano platense o, según la expresión de Jaime Mendoza, "de la Bolivia anterior con la Bolivia posterior" (ibidem, pág. 196).

Assim, o Departamento de Santa Cruz de la Sierra, com seus 360.000 km2 e uma população de 500.000 habitantes, continua pouco ligado com o resto da Bolívia.

Construiu-se a estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra à custa de imensos sacrifícios durante a Segunda Guerra Mundial. Em 29 de julho de 1941 inauguraram-se os primeiros 85 kms. da ferrovia. Isto em plena Segunda Guerra mundial. Em 1948 os Presidentes Eurico Gaspar Dutra e Enrique Hertzog se entrevistaram durante a inauguração do trecho Portón-San José (esta cidade sita no km. 385 da estrada de ferro). O Presidente Café Filho, juntamente com o Presidente Paz Estenssoro, solenizou em Santa Cruz de la Sierra a chegada da estrada de ferro à capital do Oriente boliviano. Coube-me preparar o programa das solenidades com o governo boliviano; e, por isso, desci de avião, de La Paz a Santa Cruz de la Sierra, em companhia do Presidente Paz Estenssoro.

A pesquisa e lavra do petróleo boliviano foram retardadas por vicissitudes de vária índole, de maneira que a Comissão Mista brasileiro-boliviana de Petróleo, sediada em Santa Cruz de la Sierra, não conseguiu fazer nada de prático no sentido de encontrar uma solução para um assunto no qual diferentes governos bolivianos bem-intencionados haviam depositado esperanças de uma rápida redenção econômica, porque desde o tempo de Busch se considerava o mercado brasileiro como o desaguadouro natural do petróleo boliviano. Ademais, uma área poten-

cialmente rica do território boliviano se assemelhava a uma chasse gardée do Brasil. No entanto, o Brasil nada fazia para intensificar a pesquisa e lavra do petróleo nessa área não só em proveito seu, mas também em proveito da Bolívia. Natural que surgissem reclamações no Parlamento e na imprensa boliviana, as quais subiram de tom. Iniciaram-se na imprensa campanhas contra o política brasileira. Essas campanhas, como as do jornal "Última Hora", de La Paz, apresentaram o Brasil como imperialista e interessado em impedir a pesquisa e lavra do petróleo na área de Santa Cruz de la Sierra.

É preciso assinalar objetivamente: sob o ponto de vista de Geopolítica geral, o rio Paraguai não separa o Brasil do Oriente boliviano. O rio Paraguai é mero acidente físico. O que aproxima o Oriente boliviano do Brasil, o que põe o Oriente boliviano em gravitação econômica e social constante em relação ao Brasil, é o muralhão granítico andino que se perfila. Muralhão que separa fraturalmente o Oriente boliviano do Altiplano andino.

Pela lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, o Presidente Vargas criou a Petrobrás. Estabeleceu-se assim o monopólio estatal do petróleo no Brasil. É verdade que pelo Art. 41 da Lei nº 2.004, a Petrobrás pode associar-se, fora do território nacional, a entidades destinadas à exploração do petróleo, sem as limitações previstas no art. 39 da mesma lei. O art. 39 diz: "A Sociedade operará diretamente ou através de suas subsidiárias, organizadas com aprovação do Conselho Nacional do Petróleo, nas quais deverá sempre ter a maioria das ações com direito a voto". Círculos políticos bolivianos enxergaram na decretação da lei que instituiu a Petrobrás, uma manobra monopolística do Brasil no sentido de bloquear a saída do petróleo boliviano para o Atlântico.

Esse foi o ambiente anti-brasileiro, que encontrei em La Paz, quando lá cheguei como Embaixador em abril de 1954.

Ao poder subira o Movimento Nacionalista Revolucionário, chefiado por Paz Estenssoro, em consequência da revolução de 9 de abril de 1952. Se no Brasil se criara a filosofia do monopólio estatal do petróleo, este exemplo iria levar a Bolívia à implantação de um monopólio semelhante ao brasileiro com o advento de um Código de Petróleo, elaborada pela firma Travieso, Danvenport, Evans and Fernández, e promulgado em 1956. "The Paz Estenssoro government had as one of its first economic objectives the increase of Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos output", conforme assinalou ROBERT J. ALEXANDER em seu excelente livro "The Bolivian National Revolution" (Rutgers University Press, New Brunswick. New Jersey, 1958, pág. 161). Então, o governo forte de Paz Estenssoro passou a dedicar atenção ao petróleo. Em 1952, a produção boliviana de petróleo era de 1.200 barris-dia. Em 1957 já era superior a 11.000 barris-dia. Aparece então no palco boliviano Henry Holland, advogado da Tennessee Gas Company, companhia que comprou os interesses do petróleo de Glen Mac-Carthy da Bolívia. Mais tarde, Henry Holland será um brilhante Subsecretário de Estado para Assuntos latinoamericanos.

A campanha de imprensa contra o Brasil era constante: se não se "explorava" petróleo na região de Santa Cruz de la Sierra, contudo o petróleo era explorado pela imprensa de La Paz. Repetiam-se as velhas lendas a respeito do tratado de 1867, bem como a respeito do Acre; e se sustentava que o Brasil, um país forte, não tinha o menor interesse em explorar petróleo boliviano, desejando apenas guardar para si a área destinada às so-

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

ciedades mistas brasileiro-bolivianas que viessem a constituir-se.

Que resposta se poderia dar a essas explorações e a essas deturpações? Entrar em polêmica com certos jornais? Deitar comunicados rebatendo essas alegações? Ou ter paciência e acreditar que a verdade acabasse sobrenadando como azeite?

A Negociação Corumbá-Roboré-La Paz — A 26 de janeiro de 1956 propus ao Chanceler Macedo Soares a idéia de uma "negociação global" de molde a resolver todos os assuntos entre o Brasil e a Bolívia e apagar ressentimentos e suspeitas.

Joél Silveira, que estivera em La Paz em missão jornalística, escrevera no "Diário de Notícias", do Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1957:

"Ajudado apenas por um secretário, o competente Marcel Hasslocher, e por um auxiliar, o devotado Adalberto Cruz, o Embaixador Teixeira Soares está cumprindo tarefas que pedem o esforço conjunto de toda uma equipe. Porque aquilo lá, no ponto em que as coisas chegaram entre o Brasil e a Bolívia, não é mais uma simples embaixada, é uma trincheira".

Macedo Soares concordou com a idéia da "negociação global". Por isso, os serviços competentes do Itamaraty entraram a fundo no estudo dos problemas pendentes entre o Brasil e a Bolívia. Macedo Soares entendia que todos esses assuntos deveriam ter solução adequada em benefício da melhoria das relações brasileiro-bolivianas. E isto, porque importava muito ao Brasil contar com a amizade da Bolívia, bem como transformar a fronteira de 3.125 km. de extensão numa fronteira viva e numa área de crescente comércio transfronteiriço. Era preciso,

ademais, que a negociação fosse construtiva, conciliadora e animada do mais alto ideal de Panamericanismo.

Lento e penoso foi o processo negociatório para desfazer as prevenções que se acastelavam em La Paz. Como eu fosse o negociador, eu sentia em carne viva as dificuldades que aumentavam de dia para dia. Como elementos históricos importantes, careço de assinalar: 1°) Que as reversais de 19 de janeiro de 1952 haviam delimitado definitivamente a área reservada à Comissão Mista brasileiro-boliviana de Petróleo, reduzindo-a, quando comparada com os termos vagos do art. 1º do Tratado de Petróleo de 1938. Essa delimitação constituiu verdadeira batalha diplomática para os Chanceleres Raúl Fernandes e Neves da Fontoura. 2°) Em agosto de 1953 o Chanceler Vicente Rao determinou a ida a La Paz da Missão Negrão de Lima, da qual fui segundo plenipotenciário. Carlos Delgado de Carvalho, em sua "História diplomática do Brasil", denominou essa missão como sendo a Missão Negrão de Lima-Teixeira Soares. Negociadores brasileiros e bolivianos ajustaram então seus pontos de vista, acertaram seus relógios, assinaram a reversal que estabelecia a entrega pelo Brasil de 4 milhões de dólares à Comissão Mista de Petróleo para as perfurações pioneiras. Infelizmente, a reversal de agosto de 1953 ficou sem cumprimento. Na Bolívia o efeito foi desastroso. 3º) A 5 de janeiro de 1955 foi oficialmente inaugurada e considerada perfeitamente acabada a Estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, que chegou afinal à cabeça-decomarca do Oriente boliviano. Os Presidentes Café Filho e Paz Estenssoro assistiram à inauguração da estrada de ferro, acontecimento político da mais alta importância porque a ferrovia argentina, a Yacuiba-Santa Cruz, não havia chegado à sua meta, então considerada final (porque hoje a ferrovia argentina se aproxima de Trinidad,

capital do Béni). 4°) Em fevereiro de 1955, a Embaixada da Bolívia no Rio de Taneiro encaminhou o Memorandum Paz Estenssoro, o qual causou certa surpresa no Itamaraty, mas que não desorientou os cabeças-frias. O Memorandum teve a vantagem de revelar os verdadeiros propósitos do estadista boliviano. Se o Memorandum suscitara na Bolívia um impacto emocional que não poderíamos desconhecer, por outro lado se transformara num catalisador de opiniões e tendências que andavam no ar. Esse Memorando resumia ou compendiava o que eventualmente ficara assentado entre os dois Chefes d'Estado no seu encontro em Santa Cruz de la Sierra. Tomando bem à letra a idéia do encontro, o Presidente Café Filho se apresentou sozinho ao Presidente Paz Estenssoro que se encontrava em companhia do Vice-Presidente boliviano e de três outras personalidades. Assim, durante duas horas e a portas fechadas, os dois Presidentes discutiram assuntos da pauta política brasileiro-boliviana.

O governo do Presidente Silez Zuazo, sucessor de Paz Estenssoro, aceitou a ideia de uma negociação global de todos os assuntos pendentes entre o Brasil e a Bolívia.

Devendo partir para o Brasil em gozo de férias, tive longa audiência com o Presidente Siles Zuazo e, ao cabo, lhe perguntei se poderia ser-lhe útil em alguma coisa, a título oficial ou particular, no Rio de Janeiro. Pediu-me então o Presidente Siles Zuazo fosse eu portador de uma carta pessoal para o Presidente Juscelino Kubitschek.

Em consequência dessa carta, iria realizar-se a Entrevistas especial dos Chanceleres Macedo Soares e Manel Barrau Peláez em Corumbá e Roboré, de 23 a 28 de janeiro de 1958.

Em junho de 1957 estivera em La Paz a primeira Missão Especial que, sob a minha direção, congregou es-

pecialistas como Poppe de Figueiredo, Evaldo Correia Lima, José Alexínio Bittencourt, Janary Nunes, para citar apenas personalidades alheias aos quadros do Itamaraty. Essa Missão lidou com os técnicos bolivianos sob o comando eficiente de Jorge Escobari Cusicanqui. Se então não se chegou a um resultado positivo, o esforço dos técnicos brasileiros e bolivianos não se perdeu de todo, porque se lançaram as sementes de um bom trabalho preparatório.

O entendimento cabal entre Macedo Soares e Barrau Peláez ficou definitivamente consignado na Ata de Roboré.

A Missão Especial voltou a La Paz, de novo sob minha direção, havendo iniciado em 9 de março de 1958 os trabalhos com os representantes bolivianos, chefiados por Wenceslau González Cortés.

Em 27 de março de 1958, o Chanceler Macedo Soares chegou a La Paz, acompanhado de funcionários do Itamaraty. Em 28, no Ministério das Relações Exteriores, Macedo Soares assinou uma série de atos internacionais em número de 31, que deram idéia cabal da magnitude da negociação. Como afirmei na Apresentação da publicação intitulada Brasil-Bolivia, editada em 1959 pelo Itamaraty:

"Os instrumentos internacionais, assinados em La Paz, revelaram a característica fundamental dessa grande negociação: além de um entendimento político, um entendimento sobre grandes linhas econômicas que, agora vincadas, serão aprofundadas pela colaboração não só dos Governos de ambos os países, bem como pela participação crescente da iniciativa privada. A imensa fronteira, de cerca de 3.125 km. de extensão. fluvial e seca, será densificada econo-

micamente, porque o intercâmbio interegional (Beni, Pando e Santa Cruz de la Sierra. de um lado, com Amazonas, Mato Grosso, Acre e Rondônia, do outro), se processará, despeado de embaracos. A estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, construída em consequência de um dos tratados de 1938, aproximando ambos os países em termos de transporte, já constitui elemento ponderável de enriquecimento do Oriente boliviano. Assim, ativando-se o giro de riquezas existentes e outras a criar (como será o caso do petróleo boliviano), o Brasil e a Bolívia forjam elos que se consolidam através do futuro. Será, mercê da cooperação econômica entre o Brasil e a Bolívia, a exploração intensiva do coração verde da América do Sul. A Ajuda Mútua entrou como elemento de ativação dos entendimentos definitivos entre o Brasil e a Bolívia. O Chanceler Macedo Soares fez uma política de longo alcance. Dessa política só podem duvidar os rotineiros, os tímidos e os céticos. É preciso ter a coragem de ousar e de fazer em termos grandiosos de presente e de futuro"

Os três pontos principais, pontos verdadeiramente culminantes, da negociação Corumbá-Roboré-La Paz foram: 1°) a liquidação de todos os detalhes de demarcação na extensa fronteira; 2°) a concessão da chamada Área B, na Faixa subandina, na região de Santa Cruz de la Sierra, de 13.000 km2, a empresas privadas brasileiras para exploração de petróleo; 3°) vivificação de uma política de cooperação financeira e técnica, fundada no Tratado de Vinculação ferroviária de 1938, e ampliada com o Fundo de desenvolvimento criado pelo Protocolo de 1964, adicional àquele tratado.

Em 4 de abril de 1972 os Presidentes Médici e Banzer mantiveram um encontro em Corumbá. Saudando o Presidente Hugo Banzer Suárez, o Presidente Médici afirmou: "Está meu Governo disposto a explorar todas as possibilidades de maior comércio e de maior cooperação econômica com a Bolívia, particularmente em grandes campos, como o dos hidrocarbonetos, onde se abre significativa oportunidade para que os nossos dois países co-laborem em atividades de produção e comercialização".

Fazendo-se uma análise de relance de toda a fronteira Brasil-Bolívia, verifica-se sem demora que se trata de uma fronteira fluvial e seca por ora escassamente povoada, onde avultam como concentrações demográficas, Porto Velho, capital do Território de Rondônia, que o geógrafo Miguel Alves de Lima nos assegurou repetirá o fenômeno de Londrina como padrão de crescimento econômico e social; Guajamirim, São Luís de Cáceres e Corumbá. Do lado da Bolívia, muito menor é o número de concentrações demográficas apreciáveis. O crescimento de Corumbá, que hoje tem uma população de 140.000 habitantes em todo o município, é muito significativo. Mas, seja como for, a colonização da nossa fronteira com a Bolívia importa seja planificada e acelerada pelo Governo federal.

Nota. — A respeito da negociação Corumbá-Roboré-La Paz, recomendam-se as seguintes obras publicadas: Sérgio Almaraz & René Rocabado, "Petróleo/Soberania o Dependência", Cochabamba, 1958; Raúl Botelho Gosálvez, "Processo del imperialismo del Brasil" (de Tordesillas a Roboré), La Paz, 1960; Maximiliano Paredes, "Roboré y el militarismo brasileño", La Paz, 1960; Jorge Escobari Cusicanqui, "Brasil y el Petroleo boliviano", La Paz, 1961; e Teixeira Soares, "Petróleo-Roboré-La Paz (dinâmica da negociação Brasil-Bolívia,

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

de 1958)", Rio, 1959. Estas obras demonstram, mesmo traduzindo diversidade de critérios, a importância da negociação de Corumbá-Roboré-La Paz, de 1958.

Riqueza Mineira da Bolívia — Para termos idéia da riqueza mineral da Bolívia, daremos um quadro da exportação de minérios desse país referente a 1970 (extraído de "Comércio Exterior, Adelanto Estadistico nº 9, do INE del Ministério de Planificación, La Paz):

| Minérios | Quilos-bruto | Quilos finos | Valor US\$ |
|---------------|--------------|--------------|-------------|
| Total geral . | 301.177.507 | 144.268.229 | 204.201.702 |
| Estanho | 78.172.855 | 27.719.116 | 101.562.346 |
| Chumbo | 51.309.721 | 25.754.822 | 7.803.929 |
| Cobre | 29.385.259 | 8.815.912 | 12.497.876 |
| Zinco | 91.428.660 | 46.547.018 | 14.318.641 |
| Bismuto | 2.576.138 | 623.065 | 7.957.814 |
| Volframio | 3.861.047 | 2.395.971 | 17.433.673 |
| Antimônio | 19.541.488 | 11.563.991 | 30,971,938 |
| Cádmio | 138.908 | 65.724 | 491.533 |
| Enxôfre | 76.777.000 | 16.312.965 | 476.040 |
| Prata | 311.865 | 185.337 | 10.401.862 |
| Ferro | 6.899.000 | 4.216.250 | 73.569 |
| Ouro | | 156 | 169.487 |
| Alumínio | 19.727 | 19.417 | 15.379 |
| Manganês | 300.309 | 48.000 | 4.134 |
| Gêsso | 505.000 | | 14.536.000 |
| | | <u> </u> | <u> </u> |

LIMITES ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI

Felizmente não existe questão alguma de limites entre o Brasil e o Paraguai.

Felizmente não existe. De dia para dia se tornam mais estreitas as relações entre o Brasil e o Paraguai, país de gente animosa e batalhadora, país fadado a um progresso seguro. No passado, contudo, os problemas foram muitos e atormentaram os governos do Rio de Janeiro e de Assunção. Por isso, teremos de remontar aos mananciais das relações políticas entre o Império e o Paraguai.

O Paraguai tornou-se independente pela Revolução de 14 de maio de 1811. No dia 16 de maio organizouse a Junta revolucionária, integrada por Francia (1746-1840), Velasco e Zeballos. No dia 18 de junho se instalou o Congresso. José Gaspar Rodríguez Francia declarou que o Paraquai se emancipara da Espanha, surgira como Estado independente e procurava no cambiar unas cadenas por otras, alusão enderecada a certos propósitos alimentados pela Junta de Buenos Aires. Manuel Belgrano e Vicente Echeverria, despachados ao Paraguai pelo governo de Buenos Aires para sondar Francia, encontraram-no decidido na sua política de independência. Francia, elogiado por Carlyle, revelou-se uma personalidade extraordinária mas impenetrável nos seus designios. porque o mistério foi o clima político em que se agitou. Organizador, administrador, pensador político, chefe de

polícia secreta, austero, implacável, sempre vestido de preto, dizia-se que caminhava só pelo país inteiro para ouvir os lamentos dos pobres contra as opressões dos potentados. Os brasileiros (os "Portugueses Americanos do Brasil", como diziam os documentos oficiais de Assunção) foram os únicos estrangeiros dos países vizinhos admitidos a comerciar no Paraguai. Podiam usar armas ao viajarem pelo interior, e podiam entrar e sair do território nacoinal. "El Dictador tenía una profunda prevención contra porteños, correntinos, santafecinos", disse R. Antonio Ramos em sua obra "La política del Brasil en el Paraguay" (Buenos Aires, 1944, pág. 51). Natalício González, em sua "Geografia del Paraguay" (México, 1964), informou que Francia protestou com dureza contra as pressões da oligarquia de Buenos Aires e acrescentou: "No obstante, Francia sigue siendo culpado del encierro del Paraguay. Es para muchos, el duro carcelero de una nación. Pero nadie señala a los auténticos autores de ese encierro cruel, inhumano, bárbaro, en que se le tuvo por lustres a un pueblo hermano" (às páginas 626 e 627).

No tempo de Dom Pedro I se estabeleceram, precisamente em 1824, relações diplomáticas e comerciais entre os dois países, com a nomeação do Major Antonio Manuel Correia da Câmara como Cônsul geral do Brasil em Assunção. Essas relações se assentaram numa base muito precária, porque desde logo surgiram problemas comerciais no porto de Itapua, à margem direita do rio Paraná, com brasileiros procedentes da Província de São Pedro do Rio Grande. "O comerciante brasileiro levava, através da península correntina, as suas mercadorias até Candelária, defronte de Itapua. Ali parava e aguardava ordem para entrar. Uma vez admitido, transpunha o rio com as mercadorias, ficando as carretas e bois em Candelária,

e entrava em Itapua a pé, de chapeu na mão e sem esporas", informou José Antônio Soares de Souza no seu "A Missão Bellegarde ao Paraguai" (vol. I, pág. 20, Rio, 1966). Também ocorreram reclamações feitas por autoridades paraguaias que lidavam com os brasileiros do Porte de Nova Coimbra e de Albuquerque. Francia, o "Ditador Perpétuo", de nome inteiro José Gaspar Rodríquez Francia, filho de brasileiros, resolveu interromper os entendimentos (na realidade, desentendimentos) mantidos) com Antonio Manuel Correia da Câmara. Assim. de 1829 até à chegada de José Antônio Pimenta Bueno (o futuro Marquês de São Vicente) em "missão tão delicada quanto importante", conforme rezavam as Instruções que lhe foram passadas pelo Conselheiro Paulino em 16 de outubro de 1843, os dois países viveram de costas um para o outro.

Em 7 de outubro de 1844 Pimenta Bueno assinou com o ditador Carlos Antônio López um Tratado de Comércio e Limites que irritou soberanamente a Juan Manuel de Rosas. o ditador de Buenos Aires. Pimenta Bueno também discutiu o projeto de um tratado de alianca defensiva e ofensiva com Carlos Antônio López. O Tratado de Comércio e Limites foi combatido, em particular, por Bernardo Pereira de Vasconcelos, personalidade de grande prestígio, porque o artigo XXXV determinou estranhamente o encargo às partes contratantes de "nomear comissários, que examinem e reconheçam os limites indicados pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1.º de outubro de 1777, para que, segundo ele, se estabelecam os limites definitivos entre os dois Estados". Pimenta Bueno recebeu o texto de um novo tratado de comércio e limites, enviado pelo Governo imperial, porque o Tratado de 1777 era caduco para a Chancelaria imperial. Carlos Antônio López não desanimou e, por isso, nomeou Juan Andrés Gelly em missão junto à Corte de São Cristóvão, em 1846. Em novembro de 1846 Gelly chegou ao Rio de Janeiro, havendo comunicado a 28 ao Barão de Cairú, Ministro dos Negócios Estrangeiros, sua chegada e sua investidura de Encarregado de negócios. Gelly apresentou a Cairú uma memória sobre as relações do ditador Juan Manuel de Rosas com o Paraguai, e na qual ele defendeu a tese de uma aliança entre o Paraguai e o Império. Cairú, claro era, pediu a Gelly que apresentasse o projeto do tratado. Gelly apresentou dois projetos: um de limites, e outro de aliança.

O projeto de tratado de limites em seu art. VI neutralizava o território entre o rio Apa e o rio Branco. Projeto, por consequinte, inaceitável para o Brasil. O tratado de aliança foi encarado com bastante reserva, para não dizer suspeita, pelo Barão de Cairú, que nesse tempo andava de paninhos quentes com Rosas. Cairú não era homem de andar depressa com os assuntos diplomáticos; por isso foi cozinhando Gelly em água morna à espera da chegada de Pimenta Bueno ao Rio de Janeiro. Em maio de 1847 o Barão de Cairú foi substituído por Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho, irmão de Sepetiba. Saturnino não tinha interesse por uma política muito ativa com o Paraguai, preferindo entender-se com Rosas e com Oribe. Recorreremos à síntese feita por um especialista no assunto: "Segundo o art. 5º do projeto apresentado ao Governo imperial, a fronteira seguiria o rio Paraná, da foz do Iguassú ao Salto grande; a serra de Amambaí e a de Maracajú, até as vertentes do rio Branco, e finalmente este rio, até sua confluência na margem esquerda do rio Paraguai, um pouco abaixo do forte paraguaio Olimpo, situado na margem direita.... Na margem direita do rio Paraguai, dispunha o art. 8°, "a linha divisória dos territórios de ambas as partes contratantes será o arroio

ou rio Negro, que desagua no rio Paraguai um pouco acima do forte Olimpo".... Pretendendo, entretanto, tornar o traçado proposto mais aceitável pelo Brasil, o Governo paraguaio, no mesmo projeto de tratado (artigo 3°), oferecia-nos a cessão de uma parte do território de que o Paraguai estava de posse, ao norte da província argentina de Corrientes, isto é, desde o arroio Aguapey até o Iguassu. Se o Governo brasileiro fosse levado por sentimentos de ambição de territórios, a proposta Gelly teria sido imediatamente aceita. Tal, porém, não aconteceu" (Hildebrando Accioly, "Limites do Brasil/ A fronteira com o Paraguai", São Paulo, 1938, às págs. 61 a 63).

O Governo imperial não aceitou a proposta de Gelly. Mas, o governo de Assunção voltou à carga e, desta vez, por meio de uma nova proposta de Aliança e Limites, apresentada em 1852 por uma personalidade muito curiosa, Manuel Moreira de Castro, redator do "Jornal do Comércio", português de nascimento, mas brasileiro por naturalização, e ademais Ministro do Paraguai no Rio de Janeiro. Moreira de Castro tinha livre trânsito nos círculos políticos e nos arraiais parlamentares pelo fato de ser redator do "Jornal do Comércio". Muito curioso era o jogo diplomático ou pessoal de Moreira de Castro, porque ora se apresentava como jornalista brasileiro, ora como agente diplomático do governo paraguaio. A proposta de Moreira de Castro, oficial ou oficiosa, não foi aceita. Tocou a Filipe José Pereira Leal, Encarregado de negócios do Império, o encargo de apresentar ao Governo de Assunção, por ordem do Visconde de Uruguai, Ministro dos Negócios Estrangeiros, um projeto de tratado com a adoção do linha Salto Grande-Apa, sem nenhuma neutralização de território. Pereira Leal afirmou que entre os rios Apa e Miranda, Portugal e depois o Brasil pos-

suíam territórios e títulos, jamais contestados no passado pela Coroa d'Espanha. Por conseguinte, se esses territórios haviam sido portugueses, eram e continuavam a ser brasileiros. Territórios esses onde os Bandeirantes e depois os colonizadores regulares fizeram monstruosa preagem de índios, monstruosa escravização de selvícolas, cabendo repetir os conceitos dramáticos de Vieira, no Sermão Vigésimo Sexto, com o Santíssimo Sacramento Exposto ': "Oh trato desumano, em que a mercancia são homens! Oh mercancia diabólica, em que os interesses se tiram das almas alheias e os riscos são das próprias!"

Por causa da sua posição firme na questão de limites, Pereira Leal foi tratado com dureza pelo governo de Carlos Antônio López, que lhe mandou os passaportes e lhe determinou se retirasse do Paraguai no mais breve espaço de tempo possível. Disse o Barão do Rio-Branco com sua inconteste autoridade:

> "Desde 1852 o Governo imperial se esforçava por chegar a um acordo com o Paraguai sobre a questão da navegação fluvial, que tanto interessava à nossa Provincia de Mato Grosso. O Paraguai, por cuja independência tanto fizera o Governo Imperial, devendo à alianca e aos esforcos do Brasil, sem o menor sacrifício de sua parte, o poder navegar o Paraná até ao Rio da Prata, julgou-se com o direito a negar-nos a navegação até Mato Grosso, e obstinava-se em tornar inseparáveis essa questão e a de limites. Como um acordo sobre a última era impossível, atentas às exageradas pretensões que, nos últimos tempos, manifestava o Ditador Carlos Antônio López, continuávamos privado do exercício do direito ao trânsito fluvial implícita e vir

tualmente estipulado no artigo 3 do Tratado de 25 de dezembro de 1850. Nenhum dos plenipotenciários que mandamos a Assunção pôde chegar a resultado satisfatório". (1)

Em 27 de abril de 1855 o Chefe-de-Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, que à testa dos seus navios fora "reclamar satisfações pela ofensa feita ao Império. na pessoa do seu Encarregado de Negócios" (das instrucões recebidas), assinou com o general Francisco Solano López, representante de seu pai o Ditador Carlos Antônio López, um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Contudo, esse tratado — de acordo com uma Convenção adicional — só entraria em execução, quando as Partes contratantes assinassem um instrumento internacional que fixasse os limites. O Governo imperial não aceitou essa subordinação; razão por que o Tratado e a Convenção não tiveram a aprovação do Governo brasileiro. Retomaram-se, contudo, as negociações no Rio de Taneiro em 9 de marco de 1856, e desta vez os plenipotenciários apresentaram alto gabarito, José Maria da Silva Paranhos e José Berges. Seria este fuzilado por ordem de Francisco Solano López, em 1868.

As conferências de Paranhos com Berges terminaram em 6 de abril de 1856. A questão fluvial foi destacada da questão de limites. Esta, porém, deveria ter solução definitiva de acordo com o prazo fixado no novo Tratado, que iria até 1862. Os protocolos dessa importante negociação foram publicados em volume especial, anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 1857.

Na sessão do Senado imperial de 28 de junho de 1865, respondendo a uma interpelação do Senador Vis-

⁽¹⁾ Rio-Branco, "Biografia de José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio-Branco)", in Revista Americana", janeiro de 1917, às págs. 13.

conde de Jequitinhonha, Paranhos explicou a finalidade do Tratado de 6 de abril de 1856:

"Do que se tratava em 1856 com a República do Paraguai? Tratava-se de resolver a questão de limites? Não. V. Excia. Sr. Presidente (Visconde de Abaeté), sabe que não fiz mais do que continuar a política que V. Excia. tinha seguido. A questão de limites não estava então na ordem do dia: desertos nos separavam e separam do Paraguai. A questão vital era a navegação, e não podíamos pedir o exercício da navegação à República do Paraguai senão nos termos do nosso direito: não podíamos exigir a liberdade de trânsito senão sob condições mais, ou menos, favoráveis, dependentes do assentimento do Paraguai, porquanto pelo Governo Imperial tinha sido sempre sustentado o princípio de que o ribeirinho inferior pode negar o trânsito ao ribeirinho superior, desde que este se não conforme às cláusulas que o primeiro julque necessárias à sua segurança. O Paraquai possui a soberania da embocadura daquele rio: não podíamos deixar de negociar com ele as condicões do livre trânsito, e estas condições dependiam do seu espontâneo assentimento, porque, assim como não queríamos que os Estados Unidos ou qualquer outra nação nos desse a lei no Amazonas, assim também não queríamos dar a lei no rio Paraguai. Eis a explicação do Tratado de 6 de abril".

Novas dificuldades surgiram nas relações do Império com o Paraguai. Submetendo a navegação do rio Pa-

raguai a regulamentos que representavam a negação do Tratado de 6 de abril de 1856, o governo de Assunção de fato anulara esse ato internacional. Impossível a navegação dos rios Paraná e Paraguai em direção à então remota Provincia de Mato Grosso. Era preciso mandar um grande negociador em missão especial ao Uruguai, à Confederação Argentina e ao Paraguai, - foi esse o pensamento do gabinete de 4 de maio de 1857, presidido pelo Marquês de Olinda e que tinha como Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Visconde de Maranguape. O escolhido foi Paranhos, que levou como Secretário, Tomás Fortunato de Brito, depois Barão e Visconde de Arinos. Extraordinária, a missão especial de Paranhos. Na cidade de Paraná (Província de Entre-Rios), capital da Confederação Argentina, Paranhos assinou a Convenção fluvial de 20 de novembro de 1857, completando as estipulações do Tratado de 7 de março de 1856 e regulando a navegação dos rios Uruguai e Paraná dentro dos limites da jurisdição dos dois países; e os Tratados de 14 de dezembro de 1857, de limites e extradição de criminosos entre o Império e a Confederação Argentina. Estes dois últimos tratados, ratificados pelo Brasil, aprovados pelo Congresso de Paraná, não foram ratificados pelo Governo da Confederação Argentina. Paranhos assinou em Assunção, com o General Francisco Solano López, a Convenção de 12 de fevereiro de 1858, que estabeleceu a verdadeira inteligência do Tratado de 1856. Paranhos obteve a revogação de todos os regulamentos expedidos pelo governo de Assunção, alcançando ademais que o rio Paraquai ficaria desde então aberto à navegação de todas as bandeiras. As vitórias diplomáticas de Paranhos empolgaram o Parlamento imperial. Francisco Octaviano afirmou: "Livrou-nos da necessidade de uma querra".

O Tratado de 6 de abril de 1856 determinara que. se as circunstâncias o permitissem, dentro do prazo de seis anos ambos os Governos teriam de nomear plenipotenciários encarregados de ajustar a linha definitiva de limites. Assim, chegou o ano de 1862 sem que o Império e o Paraguai houvessem voltado a tratar de limites consoante o convencionado, porque a situação internacional na Bacia do Prata entrara num impressionante processo de deterioração, motivada pelos miasmas do imperialismo. Francisco Solano López assumira o poder em setembro de 1862 em consequência da morte de seu pai. Francisco Solano López aspira a desempenhar uma importante "missão de prestígio" na Bacia do Prata e confia por demais nos 60.000 soldados que seu pai lhe legara. Se, como afirmou Carlyle, Napoleão dissera que a Inglaterra não passava de "outra Ilha d'Oleron para a França", — Francisco Solano López, empolgado por visões fantásticas de imperialismo, pretendera alargar seus territórios, incorporando ao Paraguai a provincia argentina de Corrientes e o Uruguai, este então dominado pelos blancos de Bernardo Berro, Atanazio Cruz Aguirre e Vásquez Sagastume. Assim, Francisco Solano López chegaria às águas do Atlântico mercê desse plano. Foram-se agravando os acontecimentos; e de tal sorte que Francisco Solano López resolveu invadir, sem declaração de guerra, a provincia brasileira de Mato Grosso e a argentina de Corrientes. Iniciou-se assim a Guerra da Tríplice Aliança.

O Tratado da Tríplice Aliança, assinado em Buenos Aires em 1.º de maio de 1865, pelo Império do Brasil (Conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa), República Argentina (Rufino de Elizalde) e Uruguai (Carlos de Castro), determinou em sua cláusula XVI quais seriam os limites entre o Paraguai e o Brasil: — "Do lado do Paraná, pelo primeiro rio abaixo do Salto

das Sete Quedas, que, segundo a recente carta de Mouchez, é o Igurei, e da foz do Igurei por ele acima a procurar as suas nascentes; do lado da margem esquerda do Paraguai, pelo rio Apa, desde a foz até às suas nascentes; no interior, pelos cumes da serra de Maracaju, sendo as vertentes de leste do Brasil e as de oeste do Paraguai, e tirando-se da mesma serra linhas as mais retas em direção às nascentes do Apa e do Igurei". Estes limites eram tudo quanto pudesse haver de mais moderado, evidenciando que o Império não pretendia engrandecer-se com a guerra. Vejamos: do lado do rio Paraguai, prevalecia a fronteira de 1777; e do lado do rio Paraguai, a linha representava o máximo do avanço paraguaio em direção ao Norte.

A guerra provou como o Paraguai se preparara para a mesma, procurando criar no país uma verdadeira consciência de nação em armas, enquanto o Império, a Argentina e o Uruguai confiavam vegetativamente nos recursos militares existentes e nos que fossem sendo criados à medida das necessidades das operações de campanha. Mas, a dureza das operações militares muito ensinara aos Aliados que afinal instalaram em janeiro de 1869 em Assunção o primeiro governo democrático existente no Paraguai, confiado à habilidade administrativa e política de Paranhos. Refugiado nas brenhas e serranias do norte do país, Francisco Solano López resistia à "campanha das cordilheiras", promovida pelo exército brasileiro sob o comando do Conde d'Eu.

Morto Francisco Solano López em Cerro-Corá, à beira do arroio Aquidaban, a diplomacia imperial cuidou desde logo da feitura de um tratado preliminar de paz, que pudesse ser aceito pelas potências aliadas. A Paranhos foi confiada a defesa do tratado e o estadista conseguiu limar as arestas e remover as dificuldades exis-

tentes, de maneira que o tratado preliminar de paz foi afinal assinado em 20 de junho de 1870.

Na questão de limites, frontais foram as diferenças entre a Argentina e o Império.

A diplomacia argentina invocava os termos do Tratado da Tríplice Aliança em sua cláusula XVI.

A cláusula XVI foi assunto que não escapou à percepção da Chancelaria imperial, mercê da qual Elizalde conseguira encaixar os futuros limites da Argentina com o Paraguai. Surgiu assim o problema do Chaco, que dará tantas voltas e acarretará dissabores e consequências imprevistas. Como se permitira semelhante erro? — teriam perguntado o Barão da Ponte Ribeiro, o Conselheiro Nascentes de Azambuja, o diretor geral Joaquim Tomás do Amaral (futuro Barão e Visconde de Caro Frio), então em comissão no Rio da Prata. Azevedo Pecanha e outros funcionários especializados em limites e problemas da bacia do Prata. Tratava-se de uma questão que deveria merecer exame meticuloso; e, mais que isso, deveria ser contrariada em suas finalidades, quando o ensejo fosse oportuno; isto é, quando se discutisse o tratado definitivo de paz. Em poucas palavras o problema poderia ser reduzido ao seguinte: — os Aliados haviam-se comprometido a respeitar a soberania, independência e integridade territorial do Paraguai. No entanto, pela cláusula XVI do Tratado. a Argentina ficaria senhora de toda a margem esquerda do Paraná até Iguaçu; e de toda a margem direita do Paraná até Baía Negra, em frente ao forte de Nova Coimbra. Em suma, quase todo ou todo o Chaco paraguaio ficaria em poder da Argentina. Pretensão exorbitante, que não encontrava fé nos velhos títulos históricos coloniais. Essa pretensão contrariava títulos coloniais que davam parte da região ao Paraguai, como davam à Bolívia

a maior porção do Chaco em consequência da Cédula real de 1560 que criou a Gobernación de Santa Cruz de la Sierra. A Audiência de Charcas incentivou a colonização do Chaco em nome de uma jurisdição político-administrativa colonial, que hoje corresponde à Bolívia. Ademais, o Império comprometera-se, nas negociações de Buenos Aires, a ressalvar os direitos da Bolívia no litígio territorial desta com o Paraguai. (1)

O governo de Mitre pensou que, com a evacuação da provincia de Corrientes, estivesse a guerra prestes a terminar. Sem demora, José Mármol, ministro da Argentina no Rio de Ianeiro, apresentou ao Governo Imperial um projeto de tratado de paz. Este projeto de tratado de paz alertou a Chancelaria imperial e chamou a atenção para a cláusula XVI do Tratado da Tríplice Alianca. Por isso, a Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, constituída pelos Viscondes de Uruguai e de Jequitinhonha e por Pimenta Bueno, foi solicitada a opinar. A 30 de novembro de 1865, o Visconde de Uruguai e Pimenta Bueno manifestaram seu pensamento de maneira clara e precisa, reconhecendo com intensa mágua o que se consignara na cláusula XVI, dizendo: "Por este artigo, ao tempo em que se assinalam ao Brasil limites muito aquém do que ele podia com justiça pretender, atribui-se à Confederação uma grande parte da América do Sul, que, embora ambicionasse sempre, nunca ousou abertamente pretender! Não se viram, não se apreciaram as conseque dai resultarão em gravíssimo dano do Brasil?... A Confederação não tinha um só título valioso para pretender isso. Ela contentarse-ia com a margem direita do Paraguai da confluência

⁽¹⁾ Ver Teixeira Soares, "O Drama da Tríplice Aliança", Rio, 1956, onde este assunto se encontra amplamente desenvolvido. Consultar também Miguel Mercado Moreira, "El Chaco boliviano", Cochabamba, Bolivia, 1928.

do Paraná até o Pilcomayo, pouco abaixo de Assunção. O Paraguai nunca lhe reconheceu direito senão até o rio Vermelho (Bermejo), pouco acima de Humaitá. Entretanto, por essa estipulação adquire a Confederação acima do rio Vermelho, 740 milhas de costa no Paraguai com um fundo imenso sobre o grande Chaco. É o território fértil de um grande Estado, com navegação franca para imensa colonização e futuro predomínio! A Aliança volveuse assim contra o Paraguai como contra o Brasil, em proveito exclusivo da Confederação. Desde que assim se estipulou, é impossível manter mais por muito tempo a independência real do Paraguai".

Nesse parecer há censura velada ao negociador brasileiro, Francisco Octaviano. Contudo, recorde-se que Francisco Octaviano teve seus atos aprovados por Saraiva, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Logo, existe também censura a Saraiva.

Jequitinhonha aduziu algumas considerações curiosas, posto estivesse de acordo com o Visconde de Uruguai e com Pimenta Bueno. Assim, afirmou que a Argentina pretendia absorver o Paraguai. Ora, fora sempre política do Império defender o Paraguai e separá-lo da Argentina. Mercê da cláusula XVI, Mitre e Elizalde enfraqueciam o Paraguai, e também enfraqueciam o Brasil. Jequitinhonha acreditava que só se devia pensar na guerra, e na maneira de fazer a guerra. Por conseguinte, as disposições do Tratado da Tríplice Aliança poderiam considerar-se provisórias, porque dependiam fundamentalmente da conduta da guerra e do seu desfecho. Aliás, todas as cláusulas do Tratado dependiam primordialmente do desfecho da guerra.

O projeto argentino de um tratado de paz foi estudado. Saraiva concordou com o parecer do Conselho de Estado. Francisco Octaviano, ao receber em maio de 1866. o anteprojeto brasileiro, que capeava o projeto argentino, foi instruído por Saraiva para alcançar da Argentina, renúncia ou revisão das suas pretensões ao Chaco. Mas, com alto espírito de previsão, Saraiva instruiu Francisco Octaviano a lidar com a hipótese negativa: — se a Argentina não aceitasse a proposta brasileira, então se celebraria uma convenção especial Brasil-Argentina, que estipulasse claramente que o estatuído no Tratado da Tríplice Aliança não prejudicaria os direitos da Bolívia; que o governo argentino se obrigaria a sujeitar o pleito, que tivesse com a Bolívia, à arbitragem; e que o território da margem direita do rio Paraguai, desde a foz até Baía Negra, seria dividido entre a Argentina e a Bolívia. Contudo, poderia materializar-se outra hipótese negativa: que a Argentina não aceitasse a proposta de uma convenção especial. Então, Francisco Octaviano ficaria instruído a obter que a garantia perpétua do Tratado da Tríplice Aliança fosse substituída por uma temporária, para dentro de certo prazo se convencionarem as fronteiras. No projeto argentino de paz, de 1865, apresentado por Mármol, já se achava a aspiração de Buenos Aires de ser limite com o Brasil em Baía Negra. No contra-projeto de Saraiva, de maio de 1866, se encontra claramente expresso o seguinte: "Fica entendido que a estipulação do artigo que precede, destinada unicamente a fixar os limites entre a República Argentina e a do Paraguai, não pode prejudicar, nem prejudica, quaisquer direitos que a República da Bolívia possa ter ao território da margem direita do Paraquai que se estende até a Baía Negra ou a alguma parte desse mesmo território". (1)

Logo após a instalação do governo provisório de Assunção, Mariano Varela, ministro das Relações Exte-

⁽¹⁾ Telxeira Soares. "O Drama da Triplice Aliança", págs. 195 e segs. Consultar do mesmo Autor, «O Gigante e o Rio», Rio, 1957.

riores do Presidente Sarmiento, apresentou a Paranhos uma série de contrariedades dialéticas que levaram o Governo Imperial a determinar a ida do mesmo Paranhos a Buenos Aires com o fito de conciliar interesses desavindos, obter definições precisas e evitar o divórcio entre a Argentina e o Brasil. De repente, em 17 de novembro de 1869, estalara um petardo seco, mas perigoso, porque o general Emilio Mitre comunicou a Carlos Loyzaga e a Paranhos que havia resolvido pôr guarnição em Villa Occidental, a antiga colônia paraguaia denominada Nova Bordéus, a poucas léguas de Assunção, no território do Chaco (e finalmente Villa Hayes). Mensagem idêntica foi dirigida a Serápio Machain, ministro das relações exteriores do governo provisório de Assunção. Em longa nota, de 11 de janeiro de 1870, enviada ainda de Assunção. Paranhos rebateu a política bifronte de Varela, que já parecia haver-se arregimentado entre os "pacifistas" e inimigos do Tratado da Tríplice Aliança. Varela dissera em nota: "Assim, ao ocupar o Chaco, a República Argentina não resolve a questão de limites: toma pelo direito da vitória o que crê ser seu, disposta a devolvê-lo, se o Paraguai apresentar provas que vençam as nossas, quando se tratar da questão de direito". Quanto aos limites entre o Império e o Paraguai, disse Paranhos de maneira lapidar:

"Esses limites, com a única e pequena alteração da linha do Igurei, são os mesmos que o Brasil, dando prova de espírito mais conciliador, ofereceu ao governo paraguaio desde 1852 como solução amigável e honrosa da sua questão territorial. Os títulos desse domínio, que era de posse efetiva antes da guerra, em toda a extensão do território contestado, com exceção do Fechodos-Morros, já são conhecidos dos ilustres alia-

dos do Brasil e do mundo civilizado. Os referidos títulos foram exibidos e aquilatados em face dos que apresentara por sua parte o presidente D. Carlos Antonio López, em discussão que consta de protocolos impressos desde 1857 e que formam um volume da coleção de relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império. São os protocolos que impuseram silêncio por anos à obstinação daquele governo e o induziram a assinar os acordos amigáveis de julho de 1856 e fevereiro de 1858".

Os representantes argentinos (Varela, Vedia, Quintana e outros) só tenderam a agravar o problema de limites com uma obstinação absurda que faz prever o malogro da ação de Paranhos. Nessa altura, Paranhos deixou o cenário platino para seguir para o Rio de Janeiro. onde teria de organizar o gabinete glorioso que operaria sob seu comando. Cotegipe, encarregado pelo Imperador Dom Pedro II e por Paranhos de defender os direitos do Brasil na questão de limites, foi a 9 de agosto de 1871 nomeado Enviado Especial junto aos Presidentes do Uruguai, Argentina e Paraguai. Terá desde logo de lidar com Carlos Tejedor, novo ministro das Relações Exteriores da Argentina, arestoso, vaidoso, sucessor de Mariano Varela. Quintana, o representante argentino nas negociações, se não perfilhava totalmente a "política de fechar caminhos" de Carlos Tejedor, não deixava pelo menos de fazer uma política de pequenas negativas. Cotegipe insistiu na tese de que os Aliados deveriam apresentar-se unidos nas negociações dos limites, porque doutra forma só poderiam enfraquecer-se.

As notícias do Uruguai não eram nada boas. Os blancos haviam levantado a bandeira da revolta contra

o governo colorado de Lorenzo Battle. De novo a guerra civil devastava a campina uruguaia. Nem em Buenos Aires nem em Montevidéu se poderia alegar que o Império fosse o autor das lutas no Uruguai. O governo do presidente Battle vingou-se dos acontecimentos, desfechando uma campanha de perseguição contra o Banco Mauá, obrigando-o a fechar as portas durante algum tempo. No entanto, desse Banco disse Cláudio Williman, depois Presidente do Uruguai: "Su credito e influencia llegaron a ser a poco omnipotentes en el Rio de la Plata. Fué la más poderosa agencia diplomática del Imperio". Quando começou a Guerra da Tríplice Aliança, o Governo uruguaio devia 1.113.000 pesos ao Banco Mauá.

Cotegipe, Quintana e o uruguaio Rodriguez reuniram-se pela primeira vez em Assunção em 3 de novembro de 1871. Desde logo, o Enviado especial do Brasil compreendeu que a situação se tornara crítica, porque os paraguaios estavam a par das desinteligências entre o Império e a Argentina. A 3 de novembro de 1871, o Barão de Cotegipe respondeu claramente a Quintana: "O compromisso da aliança não se deve entender de modo que a sua força coletiva sirva para dar ao Brasil ou à República Argentina territórios a que não tinham legítimo direito antes da guerra, porque toda idéia de conquista foi arredada pelo pacto da aliança".

Quintana, não sabendo replicar a Cotegipe, propôs que os representantes dos três países voltassem a Buenos Aires. Cotegipe compreendeu então que a diplomacia argentina era de avanços e recuos, empenhada apenas em fazer perder tempo.

A atitude de Tejedor e de Quintana, através de todos esses acontecimentos, como dissemos em nosso livro "O Drama da Triplice Aliança", faz recordar o passo de Cervantes: "Aqui podemos, hermano Sancho Panza, meter

las manos hasta los codos en esto que llaman aventuras"... Cotegipe sentira as fintas de Tejedor e Quintana. Por isso, num golpe de audácia, resolveu esclarecer definitivamente o horizonte turbado. Posto ainda não houvesse recebido instruções definitivas do Conselheiro Correia. Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre o assunto em andamento (o Conselho de Estado só se reuniria em 22 de janeiro de 1872). Cotegipe resolveu dar o famoso coup d'éclat. como disse Nabuco em sua obra clássica, "Um Estadista do Império". Se o Império não desejaria ver restaurado o governo absoluto no Paraguai, "pelo menos, não trataria mais com os Francias, os Carlos López, os Solano López", como afirmou Nabuco (ibidem, vol. II, pág. 313). Entretanto em estreita inteligência com Carlos Loyzaga e com este mantendo importantes e continuas conversações, Cotegipe tomou por base o Tratado da Triplice Alianca e o Acordo preliminar de paz, de 20 de junho de 1870, e fez empenho em assinalar nas entrevistas com Carlos Loyzaga, ministro das Relações Exteriores do Paraguai, que o Império procederia com moderação e benevolência na defesa dos seus interesses. A 9 de janeiro de 1872 foram assinados os Tratados de Paz e Amizade Perpétua, e de Limites, com o Paraguai. Os limites definitivos entre os dois países ficaram sendo os seguintes: -"O território do Império do Brasil divide-se com o da República do Paraguai pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras, na foz do Iguaçu, até o Salto Grande das Sete Quedas, do mesmo rio Paraná; Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da serra de Maracaju, até onde ela finda; daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambaí; Prossegue pelo mais alto desta Serra até a nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até sua foz, na

margem oriental do rio Paraguai; Todas as vertentes que correm para Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para Sul e Oeste pertencem ao Paraguai. A ilha do Fecho-dos-Morros é do domínio do Brasil".

O Congresso paraguaio aprovou, a 20 de janeiro, o Tratado definitivo de Paz e o Tratado de Limites. As ratificações foram trocadas no Rio de Janeiro em 26 de março de 1872.

A demarcação da fronteira foi iniciada em 12 de agosto de 1872, na confluência dos rios Apa e Paraguai. Foram comissários demarcadores o Coronel de engenheiros Rufino Enéias Gustavo Galvão, depois Barão e Visconde de Maracaju, e o Capitão-de-navio Domingo A. Ortiz. A demarcação terminou em 24 de outubro de 1874. A respeito dessa demarcação afirmou o Comissário paraguaio:

"Por consecuencia de estos trabajos el tratado de 9 de Enero 1872 ha sido cumplido en todas sus partes y demarcada la frontera de ambos países con verdadera escrupulosidad y exactitud, aclarando para siempre cualesquiera cuestiones de límites". (Ver Cesar A. Vasconsellos, "Los límites del Paraguay", vol. I, pág. 63, Assunção, 1931).

A diplomacia imperial conseguirá evitar que a Argentina se apodere do Chaco e aperte o Paraguai entre as pontas das tenazes, de um lado, o território de Misiones; do outro, o imenso corredor, o imenso descampado do Chaco. Procedendo com uma lógica verdadeiramente dinâmica ela irá de vitória em vitória até que sob o olhar vigilante do Barão d'Aguiar de Andrada, Ministro do Império em Buenos Aires, em 3 de fevereiro de 1876 três tratados definitivos foram assinados entre o Paraguai e



a Argentina: — o tratado definitivo de paz, o tratado de amizade, comércio e navegação, e o tratado de limites. Limite definitivo entre a Argentina e o Paraguai é o rio Pilcomayo. Quanto ao Chaco, estabeleceu-se o seguinte: — o território compreendido entre o braco principal do Pilcomayo e a Baía Negra ficou dividido em dois setores: o primeiro, compreendido entre Baía Negra e o rio Verde, que se encontra a 23°10' de latitude Sul, segundo o mapa de Mouchez; e o segundo, compreendido entre rio Verde e a boca principal do Pilcomayo, inclusive Vila Ocidental. O governo argentino renunciou definitivamente a qualquer pretensão ou direito sobre aquele primeiro setor. O segundo setor foi submetido à arbitragem do Presidente dos Estados Unidos, Rutherford Hayes, que a 12 de fevereiro de 1878 deu laudo favorável ao Paraguai. À vista dos termos do laudo do Presidente Hayes, o território situado entre o rio Verde e o braço principal do Pilcomayo. inclusive Vila Ocidental (depois Vila Hayes), ficou pertencendo ao Paraguai.

* * *

Tempo houve em que, no trecho entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da Baía Negra, a posse da margem direita do rio Paraguai foi pleiteada por três países, — Paraguai, Argentina e Bolivia. Possuidor da margem esquerda do rio Paraguai, o Brasil permanecera na posição de espectador, aguardando que os três países pleiteantes ajustassem em definitivo seus interesses. A partir da Paz de Buenos Aires (de 3 de fevereiro de 1876), a Argentina abandonou a liça para sempre. Ficaram a Bolívia e o Paraguai. Infelizmente, durante longos anos, ao invés de ajustarem seus interesses de maneira pacífica, Bolívia e Paraguai se desentenderam de tal forma que acabaram chegando à guerra do Chaco. A vitória das

armas sancionou a política do Paraguai em termos relativos, porque se o Paraguai ganhou a guerra, perdeu a paz; e, segundo, porque os paraguaios não cruzaram o rio Parapeti (o paralelo 20°30') durante a Guerra do Chaco, não podendo assim apoderar-se do petróleo boliviano da área de Camiri.

Por diversas vezes a diplomacia brasileira procurou estabelecer a linha de fronteira entre a Baía Negra e a foz do rio Apa, o que foi conseguido pelo Tratado Complementar de Limites ao Tratado de 9 de janeiro de 1872, celebrado no Rio de Janeiro em 27 de maio de 1929 pelo Chanceler Octavio Mangabeira e pelo Ministro do Paraguai Rogélio Ibarra.

O art. I desse Tratado estabeleceu: "Da confluência do rio Apa, no rio Paraguai, até a entrada ou desaguadouro da Baía Negra, a fronteira entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai é formada pelo álveo do rio Paraguai, pertencendo a margem esquerda ao Brasil e a margem direita ao Paraguai". O art. II estabeleceu: "Além da ilha do Fecho dos Morros, que é brasileira, conforme ficou estipulado na parte final do art. I do Tratado de Limites de 9 de janeiro de 1872, pertencem, respectivamente, aos Estados Unidos do Brasil ou ao Paraguai, as demais ilhas que figuem situadas do lado oriental ou do lado ocidental da linha de fronteira. determinada pelo meio do canal principal do rio, de maior profundidade, mais fácil e franca navegação, reconhecido no momento da demarcação, segundo os estudos efetuados. Uma vez feita a distribuição geral das ilhas, elas só poderão mudar de jurisdição por acessão à parte oposta. As ilhas que se formarem posteriormente à data da distribuição geral das mesmas serão denunciadas por qualquer das partes contratantes e se fará a sua adjudicação de acordo com o critério estabelecido no presente artigo". Desde 1939 até hoje a adjudicação dessas ilhas não foi feita, a despeito das insistências do Brasil. O Paraguai ocupou a Ilha de Porto Murtinho, que se encontra diante da localidade brasileira do mesmo nome.

A fronteira Brasil-Paraguai vale como um exemplo curioso de uma fronteira que se humaniza lentamente em sua extensão seca, perdendo as características de fronteira bravia, agreste e tumultuosa, que teve até passado recente. Fronteira de 1.339 kms de extensão, ela dispõe de duas bases de orientação imutável, o rio Paraná e o rio Paraguai. Por conseguinte, o Paraguai é servido, juntamente com o Brasil, por um esplêndido sistema potâmico, que conta com os maciços violentos dos Saltos das Sete Quedas e das Cataratas de Iguaçu, que serão gigantescos produtores de energia hidrelétrica. Ademais, Foz de Iguaçu é ponto de trijunção da Argentina, Brasil e Paraguai.

No passado, essa fronteira foi uma fronteira de invasão. Exemplo: a invasão da Província de Mato Grosso, sem declaração de guerra, por Francisco Solano López. Hoje, essa fronteira — com o Paraguai e com a Argentina — é uma fronteira de convizinhança prestante e fecunda, é uma fronteira de pressão incessante do lado do Brasil, porque a colonização intensiva de todo o Oeste paranaense (onde, depois de 1920, surgiram mais de 40 cidades novas) e do Oeste catarinense, o problema se inverteu em relação ao passado; e porque, hoje, é a fronteira brasileira, mais dinâmica, mais enriquecida por intenso processo colonizador, e politicamente sensibilizada, a que faz pressão constante sobre a fronteira paraguaia e a fronteira seca argentina (na zona das Missões) entre os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio. Repete-se na fronteira Brasil-Paraguai o exemplo de cidades geminadas como Sant'Ana do Livramento-Rivera, no exemplo não menos interessante de Ponta Poran (Brasil) e Pedro Juan

Caballero (Paraguai). Por detrás da linha de fronteira Brasil-Paraguai, a 150 kms de profundidade no mínimo. começa o cinturão verde de uma agricultura em frança expansão constituída por regiões ervateiras, cafeeiras e horti-granjeiras, conjugada com a criação do gado em larga escala. É o Sul do Estado de Mato Grosso, com suas cidades claras e risonhas de Dourados, Miranda, Nioac, Maracaju, Ponta Poran, — criação do bandeirismo moderno de paulistas e gaúchos, uma nova Terra da Promissão susceptível de abrigar uns 20 ou 30 milhões de brasileiros procedentes doutras áreas do território nacional. É uma fronteira pioneira, baseada na Aventura, primeiro dos Bandeirantes, depois dos bandos erráticos de jagunços, para chegar à fase atual de fraternização de raças em plena expansão econômica e social. Fronteira luminosa de energia humana, onde tudo é jovem, grande e belo.

LIMITES ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA

Chave dos destinos comuns do Brasil e da Argentina desde o século XVIII até ao presente, a Bacia do Prata representa a maior concentração demográfica e econômica da América do Sul (se lhe juntarmos a bacia Paraná-Paraguai-Uruguai do território brasileiro, onde o rio Tiețe, afluente do Paraná, e por conseguinte rio platino, tem sua nascente a 13 kms de distância de Santos). Essa bacia interessa diretamente a cinco países, - Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Diferentemente da bacia amazônica, a bacia platina, em sua fase atual, é estuante de riqueza criada. Ademais, é um anfiteatro gigantesco onde se representam altos interesses politicos, nem sempre perfeitmente harmonizados entre si: mas, onde fortes correntes de estrangeiros procedentes da Europa criaram uma humanidade nova, igualizada pelo amor à terra e solidarizada pelo desejo de viver democraticamente ao amparo de uma consciência de liberdade. Nesse anfiteatro a raza de bronce sofreu, no entender de Costa du Rels, el embrujo del oro (o que vale dizer, a fascinação também da prata e do estanho); e essa mesma raça de bronze conviveu com o branco dominador que criou uma estrutura econômico-social esmagadora das velhas sociedades indígenas do Alto Peru. dos Andes argentinos e chilenos, dos Guaranis do Paraguai, e dos Charruas, Tapes e Minuanos do Uruguai e do Continente de São Pedro do Rio Grande. O pro-

digioso cenário dos pampas argentinos, das mesetas andinas, das campinas uruguaias desvendou-se ao conquistador europeu como um convite a uma obra de transfixação, isto é, de trocar os velhos e estreitos lares da Europa pela largueza e abastança da jovem terra americana. Mais tarde virão os estudiosos dessa nova maneira de viver e conviver e serão Martínez Estrada com sua "Radiografia de la Pampa", ou Rodríguez Molas com sua notável "História social del Gaucho".

Encarados geopoliticamente, Brasil e Argentina poderão dar duas conceituações curiosas: a Equatoridade, do Brasil: e a Australidade, da Argentina. Entre a Linha do Equador e o paralelo de 12º Sul se estende o Brasil na sua máxima projeção territorial Oeste-Leste. Por consequinte, quer buscando devassar a Bacia amazônica com a construção da Transamazônica, quer pretendendo criar fronteiras pioneiras em Rondônia, Mato Grosso e Roraima, a Equatoridade faz do Brasil um país eminentemente tropical, construído em sua mor parte sobre o Trópico, e dotado por isso de toda a magia que provém do intenso colorido tropical. Ainda haveria a considerar que a população brasileira, por motivo da sua intensa miscegenação, bronzeia-se, amorena-se. Então, a Equatoridade tem sua razão de ser no contexto da realidade brasileira.

A projeção geográfica da Argentina arranca da Terra do Fogo para o Norte, encarreirada entre a cordilheira dos Andes de um lado, e o Oceano Atlântico do outro. Existe uma verdadeira gradação de climas frios do Sul para o Norte até chegar às regiões cálidas de Misiones, Formosa e do Pilcomayo. O "espaço vital" argentino apresenta as regiões semidesérticas, selváticas e frias da Patagônia, de maneira que o território arável e agricultável é constituído pelos Pampas, uma das regiões

mais férteis do mundo, comparável às Corn e Wheat Belts dos Estados Unidos e do Canadá e à "Terra Negra" da Ucrânia.

A projeção geográfica da Argentina nos ensina que, diferentemente da lição do passado, se processa uma verdadeira marcha para as regiões frias do Sul e, futuramente, para a Antártica argentina. Isso quer dizer que a Australidade, como conceituação geopolítica, vem exercendo um imperativo orientador na consciência e na sensibilidade do povo argentino. Se no século passado a Patagônia só servia para a criação de ovelhas, neste século, e na quadra em que vivemos, o destino magnético da Argentina impele a gente nova para a região abaixo da Baía Blanca, onde se criará por certo uma nova "civilização" argentina e onde se criará um tipo físico bem semelhante ao existente de Puerto Valdivia até Punta Arenas, no Chile. Australidade, branquidade austral. Será, no entanto, uma civilização qualitativa, e não quantitativa, o que significará que o impeto de crescimento demográfico nessas regiões será relativamente pequeno, como acontece nos países escandinavos.

* * *

O uti possidetis de 1810 determinou, de um modo geral, os limites das novas nacionalidades hispano-americanas. Contudo, a ausência de limites definidos entre o Brasil e a Argentina inquietou muita gente, tanto na Corte do Rio de Janeiro como em Buenos Aires. Não surgia momento azado à discussão de tão importante assunto, por mais que estadistas e diplomatas brasileiros e argentinos o procurassem. No quadro geral da Argentina a época era de turbulenta caudilhagem. As guerras civis desenrolavam-se num ritmo violento com toda a sua humanidade variegada que ia desde a rabona (a esposa

ou barregã do soldado) até aos generais recamados de dourados e admiráveis cavaleiros como Juan Lavalle, o inimigo de Rosas. Como disse Enrique de Gandia, "en la Argentina de Rosas se era primero federal y luego argentino. Los unitarios no tenían derecho a ser argentinos y sólo merecían el degüello" (ver General Tomás de Iriarte, "Rosas y la desorganización nacional", página CLXXXI do prefácio de Enrique de Gandia, Buenos Aires, 1946).

O primeiro tratado celebrado entre o Império e a Confederação Argentina foi o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado na cidade de Paraná, capital da Confederação, pelo Visconde de Abaeté com Juan Maria Gutiérrez, Ministro das Relações Exteriores da Confederação, em 7 de marco de 1856. Esse tratado estabeleceu em sua cláusula XIV que as embarcações brasileiras e argentinas, tanto mercantes como de guerra, poderão navegar os rios Paraná, Paraguai e Uruguai na parte em que estes rios pertençam ao Império do Brasil e à Confederação Argentina com sujeição apenas aos regulamentos fiscais e de polícia. Depois, como já informamos anteriormente, por causa de dificuldades surgidas nas relações do Império com o Paraguai, houve necessidade de se destacar em missão especial ao Uruquai, à Confederação Argentina e ao Paraguai, um grande negociador. Paranhos foi esse negociador. Na cidade de Paraná. Paranhos assinou a Convenção fluvial de 20 de novembro de 1857, que completou as estipulações do Tratado de 7 de marco de 1856, bem como os Tratados de 14 de dezembro de 1857, de Limites e de Extradição de criminosos.

Estes dois últimos tratados, ratificados pelo Brasil, aprovados pelo Congresso de Paraná, não foram ratificados pelo Governo da Confederação Argentina. O Go-

verno da Confederação deixara vencer-se o prazo das ratificações, porque o Governo Imperial não quisera aliarse com o Governo de Paraná para submeter pelas armas a provincia rebelde de Buenos Aires. História curiosa a desse tratado que convém contar a traços rápidos. Em vista de certas críticas feitas pela oposição, o general Urquiza manifestou a intenção de anular os tratados de limites e de extradição. Em 14 de julho de 1859, Elias Bedova, ministro das Relações Exteriores da Confederação, passou nota ao Conselheiro José Maria do Amaral, Ministro do Império, para lhe dizer: "Este desfavorável resultado (isto é, os ataques aos tratados), que o governo deseja previnir, se apresentará a V. Excia., com maior grau de probabilidade, se se recordar da séria oposição que o governo encontrou nas câmaras, apesar de ter tido lugar a discussão sob a impressão de que a sanção daqueles tratados levava em si a implícita condição de que o governo de S.M.I. prestaria ao da Confederação a sua cooperação moral e material para obter a reincorporação de Buenos Aires ao seio da nação". Urquiza ressentira-secom o Império pelo fato de não lhe haver dado apoio moral e material para obter a volta de Buenos Aires à Confederação. A ratificação dos tratados dependeria, pois, da retribuição de um favor por parte do Brasil. Comentando a nota de Bedoya a Amaral, Pereira Pinto sentenciou: "A argumentação desleal, desta nota, suas frases especiosas e sem nexo, não resistem à mais ligeira análise". ("Apontamentos para o Direito Internacional", vol. IV. pág. 59).

O sucessor de Urquiza foi Santiago Derqui, que tomou a decisão de impor a vontade da Confederação pelas armas à Província de Buenos Aires. Derqui foi derrotado na batalha de Pavón (17 de setembro de 1861) por Mitre. Em maio de 1862, Mitre foi eleito presidente

da República e iria iniciar a construção da "nueva Argentina".

Em 1874, justamente numa fase delicada das relacões diplomáticas entre o Império e a Argentina motivada pela liquidação dos assuntos críticos da Guerra da Tríplice Aliança, o Barão d'Aguiar de Andrada recebeu instruções para obter a ratificação do tratado de limites de 1857 ou negociar outro ajuste de limites. Loureiro (Barão de Javari), quando estivera em missão especial em Buenos Aires, tratou do assunto, mas sem êxito. Aguiar d'Andrada tropeçou em dificuldades suscitadas pelo jogo de propostas e contra-propostas; até que em 1881 a Argentina manifestou suas primeiras dúvidas a respeito da localização exata dos rios Pepiri-Guacu e Santo Antonio, Chapecó ou Pepiri-Guacu e Chopim ou Santo Antonio Guacu, no território que o Governo argentino considerava litigioso com o Brasil. Surgiu assim a questão das Missões (ou de Palmas).

Em maio de 1860, uma comissão chefiada pelo Tenente-coronel José Maria Pereira de Campos procedeu ao reconhecimento da região, bem como ao reconhecimento de todos os afluentes do rio Uruguai devidamente referidos pelas diferenças de longitude. Compararam-se depois as posições geográficas encontradas com as consignadas pelos demarcadores de 1759. Verificaram-se divergências em sua mor parte insignificantes. Em 1882 o Governo imperial fundou as colônias militares de Chapecó e Chopim, que haviam sido determinadas por decreto de 1859. Luís Dominguez, ministro da Argentina no Rio de Janeiro, fez diligências junto ao Conselheiro Pereira de Souza, Ministro dos Negócios Estrangeiros, para obter o adiamento da fundação dessas colônias militares. Dessas diligências não surgiram nem protocolo nem troca de notas. Repontou uma medida administrativa do Governo argentino, a criação do Território ("Gobernación") de Misiones, em 22 de dezembro de 1881. cuja jurisdição abrangia o território litigioso. Nesse ano de 1882, o Barão de Araújo Gondim, Ministro em Buenos Aires, recebeu instruções para retomar as negociações na base do Tratado de limites de 1857. Victorino de La Plaza, Ministro das Relacões Exteriores, não aceitou a proposta brasileira. Em 1884, o Barão de Alencar, Ministro em Buenos Aires, apresentou uma proposta baseada num memorandum do Visconde de Cabo Frio: como os rios discutidos jamais houvessem sido reconhecidos ou levantados por brasileiros ou argentinos, cumpria que tal trabalho fosse feito por uma comissão mista, da qual participaram como comissários o Barão de Capanema (Guilherme Schuch) e o Coronel Garmendia. Do lado brasileiro participaram vários técnicos, como o Capitão de engenheiros E. C. Jourdan, o autor da "Guerra do Paraguai" (publicada em 1871). Da proposta feita pelo Barão de Alencar surgiu o Tratado de 28 de setembro de 1885. A Comissão mista, que operou no terreno, procedeu a minucioso levantamento, de 1887 a 1890. Em 1888 a Comissão mista verificou que o rio Jangada (chamado San Antonio Guazu pelo demarcador Oyarvide em 1789) era o contravertente do Chapecó. O Governo imperial teve então uma decisão curiosa: - permitiu que se procedesse ao levantamento do rio langada, muito mais para Leste, e dando assim um possível trunfo aos argumentos argentinos. Os representantes brasileiros haviam-se recusado a atender ao pedido dos seus colegas argentinos; mas a ordem viera de cima, de maneira que se fez o levantamento desse rio. O reconhecimento do rio Jangada (então para os argentinos, o rio San Antonio Guazu) foi feito por uma comissão mista dirigida pelo Engenheiro Odebrecht (Brasil) e pelo Tenente Montes

(Argentina). Conforme informou o Barão do Rio-Branco: em 1892, Valentín Virasoro, em seu trabalho "Misiones y Arbitraje", publicado inicialmente na Revista do Instituto Geográfico Argentino, 1892, págs. 110 e seguintes, escreveu com justiça lealdade: "El rio Chopmi desapareció como límite del litigio, desde que se evidenció que él no es el San Antonio Guazu, y que el Gobierno Brasilero, procediendo con espontaneo espiritu de verdad y de justicia, consentió en la exploración hasta el verdadero San Antonio Guazu ó Jangada".

Em 7 de setembro de 1889 Brasil e Argentina assinaram em Buenos Aires o tratado para pronta solução do assunto do território das Missões (ou Palmas). Pouco tempo depois Zeballos assumiu a pasta das Relações Exteriores. Pelo tratado de 5 de novembro de 1889 assinado no Rio de Ianeiro convencionou-se apresentar o caso à arbitragem do Presidente dos Estados Unidos da América, tratado celebrado no apagar das luzes do Império pelo Conselheiro Diana, o último Ministro dos Negócios Estrangeiros, natural do Rio Grande do Sul. Como se vê, o litígio das Missões caminhava rapidamente para uma solução arbitral; quando, de repente, o tratado de 23 de janeiro de 1890, assinado em Montevidéu, por Quintino Bocayuva e pelo Barão de Alencar, com Estanislao Zeballos e Enrique B. Moreno, pretendeu dividir o território entre ambos os países. O tratado assinado em Montevidéu transformava o tratado de 5 de novembro de 1889 em letra morta.

Quintino Bocayuva, ministro das relações exteriores do Governo provisório, pretendera criar um espírito novo e dar exemplo de fraternidade americana. Segundo informou o Embaixador Araújo Jorge em sua "Introdução às Obras do Barão do Rio-Branco", no território litigioso, entre 5.793 habitantes, conforme o recenseamento de 30

de dezembro de 1890, só existiam 30 estrangeiros e destes apenas um era argentino.

A solução dada pelo tratado de Montevidéu — uma linha reta a ligar as embocaduras dos rios Chopim e Chapecó — levantou celeuma na opinião pública. Ladário, o glorioso Barão de Ladário, eminente demarcador, escreveu uma série de artigos notáveis na "Tribuna", do Rio de Janeiro. Na Biblioteca do Itamaraty (Coleção Barão do Rio-Branco) existe o volume que contém os artigos de Ladário, copiosamente anotados pelo próprio Barão. Exemplar precioso. O Conselheiro Nascentes de Azambuja, o Barão de Capanema (que manteve polémica pela imprensa com Zeballos), Dionísio Cerqueira, Eduardo Prado, Sezerdelo Correia, Paula Freitas e tantos outros atacaram o tratado de Montevidéu, mostrando o prejuízo que esse ato internacional representava para o Brasil.

No livro, "Actas e Actos do Governo Provisório" de Dunshee de Abranches (Rio, 1907), encontra-se o relato feito da sessão de 29 de novembro de 1890, na qual Quintino Bocayuva pediu a palavra para expor a política entre o Brasil e as Repúblicas do Prata. Dessa explanação muito curiosa reproduzimos o seguinte trecho até ao final da mesma explanação:

".... Continuando a exposição, lê uma carta de vinte e quatro de dezembro de mil oitocentos oitenta e oito, do ministro das relações exteriores ao Sr. Moreno, achando importantes as revelações nela contidas, a respeito do que pensava o então ministro de Estrangeiros, Rodrigo Silva, sobre o terreno litigioso das Missões.

Diz mais a carta que "um acordo equitativo seria aplaudido pelo povo argentino e folga em saber que o Sr. Ministro quer ir a Montevidéu para resolver a questão, porém deseja que haja antes um acordo definitivo, a fim de que não seja infrutífera a viagem".

Lê depois o projeto de ajuste que foi deixado na secretaria pelo Sr. Rodrigo Silva. Esse projeto trazia para muito dentro do nosso território a linha divisória, e isso não era absolutamente aceitável, porque ofendia fundamente os nossos domínios.

Para não fatigar, diz o orador que passa a ler as instruções por que se deviam reger as comissões.

Entre as comissões, porém, manifestou-se divergência quanto aos rios Santo Antonio-Guaçu e Jangada.

Lê mais um projeto de Tratado, onde se vê uma declaração do Sr. Ministro Pedro Luiz Pereira de Souza ao Sr. Dominguez, que ignorava o mandado dos dois oficiais Berma e Dantas pelo ministro da Guerra para estabelecerem as colônias do Chapecó e Chopim e que, logo que soubera, contribuíra para que imediatamente fossem esses oficiais obrigados a regressar.

Lê ainda a proposta do Sr. Moreno, que não era aceitável, em vista das judiciosas informações do Sr. Visconde de Cabo Frio, que aconselhava a divisão do território litigioso por uma linha natural, excluindo da divisão o território entre os rios Chopim e Jangada.

Nesses termos, foi ainda no tempo da monarquia feita a contra-proposta ao Sr. Moreno.

Expõe depois a resolução e parecer do Conselho de Estado pelos quais se evidencia que, nas esferas governamentais, dominava o espírito de divisão do território litigioso, havendo depois dessa sessão do Conselho de Estado uma troca de correspondência para a qual o orador pede a atenção do conselho. Lê ainda uma carta do Sr. Rodrigo Silva, comunicando ao ministro Alencar que, em conseqüência de trabalhos legislativos, não podia sair do Império e mais outras notas, que dão a entender que havia prévio acordo e resolução de concluir-se o Tratado.

O Imperador enviou para a secretaria das Relações Exteriores um projeto de acordo direto assinado pelo Sr. André Rebouças, no qual se concedia à República Argentina uma grande parte do nosso território.

É incontestável, pois, que Sua Majestade queria que fosse essa a solução definitiva que tanto nos prejudicaria em nossos direitos e domínios.

Lê ainda a conferência telegráfica, havida a respeito entre o Sr. Quirino Costa e o Dr. Diana, ministro dos Negócios Estrangeiros aqui.

Há um projeto de arbitramento efetivo, que também lê, sem data, pelo Dr. Moreno, dando como árbitro o Presidente dos Estados Unidos do Norte (sic).

Foi nessas circunstâncias que o Governo Provisório encontrou a questão. Deu-se todo o estudo, que já conhece o conselho; e, lá indo o orador, não pôs em litígio o terreno que, até há pouco contestado, ficou líquido em favor do

Brasil, decidindo-se que ficasse como linha divisória a que, partindo da foz do Chopim, fosse ter à foz do Chapecó, não em reta, mas seguindo os limites naturais, buscando a altura na quina da serra da Fartura.

Sobre esta divisão não tem dúvida, porque tem consciência do que fez. Pede, porém, ao conselho que evite o arbitramento, que virá grandemente prejudicar o território brasileiro, porque se tornarão litigiosos os terrenos que, pelo Tratado, ficam exclusiva propriedade do Brasil. O arbitramento demonstraria uma tolerância enorme e muita franqueza da parte do governo; porém fazia nascer o perigo de prejuízo para o nosso país. A situação atual é grave e não convém indisposições" (ibidem, págs. 278 e 279).

Muito curiosa, a explanação feita por Quintino Bocayuva. Mas, o Tratado de Montevidéu nascera condenado e seria condenado pela opinião pública brasileira. Ao contrário do que pnesava Quintino Bocayuva, o arbitramento defendido pela Chancelaria Imperial, que Bocayuva parecia ignorar ou desconhecer, e que ficou consubstanciado no Tratado de 7 de setembro de 1889, foi o bom caminho que permitiu a vitória do Brasil na questão das Missões. Na sessão secreta de 7 de agosto de 1891 na Câmara dos Deputados, Bocayuva fez as seguintes declarações: "O árbitro, que tiver de julgar a questão, há de ler tudo isso (documentos de um lado e outro) e, no meio das contradições de que está cheio o histórico da questão, dificilmente poderá formar uma prova

decisiva em nosso favor". (Ver na "Rev. da Soc. de Geografia do Rio de Janeiro, tomo LII, 1945, pág. 62 do estudo de Fonseca Hermes). A 10 de agosto de 1891, por 142 votos contra 5, o tratado foi definitivamente rejeitado pela Câmara dos Deputados.

Zeballos não perdia de vista a partilha do território, mas ao mesmo tempo fazia praça, por intermédio do seu ministro no Rio de Janeiro, de não ter o menor interesse em retardar a arbitragem. Para o Brasil, os Tratados de 7 de setembro e de 5 de novembro de 1889 estavam de pé. Por conseguinte, impunha-se a arbitragem.

O primeiro delegado a ser nomeado para a defesa dos direitos do Brasil foi o Barão d'Aguiar de Andrada que, após haver exercido brilhante missão em Buenos Aires, fora transferido para Berna. Desta capital Aguiar de Andrada seguiu para os Estados Unidos, disposto a dedicar o melhor da sua inteligência a tão delicado assunto. Aguiar de Andrada faleceu em Nova York em plena faina diplomática cinco meses antes da data da apresentação da memória que contivesse a defesa dos direitos do Brasil. Momento crítico, sumamente perigoso para a marcha dos assuntos. Era preciso encontrar novo advogado. Rio Branco foi nomeado nesse momento perigoso, quando os ventos pareciam soprar contra os interesses do Brasil a serem defendidos perante o árbitro, o Presidente Grover Cleveland no caso. Com fantástica tenacidade e um conhecimento magistral do assunto (História, Geografia, Instruções diplomáticas e técnicas, e Direito internacional), Rio Branco realizou uma tarefa dificil, a de resumir um assunto muito complicado num alegado lúcido, lógico, preciso. Estabelecendo elos de uma lógica irrespondível, Rio Branco provou que o pretenso direito da Argentina não se encontrava estribado nos Tratados de 1750. 1761,

1777; nem no "Mapa das Cortes", nem nas Instruções dos demarcadores, nem na própria tradição histórica dos viaiantes e dos roteiros. Daí a sensacional vitória de Rio-Branco, quando se soube no Brasil que o laudo arbitral do Presidente Cleveland, de 5 de fevereiro de 1895, fora. inteiramente favorável ao Brasil, o que representou a incorporação definitiva de um território de 30.621 km2 ao Brasil. As terras férteis de São Miguel do Oeste, Xanxerê, Chapecó até à balisa oriental de Joaçaba, essas campinas que no século XVIII haviam sido palmilhadas por astrônomos e cartógrafos portugueses e exploradas pelos Dragões d'El-Rey, ficaram definitivamente brasileiras em consequência da vitória diplomática de Rio Branco, que fechou de modo cabal e definitivo a fronteira do Brasil com a Argentina, que tem 1.263 km de extensão. A fronteira seca, no divisor d'águas dos rios Pepiri-Guaçú e Santo Antônio, tem apenas 24,5 km de extensão.

O território das Missões foi uma jogada vital para o Brasil; e isto porque, como disse o Embaixador Araújo Jorge, "se o perdêssemos, o Estado do Rio Grande do Sul ficaria quase inteiramente destacado do Brasil, ligado à União por uma língua de terra de 45 léguas até ao mar e a posição ocupada pelos argentinos nas nascentes do rio-Chapecó e na margem esquerda do rio Jangada, nos obrigaria, como disse Rio-Branco, a estar "permanentemente preparados para a defesa, mantendo em tornodaquela intrusão um círculo de fortalezas e de acampamentos" (ver "Introdução às obras do Barão do Rio-Branco", às págs. 87). Por conseguinte, a vitória de Rio-Branco, totalizadora a maciça, não nos restituiu somente o território considerado litigioso pelos nossos vizinhos; preservou-nos ademais todo o sistema natural decomunicações terrestres, estabelecido pelos Portugueses. desde o final do século XVII, mercê do qual se abriram e se consolidaram as vias de penetração estratégica que nos permitiram a solda entre a Capitania de São Paulo e a Capitania d'El-Rey.

A fronteira entre o Brasil e a Argentina foi levantada e demarcada de 1901 a 1904, sendo comissário brasileiro o General Dionísio Cerqueira, de acôrdo com o Tratado de Limites de 6 de outubro de 1898.

Esse litígio motivara a criação de uma situação bastante delicada entre o Império e a Argentina. Octavio R. Amadeo, em suas "Vidas Argentinas", contou que em 1882 Nicolas Avellaneda estivera no Brasil como um embaixador sem credenciais, em missão de paz, e justamente por causa do litígio das Missões. Ao despedir-se de Imperador Dom Pedro II, deste ouviu as seguintes palavras: "Lleve Usted a su país esta promesa mía: mientras viva no consentiré la guerra; necesitamos salvar medio continente y lo salvaremos".

A respeito do laudo Cleveland, professor e jurista argentino escreveu estes nobres conceitos:

"La República Argentina perdió, pues, la cuestión con el Brasil, aunque es evidente que había litigado con buena fe; que muy poderosas razones de derecho abonaban su tésis; y aunque en este caso no podia pensarse, como en el del Paraguay, que se juzgaba teniéndose presente las necesidades de un país débil, de menor extensión territorial y en desvantaja frente a la naturaleza y al comercio internacional. No eran esas las circunstancias del Brasil. Pero la Argentina respetó y cumplió la sentencia, dando nuevo ejemplo de que en el continente americano, lo primero es y debe ser el mante-

nimiento del derecho, tal como sea declarado por el Tribunal al que se somete la controversia. Esa fué la victoria que alcanzó el vencido: como fué su beneficio, que compensa con creces las pérdidas territoriales, la amistad sin recelos del gran pueblo brasileño, de la nación hacia la cual nos vinculan la economia, la comunidad de intereses y el afecto que se fortalece con el mejor conocimiento recíproco". (CESAR DIAZ CISNEROS, "Límites de la República Argentina", Buenos Aires, 1944, pág. 118).

Quando se conheceu em Buenos Aires o laudo do Presidente Cleveland, atribuiu-se a um político argentino o seguinte comentário bastante espirituoso: "Liquidou-se uma questão. Na realidade os litigantes foram a Espanha e Portugal, e não a Argentina e o Brasil".

LIMITES ENTRE O BRASIL E O URUGUAI

«No trate de economizar sangre de gauchos. Este es un abono que es preciso hacer útil al país. La sangre es lo único que tienen de seres humanos»,

(De uma carta de Sarmiento a Mitre, de 29-9-1861).

Sebastião da Rocha Pitta, em sua "História da América Portuguesa", de 1730, foi o primeiro escritor da nossa língua que descreveu o Uruguai, fazendo-o quase como se adepto fosse da escola da Geografia humana, de Jean Brunhes:

"O país é extremamente raso, e contém a maior campanha que se acha em as duas Américas, sem arvoredo algum, exceto pelas margens de alguns regatos sem cabedal, nem nome; porém o clima e o terreno são de forma próprios para a produção de flores, frutos e sementeiras da Europa, como experimentaram os nossos povoadores nos muitos e deliciosos jardins, pomares e searas, que têm já cultivado naquele frutífero e vasto país".

É curioso sublinhar que, havendo Rocha Pitta escrito antes de 1730, suas informações a respeito da campina uruguaia demonstraram como grande era o afá dos Portugueses de tirar proveito do granjeio da terra, que se lhes afigurava tão lírica em seu relevo e tão promissora em suas colheitas.

Outro aspecto existe, este diferente do assinalado pelo historiador Rocha Pitta: ao se estabelecerem em 1680 em território uruguaio com a fundação da Colônia do Sacramento — praça forte, entreposto comercial e porto de contrabando —, os Portugueses tiveram a atenção atraída pelo gado bovino e equino introduzido pelos Espanhóis e que se propagara pela campina uruguaia. Este gado transformara-se numa raça cimarrona. Excelentes pastos, bom clima e descampados foram os elementos que propiciaram o desenvolvimento dos rebanhos no território uruguaio.

Consoante afirmou uma autoridade uruquaia. Buenaventura Caviglia (hijo), em seu trabalho "Sobre ei origen y la difusión del bovino en nuestro Uruguay", coube a Hernandoarias de Saavedra, conquistador e colonizador hispano-americano, pois nascera em Assunção do Paraguai, e sendo pela segunda vez Governador-geral do Prata, o título glorioso de haver introduzido o primeiro gado no Uruguai. De fato, pelo ano de 1611, ocupando a Ilha do Vizcaino, no rio Negro, Hernandoarias de Saavedra ai estabeleceu um plantel de 50 animais bovinos, bem como algum menor gado. Em 1617, Hernandoarias de Saavedra invadiu a "Tierra Firme de San Gabriel" em ponto ainda não determinado, com uma "coluna de gado". Depois, surgiram os Jesuítas — fundadores de tantos centros de civilização como as reducciones de Santa Fé. Os Iesuítas estabeleceram aldeiamentos na riba do rio Uruguai, na região próxima à fronteira do Brasil, na altura do rio Ibicui. Desse ponto os Jesuítas irradiaram sua ação e percorreram a região de Santa Fé. procurando converter o gentio e fundando aldeiamentos.

Juan Carlos Guarnieri, em seu livro "Nuestras indústrias madres" (Montevidéu, 1946), dá informações curiosas a respeito do papel desempenhado por gente portuguesa quanto à introdução de gado no Uruguai, talvez mesmo antes dos espanhóis, porque o caminho escolhido por essa gente fora via Assunção.

Os admiráveis aldeiamentos dos Jesuítas, os chamados "Pueblos del Tape", na região do rio Ibicui, foram em 1636 assaltados e destruídos pelos Bandeirantes. É interessante assinalar, conforme a declaração do Padre Pablo Hernández, que nesses aldeiamentos já existia copiosa quantidade de vacas, abandonadas pelos Jesuítas à sua sorte. Encontrando pastos ótimos e esplêndido clima, esses gados bravos, soltos ou "alçados", propagando-se com rapidez, ocuparam o território situado sobre o litoral do rio Uruguai em terras do Estado Oriental, constituindo mais tarde o que os cronistas do tempo chamaram la Vaqueria del mar. Quanto ao gado equino, é necessário assinalar que Pedro de Mendoza, o primeiro Adelantado do Rio da Prata, transportou em sua expedição de Espanha para o Pampa exemplares egüinos. havendo possivelmente deixado na costa de Buenos Aires 44 cavalos. Desses cavalos-troncos surgiram os cavalos platenses, raça cimarrona, dotada de extraordinária resistência física, sendo por isso precioso auxiliar da obra colonizadora do homem. É praticamente impossível estabelecer-se com certeza histórica a data da entrada no território platino do primeiro contingente de cavalos. Tampouco até hoje se pode determinar com segurança qual a data da introdução da ovelha no Prata. Como quer que seja, o cavalo, o boi e a ovelha se propagaram, dando às planícies da Argentina e do Uruguai um aspeto panorâmico bem característico. Também surgiu um homem típico, o Gaudério, que o governador de Assunção, Hernandoarias de Saavedra, já encontrou vagueando pelo pampa de Santa Fé. Gaudério foi antepassado do gaúcho. Os Portugueses da Colônia do Sacramento

impressionaram-se com a abundância de gado bravo. alzado ou cimarrón, de modo que a Vaqueria del mar não era apenas um assombro: era uma grande riqueza. Os Portugueses da Colônia do Sacramento teriam sido os inventores da indústria do corambre, isto é, do aproveitamento dos couros, então objeto de rendoso comércio de contrabando. Da mesma forma que no Brasil colonial. o couro deu seu nome a uma época da história do Uruquai, e também da Argentina. O admirável observador, Félix de Azara, que estudou o Prata com agudeza na fase final do século XVIII, contou como se matavam reses para o exclusivo aproveitamento do couro, abandonando-se a carne, a gordura e os ossos às feras e aves de rapina. No comeco do século XIX. Ignácio Núñez, em suas "Noticias históricas de las Provincias del Rio de la Plata", publicadas em Londres em 1825, afirmou que, antes da ocupação portuguesa, "a abundância de gado no território oriental era em maior total que em qualquer outra provincia da América".

Sensibilidade magnética de uma área geográfica entre Castelhanos e Portugueses — Poucas regiões na América do Sul foram liça de acontecimentos políticos suscitados imediatamente pela formulação de um dinâmico pensamento geopolítico, como o território da Banda Oriental do Uruguai. Portugueses e Castelhanos procuraram esmerar-se no cumprimento de uma política que lhes desse a chave do domínio das vantagens físicas e potenciais do território disputado. Através dessa vastidão Portugueses e Castelhanos encararam-se ora desconfiados, ora de armas nas mãos, porfiados em cumprir um plano, — o da criação de uma civilização estável que acabasse com as correrias cimarronas, os tropéis de hostes armadas e aciganadas, a movimentação silenciosa dos contrabandistas que lesavam o fisco das duas Coroas.

Colônia do Sacramento gera uma quantidade de conflitos entre Portugueses e Espanhóis em dois planos, - o militar e o diplomático. A cada derrota militar, corresponde uma vitória diplomática dos Portugueses. Ganha a Espanha ou perde Portugal? Isolada naquelas paragens entre o estuário platino e a campina selvática, mas alimentada por um contrabando gigantesco, Colônia do Sacramento cresce, espanta os Espanhóis e ameaça Buenos Aires com a potência das suas 140 pecas de bronze e de ferro, dos seus 1.000 soldados e dos seus 2.600 habitantes. Os Portugueses haviam levantado Colônia do Sacramento como um dique que devesse conter quaisquer propósitos de expansão em direção ao Uruguai e Rio Grande por parte dos Espanhóis de Buenos Aires. Pablo Blanco Acevedo, no seu admirável estudo, "El gobierno colonial en el Uruguay" (Montevidéu, 1929), referindo-se ao cerco imposto por Pedro de Ceballos em 1776 e à subseqüente rendição de Colônia do Sacramento, informou: "La artilleria toda, compuesta de ciento cuarenta piezas de hierro y de bronce com millares de balas, fusiles y útiles de guerra en cantidad, se sacó, cargándose en los navios españoles".

Colônia do Sacramento mexia com a estrutura do sistema fiscal-econômico dos Espanhóis, fossem de Nova Granada ou do Vice-reinado do Peru. Isto porque o contrabando carreava os metais preciosos do Alto Peru para o estuário do Prata via Colônia do Sacramento. e isto por um caminho muito mais rápido que o marítimo. Os Espanhóis de Lima mandavam suas riquezas para Madrid por Cartagena de Indias e por Porto Belo em cujas águas durante muito tempo flibustaram piratas ingleses como Drake, Frobisher. Morgan e outros.

A ilusão do Prata, para usarmos o conceito de Euclydes da Cunha, foi portuguesa e durou de 1680 a 1822,

mas também foi brasileira. Os gaudérios, que o governador Hernandoarias de Saavedra encontrara no século XVII vaqueando pelo imenso pampa de Santa Fé infestado pelos chimangos, aves de rapina bem conhecidas. serão também os gaúchos que, na Capitania fundada por Dom Ioão V. se transformarão em soldados de El-Rev. A série quase interminável de refregas militares, suscitadas por esse agente catalítico que foi Colônia do Sacramento, terá a vantagem indiscutível de franquear aos militares e administradores portugueses um conhecimento cada vez mais seguro das realidades do imenso território disputado entre Espanha e Portugal. De 1680 a 1808. com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro. o panorama das atividades através do pampa rio-grandino e uruquaio, se é intensamente militar, é também intensamente colonizador. Cada posto militar transforma-se em crisálida de futura cidade. O desenvolvimento da obra de colonização adere às linhas da penetração militar. Engenheiros militares portugueses constróem as fortalezas de Santa Teresa, na Angustura de Castilhos, que era a menina dos olhos do Conde de Bobadela, de São Miguel e de Santa Tecla, atestando assim o predomínio do binômio Artilharia-Engenharia, o qual, como disse o General Lira Tavares no seu livro, "A Engenharia militar portuguesa na construção do Brasil", "foi sem dúvida uma consequência natural da predominância das operações de defesa e investimento das posições fortificadas, de caráter estático, que caracterizou o período inicial da história das Fortificações permanentes".

No começo do século XVIII a atividade dos Portugueses inquietou e desnorteou as autoridades espanholas de Buenos Aires, e também de Madrid. Em carta cifrada de 5 de abril de 1718, contendo as instruções

passadas ao brigadeiro Bruno Maurício de Zabala, o Marquês de Grimaldi dizia que Zabala devia "procurar también dar la providencia necesaria para que ni Portugal ni otra nación alguna se apoderasen ni fortificasen en los parajes de Maldonado y Montevideo, solicitando poblarlos y fortificarlos en la forma que pudiéseis". Ao examinar essa ordem de Grimaldi, Pablo Blanco Acevedo em seu trabalho já mencionado afirmou que era a primeira vez que na documentação oficial se manifesta o pensamento de se estabelecer uma povoação na zona de Montevidéu.

A espionagem portuguesa não tardou em furar as instruções espanholas, contidas em cartas cifradas. Dom João V tomou a decisão de antecipar-se aos Espanhóis, baixando instruções circunstanciadas, por intermédio do Conselho Ultramarino, a Saldanha de Albuquerque com o fito preciso da conquista da região de Montevidéu. Aprestou-se então uma expedição composta de tropa de terra e mar, sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Manuel Henriques de Noronha e do Mestre-de-campo Manuel Freitas da Fonseca. Assim. Portugal estabeleceria outra base no estuário platino. A presença dos Portugueses nesse ponto do litoral do Prata alarmou as autoridades de Buenos Aires, que resolveram jogar uma cartada decisiva: rasparam todos os recursos existentes e juntaram armamentos e gente. Assim se organizou a expedição de Bruno Maurício de Zabala com ordens de desalojar os ocupantes por quaisquer meios, pacíficos ou bélicos. Estabelecidos em El Cerrito, hoje parte integrante de Montevidéu, os Portugueses procuraram resistir; mas Freitas da Fonseca parlamentou com os Espanhóis e retirou-se. Só mais tarde. Bruno Maurício de Zabala fundou oficialmente a cidade de Montevidéu com os casais procedentes das Canárias.

Portugal perdera um excelente ensejo de estabelecer uma base estratégica no estuário do Prata, que pudesse equilibrar um jogo de forças com a base fortificada de Colônia do Sacramento.

Os primeiros povoadores, que tomam posse da terra, fossem Portugueses ou Espanhóis, edificam na base do prevário, porque a força das armas poderá modificar o pensamento das autoridades locais. Depois desses primeiros povoadores, surgirão os autênticos colonizadores que se sedentarizam com vistas ao futuro. Serão os elementos estabilizadores, os administradores e os distribuidores de justica. Com a fundação de várias localidades no século XVIII como Montevidéu, Maldonado, San Carlos e com a fixação de maior cópia de gente no solo uruguaio, aparece o proprietário do latifundio pastoril. A pecuária entra em fase de estabilização e expansão, interrompida de vez em quando pelos choques militares entre Portugueses e Espanhóis. Afirmou Pablo Blanco Acevedo que centos de milhares de couros, procedentes de matancas clandestinas de gado feitas em território uruguaio, ocupado pelos Espanhóis, sairam anualmente pelos portos brasileiros com destino a Portugal. Esse comércio cresceu tanto que em 1790 a corrente de navegação teve de diminuir, "porquanto os negociantes espanhóis da metrópole adquiriram a melhores preços esses artigos diretamente em Lisboa" (Acevedo, ibidem, página 64). Também no século XVIII surgiu uma figura nova: o saladeirista, depois dos faeneros (magarefes). Segundo Juan Carlos Guarnieri, o primeiro saladeiro de que se tem memória no Uruguai data de 1771. Guarnieri reconhece, porém, que os Portugueses foram os primeiros saladeiristas do Uruguai e que operavam de forma clandestina. Colônia do Sacramento, em consequência de sua posição geográfica ideal, situada em frente de Buenos Aires, foi o polo magnético que, durante 148 anos, fez tremer o cenário do estuário platino com as guerras intermitentes e as penosas negociações diplomáticas entre as cortes de Lisboa e de Madrid. Ademais, é preciso pensar que, dando seu apoio aos Portugueses de Colônia do Sacramento, existia a "quinta coluna" portuguesa em Buenos Aires, coletividade de mercadores abastados, que foi estudada por Lafuente Machain em sua obra "Los Portugueses en Buenos Aires" (Madrid, 1931).

A inestimável vantagem de Colônia do Sacramento foi a de haver estabelecido o corredor terrestre entre o Continente de São Pedro, a jovem e gloriosa Capitania d'El-Rey, e a praca forte lusitana, permitindo assim que pela retaquarda pudesse esta contar com suprimentos necessários à sua defesa ante as investidas castelhanas. Em poucos lances da sua história, talvez só na conquista da Amazônia o gênio político e administrativo português houvesse sido maior - mas, em poucos lances da sua história, Portugal jogou um jogo de xadrez mais belo que o da conquista dos territórios entre a última almenara lusitana, que era Laguna, e o estuário do Rio da Prata. Mesmo quando Portugal foi perdedor, perdeu miúdos e não maiúsculos. Assim, perdeu Colônia do Sacramento, voltando a reconquistar a Banda Oriental. O Império do Brasil foi o grande perdedor, porque em termos de Geopolítica, além de perder grande território com a própria Colônia do Sacramento, isto é, a Banda Oriental, perdeu um limite arcifinio, um limite natural, - a riba sobre o Rio da Prata.

Limites entre o Brasil e o Uruguai — A Convenção de 30 de janeiro de 1819 entre o Cabildo de Montevidéu e o General Carlos Frederico Lecor, Barão e Visconde de Laguna, comandante das tropas portuguesas de ocupa-

ção, estabeleceu os limites entre a Banda Oriental ou Província de Montevidéu e a Capitania de São Pedro do Rio Grande:

"A linha divisória pela parte do sul entre as duas Capitanias de Montevidéu e Rio Grande de São Pedro do Sul começará no mar uma légua Sudoeste Noroeste do forte de Santa Teresa; seguirá ao Noroeste do forte de São Miguel; continuará até à confluência do arroio São Luís, incluindo-se os serros de São Miguel. Dali acompanhará a margem ocidental da lagoa Mirim segundo a antiga demarcação; continuará como antes pelo rio Jaguarão até às nascentes do Jaguarão Chico;...".

Esses os limites no trecho fronteiriço que nos interessa, extraídos da proposta feita em 15 de janeiro de 1819 pelo Cabildo e aceita a 30 de janeiro do mesmo ano pelo Barão de Laguna, como consta da respectiva ata. O Auto de Demarcação, assinado em Porto Alegre em 3 de novembro de 1819, ratificado em 26 de novembro do mesmo ano pelo Conde de Figueira, Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande, e em 17 de outubro de 1820 pelo Cabildo de Montevidéu, descreveu a fronteira na zona que nos interessa da seguinte forma:

"... pela margem ocidental da dita lagoa Mini ou Mirim, até a confluência do Jaguarão Grande, inclusa a distância de dois tiros de canhão por toda a margem da dita lagoa Mini; — pela margem direita do Jaguarão Chico, desde a sua confluência no Jaguarão Grande, até a margem do galho principal que fica ao Sul..."

Pelo Tratado de 31 de julho de 1821, concluído em Montevidéu entre o Congresso de Representantes do povo uruguaio e o Barão de Laguna, representante de Dom João VI, a Banda Oriental incorporou-se ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com a denominação de Estado Cisplatino. A cláusula III desse Tratado estabeleceu a fronteira entre o Estado Cisplatino e o Reino do Brasil nos seguintes termos:

"Os limites deles (isto é, do Estado Cisplatino) serão os mesmos que tinha e lhe eram reconhecidos no princípio da revolução, são: a Leste, o Oceano; ao Sul, o Rio da Prata; a Oeste, o Uruguai; ao Norte, o rio Quaraím até a cuxilha de Sant'Ana, que divide o rio de Santa Maria, e por essa parte o arroio Tacuarembó Grande; seguindo às pontas do Jaguarão, entra na lagoa Mirim e passa pelo pontal de São Miguel a tomar o Chuí, que entra no Oceano; sem prejuízo da declaração que o Soberano Congresso dos nossos deputados dê sobre o direito que possa competir a este Estado aos campos compreendidos na última demarcação praticada no tempo do Governo espanhol".

Em 1825, o povo uruguaio levantou-se contra as autoridades do Império do Brasil. Em 25 de outubro de 1825 o Congresso Constituinte de Buenos Aires declarou o território da Banda Oriental do Uruguai como parte integrante da República das Províncias Unidas do Rio da Prata, com o nome de Província Oriental. Surgiu assim a guerra entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata, que terminou em virtude da mediação da Inglaterra, com a assinatura da Convenção Preliminar de Paz, de 27 de

agosto de 1828, pela qual ambas as partes signatárias renunciaram aos direitos que entendiam ter sobre a Província Oriental ou Província Cisplatina, e reconheceram sua independência como República Oriental do Uruguai.

Quanto a limites, a Convenção de 1828 nada estipulou. Contudo, em 25 de dezembro de 1828 os generais Sebastião Barreto, brasileiro, e Fructuoso Rivera, uruguaio, numa convenção assinada em Irebeasubá, assentaram que o rio Quaraím seria uma "linha divisória provisional até à resolução dos Governos interessados sobre as questões pendentes" ("Exposição de Motivos", do Barão do Rio-Branco, de 19 de dezembro de 1909).

Por todos esses precedentes verifica-se que a Lagoa Mirim era território, primeiro português desde 1737 em conseqüência da ocupação procedida pelo brigadeiro Silva Paes; e depois, brasileiro. Nos diferentes ensejos em que o Governo uruguaio tratou do assunto dos limites, sempre adotou os limites da Ata de Incorporação, de 1821. Era evidente que os limites da Ata de Incorporação, de 1821, lhe eram mais favoráveis que os constantes do Auto de Demarcação, de 3 de novembro de 1819. Pelos limites do Auto de Demarcação, a Lagoa Mirim passaria a ser um lago interior do Brasil.

No meu livro, "Diplomacia do Império no Rio da Prata" (Rio, 1955), estudei o problema dos limites entre o Uruguai e o Brasil, justamente na fase nebulosa e difícil dos primeiros tempos da vida independente do Uruguai, — tempos duros tanto para o Brasil como para o Uruguai. Citei conceitos do historiador uruguaio Pivel Devoto:

"Puede afirmarse, sin incurrir en inexactitud, que la labor desarrollada por la Cancilleria de la Republica durante los diez primeiros años de la existencia de ésta, fué casi por entero dirigida a resolver el problema de nuestros límites, el que no por ser fundamental para el país, dejaba de presentar grandes dificultades". (Ver "La Misión de Francisco J. Muñoz a Bolivia", Montevideu, 1933, pág. 5).

As missões diplomáticas de Nicolás Herrera e Santiago Vázquez nos governos provisórios de Lavalleja e Rondeau procuraram assentar, de uma maneira geral, a questão de limites da novel República. Todavia, não alcancaram êxito. Ficava assim o Uruguai numa cruel e perigosa indefinição quanto aos seus exatos limites com o Brasil. No Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembléia Legislativa do Imperio pelo Ministro Carneiro de Campos (Caravelas), a 22 de abril de 1831, já se aventava que os limites entre os dois países eram os estipulados entre o General Lecor e o Cabildo de Montevidéu; mas esta opinião estava redigida numa linguagem imperfeita. Assim, logo após a independência do Uruguai, em matéria de limites a situação apresentava-se da seguinte maneira: 1º) a Convenção de Paz de 1828 não definira os limites entre o Império do Brasil e o Uruguai — falha de se assinalar; 2°) a Chancelaria uruquaia reclamava, ao se iniciarem as conversações com o Império, como limites de jure, os limites de 1777. Para a Chancelaria imperial o tratado de 1777, o de Santo Ildefonso. era um tratado caduco; 3°) a Chancelaria imperial reclamava os limites do Acordo de 1821. A pretensão uruguaia de estribar-se na linha do caduco tratado de Santo Ildefonso transformaria o rio Piratinim em limite oriental e daria as Missões ao Uruquai. Era inaceitável. Assim, o Uruquai viu-se na situação de um país, "sem fronteiras reconhecidas", con-

soante afirmou o historiador Pivel Devoto. Em política internacional, o Uruguai parecia estar ainda naquela edad del cuero, tão bem interpretada por Alberto Zum Fel-DE no seu "Processo historico del Uruguay". No entanto, por nota de 5 de maio de 1831 dirigida a Carneiro de Campos, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Regência, por José Ellauri, Ministro da Defesa Nacional e também das Relacões Exteriores, o Governo uruguaio convidou o Império a celebrar um tratado de limites e fixar definitivamente a linha da fronteira, já que o estado anárquico da República das Províncias Unidas do Rio da Prata não permitia celebrar o tratado definitivo que deveria suceder à Convenção Preliminar de Paz, em 1828. Não logrando resposta do Império à sua nota, o Governo da República resolveu despachar a 5 de setembro de 1831 ao Rio de Janeiro o Dr. Lucas J. Obes, no caráter de Enviado extraordinário e plenipotenciário com o encargo específico de diligenciar pela celebração de um tratado de limites. A 7 de novembro de 1831, Carneiro de Campos respondeu à nota de 30 de maio da Chancelaria uruguaia nos seguintes dizeres:

"O abaixo assinado recebeu ordem para comunicar a S. Ex. o Sr. Dr. Joaquín Suárez que a mesma Regência não julga poder anuir aos desejos expressados na referida Nota, visto que pelas participações oficiais recebidas ultimamente do Agente brasileiro em Buenos Aires, consta que estavam quase terminadas as discórdias que infelizmente tiveram lugar nas Províncias que fazem parte daquela República; e por isso o Governo Imperial não podia, sem faltar à delicadeza e à consideração, entrar no dito ajuste de limites, sem que se tivesse pri-

meiramente entendido com o Governo da República Argentina, tanto mais que seria isto contra o disposto no art. 3º da convenção já citada".

Os ministros Ellauri, Suárez, Vázquez e Llambi, durante a presidência de Fructuoso Rivera, não conseguiram chegar a resultado concreto no tocante à fixação dos limites com o Brasil. A sorte do Uruguai estava, nesse momento, ligada aos acontecimentos políticos ocorridos tanto no Brasil como na Argentina, signatários da Convenção de 1828. Todavia, os homens de governo, em Montevidéu, mostravam-se ansiosos de chegar a uma definição e compreenderam — em particular o Dr. Lucas I. Obes, ao assumir o Ministério das Relações Exteriores — que se tornava necessário resolver esse problema internacional por meio da cooperação de outras potências. O plano do Dr. Lucas J. Obes de solução dos limites com o Brasil nesse ano de 1834 resumiu-se numa frente unida de todos os países que tivessem questões de fronteiras com o Império. Bernardo Monteagudo, no seu "Ensavo sobre la necesidad de una federación general entre los Estados hispano-americanos", foi o apologista máximo da política de união das nacionalidades de estirpe castelhana na América contra o inimigo comum, — o Império do Brasil. Tempo houve em que essas idéias corriam em capitais sul-americanas. Em alguns desses países lavravam a desordem, a caudilhagem, a ausência de justica. Como a ordem reinasse no Brasil, natural era que o Brasil se distanciasse deles e suscitasse inveias escandalosas. Isto foi de um passado distante..

Francisco Magariños, ministro na Corte do Rio de Janeiro, em obediência a instruções recebidas do Presidente Juaquín Suárez e dos seus ministros Santiago

Vázquez, Rufino Bauzá e Santiago Sayago, num memorandum sem data, mas apresentado quase com certeza em 1844 ou 1845 ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império, não só sublinhou a necessidade de se demarcarem os limites, "empezando en el Chui, en la costa del mar, costeando la marjen occidental de la laguna del Mini y la derecha del Yaguarón hasta terminar en la embocadura del Quarain sobre el Uruguay"; bem como sustentou a invalidade da Convenção de 1819 e a vigência do Tratado de Incorporação, de 1821.

Os decretos do Presidente blanco, General Oribe, de 14 de agosto de 1845, constituiram uma reação no sentido de conseguir o Uruguai uma modificação do status da Lagoa Mirim. Por meio desses decretos Oribe reabilitou os seguintes portos: os situados no rio Jaguarão; a barra ou confluência do rio Cebollatí, na Lagoa Mirim; a fronteira do Chui ou Santa Teresa e os três afluentes por esse lado à mesma Lagoa, — São Miguel, São Luiz e Pelotas; e o porto seco de Tacuarembó.

No Arquivo Histórico do Barão do Rio-Branco, que compulsamos no Arquivo Histórico do Itamaraty (Arquivo 4 — gaveta 4 — maço n.º 1), encontramos a seguinte anotação do Barão: "Oribe sempre teve em mira aumentar a população sobre a Lagoa Mirim e aproximála da barra do Rio Grande do Sul. Cerro Largo foi sempre para este o ponto mais dileto da República. Já dissemos em outro lugar que, pretendendo o Brasil socorrer-se de Oribe para pacificar o Rio Grande do Sul, este General exigiu que, para melhor colaborar para esse desideratum, ele mesmo fosse ocupar a fronteira até o Ibicuí". O que era simplesmente inaceitável, dizemos nós. Contudo, do lado brasileiro, apareceram opiniões que encaravam o assunto de um modo mais generoso. Duarte da Ponte Ribeiro, consultor do Ministério dos Negó-

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

cios Estrangeiros e autoridade em assunto de limites, numa *Memória* datada de 20 de novembro de 1844, afirmou com toda a clareza:

"Ainda que deva pertencer ao Brasil toda a Lagoa Mirim, contudo, à vista das possessões que hoje têm nas suas margens os Orientais, será já impossível excluí-los da navegação daquela lagoa, da foz do Jaguarão para o Sul. Parece, pois, que a divisória deverá continuar desde a foz do Jaguarão pelo meio da lagoa até defronte das nascentes do Chuí, seguindo as águas deste até o Oceano".

Em 18 de março de 1847 as três Seções do Conselho de Estado (as dos Negócios da Guerra, Estrangeiros e Império) responderam a uma consulta do Governo imperial sobre limites com o Uruguai, da qual extraimos a seguinte conclusão:

"Parece às Seções que o Tratado de 1777 deixou de ter vigor desde 1801 e que as divisas entre o Império e a República Oriental são as marcadas no Ato de Incorporação. E se em algum tempo o Governo de Montevidéu se retratar destas divisas, que tem autenticamente reconhecido, aproveitará o Império no uti possidetis de 1810 que não oferece a questão dos campos medidos, ou melhor ainda a Convenção de 1819".

Rosas, a "Guerra Grande" e a dualidade de Governos no Uruguai — A "Guerra Grande", que durou de 1842 a 1851, dividiu o Uruguai em dois campos hostis. Essa guerra foi em última análise o resultado das mano-

bras de Juan Manuel de Rosas, do qual Manuel Oribe, segundo Presidente do Uruguai, foi instrumento (Oribe morreu em 1857, solicitando favores do Império e pensando até mesmo em naturalizar-se brasileiro). O historiador uruguaio Alberto Zum Felde, em seu livro "Evolución histórica del Uruguay" (Montevidéu, 1945, 3ª edicão, pág. 140), definiu Rosas em tracos negros e fortes: "...el poderoso señor feudal de la Pampa, el más poderoso de los señores feudales de la Argentina, dueño de inmensas estancias y saladeros, patrón de multitudes de peones y capataces, jefes de fuertes milicias que él mismo organizaba y equipaba - y por encima de todo ello, el más inteligente y enérgico de todos los caudillos". A partir de 1827 Rosas sobe do fundo do cenário platino, apoiado nas lanças e boleadoras dos seus gaúchos, defendendo o programa de "salvação da Pátria" contra os inimigos da ordem e da nação. No entender do seu biógrafo, Carlos Ibargúren, Rosas foi "o braco irresistível da reação conservadora e materialista que soube interpretar o realismo político do meio semi-bárbaro predominante, encarnando a imagem vigorosa do caudilho que pôs nos gonzos uma sociedade inorgânica convulsionada pela revolução". (Ver "Juan Manuel de Rosas, su Vida, su Drama, su Tiempo", Buenos Aires, 1935, pág. 171). Rosas tem um plano vasto que procura realizar: intervém abertamente no Uruguai em favor de Oribe; desconhece a independência do Paraguai; move guerra à Bolívia para ser derrotado pelo marechal Santa Cruz: procura reconstituir o Vice-Reinado do Prata, mas sob sua proteção e, por isso, põe em cheque a política do Império, procurando intervir na rebelião dos Farrapos na Província de São Pedro do Rio Grande; e repele as intervenções anglo-francesas de Ouseley-Deffaudis, de Hood, de Howden-Walewski, de Gore-Gros, e do almi-

rante Le Predour. Por intermédio do seu ministro no Rio de Janeiro desde 1841, o general Guido. Rosas procura obter que o Governo imperial se neque a reconhecer o Governo da Defesa de Montevidéu, e se parcialize com o de Oribe. Painel verdadeiramente épico é a "Guerra Grande". Oribe e Rosas impõem um cerco permanente a Montevidéu. No Uruguai chocam-se os interesses do Império com os de Rosas. O imediatismo da política de Rosas consiste em dar o Uruguai inteiro de presente a Oribe; e, em etapas subsegüentes, realizar a grande unidade política com a absorção do Uruguai, Paraquai, Bolívia e talvez parte do Peru, — criar um novo "império" que seja o contraste da outra grande unidade. — o Brasil. Rosas procura realizar esse grande plano imperialista contra os inimigos da pátria, em particular os "unitários" comandados pela figura empolgante de Iuan Lavalle.

Afirmou Aureliano Berro, em sua obra "Bernardo P. Berro" (Montevidéu, 1920, vol. I, pág. 76) que com Oribe estavam os Berros, os Anayas, os Villademoros, os Iuanicós, os Caravias, os Errazquins, os Vianas, os Lerenas, os Lavallejas, os Antuñas, os Acevedos, os Velazscos e muitos outros que então constituiam o escol da sociedade uruguaia. Rivera derrotara Echague, o general argentino, na batalha de Cagancha em 39, vitória tão esmagadora que rosistas e oribistas se dispersam. valleja refugia-se no Rio Grande, Urquiza e Echague refluem para Entre-Rios. Oribe prepara-se para a desforra. Em 1842, Rivera é espetacularmente derrotado em Arrojo Grande. Em 1845, Urquiza derrota Rivera na hatalha de India Muerta. Rivera homisia-se em território brasileiro, mas volta à carga para ser de novo derrotado no Cerro de las Ánimas. Em 1843, o Presidente Suárez assinou com o Barão Gros, Encarregado de Negócios de Franca, uma convenção de subsídios no valor de 40.000 pesos mensais. Mais tarde, França e Inglaterra se desinteressaram de apoiar financeiramente o governo de Montevidéu. Em 1843, Sinimbú, jovem ministro do Império na capital uruguaia, resolveu apolar o governo de Montevidéu, atendendo aos apelos de Santiago Vázquez que foi à Legação imperial para abrir-se com ele. O historiador Pivel Devoto afirmou que o Ministro do Brasil foi o "grande campeão da intervenção brasileira no comeco do conflito". Adotando uma atitude altiva, Sinimbú afrontou o bloqueio de Brown imposto a Montevidéu, determinando que o Comandante Mariath o rompesse. A vida do Uruguai ficou suspensa das decisões do nosso Ministro. Contudo, a Chancelaria imperial, muito timida, se interessava em evitar conflitos com Rosas. Como afirmou o Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, referente a 1852, "o Governo Imperial mandou reconhecer esse bloqueio, apenas teve notícia de que seu Ministro o desconhecera". Considerando-se desautorado. Sinimbú retirou-se de Montevidéu e da carreira diplomática; mas 40 anos depois pronunciou no Senado imperial o famoso discurso no qual revelou os motivos que o haviam induzido a tomar a decisão histórica, — e lógica.

Durante alguns anos a Chancelaria imperial mostrou-se esquiva, hesitante, irresoluta a respeito dos assuntos do Prata. Época do Barão de Cairú e do Visconde de Olinda. No entanto, em 1847 Cairú viu-se obrigado a estranhar oficialmente a linguagem usada por Guido. No Prata, enquanto isso, os acontecimentos iam num ritmo violento. Segundo o historiador uruguaio Júlio M. Sosa, em sua obra "Lavalleja y Oribe" (pág. 374), a Mazorca federal-oribista, isto é, a Mazorca de Rosas e Oribe, degolou 17.000 orientais e 15.000 argentinos,

além de haver-se apoderado de mais de 70 milhões de patacões (a moeda brasileira que então circulava no Prata). Os crimes eram de estarrecer. Recorde-se, por exemplo, o que Rosas mandou fazer quando lhe chegou às mãos o cadáver de Juan Lavalle — cadáver que se conseguiu, à custa de uma porfia insana dos unitários, arrancar das mãos dos rosistas e enterrar afinal na Bolivia. Recorde-se que o grande Sarmiento numa carta ao grande Mitre, de 20 de setembro de 1861, aconselhou: "No trate de economizar sangre de gauchos. Este es un abono que es preciso hacer útil al país. La sangre es lo único que tienen de seres humanos". (¹) Brasileiros, residentes no Uruguai, eram sistematicamente perseguidos pelos blancos. Perseguidos e trucidados.

Rosas confiava nos seus naipes e acreditava derrotar o Império. Seria questão de tempo. Disse recente biógrafo de Rosas:

"Rosas, en 1850, está en el apogeo de su prestigio político y la Confederación prospera a ojos vistas. Las guerras intestinas han cesado y las dos potencias mayores de Europa han claudicado. El Imperio del Brasil no puede tolerar la inevitable hegemonia argentina en América del Sur (la influencia del Restaurador en el continente es notoria), pero no está capacitado — ni económica, ni militarmente — para vencer la Confederación. Sua derrota es segura". (1)

⁽¹⁾ Citado por Luis Alberto de Herrera em sua obra «Buenos Aires, Urquiza y el Uruguay», Montevidéu, 1919, pág. 23.

⁽²⁾ VIVIAN TRIAS, «Juan Manuel de Rosas», Montevidéu, 1970, página 228.

Para tanto, Rosas escolheria dois caminhos geopolíticos fundamentais: 1) com a conquista do Uruguai, ele minaria a resistência do Império na sua fronteira meridional, isto é, na Provincia de São Pedro do Rio Grande; e 2) com a conquista do Paraguai, do Chaco e do Oriente boliviano, Rosas iria aparecer, não como um fantasma, mas como uma ameaça constante na fronteira ocidental do Império, isto é, exerceria pressão inexorável sobre a débil e extensa e indefesa fronteira de Mato Grosso com o Paraguai e com a Bolívia. Plano bem meditado. Plano, que bem executado, deixaria o Império a braços com uma guerra em duas frentes distantes, — o que Rosas imaginou; mas que Francisco Solano López chegou a realizar...

Contudo, a Rosas não faltaram inimigos nem intrigas. Existe no Arquivo Histórico do Itamaraty um precedente curioso, que revelei em primeira mão no meu livro, "O Gigante e o Rio", de 1957, no qual estudei a ação de Mauá no Uruguai e na Argentina. Esse precedente é o texto do Tratado secreto entre os governos Estado Oriental e da Província de Corrientes, "para activar la deposición del Dictador Rosas", texto comunicado em nota enviada de Niterói a 7 de fevereiro de 1839 pelo Ministro do Uruguai Pedro Pablo Vidal a Maciel Monteiro, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império. O "Tratado secreto" foi firmado por Santiago Vázquez, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, e o coronel Manuel Olazabal, representante do governo de Corrientes.

Não estranhemos que nesse tempo Províncias argentinas estivessem celebrando ajustes de caráter internacional. No "Relatório da Repartição dos Negócios

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

Estrangeiros", de 1852. existe uma explicação lapidar dessa circunstância que convém repetir:

"Segundo a organização da Contederação Argentina, era cada uma das Provincias soberana e independente; e suposto tivessem feito entre si diversos tratados, não se tinha fixado neles de um modo uniforme a autoridade que devia ser encarregada das relações exteriores, único laço de união que entre elas existia. Esta autoridade tinha sido delegada na pessoa do General D. João Manoel de Rosas. Em virtude das faculdades ordinárias e extraordinárias de que tinha sido investido pela Honrada Sala de Representantes da Provincia, o Governador e Capitão-General da Provincia de Entre-Rios declarou no dia 1º de maio de 1851: "Que era a vontade do povo entre-riano reassumir o exercício das faculdades inerentes à sua soberania delegadas na pessoa do Exmo. Governador e Capitão-General da Provincia de Buenos Aires, para cultivar as relações exteriores e para a direção dos negócios da paz e guerra da Confederação Argentina, em virtude do tratado quadrilateral das Províncias litorâneas de 4 de janeiro de 1831; "que manifestada assim a vontade livre de Entre-Rios, ficava esta apta para entender-se diretamente com os demais Governos do mundo, até que, congregada a assembléia nacional das mais irmãs provincias, fosse definitivamente constituída a República. A Província de Corrientes aderiu depois a essa declaração. Tendo essas provincias reassumido assim o exercício completo da

sua soberania, e admitida a renúncia que todos os anos fazia e acabava de fazer o General Rosas do seu poder, celebrou com elas o Governo Imperial o Convênio de 29 de maio de 1851..." (ver pág. XXII do citado Relatório).

Desde o tratado de 1843, negociado com Rosas para a pacificação de São Pedro do Rio Grande bem como do Uruguai, o Império só vinha encontrando dificuldades no lidar com Rosas e com Oribe. Os negociadores daquele tratado. Honório Hermeto Carneiro Leão e Rodrigues Tôrres, depois respectivamente Marquês de Paraná e Visconde de Itaboraí, convenceram-se da astúcia do ditador de Buenos Aires, bem como da insinceridade dos seus propósitos. A missão do Visconde de Abrantes à Europa, para solicitar a intervenção da França e da Inglaterra, juntamente com o Império do Brasil, encontrara resistências por parte de Aberdeen e de Guizot. Entendia este que o Brasil deveria limitar-se a representar papel secundário. Foi a resposta de Guizot que deu a Aberdeen o ensejo, que vinha pacientemente esperando, de excluir o Brasil. É curioso assinalar que o plano do Visconde de Abrantes teve seu lado diabólico, porque induziu a Inglaterra e a França a tomarem a iniciativa da intervenção no Prata. As cinco missões intervencionistas, duas delas apoiadas em respeitável força naval da França e da Inglaterra, falharam. Daí. pois, considerar-se Rosas invencível, interna e externamente.

O problema dos limites do Uruguai. Ação de Lamas. Rio-Branco — O governo da Defesa de Montevidéu cuidou de conseguir do Brasil o cumprimento de dois propósitos: 1°) o apoio do Império à sua causa; 2° a

solução do assunto dos limites. Em 1845, Francisco Magariños foi enviado como Ministro do Uruguai ao Rio de Janeiro para liquidar o assunto de limites de acordo com o estabelecido num memorandum redigido por Florêncio Varela. Conforme informou Pivel Devoto em sua "Historia de la República Oriental del Uruguay" (às páginas 186), "nas instruções se dizia que o mínimo de pretensões da República era o limite de fato de 1819 sobre o Chuí e o Quaraím, isto é, o art. 2º das Bases de Incorporação acordadas em 1821 pelo Congresso Cisplatino".

Quando em 1847 Andrés Lamas foi nomeado Ministro junto à Corte de São Cristóvam, a Chancelaria imperial estudava os assuntos do Prata com cuidado e vigilância. A atitude de Sinimbu com seus reflexos imediatos no governo da Defesa de Montevidéu, bem como o malogro da Missão Abrantes forçaram a Chancelaria imperial a encarar os problemas platinos com realismo e imediatismo. A Chancelaria imperial sabia que Oribe era aliado unha-e-carne de Rosas. Sabia que tanto Oribe como Rosas só desejavam a capitulação do governo de Montevidéu. Depois, liquidada a resistência de Montevidéu e conquistado o território inteiro do Uruguai, Rosas e Oribe atacariam a Província de São Pedro do Rio Grande.

Andrés Lamas, nascido em 1817, era, no entender de Rivera Indarte, em sua obra rara "Rosas y sus opositores", publicada em Montevidéu em 1844, acérrimo adversário do ditador de Buenos Aires. Com sua cultura, sua sagacidade, sua atividade, seu cavalheirismo, Lamas será um motor de modificação de rumos políticos. O maior elogio que se pode fazer à ação de Lamas foi feito pelo historiador uruguaio Pablo Blanco Acevedo: "A gestão de Andrés Lamas no Brasil contribuiu eficaz e decididamente para a consolidação definitiva

da independência da República. Esta é sua maior obra, já que é a ele, ao doutor Andrés Lamas, a quem se deve em parte capital o reconhecimento internacional do conceito da nossa soberania" (ver Andrés Lamas, "Escritos Selectos", Montevidéu. 1922, vol. I, pág. 26 do prólogo de Pablo Blanco Acevedo). Lamas desdobra-se numa atividade infatigável na Corte do Rio de Janeiro para angariar partidários decididos em prol da causa do governo da Defesa. É homem que sabe semear idéias e fazer amigos o que significa que era um diplomata do melhor estilo. Vilipendiado por inimigos miseráveis, Lamas se transformou numa grande figura de sua pátria.

Com a subida de Paulino José Soares de Souza, o futuro Visconde de Uruguai, à Chancelaria imperial em 8 de outubro de 1849, a política internacional do Império no Prata iria mudar. De 1849 a 1851 Paulino (que deixará o Ministério em 1853) desenvolverá um grande jogo político em que paciência, firmeza e habilidade se conjugam na busca de altos propósitos

O Ministro Guido, em suas audiências com Paulino, nada aprendera. Na última conferência mantida por Guido com Paulino em casa deste, na Rua dos Inválidos número 58, o diplomata argentino declarou que nem o Império poderia destruir a Confederação, nem a Confederação poderia destruir o Império; mas que poderiam ambos fazer-se muito mal, em caso de luta. Paulino alegou que novos acordos a serem celebrados teriam o mesmo destino do tratado de 1843, celebrado por Honório Hermeto e por Rodrigues Tôrres, — o qual não fora ratificado pelo ditador Rosas que, ao último instante, pretextara que estava faltando ao tratado o nome do outro signatário, o Presidente Oribe...

No ano em que Paulino José Soares de Souza assumira a direcão da Chancelaria imperial, — e dirá Heitor

Lyra em sua "História de Dom Pedro II" (vol. I, página 314), "essa crise de 1849 vinha mostrar a importância que tinha para o Império a política no Prata. De fato, era ali já então que estava a chave das nossas relações externas" -, desvanecem-se temores, restaura-se a confianca, porque Paulino move as pedras do tabuleiro de xadrez com inconsútil habilidade. Nesse ano de 1849, a despeito da epidemia de febre amarela que matava muita gente no Rio de Janeiro, nem Guido nem Lamas arredaram pé e cada qual trabalhando com tenacidade pelo resguardo dos seus interesses. Sabem que existe homem ao leme. Sabem que existe homem que não tem medo de fantasmas, avantesmas, espectros. Em 1850 Paulino teve a primeira entrevista com Ireneu Evangelista de Souza. O empréstimo ao governo da Defesa não admite delongas. Em 21 de agosto de 1850, foi ajustado o contrato com Lamas. O futuro Mauá teve assim de subir as Escadinhas da Rua Pedreira da Glória para visitar Lamas na Legação modesta do Uruguai e transformá-lo em seu amigo, e também em seu aliado. Pedro Lamas, filho de Andrés Lamas, em seu livro "Etapas de una gran política", contou a cena famosa: "Um dia pela manhã, subiu aquelas duras escadas da Rua Pedreira da Glória um jovem de aspeto simpático e inteligente e entregou seu cartão — Ireneu Evangelista de Souza. Não sei quem é — dise meu pai — que me espere no escritório. Aquela visita era o começo do êxito".

Em 16 de junho de 1850, Guido resolveu dar um golpe de fazer tremer a terra: exigiu a punição do Barão de Jacuí e de Pedro Fernandes Chaves, alegando agravos tremendos. Ou seriam castigados, ou Guido se retiraria. Ordens do seu amo. E para tornar sua diligência ainda mais escandalosa, Guido buscou o apoio do ministro inglês Hudson, importunou vários ministros de Esta-

do, aliciou jornalistas, tentou entrevistar-se com o Imperador, pensando deixar Paulino Iosé Soares de Souza em má postura. Contudo, Guido cometeu um erro fundamental: e o erro foi o seguinte - não se convencera de que o ambiente houvesse mudado. Depois de haver batido a várias portas, o ministro da Confederacão Argentina se inteirou de que perdera o lance. Por nota de 4 de setembro, o Conselheiro Paulino deu a resposta a Guido em estilo fulminante. No dia 23. Guido replicou com uma nota mal-amanhada na qual pediu os passaportes. No dia 30, rebatendo-lhe os termos da nota. e em particular a acusação de deslealdade imputada ao Governo imperial, Paulino enviou-lhe os passaportes solicitados. Ao chegar a Buenos Aires e ao entrevistar-se com Rosas. Guido convenceu-se de que estava liquidado para sempre. Descoberta tardia. As relações diplomáticas entre o Império e a Confederação se romperam. Ponte Ribeiro, "el ministro sangrador", como lhe chamayam Rosas e Arana, retirou-se de Buenos Aires.

A 25 de dezembro de 1850, Pimenta Bueno assinou com Carlos Antonio López um tratado que representou sério golpe no prestígio de Rosas. A 16 de março de 1851 surgiu a declaração prévia da Chancelaria imperial de que o Governo brasileiro se dispunha a colaborar na defesa de Montevidéu; e o resultado dessa declaração prévia foi a Convenção assinada em Montevidéu, a 29 de maio de 1851, por Manuel Herrera y Obes, representante do Governo oriental; Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, representante do Império, e Antonio Cuyas y Sampere, representante do Estado Livre de Entre-Rios. Em virtude dessa Convenção, as partes contratantes se reuniram em aliança ofensiva e defensiva para manter a independência e pacificar o território da República Oriental do Uruguai, fazendo sait do mesmo o general Manuel



Visconde de Mauá (1813-1889)

Oribe e as "forças argentinas que comanda"; e cooperando para que, restituídas as coisas ao seu estado normal, se procedesse à eleição do Presidente da República de acordo com a Constituição. O art. 23 dessa Convenção determinou:

"O governo do Paraguai seria convidado a entrar na aliança, enviando-se-lhe um exemplar do presente Convênio: e se entrar, concordando com as disposições aqui consignadas, tomará a parte que lhe corresponda na operação, a fim de que possa também gozar das vantagens mutuamente concedidas aos governos aliados".

Urquiza, diretor do Estado Livre de Entre-Rios, comprometeu-se a reconhecer a independência do Paraguai, garantida pelo Império e pela República Oriental do Uruguai.

Conta Carlos Ibarguren, em sua biografia de Rosas (aliás, notável): o general Pacheco, chefe do exército defensor de Buenos Aires, tíbio e vacilante, incapaz de formular qualquer plano, não ofereceu resistência ao exército de Urquiza na marcha deste sobre Buenos Aires. Fere-se a batalha. Rosas. desanimado. resolve retirar-se com seus gaúchos veteranos, que dias antes haviam desertado do exército de Urquiza e matado seu chefe, o coronel Aquino. Desses gaúchos veteranos ficaram sobrando apenas uns sessenta homens no rescaldo da batalha. Levemente ferido na mão direita, Rosas detémse em certo local para redigir uma comunicação aos representantes da Nação e depois entrou em Buenos Aires. deserta, portas e janelas fechadas, imenso medo esmagando a população. Rosas chegou à Calle Santa Rosa (hoje, Bolivar) e procurou a casa de Robert Gore,

Encarregado de negócios da Inglaterra, onde se refugiou. Octavio R. Amadeo reproduziu as declarações de Rosas a Gore: "Amigo, no tenga cuidado. A este pueblo yo lo he montado, lo he apretado la cincha, le he clavado las espuelas; ha corcoveado; no es él que me ha volteado, son los "macacos". (¹) Tarde da noite, Rosas, vestido à paisana e de preto, acompanhado de Manuelita, a filha, e de Gore, e protegido por seis marinheiros ingleses armados, entrou na fragata "Centaur", nave-capitânea da esquadra inglesa do Prata, sob o comando do Almirante Henderson. No tombadilho o Almirante Henderson, com a guarnição formada, prestou continência ao "Restaurador de las Leyes". (²)

A batalha de Monte Caseros liquidou os 22 anos do governo dinâmico, empolgante, cruel e espantoso de Juan Manuel de Rosas.

Os tratados assinados no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1851, por Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná) e Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) com Andrés Lamas foram os seguintes: o de Limites o de Comércio e Navegação, o de Aliança, e o de Extradição. Na mesma data, Paulino José Soares de Souza assinou com Lamas uma Convenção de auxílios pecuniários ao Uruguai, na qual se estabeleceram as garantias que o governo de Montevidéu daria ao Brasil. O Tratado de Limites fixou a linha divisória pelo Quaraím, reconhecendo ao Brasil a navegação exclusiva da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.

⁽¹⁾ OCTAVIO R. AMADEO, «Vidas argentinas», 2º edição, Buenos Aires, 1934, pág. 291.

⁽²⁾ CARLOS IBARGUREN, «Juan Manuel de Rosas», 3º edição, Buenos. Aires, 1930, pág. 436.

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

A respeito do Tratado de Limites, Pereira Pinto manifestou os seguintes conceitos ("Tratados do Brasil", t. III, pág. 305):

"Restabelecendo a linha de limites do tratado de incorporação de 1821, com o acréscimo a favor do Império do reconhecimento do seu domínio aos campos neutrais, abraçando o princípio do *uti possidetis* para terminar nossas diferenças com a Banda Oriental relativamente à questão das fronteiras, o Governo imperial obteve um esplêndido triunfo e prestou ao país assinalado serviço".

Quanto aos "campos neutrais", Pereira Pinto deu o seguinte esclarecimento:

"Releva observar que em 1845 o Estado Oriental vendo-se em grandes apuros financeiros nos propusera a cessão dos campos medidos, pela soma de um milhão e duzentos mil pesos; o tratado de 12 de outubro porém resolveu essa questão pelo princípio do *uti possidetis*".

Sofrendo o Tratado de Limites grande oposição no Congresso de Montevidéu, conveio o Governo imperial em modificá-lo pelo tratado de 15 de maio de 1852. Quanto à navegação da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão, o Uruguai reconheceu expressamente, pelo art. 4.º do Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851, que o Brasil era senhor da navegação naquelas águas e devia permanecer nela, segundo a base do uti possidetis admitida com o fim de chegar a um acordo final e amigável. Andrés Lamas, o negociador que cumpriu instruções, é

atacado com brutalidade por inimigos ignorantes de assuntos diplomáticos. Contudo, em 3 de dezembro de 1851, Lamas levantou uma lebre na nota dirigida à Chancelaria imperial:

"O mesmo art. 4.º do tratado reconhece o fato da posse exclusiva da Lagoa Mirim em que se acha o Brasil; e, em virtude da base do uti possidetis que foi admitida para poder chegar-se a um acordo, deixa-o nessa posse. Em princípio, a República Oriental do Uruguai reconhece que já não tem direito à navegação das águas da Lagoa Mirim. Porém, esse reconhecimento nada exclui que a possa obter por concessão do Brasil. Estabelecida assim a inteligência do Artigo, nesse ponto, o abaixo assinado declara haver entendido que o Brasil não teria dificuldade em fazer essa concessão, que lhe seria compensada pela navegação dos confluentes orientais..."

Por nota de 31 de dezembro do mesmo ano, Paulino José Soares de Souza respondeu a Lamas:

"Pelo que toca ao direito exclusivo de navegar as águas da Lagoa Mirim, de que o Brasil estava de posse, e que o tratado reconheceu, o abaixo assinado limitar-se-á a declarar que ele não tolhe que o Brasil, por concessões especiais, admita, debaixo de certas condições e certos regulamentos policiais e fiscais, embarcações orientais a fazerem o comércio nos portos daquela lagoa".

O Visconde de Maranguape, Ministro dos Negócios Estrangeiros no gabinete de 4 de maio de 1857 pre-

sidido pelo Marquês de Olinda, alcançou a 30 de maio do Imperador a nomeação do Visconde de Uruguai como plenipotenciário brasileiro para discutir com Lamas as condições de um novo tratado de comércio. É bem grato imaginar que o assunto houvesse sido discutido em alto nível de fidalquia e de conhecimento de causa, dada a hierarquia dos negociadores. Surgiu assim o tratado de 4 de setembro de 1857. Lamas muito pelejou por obter a livre navegação da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão. Pelo novo tratado de comércio julgou o Governo imperial muito conveniente ao intercâmbio e às boas relações entre ambos os países abrir, por concessão sua, a navegação da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão à bandeira uruguaia. Foi o estabelecido pelo art. XIII do novo tratado. Na mesma data foi assinado um tratado de permuta de território, visando à obtenção de um logradouro adequado à vila de Livramento. O art. XIII dizia o seguinte: "Fica reconhecido em princípio a mútua conveniência para o comércio, a indústria e benévolas relações dos dois países, de abrir, por concessão do Brasil, a navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão à bandeira da República Oriental do Uruguai. Porém dependendo a aplicação deste princípio de exame e estudos aos quais mandará o Governo Imperial proceder desde logo, será essa concessão matéria de negociação ulterior quando se tratar do Tratado definitivo". Parece haver entrado em ação a rotina, porque em 1866 o Conselheiro Nabuco de Araújo bradava no Senado mperial: "Que exames e que estudos são estes que não puderam ser feitos em nove anos?"

Juan Carlos Gómez publicou em "El Nacional", de Montevidéu, em sua edição de 22 de setembro de 1857, um artigo intitulado "La diplomácia misteriosa", no qual atacou duramente Lamas, bem como a negociação por ele

feita. Juan Carlos Gómez, quando dava rédea solta às suas paixões, chegava a extremos incompatíveis com sua inteligência, sua cultura e seu patriotismo.

Para a Chancelaria imperial "os dois tratados constituíam uma só negociação e que a execução de um fora ordenada mediante a condição de ser o outro aprovado e também executado", como explicou o Conselheiro Sá e Albuquerque, a respeito do assunto no Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros referente ao ano de 1861. Longa e minuciosa foi a explicação do Ministro de Estado. As delongas interpostas pelo Parlamento uruguaio levaram Sá e Albuquerque a dizer: "Se o tratado de permuta não recebesse a aprovação do poder legislativo da República em sua sessão de 1859, o Governo imperial se julgaria desligado das novas estipulações comerciais e consideraria subsistentes só as do tratado de 12 de outubro de 1851". O Governo imperial, por decreto de 29 de setembro de 1860, assinado por Sinimbú, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, declarou suspenso o tratado de comércio de 1857 e reposto em vigor o de 1851.

Esse episódio, lamentável se quisermos, não paralisou a atividade de Lamas. Em 18 de fevereiro de 1867, o Conselheiro Sá e Albuquerque, Ministro dos Negócios Estrangeiros, e Andrés Lamas assinaram uma Convenção que em seu art. 1.º estipulou o seguinte:

"Fica aberta por concessão do Brasil a navegação da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão ao comércio da bandeira oriental; e por concessão da República Oriental do Uruguai, fica aberta ao comércio da bandeira brasileira a navegação dos rios Cebollatí, Tacuarí, Olimar e

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

outros, que direta ou indiretamente desagüam na referida Lagoa".

Analisando esse tratado, Juán José Amézaga, em seu trabalho "Un capitulo de Historia internacional / el Uruguay y el Brasil" (Montevidéu, 1942), salientou os seus defeitos:

"El tratado no podía satisfacer las exigencias de nuestro país que reclamaba una solución amplia de justicia y de generoso desprendimiento, si se quiere, por parte del Brasil, y no un conjunto de disposiciones incompletas y poco dignas para ser aceptadas por um pueblo independiente. El tratado empezaba puntualizando, que la República Oriental no podía por su sola autoridad habilitar puertos en su propio territorio, para lo cual se requería expresamente el acuerdo del Brasil; y finalmente se declaraban subsistentes las disposiciones de los tratados de 1851 y 1852 (ver às págs. 21).

Em 1874, Carlos Maria Ramírez, então ministro no Rio de Janeiro, voltou ao assunto, mas o clima não lhe foi propício. Em 8 de janeiro de 1878 o Governo de Montevidéu, por intermédio de Alberto Flangini e Gualberto Méndez, junto à nossa Legação na capital uruguaia, insistiu em renovar negociações quanto à navegação da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão, apresentando um projeto modificativo do estipulado no tratado de 1857 e insinuando que, sendo aceito, ficaria também resolvida a questão da construção de um ponte sobre o rio Jaguarão proposta pelo Brasil ao Uruguai, a fim de estabelecer comunicação entre a cidade de Jaguarão e a vila de Artigas. Tampouco se progrediu no particular. Em 1878

o governo do Coronel Latorre nomeou seu ministro plenipotenciário no Rio de Janeiro, o nosso conhecido Vázquez Sagastume. Lidou este com o Barão de Vila Bela. Mas, o Barão de Vila Bela mostrou-se sumamente duro em sua argumentação, desanimando o negociador uruguaio. Em setembro de 1879, Vázquez Sagastume apresentou ao Conselheiro Moreira de Barros, Ministro dos Negócios Estrangeiros, um projeto de convenção cujo art. 1.º estipulava:

"Queda abierto por parte del Imperio del Brasil, al comercio de la bandera oriental la navegación de las águas del rio Yaguarón, de la Laguna Mirim y de todas las que con estas se comunique, hasta salir al Oceano".

O assunto ficou em ponto morto, porque a proposta uruguaia se resumia numa concessão unilateral a ser feita pelo Brasil com o acréscimo da saída até ao Atlântico.

Em janeiro de 1880, os principais jornais de Montevidéu, como "El Siglo", em sua edição de 15 de janeiro, juntamente com "La Época", em que apareceu uma série de artigos, e "La Palabra", fizeram campanha em prol do reconhecimento ao Uruguai do direito de navegação das águas da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão. "La Palabra" citou a opinião favorável do Conselheiro Gaspar da Silveira Martins à pretensão uruguaia. Contudo, Vázquez Sagastume só perdeu a esperança de chegar a um entendimento, quando o Barão de Cotegipe, chefe do novo governo conservador, lhe declarou "entre bromas y veras" que "jamás conseguiríamos tener un bote con bandera oriental en la laguna Mirim y en el Yaguarón" (apud Amézaga, às págs. 30).

Em 1887 o Presidente Máximo Tajes despachou Carlos Maria Ramírez de novo ao Rio de Janeiro para cuidar da negociação. Apesar de ser homem da fronteira e de conhecer a região em causa, Ramírez não encontrou ambiente favorável às suas diligências.

Em 7 de junho de 1891, Francisco Bauzá, ministro do Uruguai no Rio de Janeiro, apresentou a Justo Leite Chermont, ministro das Relações Exteriores, novo projeto cujo art. 1.º estabeleceu o seguinte:

"Art. 1.°. Queda abierta á perpetuidad por parte del Brasil al comercio de la bandera oriental, la navegación de las aguas del rio Yaguarón, de la Laguna Mirim y de todas las que estas se comuniquen hasta salir al Oceano, y por parte de la Republica Oriental del Uruguay, queda abierta à perpetuidad al comércio de la bandera brasilera, la navegación de los ríos Cebollatí, Tacuarí, y de los otros que directamente desaguan en la referida Laguna".

O projeto de Bauzá era uma variante do de Vázquez Sagastume, mas estabelecendo um jôgo equilibrado de reciprocidade. Ainda assim, nada se adiantou. Ponto morto. Contudo, o governo de Montevidéu não desistiu do propósito de conseguir realizar sua aspiração, havendo para tanto despachado ao Rio de Janeiro o político Carlos de Castro (que fora Ministro das Relações Exteriores durante a Guerra da Tríplice Aliança e signatário do Tratado de Buenos Aires). Carlos de Castro discutiu o assunto com o Conselheiro Carlos de Carvalho, então Ministro das Relações Exteriores, havendo apresentado em 2 de dezembro de 1895 novo projeto, que estabelecia o seguinte:

"Art. 1.°. Las aguas de la Laguna Mirim y río Yaguarón quedan abiertas á perpe-

tuidad à la navegación de la bandera de la Republica Oriental del Uruguay. El Brasil concede a la misma bandera la libre entrada y salida de la Laguna Mirim al Oceano por el río San Gonzalo. Las aguas de los ríos Cebollatí, Tacuarí, Olimar y demás ríos internos de la Republica Oriental del Uruguay que directamente desaguan en la referida Laguna Mirim quedan abiertas á perpetuidad a la navegación de la bandera de los Estados Unidos del Brasil".

Ainda assim, o ambiente não fora propício ao atendimento da aspiração uruguaia. Contudo, às págs. 5 do Relatório referente a 1896, do Ministério das Relações Exteriores, Carlos de Carvalho manifestou uma opinião favorável à aspiração uruguaia:

"Por outro lado a livre navegação da Lagoa Mirim e rio Jaguarão, sua possível ligação com o Atlântico, desvanecendo preconceitos políticos, habilitaria a República Oriental do Uruguai a desempenhar a sua função internacional na América do Sul adquirindo por ato da sua plena soberania absoluta tranquilidade externa para desenvolver os elementos de prosperidade, estando como está admiravelmente colocada no estuário do Prata para servir de traço de união e amizade entre o Brasil e a República Argentina".

Estes conceitos do Conselheiro Carlos de Carvalho suscitaram um comentário adverso do jornal "O País", em sua edição de 19 de abril de 1896, o qual considerou

essa possibilidade de concessão como um ato de contraproducente generosidade:

"S. Excia. entende que a República Oriental do Uruguai pode adquirir por ato de sua plena soberania aquilo que depende de um ato de prodigalidade do Governo brasileiro — a renúncia à soberania sobre águas territoriais de indiscutível importância estratégica".

Jornal então de grande prestígio, praticamente porta-voz do Governo, era de imaginar-se que a opinião sustentada por "O País" viesse a exercer, como de fato exerceu, uma influência retardadora no caminho de uma solução que já encontrava ressonância favorável não apenas na opinião pública brasileira, mas também na própria Chancelaria.

Aparece então Rio-Branco.

Homem de largos remígios, homem que se opõe à mediocridade, homem capaz de resolver assuntos, e não interessado em adiá-los.

Rio-Branco, que acumulara o maravilhoso capital das suas vitórias diplomáticas, entende que a lição do passado bem como a lição do presente aconselham uma solução justa — e generosa — para a problema. Em 1907. quando Carlos Maria de Pena, prestigioso político uruguaio, homem de cátedra e de pensamento, esteve no Rio de Janeiro em missão confidencial, Rio-Branco deu-lhe as primeiras tintas do problema que ele estava estudando e cuja solução pretendia obter em beneficio da amizade brasileiro-uruguaia.

Sabia-se que o Visconde de Cabo Frio, a "eminência parda" do Itamaraty, durante tantos e tantos anos o famoso Diretor Geral inamovível e poderoso, sempre se opusera a uma solução tendente ao condomínio sobre as águas da Lagoa Mirim. Quem o diz é o próprio Barão do Rio-Branco em sua "Exposição de Motivos ao Presidente Nilo Peçanha": "Nenhuma dessas propostas teve andamento e solução, o que se deve atribuir principalmente ao curto período administrativo dos ministros que as receberam e dos seus sucessores, assim como à resistência que a todas elas constantemente opôs, apesar do progresso dos tempos, o espírito pouco inovador de um antigo e venerando funcionário, cujas opiniões eram sempre atentamente ouvidas pelos homens políticos de passagem nesta Repartição".

... espírito pouco inovador de um antigo e venerando funcionário...

Nesses anos de 1907 e 1908 Rio-Branco domina o cenário diplomático da América Latina.

Respeitado e temido, é também atacado. Mas, não perde de vista o importante assunto com o Uruguai. Rio-Branco sofre a campanha de certos jornais de Buenos Aires, impressionados com o nosso programa naval e descontentes com o prestígio de Rio-Branco.

Na Mensagem presidencial do Presidente Afonso Pena, de 3 de maio de 1909, encontra-se a descrição de uma grande política:

> "Desde 1801, como é sabido ficamos senhores da navegação privativa do rio Jaguarão e da lagoa Mirim e mantivemos ininterruptamente essa posse. Tratados solenes que celebramos com a República Oriental do Uruguai, em 1851 e posteriormente, baseados no uti possidetis, estabeleceram como limites entre os dois

países a margem direita do Jaguarão e a ocidental da lagoa Mirim, da confluência do Jaguarão para o sul. A continuada agitação política e as guerras civis que ensangüentaram a República Oriental do Uruguai, desde a sua independência até 1851, explicavam a precaução que pareceu conveniente tomarmos então, de evitar freqüentes contactos entre as populações confinantes naquela região em que um extenso lençol de água, em nosso poder, tornava fácil evitar isso. Mas o próprio estadista brasileiro que dirigiu as negociações de 1851 deu desde logo a compreender que mais tarde o Brasil poderia fazer concessões ao país vizinho e amigo.

A situação atual não é idêntica à de mais de meio século atrás. A República Oriental do Uruguai é desde muito tempo um país próspero, cujo povo se não mostra menos pacífico, ordeiro e progressista que o das mais adiantadas nações desta nossa América. As idéias de concórdia e confraternidade, em que nos inspiramos todos e os sentimentos de justiça e eqüidade aconselham-nos a, espontâneamente — sem solicitação alguma que não houve — fazer mais do que se esperava de nós, e isso desinteressadamente, sem buscar compensações que outros poderiam pretender, dada a perfeita situação jurídica em que nos achamos.

Entendo que é chegada a ocasião de ratificar a linha divisória naquelas partes, estabelecendo-a pelo talvégue do Jaguarão e por várias retas mais ou menos medianas, que da embo-

cadura desse rio sigam até ao extremo sul da Lagoa Mirim. Procedendo assim, trataremos aquela República vizinha e amiga como temos tratado todas as outras na determinação das nossas fronteiras fluviais, e nos conformaremos com as regras de demarcação observadas por todos os demais países, na América e na Europa, no tocante a rios e lagos fronteiriços.

Autorizei, portanto, a abertura de negociações para um tratado em que tais regras sejam atendidas, convencido de que esse ato merecerá a vossa aprovação e o consenso e geral aplauso de toda a Nação brasileira".

"Reparação de uma injustiça", como disse Alvaro Lins na sua biografia de Rio-Branco. O estadista é homem que sabe jogar no tempo. Como se o tempo fosse parceiro seu. Já dissera um estadista francês com muita sabedoria que "tout l'art de l'homme d'Etat est de savoir se combiner avec la Fortune". Pena, no Rio de Janeiro, informa-se plenamente de tudo, porque o Barão é o seu informante, o seu confidente. Regressado a Montevidéu. Pena se abre com o Presidente Williman: e o ministério do Presidente Williman comove-se com o alcance do que Rio-Branco tem em mira. O General Vásquez, ministro da Guerra, segue para o Rio de Janeiro, certifica-se do andamento do plano, o que não impedirá que, no dia 24 de outubro de 1909, a Agência Americana ainda esteja distribuindo à imprensa carioca o seguinte telegrama: "Buenos Aires, 24. O Sr. Victorino La Plaza anunciou que o Barão do Rio-Branco reconheceu erros havidos nos protocolos sobre a Lagoa Mirim, reenviando-os ao Dr. Rufino Domínguez".

O Tratado de 30 de outubro de 1909 deveria ter sido assinado em Montevidéu, como havia sido proposto pela imprensa, pelo Parlamento, pelos escritores uruguaios com Rodó à testa. Assoberbado por tantos e urgentes assuntos, destes sendo o mais importante o tratado com o Uruguai, e sempre assistido pelos seus imediatos colaboradores Araújo Jorge, Moniz de Aragão, Zacarias de Góes, Arthur Briggs, Frederico Afonso de Carvalho e Jansen do Paço, Rio-Branco dedica-se de corpo e alma ao propósito que queria cumprir e que haveria de ser a sua última grande obra diplomática.

Afinal, no dia 6 de novembro de 1909, num sábado e pouco depois das 15 horas, foi assinado no Itamaraty com Rufino Domínguez, Ministro do Uruguai, o Tratado de 30 de outubro, o qual teve sensacional impacto em Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Lima, Bogotá, Caracas e Washington. Mais uma vez, Rio-Branco dominava ímpar o cenário diplomático da América Latina. Era o estadista, era o diplomata, era o paladino da paz e da amizade entre as nacões.

As águas da Lagoa Mirim ficaram divididas da seguinte forma: o Uruguai ficou com 741 km2, e o Brasil ficou com 2.860 km2. O canal de São Gonçalo ficou aberto aos navios mercantes e de guerra do Uruguai, no percurso da Lagoa Mirim para a Lagoa dos Patos e para o Atlântico.

No dia 7 de novembro, "O País", em longo editorial, analisou o significado desse tratado:

"Para nós, brasileiros, este tratado é a mais bela afirmação diplomática e o expoente máximo dos serviços prestados pelo eminente Rio-Branco: ele sobreleva, em valor moral, os laudos

das Missões e do Amapá, por isso que estes representam a defesa, comum aos povos, ainda que feita com talento e dedicação inexcedíveis, de interesses e de direitos nossos — e o convenio sobre a jurisdição das águas da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão resume uma admirável lição de respeito aos direitos de outrem, dada com a renúncia de interesses imediatos, corporiza a ressurreição de princípios de que o egoísmo internacional parecia esquecido, a implantação de práticas repelidas pelo choque, cada vez mais intenso das competições de povo para povo — ou melhor — de governo para governo.

Diplomaticamente, é a nossa maior defesa. A atitude do Brasil em relação aos países vizinhos se revela aí, tal qual era preciso que se revelasse, como a de um país que nada quis até hoje e nada pretende para o futuro senão aquilo que de direito lhe cabe".

Nobres e belos conceitos do jornal que em 1896 e sobre o mesmo assunto atacara o Conselheiro Carlos de Carvalho! Na véspera da assinatura do Tratado, justamente no dia 5 de novembro, Zeballos atacou rudemente o Barão do Rio-Branco nas colunas de "La Razón". No Uruguai presenciou-se o desencadeio de manifestaçeos comoventes de todas as classes sociais de respeito e aplauso à obra de Rio-Branco. Ao mesmo tempo que na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul três jovens deputados exaltaram a significação do Tratado, e eles foram Alcides Cruz, Joaquim Osório e Getúlio Vargas; ao mesmo tempo que "La Prensa", de Buenos Aires, dizia em sua edição de 12 de novembro que

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

o Uruguai quase nada ganhara, quando na verdade ganhara tudo; nesse mesmo dia 12, na Câmara dos Deputados do Uruguai, literalmente cheia de um público impaciente, sob uma avalanche de aplausos frenéticos, o deputado Rodríguez Larreta afirmara numa rajada sublime de eloqüência: "Este Tratado é a honra do Uruguai e a glória do Brasil!"

INTERESSES HIDRELÉTRICOS EM JOGO. MAR TERRITORIAL. FRONTEIRA LATERAL MARÍTIMA

«O semeador e o prégador é nome; o que semeia e o que prega é ação; e as ações são as que dão o ser ao pregador». (VIEIRA, «Sermão da Sexagésima», 1655).

«... only remember that all physical freedom is vain to produce beauty without a corresponding freedom of heart».

(Ruskin, «Sesame and Lilies»).

Nos capítulos anteriores nos ocupamos da formação da fronteira que liga o Brasil com determinado país ou com as Guianas. Como vimos, destas Guianas só a antiga Guiana inglesa é hoje país independente a pelejar com todos os problemas derivados do subdesenvolvimento primário e de uma população reduzida e com baixo poder aquisitivo.

Agora faremos comentários a respeito da aspiração de que nossas fronteiras sejam vivas, e não mortas; demográfica e economicamente densificadas; zonas de intensa sensibilidade econômica e social. No particular, a fronteira de 1.003 km. de extensão, que separa o Brasil do Uruguai (e melhor diríamos, fronteira que aproxima, que achega, que identifica os dois países numa área de convivência altamente amistosa), é atualmente a fronteira mais sensibilizada que possamos ter com um país vizinho. Um admirável tratado internacional disciplina a vida de relações através dessa fronteira: é o Convênio para a fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira, negociado por

Afrânio de Melo Franco com Alberto Mañé, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, e assinado em Montevidéu aos 20 de dezembro de 1933.

Quando exercíamos o posto de 1º Secretário da Embaixada do Brasil em Montevidéu, tivemos a alegria de assistir, a 26 de fevereiro de 1943, à inauguração da Praça Internacional, situada entre as cidades de Sant'Ana do Livramento e Rivera, projetada e construída pela Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai. Foram delegados especiais a essa inauguração Alexandre Marcondes Filho, representante do Presidente Getúlio Vargas e Ministro do Trabalho, e Héctor A. Gerona. Ministro do Interior e representante do Presidente do Uruguai, General Alfredo Baldomir. Ademais, a fronteira Brasil-Uruquai tenderá a ser um corredor internacional de 44 metros de largura, ensombrado por árvores que comporão uma bela paisagem. As cidades geminadas, Quaraí-Artigas, Sant'Ana do Livramento-Rivera. Acequá brasileira-Acequá uruguaia e Jaguarão-Rio Branco (estas últimas ligadas pela ponte Barão de Mauá, inaugurada em 1929, demonstram que a fronteira Brasil-Uruguai, aberta, povoada, disciplinada por altos e comuns interesses econômicos e sociais, é uma zona de crescente sensibilidade demográfica e política, verdadeiro modelo para os demais países da América do Sul.

No entanto, outras fronteiras são ermas, selváticas, escassamente povoadas, fronteiras de uma vida econômica rarefeita e de um adensamento demográfico bastante fraco. É o que acontece em nossas fronteiras do Norte e do Oeste, em particular ao longo das fronteiras do Brasil com a Guiana francesa, o Suriname, a Guiana (país independente), a Venezuela e a Colômbia, — extensas fronteiras ermas e atrasadas.

É preciso, pois, vitalizar essas fronteiras, por meio de intenso trabalho colonizador paredes-meias com a proecão militar, naval e aérea. Fronteira abandonada e morta não constitui afirmação de soberania. Pelo contrário, constitui um desdém dessa soberania. Ademais, a fronteira abandonada e morta convida à invasão clandestina de contrabandistas, aventureiros e elementos perigosos a soldo de governos estrangeiros. Convém que se leia, neste particular, o trabalho do técnico militar francês, Tenente-Coronel Ollion, "La conception marxiste de la guerre" (École Supérieure de Guerre, Études générales, 1º cycle. Novembre 1935, Année 1955-56). Toda a gente sabe que as guerrilhas são uma forma de subversão que, para seu teatro de operações, procura zonas mortas, remotas e de dificil acesso. Assim, zonas selváticas de fronteira apresentam a vantagem de possuirem portas dos fundos para retiradas forçadas ou imprevistas.

Para se ter uma idéia numérica dos marcos plantados ao longo das fronteiras do Brasil, informamos: na fronteira com o Uruguai existem plantados, 1.156 marcos; na fronteira com a Argentina, 89; na fronteira com o Paraguai, 877; na fronteira com a Bolívia, 358; na fronteira com o Peru, 86; na fronteira com a Colômbia, 28; na fronteira com a Venezuela, 231; na fronteira com a Guiana (antiga Guiana inglesa), 134; na fronteira com o Suriname, 60; na fronteira com a Guiana francesa, 7. Todos esses marcos, plantados nas nossas fronteiras terrestres, perfazem um total de 3.051 marcos, sem incluirmos 25 marcos novos na fronteira com o Paraguai, que ainda não foram inaugurados.

Ainda existem problemas de caracterização, o que é fácil de se explicar, porque regiões de populações rarefeita, como as fronteiras amazônicas, não demandam teoricamente trabalho imediato de adensamento de marcos para

que a fronteira fique perfeitamente caracterizada, e baseada se possível na intervisibilidade dos marcos. Assim, na fronteira com a Colômbia, de 1.645 km de extensão, a grande geodésica Tabatinga-Apapóris necessita ser adensada com novos marcos. Na serra de Ianá, região selvática e pouco conhecida, não existe caracterização, porque o divisor d'águas entre o rio Chié (no Brasil) e o Tomo (na Colômbia) e o rio Negro não exigiu, durante a demarcação realizada de 1930 a 1937, um trabalho de caracterização densificado. Contudo, tempo virá em que o Serviço de Demarcação de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores terá de proceder ao adensamento da caracterização nessa área, tudo isso dependendo do aumento da população na região.

Os grandes rios, que cruzam a fronteira brasileirocolombiana, verdadeiras estradas que marcham, — o rio Negro, o Macanuni, o Chié, o Pégua, o Ianá, o Guiary, o Issana, o Querary, o Uaupés, o Papuri, o Tiquiê, o Taraira, o Apapóris, o Japurá, o Icá e o Solimões —, indicam uma missão de cooperação entre os dois países. Se a Colômbia, com seus 23 milhões de habitantes, vive praticamente no Altiplano andino entre a cordilheira andina ocidental e a oriental, com ramificações demográficas para o litoral antilhano e para o litoral do Pacífico (porque a Colômbia tem a vantagem de ser um país de esquina, como lhe chamou o político e escritor colombiano López de Mesa), terá ela de colonizar os maravilhosos Lhanos orientais (a Amazônia colombiana) e, por conseguinte, aproximar-se ainda mais do Brasil, não só por via fluvial, mas por via terrestre, e isto porque da rodovia de Roraima Norte-Sul um ramal para Oeste de Caracaraí terá de vincular-se com a primeira localidade colombiana, Mitu, sobre o rio Vaupés, capital do Departamento de Vaupés.

Eis como Geografia e Geopolítica se entrosam na antevisão do enriquecimento de uma grande região amazônica, em benefício da Colômbia e do Brasil, O que hoje nos parece grandioso de mais, dentro de algum tempo minguará para proporções corriqueiras.

É preciso assinalar que a Colômbia já dispõe de um "estribo" muito importante sobre o Rio Amazonas, o porto de Letícia, que só tende a crescer e em condições melhores que as cidades da margem brasileira, pelo menos no momento atual.

Da mesma forma, atenção semelhante deverá ser dada à fronteira com a Venezuela. O Território federal de Roraima é praticamente um vácuo demográfico. Entestando com a Guiana e a Venezuela, esse território necessita urgentemente de ser provido de novas guarnições militares e terá de ser povoado, em particular na ourela fronteiriça com a Venezuela e a Guiana, através da qual passa enorme contrabando de diamantes de lavagem para Caracas e Georgetown.

Contudo, novos caminhos de aproximação terão de ser abertos entre o Brasil e a Guiana, motivados pela visita do Chanceler Mario Gibson Barbosa a Georgetown. Caminhos que terão de ser abertos e trilhados. Assim, a construção de uma rodovia de Georgetown a Lethem, sobre o rio Repununi, e a Tacutú, em Roraima, com cerca de 700 kms. de extensão, já convencionada entre os dois países, se impõe como um caminho decisivo de escoamento de produtos brasileiros para a zona franca de Georgetown, já estabelecida para o Brasil. É sabido que o Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, declarou em Caracas que a instalação de um porto livre para o Brasil na Guiana não alterará as reivindicações do seu país sobre a Guiana Essequiba. É conveniente sublinhar que o porto de Georgetown se encontra a Leste do rio Essequibo, e por conse-

TEIXEIRA SOARES

guinte fora do território que a Venezuela considera litigioso com a Guiana. Como quer que seja, todos esses fatos estão a demonstrar que précaution vaut mieux que confiance, como dizem os franceses.

Interesses hidrelétricos na Bacia Paraná-Paraguai-Uruguai — Em seu livro, "Intereses argentinos en la cuenca del Plata", publicado em 1969, o Almirante Isaac Francisco Rojas verteu conceitos a respeito de atividades do Brasil que merecem não apenas releitura, mas também meditação:

> "Con origen en el pasado colonial, el potente e infatigable impulso expansionista dió al Brasil millones y millones de hectáreas, derribando primero la línea de Tordesillas, desconociendo luego con incursiones y ocupaciones los derechos de la corona de España, y finalmente pasando a sus dominios, partes de las hijuelas pertenecientes a los herederos de aquélla, debilitados por las guerras emancipadoras y por las desuniones políticas. Una abundante disponibilidad de energia brasileña, en las zonas de permeabilidad máxima de la cuenca del Plata, además de servir para su expansión interna, puede ofrecerse a los vecinos que la necesitan. Naturalmente, si también nosotros la generásemos en esas magnitudes, podríamos llevarla al Brasil y a otras naciones. Pero ocurre que en esa nación, su plan de expansión energética ya está trazado y en marcha, mientras que el nuestro nó. Si se tiene en cuenta que los países en contacto con el Brasil por su frontera sudoeste, disponen de escasa producción elétrica, y que la generada alli podrá ser ofrecida a bajos precios, porque

los costos lo harán posible con seguridad, no es difícil advertir que Missiones, Corrientes, Chaco, Formosa por lo menos, además del Paraguay, serán mercados compradores potenciales para una gran oferta. Misiones, al iniciar la compra del fluido al Paraguay ,nos está señalando un hecho sobre el que es necesario fijar la atención". (*Ibidem*, pág. 55).

A campanha do Almirante Rojas tem evidentemente a vantagem de alertar o público de sua pátria quanto às carências do problema energético da Argentina. Ademais, o ilustre técnico argentino dá informações muito interessantes a respeito do desenvolvimento dos planos argentinos. Acreditamos, porém, que a justiça não esteja do seu lado, quando ele afirma que os represamentos provisórios de Urubupungá acarretam desde já a mudança do regime de águas do rio Paraná. A campanha do Almirante Rojas serve para nos avivar idéias quanto ao potencial hidrelétrico da bacia platina.

A bacia do Prata, que tem cerca de 4.000.000 de km2, interessa ao Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Destes países o que tem seu núcleo géo-histórico bem centrado na bacia do Prata, é sem dúvida a Argentina. Mas, o país que tem o seu ecúmeno nacional dentro dessa bacia, representado por mais de 40.000.000 de habitantes, é o Brasil. Ademais, os rios Paraná, Paraguai e Uruguai têm suas cabeceiras no Brasil e defluem através do território brasileiro por centenas e centenas de quilômetros. Bastará dizer que nos 2.400 km. de extensão do rio Paraguai, 1.400 km. se encontram em território brasileiro. Aí por volta de 1940, se não estamos em erro, Teófilo de Andrade escreveu um excelente retrato do rio Paraná, publicado em livro que mereceria releitura

e ampliação. Teófilo de Andrade foi um pioneiro da literatura monográfica brasileira no campo da geografia física e da geografia econômica. Nessas condições, e retomando a digressão, a bacia imensa, com seus grandes rios, afluentes enormes e subafluentes também grandes, está a indicar uma unidade potâmica econômica, como entenderiam geógrafos como Vidal de la Blache e Ernestus Kapp. E desta bacia a maior parte da sua superfície ainda pertence ao Brasil.

O Almirante Rojas assinala que o desenvolvimento do programa energético brasileiro se fez em linhas de maior intensidade que o argentino; e que, amanhã, o Brasil estará em condições de vender energia elétrica aos seus vizinhos. E cita o caso da venda da energia elétrica da usina paraguaia de Acaraí-Mondaí ao Território de Misiones. Em 1973, essa usina estará em condições de vender sua energia elétrica ao Oeste paranaense.

É sabido que a Argentina vem procurando realizar um grande processo de integração econômica, baseado no aproveitamento da energia hidrelétrica. O maior projeto hidrelétrico da Argentina, ora em execução, é o El Chocón-Cerros Colorados que, concluído, terá 1.650.000 kws. de potência instalada e proporcionará 26.4% da demanda energética do país. Além de El Chocón-Cerros Colorados, a Argentina constrói o sistema de Cabra-Corral. Inauguraram-se recentemente os complexos hidrelétricos de El Nihuil e Ullún. Existe da parte dos técnicos argentinos o propósito de recobrar o tempo perdido quanto ao aproveitamento das possibilidades hidrelétricas. Esta preocupação avivou-se muito nestes últimos tempos. Os técnicos argentinos estão agora interessados em estudar os planos brasileiros de aproveitamento da força motriz das nossas quedas d'áqua. Porque a verdade é que em utilização hidrelétrica caminhamos em progressão geométrica, enquanto a Argentina o faz em progressão aritmética. Razão por que a Argentina está procurando sanar essa deficiência por meio da construção da primeira usina nuclear para produção de energia elétrica em Aducha com 312.000 kws em julho de 1973. Em 1975/76 o Brasil inaugurará a sua usina nuclear de Angra dos Reis com uma produção de 616.000 kws.

Contudo, é preciso assinalar que a Argentina é presentemente para alguns o país mais adiantado da América Latina no campo da energia nuclear: e quem o diz é o anuário de 1972 publicado em Estocolmo pelo Instituto Internacional de Estocolmo de Investigação para a Paz. O anuário de 1972 dessa instituição intitula-se "Armamento e Desarmamento Mundial". De acordo com as informações dadas por esse anuário, a Argentina é um dos poucos países do mundo que possuem uma usina de separação química. Por conseguinte, a Argentina está fazendo grandes progressos no campo da energia nuclear, embora não tenha assinado, como fez o Brasil, o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, tratado que "tende a institucionalizar a desigualdade entre as nações e criar duas categorias entre elas: a das mais fortes, adultas e responsáveis, e a das fracas e, por conseguinte, irresponsáveis", como afirmou o Embaixador Araújo Castro na Universidade John Hopkins, em 19-10-972.

A Argentina dispõe de petróleo, bem como dispõe do petróleo e do gás natural de Madrejones (o vasto bolsão petrolífero Bolívia-Argentina), e amanhã poderá dispor do minério de ferro de Mutum, na Bolívia. O petróleo e o gás natural de Madrejones (em território boliviano) passaram a correr por meio de oleoduto e gasoduto para o território argentino, isto é, para Buenos Aires. Em março de 1961 a Argentina inaugurou o oleoduto mais

extenso da América do Sul, de 1.485 kms. de extensão, de Madrejones-Campo Durán a San Lorenzo. Esse oleoduto, construído pelo SARGO (Sociedade Argentina de Obras, Oleodutos e Gasodutos), transporta 9.000 metros cúbicos de petróleo cru por dia, quantidade suficiente para carregar 1.500 vagões-tanques de estrada de ferro. O oleoduto foi inaugurado pelo Presidente Arturo Frondizi. Comodoro Rivadavia, no Território de Chubut, se transformou em importante centro produtor de petróleo e dele irradia o oleoduto para Bahia Blanca e Buenos Aires. A Argentina dispõe presentemente de melhor rede de oleodutos e gasodutos da América do Sul. Depois, vem a Venezuela; e depois, a Bolívia.

De passagem, precisamos assinalar que o govêrno peruano, por decreto publicado no Diário Oficial, de 1º de setembro de 1972, autorizou a empresa estatal Petróleos do Peru (Petroperu) a assinar contrato com a Peruvian Sun Oil Co., a Continental Oil Co. of Peru, e a Champion Peru Inc., empresas de capitais norte-americanos, para a pesquisa e lavra do hidrocarboneto numa área de mais de 1,000,000 de hectares na selva amazônica. A Petroperu já perfurou três poços na selva. O primeiro, em novembro de 1971, com uma produção diária de mais de 2.000 barris: o segundo, em fevereiro de 1972; e o terceiro, em maio de 1972. Em face da possibilidade de majores descobertas de petróleo na selva amazônica (bem perto da fronteira com o Brasil, assinalemos), a Petroperu iniciou estudos para construir um oleoduto com 800 kms. de extensão desde a área a ser objeto de pesquisa e lavra por parte das empresas norte-americanas dantes mencionadas, até um porto no Pacífico, ao Norte de Lima.

Quanto às possibilidades de petróleo no Equador, vislumbram-se imensas a ponto de se afirmar que o Equa-

dor repetirá na América do Sul o exemplo da Líbia na África do Norte.

A Comissão Mista Brasileiro-Equatoriana foi criada pelo Convênio sobre as bases de cooperação econômica e técnica, de 5 de março de 1958. Os trabalhos principais dessa Comissão Mista resumem-se no seguinte: a) complementação dos estudos de navegabilidade do rio Putumayo (Içá, na denominação brasileira); b) elaboração do projeto de instalações portuárias em Puerto Putumayo; c) realização de estudos de viabilidade técnicoeconômica sobre a via interoceânica em relação ao seu terminal no Pacífico e sua conexação com Quito; d) construção da rodovia Lago Agrio-Puerto Putumayo nos termos da troca de notas de 19 de severeiro de 1971; e) realização de levantamentos aerofotogramétricos entre Ibarra e San Lorenzo, a fim de completar os estudos sobre a construção de uma rodovia entre essas cidades. Ademais, estudos para as instalações portuárias definitivas em Francisco de Orellana e Nuevo Rocafuerte. A Comissão Mista também está estudando as possibilidades do estabelecimento de vínculos comerciais entre o Brasil e o Equador em matéria de petróleo.

O Oriente boliviano na conjuntura geopolitica da América do Sul — Se o Egito é uma dádiva do Nilo, o Oriente boliviano é uma dádiva de rios platinos e rios amazônicos, repetindo o que se passa em Mato Grosso, onde segundo o nosso grande Roquette Pinto se almoça nas cabecereiras platinas, e se janta nas cabeceiras amazônicas, no mesmo dia. Mas, o Oriente boliviano tem a inestimável e poderosa vantagem de ser uma região de um cromatismo variegado, porque as maiores surpresas vegetais e minerais lá se encontram. Região de um brilho primaveril, o Oriente boliviano contém riquezas imensas, tanto de origem vegetal como mineral. E outra vantagem

TEIXEIRA SOARES

é a de possuir uma população relativamente escassa, prestando-se por conseguinte a ser um palco, onde a Aventura poderá representar papel fundamental. Como a Amazônia, o Oriente boliviano é terra para ser tratada com bravo espírito de pioneirismo.

Nessas condições, sendo um território rico e sedutor, misterioso e recôndito, e que agora começa a ser realmente devassado pela curiosidade científica e empresarial, o Oriente boliviano representará um papel importantíssimo no quadro geral da economia sul-americana nos próximos 30 anos. Quem anteviu as imensas possibilidades do Oriente boliviano, mas sob o aspecto ferroviário, foi EUCLYDES DA CUNHA naquele ensaio magistral que se encontra no livro "À margem da História", ensaio de 1907, e no qual o escritor previu que Santa Cruz de la Sierra se transformaria no maior entroncamento ferroviário da América do Sul, como cabeca-de-comarca de uma região fadada a um progresso material extraordinário. Que nos perdoe a sombra dramática e batalhadora de Germán Busch, o estadista nascido em Santa Cruz de la Sierra, o herói da Guerra do Chaco: acreditamos que os interesses do Oriente boliviano estão necessitando urgentemente de bolivianos do talhe de Busch que sejam capazes de transformar essa região numa imensa seara, num campo petrolífero de muitos campos iguais ao de Caranda, e numa área propícia a uma intensa política de povoamento feito por gente advinda da Europa. Assim, o sonho de D'Orbigny, desse ano distante de 1839, se transformará em esplêndida realidade. Assim, o sonho de Olíden, de Arana Suárez, de Busch transmutará o Oriente boliviano numa área que contenha o pioneirismo de Mato Grosso, a civilização pastoril do Pampa argentino e os melhores impetos da gente procedente de La Paz e até mesmo do Pacifico.

Tempo virá que dirá: o Oriente boliviano é um dos grandes caminhos da América do Sul, encruzilhada entre o Atlântico e o Pacífico, entre o Amazonas e o Prata. No Oriente boliviano se construirá uma civilização.

Tempo virá que dirá: o Oriente boliviano poderá vir a ser uma das áreas de salvamento da humanidade atormentada pelos excessos da super-industrialização, áreas de limpeza, como a Amazônia fabricadora de oxigênio, áreas que poderão abrigar milhões de seres desejosos de uma grande aventura.

Nessas condições, o grande eixo econômico interno Buenos-Aires-Rosário-Córdoba tem possibilidade de promover um processo de expansão econômica e comercial que atinja dois objetivos: o primeiro consistirá, por exemplo, em tornar palatável aos bolivianos um projeto que permita, em primeira etapa, a produção de 70.000 toneladas por ano de aço em lingotes, com o minério de Mutum. O estabelecimento de capitais e técnicos argentinos em Mutum representará a abertura de uma via através do Oriente boliviano em direção ao Béni, porque a estrada de ferro Yacuiba-Santa Cruz de la Sierra está sendo construída com tenacidade para chegar na hora marcada a Trinidad, cabeca-de-comarca do Béni, já tendo ultrapassado Montero e Santa Rosa. De Trinidad a ferrovia irá à riba boliviana do rio Mamoré, que separa o Brasil da Bolívia. É preciso que se diga que a Bolívia vem pagando a construcão dessa estrada de ferro com entregas periódicas de seu petróleo aos empreendedores argentinos.

É claro que o Oriente boliviano lucrará com a construção dessa estrada de ferro.

O segundo objetivo do eixo Buenos Aires-Rosário-Córdoba consistirá em prolongar-se esse eixo até Lima. Convém pensar que o Peru possui importantes riquezas minerais em franca exploração. Se é andino, o Peru também é amazônico. Por conseguinte, chegar-se ao coração da Amazônia pelos costados ou pela porta dos fundos não deixa de ser façanha de monta, que deverá ter muito appeal para aventureiros. Aventureiros no bom sentido da palavra, e não simples indivíduos audaciosos e depredadores.

Um país-continente, como o Brasil, verdadeiro império sem coroa, tem uma missão a cumprir. Para o perfeito cumprimento dessa missão, é preciso que nossas fronteiras sejam vivas. A conquista do nosso espaço geográfico representa uma tarefa de vulto. Criamos dentro do nosso território uma plataforma, — a área "imperial" constituída por São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Centro-Sul e o Nordeste; e desta plataforma irradiam-se as linhas de penetração ao longo dos rios afirmadores da nossa nacionalidade: o Paraná (juntamente com o Paraguai e o Uruguai), o Tocantins e o Araguaia, o São Francisco, o Amazonas. A esta plataforma juntar-se-ão brevemente a Amazônia e o Maranhão, porque Mato Grosso e Goiás já fazem parte do Centro-Sul.

Colonizar esse espaço geográfico demandará capitais imensos, e mais que tudo, muita energia. É tarefa gigantesca a ser cumprida com tenacidade através de duas ou três gerações animadas por uma vivente filosofia que seja ao mesmo tempo mensagem prática, e também obra de beleza. Por isso, o contexto amazônico vincará indelevelmente a nossa sensibilidade neste final de século. Quando houvermos criado uma civilização autênticamente brasileira para a nossa Amazônia, teremos contribuido com algo de novo para o desenvolvimento da civilização. E na Bacia do Paraná por certo criaremos um super-Ruhr moderníssimo nestes próximos vinte

anos, porque nessa região haverá a energia elétrica de Urubupunga (4.600.000 kws. de potência instalada).

Por conseguinte, o Brasil só pode desejar "el hallazgo definitivo de la verdadera unidad latinoamericana, sin paternalismos, fundada en el respeto recíproco". Nisso pensamos no passado, nisso estamos pensando no presente. É um pensamento constante da diplomacia brasileira. Não interessa ao Brasil ter vizinhos pobres, desorganizados. Interessa-lhe ter vizinhos em franco desenvolvimento econômico e social e, ademais, conscientes da sua missão internacional.

Os Projetos do Salto Grande das Sete Quedas e de Itaipu — Atualmente o Paraguai consome 80.000 kws. de energia elétrica. Para um país de 3.000.000 de habitantes, esse consumo ainda é relativamente pequeno. Contudo, o Paraguai terá ensanchas de aumentá-lo. E isto em conseqüência dos entendimentos havidos entre os governos do Brasil e do Paraguai na Ata das Cataratas (1966). Então, pela primeira vez se equacionou a possibilidade do aproveitamento industrial da potência hidrelétrica do Salto Grande das Sete Quedas.

Para dar cumprimento ao estatuído na Ata das Cataratas, foi criada uma Comissão Mista brasileiro-paraguaia, onde o representante brasileiro é o general Amir Borges Fortes, diretor da Eletrobrás, e o paraguaio é o engenherio Enzo De Bernardi, presidente da Administração Nacional de Eletricidade do Paraguai (ANDE).

É claro que o progresso material do Paraguai poderá permitir que o consumo de energia elétrica aumente de ano para ano. Fazendo-se a estimativa de que esse consumo possa aumentar de 15% ao ano, aí por volta de 1985 terá o Paraguai um consumo de 300.000 kws. No No entanto, muito diferente é o quadro brasileiro. Atual-

mente a Região Centro-Sul do Brasil conta com um consumo de 12.000.000 de kws., consumo que só tende a crescer. Em 1985 essa região terá um consumo da ordem de 32.000.000 de kws. No entanto, prevê-se que em 1980 a potência instalada na Região Centro-Sul do Brasil será apenas de 18.000.000 de kws. Então, fácil será prever que o Brasil experimenterá uma fome gigantesca de energia elétrica.

Mesmo que o aproveitamento idustrial do Salto Grande das Sete Quedas permita a geração de um potencial da ordem de uns 8.000.000 de kws. havendo já alguns observadores ou entendidos no assunto aventado um total de 12.000.000 de kws., metade dessa produção pertencerá ao Paraguai. Contudo, o Paraguai terá de vender o excesso de energia elétrica, é claro que ao Brasil em primeiro lugar. Mas, em Assunção já se falou na possibilidade da venda da energia sobejante também à Argentina e ao Uruguai, e possívelmente à Bolívia.

Precisamos pensar no seguinte, e fazendo-o com a maior objetividade: a hidrelétrica do Salto Grande das Sete Quedas ou a hidrelétrica de Itaipu não ficarão cada uma por menos de um custo estimado em 2 bilhões de dólares (ou 12 bilhões de cruzeiros). Se a hidrelétrica vier a ser construída de 1974 a 1982 (isto é, através de oito anos de intenso trabalho), o Brasil terá de proporcionar pelo menos um bilhão de dólares que serão retirados dos seus recursos federais. Os outros 50% resultarão de financiamento internacional (seja pelo Banco Mundial, seja pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Então, se a hidrelétrica será construída com capitais brasileiros e com capitais internacionais avalizados pelo Brasil; e se o Brasil até 1985 terá um consumo, na Região Centro-Sul, da ordem de 32.000.000 de kws., tudo nos parece indicar que devamos ficar com todo o sobejo de energia elétrica de que o Paraguai não vier a necessitar. E' preciso que essa possibilidade de venda de energia elétrica pelo Paraguai a uma terceira ou quarta parte seja perfeitamente estudada, antes de se iniciarem as obras da hidrelétrica. E' assunto que não poderá ficar envolto nas brumas da dúvida.

A posição assumida pela Argentina quanto ao aproveitamento industrial de rios internacionais sucessivos e, mais particularmente, quanto à construção da hidrelétrica do Salto Grande das Sete Quedas, abriu espaço a uma divergência com o Brasil. Essa divergência não poderia ser incubada num ambiente emocional, passionalizado por tendências ultranacionalistas ou estreito-nacionalistas, justamente quando as relações entre os dois países não as permitem, porque são relações políticas de horizonte amplo; e não relações políticas de campanário ou de paróquia municipal. Brasil e Argentina sempre se entenderam tanto no passado, como no presente.

Na Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente (1972), promovida pela Organização das Nações Unidas, a delegação argentina suscitou a questão regional do aproveitamento industrial do Salto Grande das Sete Quedas, encarando-a como podendo ser prejudicial aos interesses fluviais da sua pátria ademais de contribuir eventualmente à modificação do meio ambiente tanto das águas dos rios, como das terras que ficariam sem regadio equilibrado.

Em 19-10-1972 Brasil e Argentina, apoiados por 37 países, apresentaram à Assembléia-Geral da ONU um projeto que completará o trabalho começado na Confe-

rência sobre o Meio Ambiente, de Estocolmo, promovida pelas Nações Unidas.

A imprensa de 3-10-1972 estampou a seguinte nota do Itamaraty (tal como se encontra no "Jornal do Brasil", da mesma data):

"O Ministro de Estado das Relações Exteriores, ao ensejo de sua viagem a Nova York, para participar da XXVII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, examinou longamente com o Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Brigadeiro Eduardo MacLoughlin, os pontos-de-vista do Brasil e da Argentina no tocante ao aproveitamento dos recursos naturais.

Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Argentina, tendo em conta os legítimos interesses de seus respectivos países em questão de tanta relevância e inspirados na tradição de boa vontade e cooperação que sempre caracterizou as relações entre os dois países, concordaram em apresentar conjuntamente um projeto de resolução à XXVII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, de modo à refletir o acordo que concluiram sobre a matéria.

Os dois Ministros das Relações Exteriores concordaram que este acordo não só atende aos interesses recíprocos e, portanto, prevalecerá nas relações entre os dois países, como também contempla situações regionais e multilaterais.

O texto do acordo a que chegaram os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Argentina, e que está sendo apresentado à As-

sembléia-Geral das Nações Unidas sob a forma de projeto de resolução, é o seguinte:

Os Chanceleres do Brasil e da Argentina.

Havendo considerado o texto do Princípio 20 que figurava no documento A/Conf. 48/4 juntamente com suas emendas, transmitidos à Assembléia-Geral das Nações Unidas, para seu exame, pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente, celebrada em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972;

relembrando a Resolução 2.849 (XXVI), de 20 de dezembro de 1971, da Assembléia-Geral das Nações Unidas, sobre desenvolvimento e meio-ambiente, a qual foi co-patrocinada por ambos os países;

tendo em conta que, no exercício da soberania sobre seus recursos naturais, os Estados devem procurar, por meio de uma efetiva cooperação bilateral e multilateral ou de mecanismos regionais, preservar e melhorar o meio-ambiente;

salientam que, na exploração e desenvolvimento de seus recursos naturais, os Estados não devem causar efeitos prejudiciais sensíveis em zonas situadas fora de sua jurisdição nacional;

reconhecem que a cooperação entre os Estados no campo do meio-ambiente, inclusive a cooperação para a execução dos Princípios 21 e 22 da Declaração sobre o Meio-Ambiente, se logrará adequadamente dando-se conhecimento oficial e público dos dados técnicos relativos aos trabalhos a serem empreendidos pelos Estados dentro de sua jurisdição nacional com o propó-

TEIXEIRA SOARES

sito de evitar prejuízos sensíveis que se possam ocasionar no meio-ambiente da área vizinha;

reconhecem ademais que os dados técnicos mencionados no parágrafo precedente serão dados e recebidos com o melhor espírito de cooperação e boa vizinhança".

Por isso, os estudos, até agora realizados pelos consultores internacionais contratados pelo Brasil e pelo Paraguai por intermédio da Comissão Mista brasileiro-paraguaia, estão cobrindo um trecho de quase 200 kms. do rio Paraná. Quais os projetos que prevalecerão no estudo da viabilidade desses quase 200 kms.? Pelo menos até agora, e usando de todas as cautelas expositivas, parece que os projetos mais adequados à instalação da hidrelétrica seriam: a) o local chamado Santa Maria, 13 kms. abaixo do Salto Grande das Sete Quedas; b) Itaipu, a 14 kms. acima da Ponte da Amizade que liga Puerto Presidente Strossner, no Paraguai, a Foz do Iguaçú, no Brasil.

Assinale-se, apenas sob o ponto de vista de documentação do assunto, que em 1969 apareceu em Buenos Aires, em texto inteiramente em português, o livro do economista espanhol Ramón Tamames, "O Brasil e a integração econômica da América latina". Nesse livro, além de se referir ao projeto brasileiro do Salto Grande das Sete Quedas, Tamames aludiu ao projeto paraguaio-argentino de Yaciretá-Apipé, a 30 kms. abaixo da foz do rio Iguaçú. A represa, com uma cota de 180 metros, se estenderia até um ponto situado 73 kms. de Sete Quedas. "Na hipótese de Sete Quedas se construir antes, com as características indicadas, a cota máxima de represa de Apipé teria de ser reduzida de 180 a 121,50 metros sobre o nível

do mar, com a consequente diminuição da potência instalável" (págs. 298).

Mar Territorial — Pelo Decreto-lei 1.098, de 25 de março de 1970, do Presidente Médici, se estabeleceu que o mar territorial do Brasil abrange uma faixa de 200 milhas marítimas (ou 370 kms e 400 metros), medidas a partir da linha do baixo-mar do litoral continental e insular brasileiro adotada como referência nas cartas náuticas brasileiras. Ademais a soberania do Brasil se estende ao espaço aéreo acima do mar territorial, bem como ao leito e subsolo deste mar.

Na fixação do mar territorial esteve o Brasil atento à evolução do próprio Direito internacional moderno, o qual demonstrou que a velha regra das três milhas foi sendo aos poucos abandonada em prol da extensão do mar territorial para 6 e depois para 12 milhas. Por isso, a Comissão de Direito Internacional da ONU, no projeto de convenção para a codificação do Direito do Mar, transmitido à Assembléia-Geral de 1956, afirmou:

"1. A Comissão reconhece que a prática internacional não é uniforme no que respeita à delimitação do mar territorial. 2. A Comissão considera que o Direito internacional não autoriza a estender o mar territorial além de 12 milhas. 3. A Comissão, sem tomar qualquer decisão quanto à largura do mar territorial, aquém desse limite, toma nota, por um lado, de que muitos Estados fixaram uma largura superior a 3 milhas e, por outro, de que muitos Estados não reconhecem essa largura, quando a do seu mar territorial é inferior. 4. A Comissão estima que a largura do mar territorial há de ser fixada por uma Conferência internacional".

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar se realizou em Genebra de 24 de fevereiro a 27 de abril de 1958. Essa Conferência aprovou quatro convenções relativas ao Mar territorial e zona contígua; ao Alto Mar; à Pesca e conservação dos recursos vivos do alto mar; e à plataforma continental.

De 17 de março a 26 de abril de 1960 realizou-se a segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e o resultado dessa conferência foi absolutamente negativo.

No âmbito das nacões latino-americanas, em particular entre os países do Pacífico (Eguador, Peru e Chile), que encontram uma grande riqueza na pesca oceânica da corrente do Gulf Stream que corre a 180 kms. do litoral deles, cresceu o movimento de alargamento do mar territorial. Assim, em 1952 a OEA elaborou um "projeto de Convenção sobre Mar territorial e questões afins», em cuio art. 2º se reconheceu a necessidade do estabelecimento de uma "zona de proteção, contrôle e aproveitamento econômico até uma distância de 200 milhas marítimas a contar da linha da maré mais baixa em suas costas e nas de suas possessões insulares, dentro da qual poderão exercer a vigilância militar, administrativa e fiscal de suas respectivas jurisdições territoriais". Este projeto, apresentado ao Conselho Interamericano de Jurisconsultos, em Buenos Aires (1953), não foi aprovado. Na 3ª reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos (México, 1956) foi aprovado um projeto de resolução a respeito do mar territorial, reconhecendo-se de entrada que a delimitação do mar territorial de 3 milhas era insuficiente e não constituia norma geral do Direito internacional; justificando-se por conseguinte a ampliação do chamado "mar territorial" de acordo com as necessidades geográficas, biológicas e geológicas de cada Estado.

Na fixação do mar territorial ocorreu um exemplo de fronteira dinâmica, de fronteira geopolítica, de fronteira móvel que avançou. Por conseguinte, a Geografia se transmutou em Geopolítica e esta deu como resultado um acréscimo ao território continental da ordem de uns 700.000 km2.

A decisão do Governo brasileiro pautou-se por interesses vitais da Nação que cumpriam fossem resguardados, porque a Nação necessita do mar, precisa proteger-se no mar, dado que tem um litoral de mais de 7.000 km. de extensão precisando enriquecer-se com os recursos do mar, tanto os da plataforma continental como os recursos vivos da pesca. Na plataforma continental, é sabido, existem jazidas de petróleo e incalculável riqueza mineral que poderá ser explorada com vistas à criação de reservas destinadas ao desenvolvimento do nosso parque industrial. O mar territorial suscita o problema da fixação da fronteira lateral marítima.

E isto porque a fixação dos limites do território marítimo influi, de fato, na determinação da área do alto mar, podendo eventualmente condicionar o traçado do mar próximo de outros Estados, no caso do Brasil, a Guiana francesa ao Norte, e o Uruguai, ao Sul.

Ainda não se estabeleceram regras para a definição dos limites do mar territorial entre dois Estados vizinhos. Vários critérios podem ser adotados em boa tradição para fixar o traçado da fronteira internacional. Assim, segundo informações fornecidas à Comissão de Direito Internacional da ONU, esses critérios podem ser os seguintes: a) a fronteira marítima é prolongamento da fronteira terrestre; b) por meio de linha perpendicular à costa no ponto em que a fronteira terrestre atinge o mar, pode-se daí traçar a fronteira marítima; c) tomar-se o pa-

TEIXEIRA SOARES

ralelo geográfico que passa pelo ponto em que o limite terrestre atinge a costa; d) aceitar-se o critério da equidistância das costas respectivas.

O critério preferido pelos peritos e o mais aceito por vários países (Noruega, Finlândia e outros) é o da linha mediana. Cada ponto dessa linha fica afastado, igualmente, dos pontos mais próximos das linhas de base, a partir dos quais é medida a largura do mar territorial de cada um dos Estados. É a norma aprovada pela Convenção sobre o Mar Territorial, de Genebra, de 1958, em seu artigo 12. Mesmo assim, essa regra não tem caráter absoluto, podendo os Estados interessados estabelecer outros sistemas de mensuração, aterem-se a circunstâncias especiais ou respeitar títulos históricos.

No caso da fronteira lateral marítima Brasil-Uruguai, nada fora previsto, nem no Tratado de 1851, nem em tratados posteriores como no Convênio para fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira, que viesse regular a delimitação das águas territoriais entre os dois Países.

Os limites do mar territorial do Brasil estão previstos pelo Decreto-lei n.º 44, de 18 de novembro de 1966, em seu art. 1.º:

"Art. 1.° O mar territorial dos Estados Unidos do Brasil compreende todas as águas que banham o litoral do país, desde o cabo Orange na foz do rio Oiapoque, ao arroio Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, numa faixa de seis milhas marítimas de largura, medidas a partir da baixa-mar, adotada como referência nas cartas náuticas brasileiras".



(1781-1858)

Nessas condições, o arroio Chuí é o acidente geográfico balizador do extremo Sul das águas territoriais brasileiras e, ao mesmo tempo, sua embocadura caracteriza o início da fronteira terrestre com o Uruguai.

A margem esquerda do arroio pertence ao Brasil, e a direita ao Uruguai.

Acontece que o arroio Chuí tem curso divagante que motiva constante alteração da sua foz. Nestes últimos tempos, como aconteceu em 1945, o desaguadouro do arroio Chuia avancou para Nordeste cerca de 1.500 metros paralelamente à praia criando uma espécie de península entre o seu curso divagante e o litoral arenoso da Costa do Albardão. Por causa da situação criada pelo capricho do arrojo, autoridades uruguajas entenderam de exercer acões de soberania por vezes desnecessárias sobre uma ponta de praia que mudava de soberania a cada temporal do Oceano. Se o arroio Chuí é um coletor dos banhados próximos, desde 1853 sua foz sempre esteve à mercê da ação modificadora das marés e dos vagalhões oceânicos. Razão por que Soares de Andréia (Barão de Cacapava), Alto Comissário do Império na demarcação da fronteira Brasil-Uruguai com o Coronel José M. Reyes, colocou o marco nº 1 "na embocadura do arroio Chui no oceano, sobre as barrancas adjacentes de sua margem esquerda", sendo por conseguinte um marco de referência e não um marco delimitador. Essa situação hidrográfica encontra-se consignada na primeira ata da Comissão Mista brasileiro-uruguaia, do ano de 1853. marco ali colocado é apenas de referência, por não ter sido possível situá-lo na sua verdadeira posição. As comissões demarcadoras brasileiras assim operaram, sempre que circunstâncias impeditivas ocorressem. Assim, os marcos das embocaduras do igarapé Santo Antonio, no rio Amazonas, e do Taraira, no rio Apapóris, não pude-

TEIXEIRA SOARES

ram ser colocados exatamente no local conveniente, mas os termos de assentamento respectivos declararam que o primeiro se acha em território brasileiro e o segundo em território colombiano, e assinalam suas coordenadas polares em relação àquelas embocaduras, cujas coordenadas geográficas foram determinadas. De maneira análoga procedeu a Comissão de 1853.

Técnico uruguaio, o Contra-almirante Carlos Car-BAJAL, em seu livro "La Plataforma del Uruguay" (Montevidéu, 1968), sugeriu a aplicação da linha mediana, no caso da delimitação do mar territorial entre os dois Países, ao afirmar:

> "En el problema de nuestra frontera marítima con el Brasil, la solución más equitativa quizás sea la adoptada por la Comisión de Derecho International de las Naciones Unidas: el "princípio de equidistancia", aceptado por dicha Comisión, puede servir como base para un arreglo; princípio general en ausencia de tratado, a menos que otra línea límite se justifique por singulares circunstancias".

A linha mediana seria uma linha de ação aceitável, desde que pudesse ficar definido um ponto de referência no Oceano, terminal da fronteira terrestre, segundo o princípio proposto pelo art. 12 da Convenção sobre Mar Territorial e a Zona Contígua, de 1958, assinada em Genebra. No entanto, dadas certas circunstâncias existentes no local, outra solução, diferente da preconizada pelo técnico uruguaio e talvez de mais fácil exeqüibilidade, poderia ser a tomada, como raia de delimitação, do paralelo geográfico do marco n.º 1 da fronteira terrestre; ou mesmo fixar-se a fronteira na altura do farol, e neste caso com o adjutório da canalização da foz do arroio Chuí por meio de uma calha artificial; isto é, o desagua-

douro do arroio Chuí seria contido, fixado por meio de uma obra de engenharia hidráulica. Convém recordar que a Ata dos Comissários demarcadores de 15 de junho de 1853 já fazia constância bem clara da instabilidade, da divagação do arroio Chuí. Neste caso, a fronteira nesse trecho ou teria de variar de acordo com as divagações do arroio Chuí; ou teria de ser fixada: e neste caso, ou onde se encontra atualmente a foz do arroio (que muda de momento a momento), ou se adotaria um ponto intermédio entre a antiga foz e a foz atual, ponto este que poderia ser o paralelo do marco n.º 1, ou o paralelo do farol praieiro.

Não existe problema de fronteira, não existe problema de limites a ser resolvido, porque as divagações do curso inferior do arroio Chuí foram assinaladas claramente na Ata de 15 de junho de 1853. O que existe é apenas uma situação inconveniente, que reclama solução prática.

A Declaração Conjunta sobre Limite de Jurisdições Marítimas, assinada no Rio de Janeiro em 10 de maio de 1969 pelos Chanceleres Magalhães Pinto e Venâncio Flores, equacionou o problema de maneira precisa. Para dar cumprimento ao estabelecido nessa Declaração Conjunta, o Chanceler Mário Gibson Barboza despachou a Montevidéu o Embaixador Teixeira Soares, autor do presente livro sobre fronteiras do Brasil, em companhia do Coronel Juvenal Milton Engel, Chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, 2.º Divisão, do Ministério das Relações Exteriores, e do Engenheiro Francisco Loncan, da mesma Comissão Brasileira Demarcadora de Limites.

Levei uma proposta, devidamente aprovada pelo Chanceler Mário Gibson Barboza e a debati com o Embaixador Carlos C. Barros, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, bem como com o Coronel Mário Larrauri, Delegado-Chefe da Comissão de Limites e Caracterização da fronteira Brasil-Uruguai. O Coronel Engel e o Engenheiro Loncan também versaram o assunto com proficiência técnica. A proposta, que apresentei e consta da Ata especial sobre a fixação da barra do arroio Chuí, foi datada de 20 de abril de 1970.

Essa nossa proposta não foi aceita, e tampouco aceitamos a proposta apresentada pelo Coronel Larrauri. Contudo, não era o caso de se pensar na impossibilidade de uma solução, convindo perseverar na busca de outros argumentos; tanto mais quanto a Declaração Conjunta dos Presidentes Médici e Pacheco Areco, assinada em 11 de maio de 1970 em Santa Teresa (Uruguai), na velha e bela fortaleza construída por Gomes Freire de Andrade, enfatizou em seu art. 6.º ainda mais a importância da fixação da barra do Chuí e da fronteira lateral marítima.

Em conseqüência do estatuído no art. 6.º da Declaração Conjunta dos Presidentes Médici e Pacheco Areco, a Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai, em Ata da XXXVIII Conferência, de 12 de outubro de 1971, realizada no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro e assinada pelos Delegados, Coronel Engel e Coronel Larrauri, concordou na fixação da barra do arroio Chuí, cujo leito é de instabilidade reconhecida desde a primeira Ata de limites, de 15 de junho de 1853, de conformidade com os seguintes elementos técnicos de apreciação:

"A barra do arroio Chuí será fixada no ponto em que a linha que, partindo do atual

farol do Chui em direção sensivelmente perpendicular à linha geral da costa, com o azimute da própria divisória lateral marítima (a seguir especificado), encontre o Oceano Atlântico. O limite lateral marítimo entre os dois países será definido pela linha loxodrômica que, partindo do ponto acima estabelecido, terá o azimute de cento e vinte e oito graus sexagesimais (a contar da direção do norte verdadeiro), atingindo o limite exterior do mar territorial de ambos os países. O prolongamento dessa loxodrômica para dentro da terra passa pelo farol do Chui. Declaram ainda os senhores Delegados-Chefes que o marco principal número um (de referência), erigido pelos delegados demarcadores do ano de 1853, próximo à margem esquerda do arrojo Chui, e em terreno firme para melhor proteção dos efeitos das marés e das vagas marítimas, será mantido em sua posição original; e que, em ocasião oportuna, serão executadas as obras necessárias que assegurem a normal desembocadura do arroio Chuí no ponto que foi acima fixado".

Em 21 de julho de 1972 procedeu-se em Montevidéu à troca de notas reversais que formalizaram o assunto.

A fixação da única fronteira lateral marítima, que ainda se encontra em aberto, é a do Brasil com a Guiana francesa.

Na parte correspondente deste livro aos limites com a Guiana francesa, historiamos as vicissitudes desde o Tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713, até ao

TEIXEIRA SOARES

Laudo de Hauser, Presidente do Conselho Federal Suiço, de 1.º de dezembro de 1900, laudo esse favorável ao Brasil.

A fronteira do Brasil com a Guiana francesa encontra-se caracterizada desde 1962, e a divisória é representada pelo talvegue do rio Oiapoque desde o seu desembocamento na baía de Oiapoque até à nascente principal na Serra de Tumuc-Humac. Esta é a divisória fluvial. A divisória terrestre segue pelas cumeadas da Serra de Tumuc-Humac até encontrar a fronteira com o Suriname no ponto de trijunção Brasil-Guiana francesa-Suriname.

Até agora Brasil e França não entraram num ajuste preliminar para a demarcação e caracterização da fronteir lateral marítima nas águas equatoriais da Guiana francesa e do Território do Amapá. Contudo, convém se preveja uma solução para o problema. Em nosso entender, se a França, paladina do mar territorial de 12 milhas, e o Brasil, que consagrou o mar territorial de 200 milhas, chegarem a um entendimento preliminar para a demarcação e caracterização da fronteira lateral marítima, esta solução poderá talvez consistir no traçado de uma linha perpendicular à costa, partindo do fim da superfície que compõe o mar territorial brasileiro de 200 milhas marítimas e que se encontrará no ponto exato de intersecção com o final do talvegue do rio Oiapoque, prolongado até à baía histórica de Oiapoque, quando ele deságua no Oceano Atlântico. Essa linha perpendicular à costa poderá ser traçada de Mont d'Argent, de um lado, ao Cabo Orange, do outro. É preciso assinalar que o Laudo de Hauser estatuiu que a fronteira fluvial do rio

Oiapoque, baseada no talvegue do mesmo rio, corta a baía histórica de Oiapoque para projetar-se no Oceano Atlântico.

Ilhas Atlânticas — Os estudos feitos no leito do Oceano Atlântico por cientistas como o Príncipe Alberto do Mônaco, H. von Ihering, Ameghino, Vaughan e muitos outros demonstraram a existência da chamada "ponte equatorial afro-brasileira", na formação do batipelagismo do mesmo oceano. Muito antiga é a origem dessa "ponte". Eis o que afirmou Ed. Le Danois, no seu livro "L'Atlantique/ histoire et vie d'un océan" (Paris, 1938):

"... no curso da época primária existia em volta da terra um oceano circular equatorial; foi numa geosinclinal desse oceano que se formou a ponte afro-brasileira. Sua orientação geral era sem dúvida o Leste-Oeste com uma ligeira inclinação Nordeste-Sudoeste. ponte reunia os terrenos antigos do Brasil à Senegâmbia e compreendia a totalidade do Macico equatorial, colocado entre as cordilheiras norte-atlântica e sul-atlântica. lização está ainda nitidamente marcada pelas soleiras do Pará e da Serra Leôa que ligam o Macico equatorial à América e à Africa. Podese considerar pois que os espigões deste macico são formados de rochas muito antigas e esta tese é apoiada pela geologia da ilhota São Paulo. As rochas que formam este rochedo isolado no equador foram estudadas pelo professor Lacroix e são de tipo cristalofiliano. O rochedo São Paulo permanece pois como o testemunho do desmoronamento desse continente equatorial. Sua rutura deve colocar-se antes do terciário, mas esta região do Oceano Atlântico foi posteriormente sede de uma atividade vulcânica que dura até hoje (zona de Daussy). O isolamento definitivo do maciço equatorial foi provocado por duas falhas vulcânicas paralelas e orientadas N.N.W.-S.S.E. Uma delas, a Oeste é marcada pela concavidade que separa a cordilheira Norte-atlântica do maciço equatorial e das ilhas vulcânicas de Fernando do Noronha e da Trindade; a outra falha, a Leste, é orientada pelas ilhas de Cabo Verde, pela fossa da Romanche e talvez pelo vulcão da ilha Ascensão".

O arquipélago de Fernando de Noronha tem uma superfície de 18,4 km². É formado pela ilha de Fernando de Noronha (16,9 km²) e por cerca de umas vinte ilhotas. A mais importante dessas ilhotas é a Ilha da Rata, que tem 81 hectares. Fernando de Noronha é um Território Federal, distante 345 kms. do litoral brasileiro (Rio Grande do Norte). É depois das Ilhas da Trindade e Martin Vaz o grupo de ilhas brasileiras mais distante do litoral pátrio. A importância estratégica de Fernando de Noronha, amplamente reconhecida na Segunda Guerra Mundial, motivou em 1942 a criação do Território Federal de Fernando de Noronha, estabelecimento militar da mais alta valia para a defesa do Atlântico equatorial e do Mar territorial do Brasil.

No planisfério de Juan de La Cosa, de 1500 ou 1501, costuma identificar-se a ilha de São João com a ilha de Fernando de Noronha. Em 1503 Gonçalo Coelho, que comandou a segunda expedição exploradora do litoral da Terra de Santa Cruz, tomou posse da ilha para a Corôa de Portugal. Em 1504 Dom Manuel I

fez doação da ilha a Fernão de Loronha, arrendatário da extração de pao-brasil. Em 1738 as autoridades militares portuguesas construiram o forte de Nossa Senhora dos Remédios, que dura até hoje.

Recomendamos a leitura da monografia, "Fernando de Noronha", da autoria do geógrafo Lúcio de Castro Soares, publicada pelo IBGE em 1958. Monografia modelar.

Ilha da Trindade — Situada a 651 milhas marítimas da costa do Espírito Santo, a ilha da Trindade foi descoberta pelos portugueses que, em 1501, comandados por João da Nova, se dirigiam para a Índia a bordo de quatro naus. Transformada em capitania, foi em 1539 doada a Belchior Camacho. Depois, abandonada por muito tempo. Durante o Império, a ilha foi visitada por autoridades navais em 1851, 1856, 1871 e 1884. O ponto mais extremo para Leste do território brasileiro, a lha da Trindade tem 5kms. 500 metros de comprido por 2 kms. e 700 metros de largo.

Em 28 de setembro de 1972, o Vice-Presidente da República, Almirante Augusto Rademaker, visitou a Ilha da Trindade, realizando a chamada operação Presença. A viagem foi feita a bordo do porta-aviões "Minas Gerais", de 21 a 28 de setembro do corrente ano de 1972, comboiado por quatro contratorpedeiros, e dela participaram o Comandante-em-Chefe da Esquadra, Vice-Almirante José Uzeda de Oliveira, e dez congressistas.

Essa viagem teve a vantagem de chamar mais uma vez a atenção para a Ilha da Trindade, onde existe um posto oceanográfico e metereológico. A ilha adquiriu excepcional importância em vista do fechamento do Canal de Suez e da transferência da navegação internacional, em particular dos super-tankers de petróleo, para a rota

de contorno do Cabo da Boa Esperança. Por conseguinte, a Ilha da Trindade ficou mais perto da grande rota atlântica Cabo da Boa Esperança-Europa.

De dia para dia cresce a necessidade da criação de um eixo naval e aéreo Fernando Noronha-Trindade com o fito de impedir penetrações ilegais e, ademais, facilitar o contrôle e defesa do Mar territorial brasileiro. Nessas condições, a Ilha da Trindade terá de ser obieto de importantes melhoramentos materiais, como por exemplo deverá contar com um excelente campo de pouso para aviões e helicópteros das nossas Forças Armadas. existe um contingente permanente, integrado por 38 homens na base do voluntariado, e que se revezam a cada quatro meses. O Posto oceanográfico da Ilha da Trindade foi inaugurado em 1957, havendo prestado excelentes serviços durante a participação do Brasil no Ano Geofísico Internacional. e vem realizando diàriamente trabalhos como rádio-sondagens, observações de ventos, registro permanente de elementos meteorológicos ao nível do mar e em estações a 300 e 600 metros de altura, registro permanente de precipitação, evaporação e radiação solar, e observações magnéticas e gravimétricas.

Em 1782 o inglês Johnstone, capitão-de-mar-e-guerra da Marinha da sua pátria, apoderou-se da Ilha da Trindade. André de Sá e Melo e Martinho de Melo e Castro, ministros da Raínha Dona Maria I, ordenaram ao Embaixador em Londres, Luís Pinto de Sousa, que cuidasse do assunto e resguardasse os direitos de Portugal. O embaixador passou nota ao Secretário de Estado Fox em 30 de maio de 1782, fazendo um protesto enérgico. A diligência do embaixador português obteve resultado, porque uma Carta do Almirantado ao Commodore Johnstone o intimou a abandonar a ilha, que foi re-

ocupada por uma expedição portuguesa sob o comando de José de Melo em 13 de janeiro de 1783.

Contudo, os ingleses voltaram à Ilha da Trindade, desembarcando do navio de guerra "Baracouta" em fevereiro de 1895 e hastearam o pavilhão britânico nesse penedo. O Conselheiro Carlos de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores do governo Prudente de Moraes. protestou por nota de 22 de julho de 1895 enviada ao ministro da Inglaterra no Rio de Janeiro. O Marquês de Salisbury, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, deu-se ao trabalho de, na nota de 16 de novembro de 1895, fazer um resumo da história prévia da ilha, procurando demonstrar que o navegador português Martin Vaz a descobrira em 1503; mas que desse descobrimento não existia documento algum que provasse haver ele ocupado a ilha para a Coroa de Portugal. Logo, a ilha, além de desabitada, não pertencia a potência alguma... Por nota de 7 de janeiro de 1896. Carlos de Carvalho rebateu a argumentação de Salisbury e reforçou a argumentação da sua nota anterior, de 22 de julho de 1895. Os bons ofícios interpostos pelo governo de Portugal por intermédio do seu notável embaixador em Londres, o Marquês de Soveral, levaram em maio de 1896 a Inglaterra a desistir da ocupação da ilha e a reconhecer a soberania do Brasil sobre a mesma em 3 de agosto de 1896.

A chamada Ilha de Martin Vaz, que fica perto da Ilha da Trindade, na realidade não é uma ilha, e sim três ilhotas, formando uma espécie de coroa, escarpadas e pràticamente inaccessíveis.

Os rochedos de São Pedro e São Paulo, situados acima da Linha do Equador, são formações impressionantes, rochas talhadas a pique e que, na realidade, re-

TEIXEIRA SOARES

presentam um mistério de eras convulsas de uma geologia arqueozóitica.

Parcéis dos Abrolhos — Na altura da costa da Bahia, litoral baixo, a uns 16° L. Sul emergem à flor das águas formações madrepóricas conhecidas sob a designação de Abrolhos, a 70 kms. de Caravelas. As mais importantes dessas formações madrepóricas são os Parcéis dos Abrolhos, em forma de meia-lua e constituídas por cinco ilhas, sendo destas a maior a Ilha de Santa Bárbara. As outras ilhas são a Redonda, a das Caladas, a das Paredes e a do Banco de Marajó. À volta dos Parcéis dos Abrolhos existem ilhotas e arrecifes menores.

* * *

No quartel do Comando militar do 2º Pelotão de Fronteiras (Japurá), encontra-se inscrita a seguinte legenda: "Mais mérito que nós que a ocupamos têm aqueles que a demarcaram". Inscrição que faz recordar a que se encontra no Forte do Príncipe da Beira: "Esta terra é nossa e aqui estamos para ocupá-la". Concepção dinâmica da ocupação e da vigilância. Fronteira fixa, no momento presente, mas imantada pela preocupação da vigilância permanente. Fronteira viva, pois. Pelo menos, guarnecida, policiada, defendida.

Alguém já se ocupou dos bandeirantes da demarcação, como lhes chamou, aduzindo conceitos admiráveis numa obra também admirável como ciência histórica e ciência política. Eis o que vale a pena repetir, e também sobre o que vale meditar:

> "A fome do ouro obriga, muita vez, o bandeirante a sofrer fome; a fronteira, fatalmente, o fará herói e bandido. Quem leva a fronteira em sua caminhada até ao ponto nevrálgico que

é estabelecer o limite de um país com outro, está sujeito ao dilema. Para os jesuitas espanhóis, por ex., o bandeirante é o bandido; para nos, é o herói geográfico.

Há um tipo de bandeirante, porém, que vai tocar mais a fundo nesse ponto nevrálgico, que é a fronteira, sem incorrer na alternativa porque sua missão é, antes, "pacificar" a obra do conquistador; é o que vai cortar na carne da geografia (digamos assim) o que é nosso, o que é nossa carne, separando-a da do vizinho com quem se lutou durante dois séculos.

É o demarcador. A tarefa passa da geografia física para a geografia social e humana. A linguagem moderna que faz da fronteira "um organismo periférico" se ajusta muito bem à nova realidade. (Cassiano Ricardo, "Marcha para este", 3° ed., vol. II, pág. 316).

Nada se poderia dizer de melhor que os conceitos antes repetidos de Cassiano Ricardo. Justamente os conceitos do notável escritor valem como uma afirmação geopolítica, — a de que a fronteira e o fronteiro estão sempre juntos. Foi grande sorte do Brasil termos contado sempre com a adequação do homem especializado à observação e defesa da fronteira. Um Alexandre de Gusmão, um Ricardo Franco de Almeida Serra, um Lôbo d'Almada, um Silva Pontes, um Alexandre Rodrigues Ferreira, um Barão de Caçapava, um Barão de Ladário, um Barão de Parima, um Visconde de Maracaju, um Barão de Tefé, um Luís Cruls, um Euclydes da Cunha, um Almirante Ferreira da Silva, um Comandante Braz Dias de Aguiar, um Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pe-

TEIXEIRA SOARES

reira, um Rondon, para citar apenas os que desapareceram na caminhada da vida, foram o produto técnico e político da doutrina de se encarar a fronteira, não como uma coisa estática, rígida e linear; mas sim, como um conceito dinâmico e vivencial que deve ser constantemente estudado, sopesado, defendido e super-avaliado. Razão por que neste trabalho a respeito dos nossos limites atuais, procuramos sempre, histórica e geopoliticamente, estudar a fronteira como movimento dirigido, como cristalização de uma política e, por conseguinte, como planejamento geopolítico. Será a fronteira que tem vida, a fronteira que empolga a consciência nacional.

Em estudo sobre "Limites do Brasil na Amazônia". publicado pela Revista Brasileira de Cultura" (n.º 3 referente a janeiro/marco de 1970), dissemos: "Se a fronteira for morta, se não tiver vida econômico-social, que valerá como elemento de afirmação de soberania e que proteção terão os bens dominiais do Governo Federal? Mais uma razão, pois, entre muitas outras igualmente militantes, para que, na faixa federal de fronteira, a densificação demográfica, econômica e social seja também iniciativa de planejamento militar. Imperativos de segurança nacional obrigam o Governo Federal a ativar o uso público da faixa federal de fronteira no sentido de colonizá-la, bem como de protegê-la militarmente. Napoleão afirmou que "a Política de todas as Potências está na sua Geografia". Neste caso, a nossa geografia obriganos a prestar atenção ao fato de ser o Brasil um paíscontinente que necessita ter altamente sensibilizado seu órgão periférico - a fronteira. Se quisermos as nossas fronteiras em estado de vivas e de vigiadas, pensemos em povoá-las e militarizá-las progressivamente. É uma função de nacionalismo claro e aberto, sadio e previsor, nacionalismo que não enxerga fantasmas ao meio dia, e que deseja coisa que está na consciência de todos nós — um Brasil forte e progressista. Assim procedendo, não estaremos incomodando ninguém. Estaremos, isto sim, cumprindo, em toda a plenitude, o dever fundamental de zelar pelo que é nosso numa permanente missão de resguardo e vigilância".

Escrevemos estes conceitos em 1969, posto a experiência humanística fosse ainda mais antiga, derivada dos ensinamentos do austríaco Heinrich von SRBIK, na sua obra prima "Espírito e História do Humanismo alemão até ao Presente" ("Geist und Geschichte von Deutschen Humanismus bis zur Gegenwart"), para quem o dinamismo da História de um povo deve desenvolver, com uma noção cabal de responsabilidade, o autoconhecimento nacional e mercê deste, a autocrítica nacional. Aprende a conhecer-te como parte de um povo, e um povo inteiro se conhecerá a si próprio. A História tem a vantagem de assinalar os erros numa lição permanente de revisão do proceder dos governos bem como do próprio povo. As nossas fronteiras, pelo fato de estarem distantes das grandes cidades, devem interessar-nos ainda mais numa atração que seja, pelo menos, o quadrado da própria distância, porque é nessas fronteiras que começa a gloriosa sensibilidade de sermos brasileiros.

NOTA

A Qúestão de Leticia e a Solução Melo Franco

Vinham de muito longe as divergências entre a Colombia e o Peru quanto à fixação de limites na região amazônica. Razão por que motivaram uma incessante atividade diplomática, nem sempre compensadora.

Conforme informou A. Wagner de Reyna em sua «História diplomática del Perú» (Lima, 1964, vol. I), a questão de limites entre os dois países ficou aberta de 1830, data da dissolução da República de Gran Colombia. até o ano de 1894. Neste ano propôs a Colombia uma conferência tripartita para estabelecer uma solução definitiva quanto aos territórios do Napo e do Putumayo (rio Icá para nós). Surgiu assim a Convenção arbitral tripartita de 15 de dezembro de 1894. Em vista de não haver o Equador aprovado essa convenção, o Peru resolveu em 1904 retirar a aprovação que dera ao documento diplomático. Voltou-se, pois, à situação anterior, isto é, à confusão, enquanto na selva amazônica se manifestava a «corrida à borracha» e se aprofundava o deslocamento de aventureiros para as regiões gomeiras. A subhumanidade, que se concentrara na região, passou a ser objeto de incriveis maus tratos por parte de barraqueiros prepo-Em 1910 o Govêrno inglês encarregou tentes e cruéis. o Cônsul Roger David Casement de proceder a uma investigação completa de certas acusações feitas contra a Anglo-Peruvian Amazon Company. A investigação de Casement espraiou-se em repercussão internacional, porque revelou um verdadeiro regime de escravização do trabalhador indígena, bem como do trabalhador branco, na região do Putumayo. Casement procedera, anos antes, a uma investigação semelhante no Congo, o que motivara uma verdadeira limpeza de autoridades do Congo então belga.

Por uma dessas coincidências curiosas, nesse ano de 1904 (para citar apenas um ano de desusada atividade diplomática), estabeleceu-se a neutralização de três áreas amazônicas, já conflagradas por choques entre autoridades locais e indivíduos pertencentes aos países litigantes. Assim, a região do Napo foi neutralizada pelo Protocolo Menéndez Pidel-Valverde-Vásquez-Cornejo; a região do Putumayo foi neutralizada pelo Protocolo Pardo-Tanco Argáez; e a região do Alto Purús e Alto Javarí foi neutralizada pelo Protocolo Rio-Branco-Velarde. Dos três protocolos o único que funcionou de verdade na prática, dando excelentes resultados, foi o Protocolo Rio-Branco-Velarde.

Também se planejaram arbitragens internacionais. Assim, o litígio Equador-Peru seria submetido à decisão do Rei d'Espanha; o litígio Equador-Colombia ao Imperador da Alemanha; e o litígio Peru-Colombia ao Papa.

Esses planos não deram resultados práticos. O Imperador da Alemanha recusou ser árbitro. Devido a uma inconfidência lamentável. Afonso XIII retirou-se da função de árbitro no litígio Equador-Peru; e quanto ao Papa, o assunto desde o começo não marchou.

Em julho de 1911, em Puerto Córdoba, na margem direita do rio Caquetá (Japurá) em frente à boca do Apapóris, ocorreu durante três dias violenta refrega entre o destacamento militar colombiano e o destacamento peruano, comandado pelo então Tenente-Coronel Oscar

Benavides (depois Presidente da República). Esse choque militar, que passou a ser chamado o combate de La Pedrera, afetou seriamente as relações entre os governos de Bogotá e Lima. Contudo, a diplomacia não perdeu de vista a necessidade de uma solução pacífica por meio de negociações diretas. Em 24 de marco de 1922. Alberto Salomón Osorio, ministro das Relações Exteriores do Peru, e Fabio Lozano y Torrijos, ministro da Colombia em Lima, assinaram o Tratado de Limites Salomón--Lozano, «totalmente desventajoso para el Peru», afirmou Gustavo Pons Muzzo em sua recente obra. «Las fronteras del Perú». Esse tratado só foi aprovado pelo Congresso peruano em 1927 e sancionado pelo Presidente Leguía em 23 de janeiro de 1928. Suas ratificações foram trocadas em Bogotá em marco de 1928. Por esse tratado o Peru reconheceu à Colombia a zona entre o Putumayo e o Caquetá (Japurá), e lhe cedeu o território compreendido entre o Putumayo e o Amazonas a boca do Yaguas no Putumayo e a de Atacuari no Amazonas, pelo lado do Ocidente, e a fronteira Peru-Brasil pactuada em 1851, pelo lado do Oriente, — território denominado «Trapézio Se a Colombia obteve saída ao Amazonas amazônico». e passou a ser dona da margem esquerda, interpondo-se entre o Brasil e o Peru, cedeu ao Peru o território chamado «Triângulo de Sucumbios», entre o rio San Miguel ou Sucumbios e o Putumayo. O Tratado Salomon-Lozano também estabeleceu a infeliz reserva de alegar a Colombia direitos aos territórios situados ao Oriente da linha Tabatinga-Apapóris, estabelecida entre o Peru e o Império em 1851, o que motivou intensa atividade diplomática por parte do Brasil, de 1922 a 1925.

Críticos do Tratado Salomón-Lozano afirmaram que, por via dele, se estabeleceu uma troca de territórios, mas desigual. Afirmou Pons Muzzo que o tratado signifi-

cou para o Peru a perda do condomínio do Amazonas com o Brasil; e que o mesmo em nada contribuiu para desanuviar o horizonte internacional, antes criou uma situação perigosa.

O incidente de Letícia, ocorrido a 1º de setembro de 1932, consistiu no seguinte: grupo de civis peruanos do Departamento de Loreto e outro de residentes em Letícia se apoderaram sem resistência da cidade, obrigando a escassa policia colombiana e as autoridades civis a se trasladarem ao território brasileiro. Intensa comoção despertou o incidente tanto em Lima como em Bogotá. O governo da Colombia entendeu que se tratava de uma revolta interna e que, por conseguinte, tomaria providências imediatas de repressão. No Peru o incidente foi diversamente encarado, mas o governo de Lima prometeu proteger seus nacionais. Bandos armados procuravam implantar a desordem nos barracões e povoados amazônicos.

A intervenção da Liga das Nações não foi um fracasso total; porque, ao menos, permitiu a desmilitarização de Letícia, cuja administração foi depois dada a uma comissão internacional, chefiada pelo glorioso Rondon, concomitantemente com a aceitação por ambos os países desavindos da mediação de Melo Franco, então Ministro das Relações Exteriores e que continuou como árbitro e presidente da Conferência do Rio de Janeiro após haver deixado a chefia do Itamaraty em conseqüência de um episódio de política interna brasileira.

A ação de Melo Franco foi extraordinária sob todos os aspectos. Como árbitro ele se impôs soberanamente à consciência dos notáveis delegados colombianos e peruanos; e, ao cabo de um trabalho admirável de doutrinação, persuação e iluminação de numerosos problemas conjugados no incidente de Letícia, o Protocolo

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

de Amizade e Cooperação, assinado no Rio de Janeiro a 24 de maio de 1933, encerrou definitivamente uma série inumerável de divergências e incidentes que se haviam iniciado praticamente depois de 1830 e vieram, através do tempo, dificultando e amargurando as relações entre colombianos e peruanos.

BIBLIOGRAFIA

- Além das obras citadas no texto recomendam-se as seguintes:
- ABREU, J. Capistrano de «Capítulos de História colonial» (1500-1800), Rio, 1934.
- Abreu, J. Capistrano de «Caminhos antigos e povoamento do Brasil» Rio, 1930.
- ACUÑA, Padre Cristovam d' «Novo descobrimento do grande rio das Amazonas», Revista do Instituto Histórico, tomo XXVIII, Rio, 1865.
- AGASSIZ, Professor and Mrs «A Journey in Brazil», 1865-1866, Londres, 1868.
- AZEVEDO, J. Lúcio de «Épocas de Portugal econômico», Lisboa, 1929.
- AZEVEDO, J. Lúcio de «Os Jesuitas no Grão Pará», Lisboa, 1901.
- CARDIM, Fernão «Tratado da Terra e Gente do Brasil», notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, Rio, 1925.
- ESCHWEGE, «Jornal von Brasilien», Weimar, 1818.
- GARDNER. George «Travels in the interior ob Brazil», Londres, 1849.
- HYATT VERRILL, «Old civilizations in the New World, Indianapolis, 1929.
- KIDDER & FLETCHER, «Brazil and the Brazilians», Filadelfia, 1857.
- Koster, Henry «Travels in Brazil in the Years from 1809 to 1815», Filadélfia, 1817.
- Leite, Serasim «História da Companhia de Jesus no Brasil», 4 vols., 1938-1943.

TEIXEIRA SOARES

- Mauá, Visconde de «Autobiografia» (edição de Cláudio Ganns), Rio, 1943.
- MEANS, Philip Ainsworth «Ancient civilizations of the Andes», Nova York, 1936.
- OSBORNE, Harold «Indians of the Andes», Londres, 1952.
- Porto, Aurélio «Historia das Missões Orientais do Uruguai», Rio. 1943.
- Washington Luis «Capitania de São Vicente», São Paulo, 1918.
- TAUNAY, Afonso de Escragnolle «História Geral das Bandeiras Paulistas», São Paulo, 1924-1936, 6 vols.
- ÖRJAN OLSEN, «La conquête de la Terre», 6 vols., Paris, 1933.
- CARNEIRO DE MENDONÇA, Marcos «A Amazonia na Era pombalinas», 3 vols., São Paulo, 1963.
- NATALÍCIO GONZALEZ, «Geografia del Paraguay», México, 1963, Editorial Guarania.
- Temperley, Harold «The foreign policy of Canning», Londres, 1925.
- HASKINS, Caryl P. «The Amazon» / The life history of a mighty river, Nova York, 1943.
- Teixeira Soares «Diplomacia do Império no Rio da Prata», Rio, 1955. — «O Drama da Triplice Aliança», Rio, 1956. — «O Gigante e o Rio» (Ação de Mauá no Uruguai e na Argentina), Rio, 1957. — «O Marquês de Pombal, Rio, 1961. — «Amazônia», Rio, 1967.
- Cel. João de Mello Moraes, «O rio Oiapoque», Rio, 1964.
- RICARDO E. RODRIGUEZ MOLAS, «Historia social del Gaucho" Buenos Aires, 1968.
- Alcides Cruz, «Epitome da guerra entre o Brasil e as Provincias Unidas do Rio da Prata», Porto Alegre, 1907.
- Souza Docca, «Limites entre o Brasil e o Uruguai», Rio, 1939.
 - LEANDRO TOCANTINS, «Formação histórica do Acre», Rio, 1961.
 - P. T. Moon, «Imperialism and War», Nova York, 1927.
 - R. Henning, «Geopolitik, Die Lehre vom Staat als Lebewesen», Leipzig, 1938.

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

- JACQUES ANCEL, «Géopolitique», Paris, 1936.
- Strauz-Hupé, «Geopolitics The Struggle for space and power", Nova York. 1942.
- H. SÁNCHEZ QUELL, «La diplomacia paraguaya de Mayo a Cerro-Corá», Buenos Aires, 1957.
- AMILCAR ALENCASTRE, «Para onde vai o Peru», Rio, 1972.
- GENERAL JULIO LONDOÑO, «Suaramerica o la Geografia como destino», Bogotá, 1948.
 - «Geopolitica de Colombia», Bogotá, 1949.
- WILLY HELLPACH, «Géopsyché» (trad. francesa), Paris, 1944.
- THIERS FLEMING, «Limites interestaduais», Rio, 1917. «Limites e superficie do Brasil e seus Estados», Rio, 1918.
- FERNANDO ANTONIO RAJA GABAGLIA, «As fronteiras do Brasil», Rio, 1916.

«Sentence arbitrale du Conseil Fédéral Suisse sur diverses questions de limites pendantes entre la Colombie et le Vénézuéla», Berne, Mars 24, 1922 (Neuchâtel, Imprimerie Paul Attinger, 1922).

- LORD CURZON, «Frontiers», Oxford, 1908.
- H. A. MOULIN, «Le litige chilo-argentin», Paris, 1904.
- ED. BOURNE, «Essays in historical criticism», Nova York, 1901.
- Julio Nogueira, «A Madeira-Mamoré», Rio, Tip. do «Jornal do Comércio», 1913.

TÁBUA DAS MATÉRIAS

| | Págs. |
|--|-------|
| 1 — A História e o Geopolítica, construtoras de fronteiras | 11 |
| 2 — Esboçamento a fusain das fronteiras do Brasil | 25 |
| 3 — O imperialismo inglês e francês em ação na Amazônia brasileira | 59 |
| 4 — Demarcação das fronteiras do Brasil com as Guianas francesa, holandesa e inglesa | 91 |
| 5 — Fronteira com a Venezuela | 101 |
| 6 — Fronteira do Brasil com a Colômbia | 137 |
| 7 — Peru, o grande caminho do Pacífico para o Atlântico | 171 |
| 8 — Bolívia, área de pressões | 199 |
| 9 — Limites entre o Brasil e o Paraguai | 263 |
| 10 — Limites entre o Brasil e a Argentina | 287 |
| 11 — Limites entre o Brasil e o Uruguai | 303 |
| 12 — Interesses hidrelétricos em jôgo. Mar territorial. Fronteira lateral Marítima | 349 |
| Bibliografia | 389 |

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão



Acompanhe nossas redes sociais @funagbrasil



















Portaria nº 270 do Ministério das Relações Exteriores, de 22 de março de 2018 (modificada pela Portaria nº 339, de 26 de janeiro de 2021), criou o Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência, incumbido de, entre outras atividades, promover a publicação de obras alusivas ao tema. A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) atua como secretaria de apoio técnico ao grupo.

Foi no contexto de planejamento da importante efeméride que, no âmbito da FUNAG, criou-se a coleção "Bicentenário: Brasil 200 anos – 1822-2022", abrangendo publicações inéditas e versões fac-similares. O objetivo é publicar obras voltadas para recuperar, preservar e tornar acessível a memória diplomática sobre os duzentos anos da história do país, principalmente de volumes que se encontram esgotados ou são de difícil acesso. Com essa iniciativa, busca-se também incentivar a comunidade acadêmica a aprofundar estudos e diversificar as interpretações historiográficas, promovendo o conhecimento da história diplomática junto à sociedade civil.



